



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

FERNANDA DE BARROS DA SILVA

**EVANGELHO, EXTREMA DIREITA E PODER:
REGIME DE INFORMAÇÃO E DISPUTAS POLÍTICO-RELIGIOSAS SOB O
DISCURSO BOLSONARISTA**

Tese de Doutorado

Julho de 2026



FERNANDA DE BARROS DA SILVA

**EVANGELHO, EXTREMA DIREITA E PODER:
REGIME DE INFORMAÇÃO E DISPUTAS POLÍTICO-RELIGIOSAS SOB O DISCURSO
BOLSONARISTA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco-UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Castro de Sousa

Rio de Janeiro

2026

CIP - Catalogação na Publicação

S586e Silva, Fernanda de Barros da
Evangelho, extrema direita e poder: regime de informação e
disputas político-religiosas sob o discurso bolsonarista /
Fernanda de Barros da Silva.
-- Rio de Janeiro, 2026.
284 f.

Orientador: Paulo César Castro de Sousa. Tese
(doutorado) - Universidade Federal do Rio de
Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto Brasileiro
de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de
Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2026.

1. extrema direita. 2. bolsonarismo. 3.
evangélicos. 4. guerra cultural. 5. regime de
informação. I. Sousa, Paulo César Castro de, orient.
II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a
responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

FERNANDA DE BARROS DA SILVA

EVANGELHO, EXTREMA DIREITA E PODER:
REGIME DE INFORMAÇÃO E DISPUTAS POLÍTICO-RELIGIOSAS SOB O
DISCURSO BOLSONARISTA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2026.



Documento assinado digitalmente
PAULO CESAR CASTRO DE SOUSA
Data: 24/08/2026 16:25:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Paulo César Castro de Sousa (Orientador) - PPGCI IBICT/ECO-UFRJ



Documento assinado digitalmente
MARCO ANDRE FELDMAN SCHNEIDER
Data: 25/08/2026 09:11:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marco André Feldman Schneider (Membro interno) - PPGCI IBICT



Documento assinado digitalmente
FABIO CASTRO GOUVEIA
Data: 27/08/2026 15:32:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fabio Gouveia (Membro interno) - PPGCI IBICT



Documento assinado digitalmente
MARCIA FEIJAO DE FIGUEIREDO
Data: 27/08/2026 16:27:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Márcia Feijão de Figueiredo (Membro externo) - UNIRIO



Documento assinado digitalmente
WEDENCLEY ALVES SANTANA
Data: 24/08/2026 16:18:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Wedencley Alves Santana (Membro externo) - UFJF

Para Sônia e Liana.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a mim mesma por todas as vezes em que pensei em desistir, mas consegui permanecer firme para concluir esta etapa tão importante: a defesa desta tese.

Agradeço à minha família e aos amigos pelo apoio incondicional, especialmente à minha mãe, Sônia, e à minha esposa, Liana. O amparo de vocês foi uma fonte de equilíbrio nos momentos de incerteza e ansiedade.

Agradeço também ao meu orientador, Paulo César Castro, pela excelente relação entre professor e aluna que construímos desde o mestrado. Sua confiança, gentileza, presença e orientações foram, e continuam sendo, fundamentais para a elaboração desta pesquisa.

Aos membros da banca examinadora, Marco Schneider, Fábio Gouveia, Márcia Feijão e Paulo Rogério Baía, expresso minha profunda gratidão pela presença e pelas valiosas contribuições, que serão fundamentais para os aprimoramentos deste trabalho.

Minha gratidão também à querida amiga Márcia Azen, com quem compartilhei a experiência do estágio docente durante dois semestres consecutivos e a escrita de um artigo em parceria. Agradeço ainda à amiga Claudia Souza pelas inúmeras conversas e pelo apoio diante dos desafios da vida acadêmica. Não poderia deixar de mencionar meu querido amigo Bernardo Palma, cuja amizade perdura desde a graduação em Biblioteconomia. Meu imenso obrigado por providenciar um local adequado e seguro para a realização das entrevistas presenciais.

Expresso minha gratidão aos grupos de pesquisa dos quais faço parte: Teologia Cristã e Religião Contemporânea, vinculado ao Laboratório de Política, Comportamento e Mídia da Fundação São Paulo (LABÔ/PUC-SP); e Informação em Comunidades Religiosas, especialmente à linha de pesquisa Informação em Comunidades Evangélicas, certificado pela UNIRIO.

Por fim, agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES), Código de Financiamento 001. A concessão da bolsa contribuiu significativamente para minha permanência na pós-graduação; sem esse apoio, talvez esta trajetória tivesse sido inviável.

*E conhecereis a verdade,
e a verdade vos libertará.*
(Versículo Bíblico, João 8:32)

RESUMO

SILVA, Fernanda de Barros da. **Evangelho, extrema direita e poder**: regime de informação e disputas político-religiosas sob o discurso bolsonarista. 2026. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2026.

Esta tese propôs como objetivo compreender, a partir das narrativas de evangélicos residentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), de que modo o ideário bolsonarista atravessa suas percepções sobre política, religião, informação e costumes, buscando identificar como os elementos ideológicos da extrema direita são incorporados, negociados ou tensionados em suas visões de mundo. A problemática central insere-se no contexto da ascensão da extrema direita no Brasil, tendo como marco político-eleitoral a vitória de Jair Bolsonaro à Presidência da República, em 2018, em articulação com o avanço internacional de forças autoritárias, nacionalistas e conservadoras. Nesse cenário, parte do segmento evangélico mais conservador constitui importante base de apoio ao projeto de poder bolsonarista, fomentado por lideranças evangélicas conservadoras, com forte presença midiática e representação política. O bolsonarismo mobiliza, no âmbito da guerra cultural, militarismo, anticomunismo, conservadorismo religioso, libertarianismo e negacionismo científico. A hipótese da tese é que a dimensão religiosa constitui o elemento de maior mobilização, adesão e relevância nesse processo, ancorada em um discurso fundamentalista cristão instrumentalizado por Jair Bolsonaro como estratégia de sustentação de seu projeto político, por meio de uma matriz religiosa, moralizante e absolutizante, que reduz as respostas às contradições sociais, políticas e culturais a uma perspectiva única, fortemente amparada em valores morais e religiosos. O corpus empírico é composto por 20 entrevistas semiestruturadas realizadas com fiéis evangélicos residentes na RMRJ, distribuídos entre a Baixada Fluminense, a capital e o Leste Metropolitano, contemplando diferentes denominações, perfis sociodemográficos, trajetórias religiosas e posicionamentos políticos. A metodologia é qualitativa e indutiva, articulando a Análise de Conteúdo e a Análise Crítica do Discurso. A primeira permitiu sistematizar os dados empíricos em categorias, subcategorias e núcleos discursivos; a segunda possibilitou examinar como os sentidos produzidos pelos entrevistados se relacionam com práticas sociais mais amplas, marcadas por disputas de autoridade informacional, regimes de verdade e moralidades político-religiosas. Os resultados indicam que a relação entre evangélicos e bolsonarismo não pode ser compreendida de forma homogênea ou linear. Embora a amostra revele forte presença de conservadorismo moral religioso, especialmente em temas ligados à família, sexualidade, aborto, gênero e autoridade

bíblica, também emergem ambivalências, tensões e contradiscursos sobre a instrumentalização política da fé. A Bíblia, a liderança pastoral, as mídias sociais, os grupos de WhatsApp, os familiares e os vínculos comunitários aparecem como instâncias relevantes na formação de percepções políticas e religiosas, compondo um regime de informação atravessado por disputas sobre verdade, autoridade e legitimidade. A pesquisa evidencia que a fé cristã pode operar tanto como recurso de adesão a repertórios conservadores quanto como fundamento para críticas à manipulação religiosa, à associação automática entre igreja e candidato e à captura da religião por projetos de poder. Desse modo, o estudo amplia o debate sobre o papel do campo evangélico na consolidação, negociação e contestação do bolsonarismo, demonstrando que as disputas político-religiosas não se limitam ao voto, mas envolvem regimes de verdade, formas de autoridade e sentidos morais em circulação na sociedade brasileira.

Palavras-chave: extrema direita; bolsonarismo; evangélicos; guerra cultural; regime de informação.

ABSTRACT

SILVA, Fernanda de Barros da. **Evangelho, extrema direita e poder**: regime de informação e disputas político-religiosas sob o discurso bolsonarista. 2026. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2026.

This thesis aimed to understand—based on the narratives of Evangelicals living in the Rio de Janeiro Metropolitan Area (RMRJ)—how Bolsonarista ideology shapes their perceptions of politics, religion, information, and social mores, seeking to identify how far-right ideological elements are incorporated, negotiated, or contested within their worldviews. The central issue is situated within the context of the far-right's rise in Brazil—marked politically and electorally by Jair Bolsonaro's 2018 presidential victory—and linked to the global advance of authoritarian, nationalist, and conservative forces. In this scenario, a segment of conservative Evangelicals forms a key support base for the Bolsonarista power project, a base fostered by conservative Evangelical leaders who command significant media presence and political representation. Within the realm of the culture war, Bolsonarism mobilizes themes such as militarism, anti-communism, religious conservatism, libertarianism, and scientific denialism. The thesis hypothesizes that the religious dimension is the most significant factor driving mobilization, adherence, and relevance in this process; it is anchored in a Christian fundamentalist discourse instrumentalized by Jair Bolsonaro to sustain his political project through a religious, moralizing, and absolutist framework that reduces responses to social, political, and cultural contradictions to a single perspective—one strongly grounded in moral and religious values. The empirical corpus consists of 20 semi-structured interviews with Evangelical believers residing in the RMRJ—distributed across the Baixada Fluminense, the capital, and the Metropolitan East—encompassing diverse denominations, sociodemographic profiles, religious backgrounds, and political stances. The methodology is qualitative and inductive, combining Content Analysis and Critical Discourse Analysis. The former enabled the systematization of empirical data into categories, subcategories, and discursive cores; The second approach made it possible to examine how the meanings constructed by the interviewees relate to broader social practices characterized by contests over informational authority, regimes of truth, and politico-religious moralities. The results indicate that the relationship between Evangelicals and Bolsonarism cannot be understood in a homogeneous or linear fashion. Although the sample reveals a strong presence of religious moral conservatism—particularly regarding family, sexuality, abortion, gender, and biblical authority—ambivalences, tensions, and counter-discourses concerning the political

instrumentalization of faith also emerge. The Bible, pastoral leadership, social media, WhatsApp groups, family members, and community ties appear as significant factors in shaping political and religious perceptions, constituting an information landscape shaped by contests over truth, authority, and legitimacy. The research demonstrates that Christian faith can serve both as a basis for embracing conservative repertoires and as a foundation for criticizing religious manipulation, the automatic association between church and candidate, and the co-optation of religion by power-seeking agendas. Thus, the study expands the debate on the role of the Evangelical sphere in the consolidation, negotiation, and contestation of Bolsonaroism, showing that politico-religious disputes extend beyond the act of voting to encompass regimes of truth, forms of authority, and moral meanings circulating within Brazilian society.

Keywords: far right; Bolsonaro's movement; evangelicals; culture war; information regime.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Nuvem de palavras das fontes de informação dos entrevistados.....	160
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Democratização x Autocratização.....	37
Quadro 2 — Ondas de democratização e autocratização ao redor do mundo.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Perfis dos participantes conforme nível de engajamento.....	162
Tabela 2 — Igrejas e denominações religiosas.....	165
Tabela 3 — Eixo Costume: Aborto.....	175
Tabela 4 — Eixo Costume: casamento e adoção LGBT+.....	175
Tabela 5 — Tipologias: categoria macro, nuances e característica central.....	179

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Posição política X Voto para Presidente em 2018 - 1º Turno.....	167
Gráfico 2 — Posição política X Voto para Presidente em 2018 - 2º turno.....	167
Gráfico 3 — Posição política X Voto para Presidente em 2022 - 1º Turno.....	168
Gráfico 4 — Posição política x Voto para Presidente em 2022 - 2º Turno.....	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ACD	Análise Crítica do Discurso
AI-5	Ato Institucional Número Cinco
ANT	Anterior
BNP	British National Party
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CF	Constituição Federal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COF	Curso Online de Filosofia
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DC	Democracia Cristã
DEM	Democratas
DOI-CODI Interna	Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIDESZ	Fiatal Demokraták Szövetsége
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associação
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FPÖ	Freiheitliche Partei Österreichs
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDL	Índice de Democracia Liberal
IESC	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INT	Intermediário
JBS	José Batista Sobrinho
JOCUM	Jovens Com Uma Missão
LGBT+	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, travestis e mais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LSE	London School of Economics and Political Science
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NOVO	Partido Novo
OAS	(Olivieri, Araújo e Suarez) Antigo Grupo OAS
ONGs	Organizações Não Governamentais
P1	Perfil Um
P2	Perfil Dois
P3	Perfil Três
P4	Perfil Quatro
P5	Perfil Cinco
P6	Perfil Seis
P7	Perfil Sete
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEGIDA	Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes
PF	Polícia Federal
PGR	Procuradoria Geral da República
PiS	Prawo i Sprawiedliwość
PL	Partido Liberal
PL-RJ	Partido Liberal do estado do Rio de Janeiro
PM	Polícia Militar
PMDB-RR	Partido do Movimento Democrático Brasileiro no estado de Roraima
PODEMOS	Podemos (PODE)

PP	Progressistas
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista — (Atual Cidadania)
PR	Presidente da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido da Reconstrução da Ordem Nacional
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
REC	Recente
REDE	Rede Sustentabilidade
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
STF	Supremo Tribunal Federal
TD	Teologia do Domínio
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 METODOLOGIA.....	22
3 DEMOCRACIA LIBERAL POSTA EM XEQUE: O CAMINHO DE TRANSFORMAÇÕES AUTORITÁRIAS.....	31
3.1 A gangorra política brasileira: dos retrocessos autoritários às esperanças democráticas	43
3.2 A crise de representação e o vácuo político: da primavera das ruas ao inverno bolsonarista.....	49
3.3 A ascensão da extrema direita brasileira no século XXI: o bolsonarismo.....	68
3.3.1 Pós-fascismo e bolsonarismo: a nova face da extrema direita.....	73
3.3.2 Os alicerces ideológicos do Bolsonarismo na guerra cultural.....	80
4 “DEUS ACIMA DE TODOS”: A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA FÉ NO PROJETO POLÍTICO DO BOLSONARISMO.....	102
4.1 Quem são os evangélicos?.....	103
4.2 Os evangélicos na política.....	111
4.3 A comunicação fundamentalista religiosa cristã do bolsonarismo.....	118
5 O BOLSONARISMO NA PLATAFORMIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: INFORMAÇÃO, POLÍTICA E PODER.....	131
5.1 Regime de informação: fundamentos teóricos e dinâmicas de poder.....	136
5.2 A esfera pública habermasiana em tensão: fragmentação, mediação e deliberação.....	146
6 DA COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA À ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS ENTREVISTADOS EVANGÉLICOS.....	151
6.1 Composição inicial da amostra.....	151
6.2 Mapeamento descritivo do perfil dos evangélicos entrevistados: amostra final.....	156
6.2.1 Eixo sociodemográfico.....	157
6.2.2 Eixo Informacional.....	160
6.2.3 Eixo Político Religioso.....	164
6.2.4 Eixo Costumes.....	175
6.3 Informação, religião e moralidade política nos discursos de evangélicos entrevistados..	181
6.3.1 Autoridade informacional e regimes de verdade.....	184
6.3.2 Mediação religiosa da interpretação política.....	203
6.3.3 Moralização da política e fronteiras político-religiosas.....	222
6.3.4 Síntese Geral das Análises Discursivas.....	244
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	246
REFERÊNCIAS.....	253
GLOSSÁRIO.....	271
APÊNDICE 1.....	275
APÊNDICE 2.....	279

1 INTRODUÇÃO

Quando concluí o mestrado, em 2019, ainda não haviam se passado seis meses do governo Bolsonaro, e algumas perguntas continuavam a pairar: como ele conseguiu se tornar o 38º presidente da República? De que forma o Brasil foi afetado por uma enxurrada de desinformação (ver Glossário) durante as eleições? Muitos eleitores contrários à vitória de Bolsonaro afirmavam que a “mamadeira erótica” e o “kit gay” haviam decidido o pleito. Já aqueles que comemoravam o resultado e se mostravam otimistas justificavam-no como uma “bênção de Deus” e como um alívio por impedir a “permanência do comunismo” e o risco de o país se tornar uma nova Venezuela.

A dissertação que defendi teve como temática a análise do ecossistema da desinformação na eleição presidencial de 2018, com base nas *fake news* (ver Glossário) mais compartilhadas durante o pleito. Os resultados indicaram que, mesmo após as eleições, muitos indivíduos continuaram acreditando em informações falsas já desmentidas. Além disso, demonstraram grande dificuldade em identificar informações de qualidade, enquanto o viés político-ideológico exercia forte influência na crença em conteúdos falsos. O nível de escolaridade superior, por sua vez, não constituía, por si só, uma proteção contra as armadilhas da desinformação. Desse modo, a pesquisa concluiu que as visões de mundo particulares de cada indivíduo eram determinantes para suas crenças e, principalmente, para a influência exercida pelo viés político-ideológico.

Esses achados também indicavam que a circulação da desinformação não ocorria de maneira isolada, mas estava inserida em uma base informacional mais ampla, atravessada por plataformas digitais, redes de sociabilidade, mediações políticas e disputas de sentido, elementos que, nesta tese, serão compreendidos à luz do conceito de regime de informação.

Assim, durante a pesquisa, tornou-se perceptível que, embora a variável informacional e o fenômeno da desinformação tivessem centralidade nas disputas entre projetos político-ideológicos distintos nas eleições de 2018, havia outra variável — a religião —, que, articulada ao contexto informacional, poderia contribuir para elucidar de modo mais aprofundado a ascensão da extrema direita bolsonarista. Contudo, essa dimensão não pôde ser contemplada na dissertação, devido às limitações da pesquisa, permanecendo como uma questão a ser desenvolvida no doutorado.

Desse modo, considere-se que era necessário analisar as eleições de 2018 como um momento de intensificação da moralização da política¹ no Brasil, compreendida, a partir de Luhmann (1990), como a sobreposição do código moral — bom/mau — ao código político — governo/oposição. Sob a lógica bolsonarista, a oposição, especialmente PT e esquerda, passou a ser representada não apenas como adversária política, mas como ameaça moral à família, à fé cristã, à pátria e à ordem social. Assim, temas como gênero, sexualidade, educação, aborto, religião e anticomunismo foram mobilizados como marcadores de uma fronteira moral entre “bem” e “mal”, deslocando o debate público de questões programáticas para disputas simbólicas em torno da família, da fé, do patriotismo e da nação.

Intensificada naquele pleito, essa lógica não se restringiu às eleições de 2018, nem reapareceu apenas em 2022; ao contrário, manteve-se ativa no cotidiano da vida política brasileira, atualizando-se em debates legislativos, disputas parlamentares, controvérsias midiáticas e mobilizações nas mídias sociais². Desse modo, a moralização da política tornou-se uma dinâmica permanente de produção de sentidos, afetos e antagonismos, rearticulando-se de modo ainda mais explícito no processo eleitoral de 2022 e indicando, até o presente momento, tendência de continuidade em direção ao pleito de 2026 (Alves, 2026).

A variável religião usada como apelo à moralização da política é baseada principalmente no segmento evangélico, cujo apoio foi fundamental para o resultado eleitoral de 2018 que culminou com a vitória de Jair Bolsonaro. Dito de outro modo, o voto evangélico teve peso expressivo naquele pleito, configurando-se como uma força política decisiva (Alves, 2018).

Isso não significa, entretanto, afirmar que a religião, isoladamente, explique todo esse contexto. A presente tese se debruça sobre essa dimensão por considerá-la um elemento central para a compreensão do bolsonarismo, uma vez que o conservadorismo religioso constituiu um de seus alicerces ideológicos ao longo dos quatro anos do governo Bolsonaro e

¹ Para Luhmann (1990), a moralização da política ocorre quando a distinção política passa a ser sobreposta por julgamentos morais absolutos, de modo que o adversário deixa de ser reconhecido como opositor legítimo e passa a ser tratado como moralmente indigno, mau ou inelegível. A ideia de um “nível de amoralidade superior” não significa ausência de valores, mas a necessidade de preservar a autonomia da política diante da desqualificação moral dos oponentes. Nesse sentido, a moralização da política ameaça a estabilidade democrática ao comprometer o reconhecimento recíproco entre forças políticas concorrentes e a própria possibilidade de alternância no poder.

² Nesta tese, adota-se o uso padronizado da expressão “mídias sociais” para se referir aos ambientes digitais nos quais conteúdos são produzidos, compartilhados, comentados e circulam entre usuários, especialmente no que se refere à informação política, religiosa e jornalística. Embora a expressão “redes sociais” seja frequentemente empregada no uso corrente como sinônimo dessas plataformas, em sentido analítico ela remete mais especificamente às estruturas de conexão entre atores sociais, compostas por atores e laços relacionais. A escolha por “mídias sociais”, portanto, busca enfatizar o caráter comunicacional e informacional das plataformas digitais analisadas nesta tese (Recuero, 2011; Recuero; Bastos; Zago, 2015).

também durante sua posterior tentativa de reeleição. Essa centralidade expressou-se, em parte, no *slogan* da campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, que condensava a articulação entre fé cristã, identidade nacional e projeto político.

Assim, parte do segmento evangélico mais conservador (ver Glossário) constituiu uma importante base de apoio ao projeto de poder bolsonarista, fomentado por lideranças evangélicas conservadoras com forte presença midiática e representação política. Essas lideranças validaram seus argumentos a partir de uma matriz teológica, moral e escatológica, atravessada por elementos do pensamento religioso fundamentalista de origem norte-americana (Anéas; Tiroel, 2023).

Contudo, é importante destacar que as lentes do conservadorismo religioso cristão não se restringem ao universo evangélico. Ainda assim, é sobre esse segmento que a presente tese se debruça, considerando sua centralidade na sustentação simbólica, moral e política do bolsonarismo.

É importante destacar que a figura de Jair Bolsonaro e aquilo que ele representa como ator político — antes considerado periférico no cenário institucional brasileiro, mas posteriormente alçado à condição de protagonista da política nacional — integram um fenômeno global em ascensão. Esse fenômeno tem tensionado os cordões de isolamento impostos à extrema direita desde o pós-guerra, favorecendo sua reorganização, sua legitimação pública e sua transnacionalização. A vitória do bolsonarismo em 2018 inseriu o Brasil nesse avanço extremista e autoritário em escala mundial, ao lado de lideranças como Donald Trump (Estados Unidos), Narendra Modi (Índia), Viktor Orbán (Hungria), Matteo Salvini e Giorgia Meloni (Itália), André Ventura (Portugal), Marine Le Pen (França), Javier Milei (Argentina), entre outros.

Embora assuma configurações específicas em cada contexto nacional, a emergência da nova extrema direita apresenta traços recorrentes em diferentes países. Entre eles, destaca-se a produção discursiva de inimigos — internos ou externos — apresentados como ameaças à ordem social, à identidade nacional, aos valores tradicionais e à própria sobrevivência do “povo”. Essa lógica opera por meio de uma divisão rígida entre “nós” e “eles” — típica da moralização política —, na qual a política passa a ser organizada em termos de antagonismo, medo e exclusão, sustentando processos de polarização. Nesse enquadramento, lideranças de extrema direita mobilizam discursos populistas e autoritários, apresentando-se como intérpretes legítimas da vontade popular e como agentes capazes de restaurar uma ordem social supostamente ameaçada.

A definição desse inimigo varia conforme as disputas políticas e culturais de cada país, podendo recair sobre o comunismo, os imigrantes, a globalização, o ambientalismo, a ciência, os movimentos feministas, as pautas LGBTQ+ ou a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Em comum, esses elementos são frequentemente articulados como sinais de uma ameaça mais ampla à família, à nação, à religião e aos chamados “bons costumes”. Assim, discursos nacionalistas, xenofóbicos, anticientíficos e moralistas passam a compor um repertório político-discursivo que sustenta a imagem dessas lideranças como “antissistema”, ainda que seus projetos estejam profundamente vinculados à disputa pelo poder institucional. Nesse processo, a construção do inimigo é potencializada pela circulação de *fake news*, teorias da conspiração e pânicos morais, que funcionam como recursos de mobilização política e afetiva.

No Brasil, a extrema direita representada pelo bolsonarismo se estrutura a partir de diferentes alicerces ideológicos, entre os quais se destacam o anticomunismo, frequentemente associado à oposição à esquerda e, mais especificamente, ao Partido dos Trabalhadores; a defesa de uma política econômica ultraliberal, de matriz libertariana; a centralidade das pautas de costumes, articuladas ao fundamentalismo cristão e à guerra cultural; o militarismo, mobilizado como símbolo de ordem, autoridade, segurança e disciplina; e o negacionismo científico.

Entre os aspectos mais recorrentes nos discursos de seus representantes políticos, destaca-se o viés moral-religioso, amplamente ancorado no universo evangélico conservador. Essa comunicação político-religiosa se organiza por meio de uma visão maniqueísta da realidade, estruturada na oposição entre o bem e o mal, e fundamentada em preceitos religiosos que apresentam determinada interpretação da Bíblia como “verdade” absoluta. Nesse enquadramento, a política passa a ser concebida como uma batalha espiritual em defesa de uma nação supostamente orientada pela “vontade de Deus”.

Diante disso, a presente tese compreende Jair Bolsonaro como uma liderança populista da direita radical e como representante da extrema direita brasileira contemporânea, tanto em âmbito nacional quanto em sua articulação com fenômenos internacionais semelhantes. O populismo bolsonarista foi construído em torno da imagem de um herói antissistema — ou *outsider* —, apresentado como o único capaz de enfrentar os graves problemas da nação. Além disso, sua postura política pode ser compreendida a partir de um tipo ideal fundamentalista, na medida em que organiza sua visão de mundo em torno de uma matriz religiosa, moralizante e absolutizante, reduzindo as respostas às contradições sociais, políticas e culturais a uma perspectiva única, fortemente amparada em valores morais e religiosos.

Essa delimitação orienta a **hipótese** central desta tese: entre os diversos alicerces ideológicos que estruturam a extrema direita bolsonarista — militarismo, anticomunismo, conservadorismo religioso, libertarianismo e negacionismo científico —, a dimensão religiosa constitui o elemento de maior mobilização, adesão e relevância no interior da guerra cultural contemporânea empreendida pelo bolsonarismo. Essa centralidade se relaciona, em parte, ao acentuado processo de transformação do perfil religioso da população brasileira detectado desde o início do século XXI. Isso porque o discurso religioso fundamentalista cristão, instrumentalizado por Bolsonaro para atingir objetivos políticos, fornece uma gramática capaz de justificar, por meio da fé, diferentes aspectos ideológicos da agenda bolsonarista. Ainda assim, é importante considerar que tais dimensões não operam de maneira isolada, mas se articulam entre si na conformação do bolsonarismo como fenômeno político, religioso, informacional e discursivo.

Considerando a hipótese aqui formulada, esta tese propôs como **objetivo geral** compreender, a partir das narrativas de evangélicos residentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), de que modo o ideário bolsonarista atravessa suas percepções sobre política, religião, informação e costumes, buscando identificar como os elementos ideológicos da extrema direita são incorporados, negociados ou tensionados em suas visões de mundo. Os **objetivos específicos** complementam essa análise, detalhando o processo investigativo desta pesquisa, tendo por propósito:

- Examinar os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que favoreceram a ascensão da extrema direita contemporânea em escala internacional, bem como as condições específicas que possibilitaram a emergência e a consolidação do bolsonarismo no Brasil.
- Identificar e analisar os principais aspectos ideológicos do bolsonarismo mobilizados no contexto da guerra cultural contemporânea.
- Caracterizar o segmento evangélico brasileiro em sua diversidade interna, examinando sua constituição como força política relevante e sua articulação com a comunicação religiosa fundamentalista cristã mobilizada pelo bolsonarismo.
- Analisar, à luz do conceito de regime de informação, como os fluxos informacionais contemporâneos, atravessados pelas plataformas digitais, pelas novas formas de mediação e pela reconfiguração da esfera pública, constituem condições de possibilidade para a circulação do repertório discursivo bolsonarista.

Para responder aos objetivos desta pesquisa, a presente tese definiu como objeto de análise os discursos e as percepções de evangélicos acerca da política, da religião, da informação e dos costumes, considerando a instrumentalização da fé cristã como estratégia de mobilização política. O estudo se insere no contexto de períodos eleitorais marcados por intensa polarização e pela moralização das pautas políticas no cenário nacional, especialmente as eleições gerais de 2018 e 2022 no Brasil.

O *corpus* de análise é composto por entrevistas realizadas com 20 fiéis evangélicos residentes na RMRJ, selecionados por meio de amostragem intencional³. A composição da amostra considerou critérios relacionados ao recorte empírico da pesquisa, tais como pertencimento ao segmento evangélico, participação ativa em igrejas e/ou movimentos religiosos, residência na RMRJ e demonstração de algum interesse ou envolvimento em discussões políticas, especialmente durante períodos eleitorais.

Buscou-se, ainda, equilibrar a distribuição por gênero, com a participação de 10 mulheres e 10 homens, além de contemplar diferentes denominações evangélicas e perfis sociodemográficos, em termos de faixa etária, escolaridade e cor/raça. Os procedimentos metodológicos e os critérios de seleção da amostra são apresentados na seção 2, dedicada à Metodologia.

A escolha pelos discursos de fiéis evangélicos como objeto empírico decorre da necessidade de compreender não apenas a circulação de conteúdos político-religiosos em ambientes digitais, mas também os modos pelos quais esse repertório é apropriado, reelaborado, negociado ou tensionado por sujeitos inseridos em práticas religiosas concretas. Embora a relação entre bolsonarismo, religião e informação pudesse ser investigada a partir de outros recortes empíricos — como grupos de *WhatsApp* ou *Telegram*, cultos, sermões, lideranças religiosas, perfis digitais ou comunidades eclesiais específicas —, optou-se pelas entrevistas por permitirem acessar as percepções dos próprios fiéis acerca da política, da religião, da informação e dos costumes.

Nesse sentido, a pesquisa se volta diretamente para os evangélicos como sujeitos informacionais⁴ (Cruz; Araújo, 2020), isto é, sujeitos que produzem, recebem, interpretam,

³ A **amostragem intencional** refere-se à seleção deliberada dos participantes da pesquisa com base em critérios previamente definidos e relacionados aos objetivos do estudo, buscando incluir sujeitos que apresentem características pertinentes ao fenômeno investigado (Palinkas; Horwitz; Green; Wisdom; Duan; Hoagwood, 2015).

⁴ Nesta tese, a noção de sujeito informacional é mobilizada de forma pontual para indicar que os entrevistados não são compreendidos apenas como receptores passivos de conteúdos. Embora o conceito não constitua um eixo teórico central da pesquisa, sua menção contribui para situar os participantes no campo da Ciência da Informação.

selecionam e atribuem sentido às informações que circulam em seus ambientes religiosos, familiares, midiáticos e digitais. A análise dos discursos dos entrevistados permite observar de que modo o repertório discursivo bolsonarista atravessa suas formas de interpretar a realidade social e política, sem pressupor uma adesão homogênea ou automática a esse repertório.

Essa escolha também permite tensionar generalizações presentes no senso comum, como a associação imediata entre identidade evangélica e adesão ao bolsonarismo. Ainda que a amostra analisada não permita produzir generalizações estatísticas sobre o conjunto do segmento evangélico brasileiro, a abordagem qualitativa possibilita observar nuances, ambivalências, adesões, recusas e contradições nas formas pelas quais os participantes interpretam o repertório discursivo bolsonarista. Assim, o interesse da tese não recai apenas sobre a constatação de apoio ou rejeição a Jair Bolsonaro, mas sobre os modos como elementos desse repertório atravessam as percepções dos entrevistados e se articulam às suas experiências religiosas, informacionais e políticas.

A partir dos dados coletados nas entrevistas, posteriormente organizados e interpretados para a identificação de possíveis padrões de respostas, utilizou-se a Análise de Conteúdo, com base principalmente na obra de Laurence Bardin (2016), como procedimento de sistematização e inferência dos dados. Em seguida, recorreu-se à Análise Crítica do Discurso, tendo como principal referência Norman Fairclough (2016), com o objetivo de compreender os sentidos, articulações discursivas e dimensões ideológicas presentes nas falas dos entrevistados.

Após a apresentação do objeto de análise, da hipótese e dos objetivos da pesquisa, a tese foi estruturada da seguinte forma: a **segunda seção** apresenta os procedimentos metodológicos adotados, com destaque para o percurso da pesquisa, os critérios de seleção da amostra, a constituição do *corpus*, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos de análise empregados. Nessa seção, também são descritas as escolhas metodológicas relacionadas ao objeto empírico, orientadas pela necessidade de responder às questões propostas e à hipótese central da investigação.

A **terceira seção** discute a ascensão de lideranças políticas da extrema direita global, de caráter autoritário e populista, que promovem processos de erosão democrática muitas vezes graduais e pouco perceptíveis, sobretudo por meio do enfraquecimento das instituições democráticas. Ao chegarem ao poder pela via eleitoral, muitas dessas lideranças passam a operar sob um verniz democrático, ainda que tensionem continuamente os limites constitucionais impostos pelo Estado de Direito.

A seção demonstra que o Brasil não permaneceu imune à onda autocrática que impactou diferentes países nas últimas décadas. Para isso, apresenta acontecimentos políticos e sociais intensificados pela crise de representatividade política, como a onda de protestos nas ruas e nas mídias sociais, as Jornadas de Junho, a Operação Lava Jato, o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, a prisão do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ascensão da extrema direita bolsonarista.

Com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018, emergiram diversas comparações históricas entre o comportamento extremista do então presidente e a possibilidade de o Brasil estar vivenciando uma nova forma de fascismo. Desse modo, a seção discute por que o bolsonarismo, embora apresente uma linguagem afetiva pós-fascista, não pode ser equiparado ideologicamente aos regimes totalitários clássicos, como o fascismo e o nazismo. Em seguida, identifica e analisa os alicerces ideológicos que caracterizam a extrema direita bolsonarista no contexto da guerra cultural contemporânea.

A **quarta seção** tem como temática central a instrumentalização da fé cristã para a consecução de objetivos políticos e para a consolidação de projetos de poder, a partir da articulação entre o bolsonarismo e parcelas do campo evangélico conservador. Nesse sentido, a seção apresenta quem são os evangélicos, destacando que se trata de um segmento religioso plural e heterogêneo, marcado por diferentes ritos, práticas de culto, tradições denominacionais e orientações teológicas. Também evidencia sua expressiva expansão no Brasil e sua crescente influência na vida pública, especialmente diante da possibilidade de se consolidarem, em futuro próximo, como a maior identidade religiosa do país.

Além disso, a seção aborda a participação evangélica na política brasileira, considerando que, durante muito tempo, a política foi vista por determinados grupos religiosos como uma esfera “suja” e “indigna” para os verdadeiros crentes. Nesse processo, a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 representou uma importante inflexão, sintetizada no slogan “irmão vota em irmão”, que expressou a entrada mais explícita de lideranças e interesses evangélicos no campo político institucional.

Por fim, a seção discute como parcelas do campo evangélico conservador passaram a aderir à agenda da extrema direita, contribuindo para deslocar pautas religiosas, morais e culturais para o centro das disputas políticas contemporâneas. Analisa-se, ainda, como a emergência de expressões fundamentalistas no Brasil contemporâneo fornece uma base teológica e epistemológica para a atuação de lideranças e grupos evangélicos conservadores na esfera pública, especialmente em sua articulação com o bolsonarismo.

A **quinta seção** examina o contexto informacional no qual o bolsonarismo se constitui, circula e se legitima socialmente, considerando que seus aspectos políticos, religiosos e culturais não se desenvolvem de forma desvinculada das condições contemporâneas de produção, circulação e validação da informação. Para isso, são apresentados os fundamentos teóricos do conceito de regime de informação, bem como suas relações com as dinâmicas de poder que atravessam a mediação, a organização e a legitimação dos fluxos informacionais na sociedade contemporânea.

A seção também articula essa discussão ao debate sobre esfera pública, a partir das contribuições de Jürgen Habermas (2023), com o objetivo de compreender como os fluxos informacionais mediados por plataformas digitais reconfiguram as condições do debate público e da formação da opinião. Nesse sentido, o bolsonarismo não é analisado apenas como fenômeno político, religioso ou ideológico, mas como fenômeno que se movimenta em uma base informacional marcada pela plataformização, pela crise das mediações tradicionais, pela fragmentação dos públicos e pela intensificação das disputas de sentido.

A **sexta e última seção** dedica-se à análise do objeto empírico da tese, composto pelas entrevistas realizadas com fiéis evangélicos residentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Inicialmente, apresenta-se a composição dos evangélicos interessados em participar da pesquisa, identificados por meio do formulário *on-line* utilizado previamente para captação e organização dos participantes. Em seguida, apresenta-se o mapeamento do perfil dos 20 entrevistados, construído a partir da codificação e sistematização das respostas, com o objetivo de identificar possíveis padrões relacionados às suas características sociodemográficas, religiosas, políticas, informacionais e morais. Essa etapa permitiu delinear aspectos gerais da amostra e observar tendências, recorrências e variações nas percepções dos participantes.

Em seguida, a seção avança para a Análise Crítica do Discurso das falas dos entrevistados, buscando compreender de que modo o repertório discursivo bolsonarista é atravessado, incorporado, negociado ou tensionado em suas formas de interpretar a política, a religião, a informação e os costumes. Nesse segundo movimento analítico, a pesquisa ultrapassa a descrição dos perfis e dos padrões de resposta, voltando-se para os sentidos produzidos nas falas, para suas ambiguidades, contradições e articulações ideológicas.

Desse modo, a análise do objeto empírico ganha um duplo desdobramento: por um lado, o mapeamento descritivo permite caracterizar a amostra e organizar os dados coletados; por outro, a análise discursiva possibilita compreender como tais dados se expressam em

práticas de sentido mais complexas, revelando adesões, deslocamentos, recusas e ambivalências em relação ao repertório político-religioso bolsonarista.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, voltada à compreensão das percepções de sujeitos evangélicos acerca das relações entre religião, política, informação e moralidade no contexto contemporâneo brasileiro. O caráter exploratório não decorre da inexistência de estudos sobre o tema, mas da intenção de examinar, em um universo empírico específico, como os participantes, considerados como sujeitos informacionais, constroem interpretações, mobilizam referências religiosas e informacionais e atribuem significado aos conflitos políticos e morais analisados nesta tese.

Para alcançar os objetivos propostos, a investigação foi estruturada a partir da combinação de revisão bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e procedimentos qualitativos de tratamento e análise dos dados.

A revisão bibliográfica constituiu etapa fundamental para a construção do problema de pesquisa, a delimitação do referencial teórico e a definição das categorias analíticas mobilizadas ao longo da tese. Nesse sentido, foram consultadas produções acadêmicas sobre regime de informação, esfera pública, extrema direita, populismo, democracia, eleições, desinformação, anticomunismo, guerra cultural, fundamentalismo religioso cristão e evangélicos, entre outros temas relacionados ao objeto da investigação. Também foram consideradas pesquisas anteriores com objetivos próximos, a fim de observar abordagens teóricas, recortes empíricos e procedimentos metodológicos já utilizados.

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa documental contribuiu para a contextualização do fenômeno investigado, por meio da consulta a relatórios técnicos, documentos jurídicos, discursos políticos, *sites* jornalísticos, bases de dados e conteúdos disponíveis em ambientes digitais. Essas fontes, primárias e secundárias, auxiliaram na compreensão do contexto político, religioso e informacional no qual se inserem as entrevistas semiestruturadas analisadas. Estas constituíram o principal instrumento de produção do material empírico, posteriormente tratado por meio da Análise de Conteúdo, especialmente na etapa de codificação e organização temática das respostas, e da Análise Crítica do Discurso, mobilizada na interpretação dos fragmentos discursivos selecionados.

O recorte empírico da pesquisa foi constituído por sujeitos evangélicos residentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). O *corpus* foi composto por 20 participantes, distribuídos territorialmente entre 10 na Baixada Fluminense, 2 no Leste Metropolitano e 8 na capital do estado. Também se buscou garantir equilíbrio de gênero, com a seleção de 10

homens e 10 mulheres, de modo a evitar a predominância de um único perfil entre os entrevistados.

No que se refere aos aspectos éticos da investigação, os procedimentos adotados nesta pesquisa respeitaram integralmente as diretrizes nacionais e internacionais para pesquisas envolvendo seres humanos. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESC/UFRJ), sob o Parecer Consubstanciado nº 7.900.112, e registrado sob o CAAE nº 90069625.6.0000.5286.

A escolha pela RMRJ justifica-se pela relevância demográfica, política, eleitoral e religiosa desse território para a investigação proposta. Composta por 22 municípios⁵, com base nos dados do Censo de 2022, a região tem 12.021.871 habitantes, sendo que 6.211.223, ou 51,7%, vivem na capital; nas outras 21 cidades, representando 48,3%, residem 5.810.640. Trata-se, portanto, de um espaço marcado por intensa concentração populacional, circulação cotidiana dos habitantes entre municípios, desigualdades territoriais e forte presença de diferentes segmentos religiosos, fatores que tornam a região particularmente relevante.

Além disso, o estado do Rio de Janeiro ocupa posição significativa na trajetória política do bolsonarismo, uma vez que Jair Bolsonaro iniciou e consolidou sua carreira parlamentar no estado antes de chegar à Presidência da República. Houve, ainda, ampla adesão a Bolsonaro nas eleições realizadas na região. No segundo turno das eleições de 2018, quando venceu a disputa nacionalmente, o então candidato do PSL foi eleito no estado do Rio com 67,95% dos votos, enquanto Fernando Haddad (PT) ficou com 32,05%. Bolsonaro venceu em 89 das 92 cidades do estado e, na capital, conquistou 66,35% dos votos dos cariocas, contra 33,65% de Haddad - perdeu apenas no bairro de Laranjeiras, na zona Sul. Nas demais cidades da Região Metropolitana, também ganhou com pelo menos cerca de dois terços dos votos válidos.

Em 2022, quando Lula foi eleito presidente, o quadro ficou um pouco mais difícil para Bolsonaro. O candidato do PL viu a sua votação no Estado do Rio diminuir 11,42% em relação a 2018, tendo ganhado em apenas 72 municípios. Mesmo assim, terminou com 56,53% dos votos dos fluminenses e o candidato do PT, com 43,47%. Na RMRJ, só não

⁵ A composição da RMRJ com 22 cidades foi definida pela Lei Complementar nº 184, de 27/12/2018: além da capital, Rio de Janeiro, são 13 municípios na Baixada Fluminense (Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica), 7 no Leste Metropolitano (Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo e Tanguá) - e 1 na Região Serrana (Petrópolis). Disponível em: http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=52&url=L2NvbnRsZWkubnNmL2E5OWUzMTdhOWNmZWZmZDMwMzI1Njg2MjAwNzFmNWQyLzE4NjVIMmM1NjVIMWU1NDc4MzI1ODNkMTAwNWRhOTlpP09wZW5Eb2N1bWVudA==. Acesso em: 07 fev. 2025.

ganhou em Niterói, onde recebeu 48,79% dos votos válidos, contra 51,21% de Lula; e em 13 cidades, teve de 60% a 65% das preferências.

Nesse sentido, a amostra foi definida de forma intencional, sem pretensão de representatividade estatística. A seleção dos participantes buscou contemplar a diversidade interna quanto ao gênero, à localização territorial, à escolaridade, à denominação religiosa e às trajetórias de relação com a fé e a política.

A estratégia de recrutamento dos participantes combinou procedimentos *on-line* e presenciais. Inicialmente, foi elaborado um formulário *on-line* de intenção de participação, por meio da ferramenta *Google Forms*, utilizado para a captação de potenciais entrevistados (Apêndice 2). No entanto, a aproximação com o campo não se restringiu ao ambiente digital, tendo ocorrido também por meio de indicações pessoais, contatos em eventos sociais e religiosos e mediações realizadas por lideranças religiosas.

Ainda assim, todos os participantes que concederam entrevista responderam ao formulário, mesmo quando o preenchimento ocorreu no momento da entrevista, com o objetivo de padronizar o registro das informações sociodemográficas, religiosas e político-informacionais. A captação de participantes teve início em 28/10/2025 e foi encerrada em 01/03/2026, totalizando quatro meses de atividades de campo.

Os instrumentos de produção dos dados foram o formulário *on-line* de intenção de participação e as entrevistas semiestruturadas. O formulário permitiu a caracterização inicial do universo empírico alcançado pela pesquisa, composto por 75 respondentes. Essa análise descritiva evidenciou maior adesão feminina, predominância de participantes adultos, presença expressiva de respondentes com ensino superior completo e maior concentração de moradores da capital, embora também tenham sido contemplados sujeitos da Baixada Fluminense e do Leste Metropolitano.

No campo religioso, os dados indicaram diversidade denominacional, com predominância de batistas e assembleianos. Essas informações compuseram a caracterização inicial do universo de respondentes do formulário *on-line* e subsidiaram a seleção dos 20 participantes entrevistados. Com a definição da amostra final, foi possível construir um mapeamento descritivo do *corpus* empírico, seguido de possíveis inferências sobre os dados apresentados.

As entrevistas semiestruturadas, por sua vez, constituíram o principal instrumento de produção do material empírico da pesquisa, possibilitando aprofundar trajetórias, percepções, referências de autoridade e posicionamentos mobilizados pelos participantes diante dos temas investigados.

A escolha pela entrevista justifica-se pela sua adequação aos objetivos da investigação qualitativa. Segundo Severino (2016, p. 133), trata-se de uma técnica de coleta de informações solicitadas diretamente aos sujeitos pesquisados, em uma interação entre pesquisador e pesquisado, por meio da qual se busca apreender o que os participantes “pensam, sabem, representam, fazem e argumentam”. Nesse sentido, optou-se pela modalidade semiestruturada, caracterizada como “semi-diretiva ou semiaberta”, na qual a pesquisadora se orienta por um roteiro de perguntas, sem se limitar rigidamente a um questionário fechado (Castro; Oliveira, 2022, p. 35).

No caso desta tese, os participantes foram informados sobre a existência de um roteiro de entrevista, elaborado com questões centrais vinculadas aos objetivos da pesquisa. No entanto, a condução das entrevistas preservou uma abordagem flexível, permitindo a interação entre pesquisadora e participantes, a emergência de questões não previstas inicialmente e a formulação de respostas mais livres, sem a rigidez de uma padronização integral.

Um aspecto importante da condução das entrevistas refere-se à construção de um espaço de confiança entre a pesquisadora e os(as) entrevistados(as), condição fundamental para favorecer respostas mais livres e aprofundadas. Para isso, buscou-se evitar expressões de juízo de valor, fossem elas verbais, gestuais ou faciais, diante das respostas apresentadas. Da mesma forma, evitou-se retrucar ou contrapor diretamente as ideias dos participantes, priorizando perguntas de aprofundamento que permitissem compreender as razões, associações e sentidos atribuídos a determinados temas, políticos ou conceitos.

Assim, diante de críticas ao comunismo, por exemplo, a pesquisadora poderia indagar o que o entrevistado compreendia por esse termo, quais associações fazia a ele e que medos ou preocupações eram mobilizados em torno dessa ideia. O roteiro da entrevista (Apêndice 1) foi organizado em quatro eixos temáticos: (1) identificação socioeconômica; (2) consumo de conteúdos noticiosos; (3) identificação política e religiosa; e (4) pauta dos costumes.

Após a realização das entrevistas, iniciou-se a etapa de organização do material empírico. As entrevistas tiveram duração média de aproximadamente 30 minutos, sendo a mais curta com cerca de 20 minutos e a mais longa com duração aproximada de uma hora. Parte das entrevistas foi realizada presencialmente e parte por meio de videochamada, sendo ambas as modalidades gravadas mediante autorização dos(as) participantes. Apenas uma entrevista não contou com autorização para gravação de áudio ou vídeo. Após essa etapa, os áudios foram transcritos com o auxílio da ferramenta *Turbo Scribe*.

Com as transcrições concluídas, os dados dos(as) entrevistados(as) foram organizados em planilha. Nessa etapa inicial, foram sistematizadas principalmente as informações

sociodemográficas e as respostas fechadas do roteiro de entrevista, como gênero, faixa etária, escolaridade, região de residência, denominação religiosa e demais dados passíveis de registro quantitativo. Já as respostas abertas, por envolverem maior complexidade interpretativa, foram tratadas posteriormente por meio de um processo de codificação, no qual foram construídas categorias e subcategorias destinadas a padronizar, agrupar e analisar os sentidos presentes nas falas dos participantes.

Após a organização desses dados iniciais, a pesquisa utilizou como ferramentas técnicas para inferência de dados a Análise de Conteúdo, com base principalmente na obra de Laurence Bardin (2016), e posteriormente a Análise Crítica do Discurso, tendo como principal referência Norman Fairclough (2016).

A Análise de Conteúdo (AC) é uma metodologia adequada para a interpretação de entrevistas, pois tem como objetivo extrair significados, padrões e categorias a partir das respostas dos entrevistados, incluindo a identificação de narrativas, sentimentos e discursos ideológicos. A AC abrange um conjunto diversificado de instrumentos metodológicos, que vão desde o cálculo de frequências, fornecendo dados quantitativos, até a extração de estruturas passíveis de tradução em modelos. Segundo Bardin (2016, p. 15), esses instrumentos estão a serviço de uma “hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência”. A metodologia é estruturada em três fases: (i) a pré-análise; (ii) a exploração do material; e (iii) o tratamento dos resultados, incluindo inferências e interpretações.

A *pré-análise* corresponde à fase de organização do material a ser trabalhado. Nessa etapa, com a transcrição integral das entrevistas, foi realizada uma análise detalhada por meio de uma leitura flutuante, permitindo que a pesquisadora se familiarizasse com o conteúdo e obtivesse as primeiras impressões e direções para a análise das respostas complexas. A segunda fase, denominada *exploração do material*, consistiu no tratamento dos dados, ou seja, na sua codificação. Nesse processo, as respostas dos entrevistados foram organizadas em categorias ou temas, de acordo com o próprio material, seguindo uma abordagem indutiva.

Na codificação, inicialmente, as respostas foram organizadas com base nos eixos temáticos do roteiro de entrevistas, relacionados às dimensões centrais da pesquisa: eixo sociodemográfico, eixo informacional, eixo político-religioso e eixo dos costumes. Essa codificação não teve como finalidade reduzir a complexidade das falas a categorias rígidas ou fechadas, mas criar um instrumento de organização capaz de evidenciar padrões, aproximações, contrastes e ambivalências presentes no conjunto da amostra.

Assim, respostas abertas e narrativas foram convertidas em categorias analíticas padronizadas, sempre preservando a interpretação contextual das entrevistas e considerando

as nuances discursivas de cada participante. Por exemplo, no eixo político-religioso, foram codificadas variáveis como posição política declarada, voto nas eleições de 2018 e 2022, grau de influência religiosa nas decisões políticas, percepção sobre o Estado laico e flexibilidade político-religiosa.

Já no eixo informacional, foram sistematizadas as principais fontes de informação utilizadas pelos entrevistados, os meios pelos quais recebiam conteúdos políticos e religiosos, suas práticas de verificação e seus critérios de confiança. No eixo dos costumes, foram codificadas as posições diante de temas como aborto, casamento e adoção por casais homoafetivos, segurança pública e militares, ameaça comunista e intervenção do Estado.

A fim de ilustrar melhor o processo de codificação das respostas, pode-se tomar como exemplo o engajamento político dos entrevistados. As respostas foram padronizadas segundo o nível de interesse em uma escala de 0 a 10, na qual as notas de 0 a 3 foram classificadas como baixo engajamento, de 4 a 7 como médio engajamento e de 8 a 10 como alto engajamento. Para os participantes que atribuíram nota superior a 4, foi perguntado em que momento o interesse por assuntos políticos teve início em suas vidas. As respostas foram então padronizadas na planilha da seguinte forma: REC, abreviação de recente, para aqueles que indicaram o período a partir de 2018 (ano da eleição de Bolsonaro); INT, abreviação de intermediário, para os que indicaram o período a partir de 2010; e ANT, abreviação de anterior, para os que mencionaram um interesse anterior a 2010.

Outro exemplo refere-se à pergunta sobre se o entrevistado considerava o comunismo uma ameaça real. Nesse caso, as respostas foram padronizadas nas seguintes categorias: ameaça exagerada/não real, quando havia rejeição da ideia ou a consideração de que se tratava de um discurso sem sentido; ameaça real concreta, quando o participante afirmava que havia um risco e conseguia explicá-lo, através, por exemplo, da expressão “as igrejas vão fechar”; ameaça real difusa, quando acreditava na existência da ameaça, mas não conseguia explicá-la claramente, como em “vai virar bagunça” ou “vai ser ruim”; ambivalente/incerto, quando demonstrava dúvida ou contradição, como em “eu acho que sim, mas não sei explicar”; e não soube/não respondeu, quando não apresentou resposta ou não conseguiu se posicionar.

Considerando a extensão da planilha e a diversidade de variáveis construídas ao longo do processo de codificação, optou-se por não descrever exaustivamente cada coluna no corpo da tese. Essa escolha se justifica pelo fato de que nem todas as variáveis possuem o mesmo peso analítico: algumas cumprem função predominantemente descritiva, como os dados sociodemográficos, enquanto outras são centrais para os cruzamentos e inferências desenvolvidos na análise. Desse modo, foram privilegiadas, na exposição metodológica, as

categorias mais diretamente relacionadas aos objetivos da pesquisa e à construção interpretativa do objeto.

Uma vez padronizadas as respostas, foi possível mapear descritivamente o perfil da amostra, considerando aspectos como maior ou menor adesão a valores conservadores, presença de ambivalências político-religiosas, centralidade da Bíblia e/ou da liderança pastoral como vetores de autoridade, além de diferentes formas de circulação, recepção e validação da informação. Assim, foi possível construir uma categoria macro que representasse a amostra, denominada “conservadorismo moral-religioso informacionalmente mediado, atravessado por ambivalências político-democráticas”.

A terceira fase correspondeu ao tratamento dos resultados, que envolveu a realização de *inferências e interpretações*. Nessa etapa, as respostas dos entrevistados são examinadas com o objetivo de identificar padrões, relações e significados, combinando essa análise com um exame aprofundado do discurso. Em seguida, a pesquisadora revisou os resultados para assegurar a coerência das categorizações, validando e consolidando a confiabilidade dos achados.

Nesse sentido, os resultados indicam que a amostra apresenta uma forte presença de valores moral-religiosos conservadores, expressos sobretudo nas posições contrárias ao aborto, na valorização dos princípios cristãos como referência ética e política, na predominância do voto em Jair Bolsonaro e na circulação de argumentos marcados por críticas ao Estado e pelo imaginário anticomunista. Ao mesmo tempo, essa configuração não se apresenta de maneira uniforme ou sem tensões, uma vez que tais posições coexistem com a aceitação parcial de direitos LGBTQ+, a defesa do Estado laico, o reconhecimento da liberdade religiosa, a afirmação de autonomia nas escolhas eleitorais e a rejeição majoritária à volta dos militares ao poder.

Em seguida, a análise ganhou novos desdobramentos com a Análise Crítica do Discurso (ACD), proposta por Fairclough (2016), método de investigação que examina as relações entre linguagem, poder e ideologia. Seu objetivo é compreender como o discurso — entendido como fala, escrita, imagens e práticas comunicativas — tanto influencia quanto é influenciado por estruturas sociais, políticas e econômicas. Fairclough (2016) conceitua o discurso como prática social, enfatizando que ele não se limita a refletir a realidade, mas também participa da constituição, reprodução e transformação das relações sociais.

Para a análise, foram utilizados os conceitos de intertextualidade manifesta e intertextualidade constitutiva, bem como seus respectivos elementos analíticos. Fairclough (2016) mobiliza o conceito de intertextualidade, que não foi criado por ele, mas resulta da

apropriação de diferentes contribuições teóricas. Esse conceito parte da premissa de que nenhum discurso é inteiramente isolado ou puro, pois está sempre atravessado por outros discursos anteriores, que podem se manifestar de forma explícita, no caso da intertextualidade manifesta, ou de forma implícita, no caso da intertextualidade constitutiva⁶.

Nessa etapa principal da análise empírica, foram construídas três categorias analíticas: autoridade informacional (ver Glossário) e regimes de verdade; mediação religiosa da interpretação política; e moralização da política e fronteiras político-religiosas. Em cada categoria, foram selecionados núcleos discursivos para análise, tendo como base os fragmentos das entrevistas. Os participantes foram identificados como Perfil 1 (P1), Perfil 2 (P2) e assim sucessivamente, conforme a quantidade de enunciados trabalhados em cada núcleo discursivo. Posteriormente, foi elaborada uma síntese geral das análises discursivas, em diálogo com os objetivos propostos por esta tese.

Dessa forma, a articulação entre a Análise de Conteúdo e a Análise Crítica do Discurso permitiu combinar a sistematização do material empírico com uma leitura interpretativa mais aprofundada dos enunciados. Enquanto a Análise de Conteúdo contribuiu para organizar, codificar e comparar as respostas dos entrevistados, a Análise Crítica do Discurso possibilitou examinar como tais respostas produzem sentidos sobre religião, política, informação, verdade e moralidade. Esse percurso metodológico permitiu, portanto, passar da identificação de recorrências e padrões à compreensão das disputas discursivas e das ambivalências presentes nas falas, em diálogo com os objetivos da pesquisa e com o referencial teórico mobilizado na tese.

Por fim, nos termos da Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026, declara-se o uso de ferramentas de inteligência artificial de forma auxiliar e supervisionada ao longo do processo de elaboração da tese. A ferramenta *Chat GPT Plus*, com uso do modelo *GPT-5.5 Thinking*, foi utilizada para tradução, revisão textual, correção gramatical e ortográfica, bem como para o aprimoramento da fluidez e da clareza da escrita. Seu uso não substituiu a elaboração intelectual, a análise crítica nem a interpretação dos dados, tampouco foi utilizado para a geração autônoma de conteúdo analítico, permanecendo sob responsabilidade integral da autora todas as escolhas teóricas, metodológicas, analíticas e argumentativas apresentadas

⁶ O conceito foi originalmente proposto pela linguista búlgara Julia Kristeva a partir da tradução para o francês, no final da década de 1960, da obra de Mikhail Bakhtin, especificamente do que o russo chamou de dialogismo. Tratava-se, para o linguista, do diálogo que qualquer discurso realiza na sua relação com outros discursos anteriores e posteriores. Sendo assim, nenhum discurso (ou enunciado) é totalmente original, além de se constituir a partir das relações sociais.

na pesquisa. Após o uso da ferramenta, os textos foram revisados e editados de forma consciente, responsável e crítica pela autora.

Também foi utilizada a ferramenta *Google NotebookLM* como apoio à consulta e à recuperação de dados e informações das transcrições das entrevistas, com a finalidade de facilitar a localização de trechos e falas referentes aos participantes. O uso dessa ferramenta não substituiu a leitura, a escuta das entrevistas e as anotações da pesquisadora, que assume total responsabilidade pelo conteúdo final da tese.

3 DEMOCRACIA LIBERAL POSTA EM XEQUE: O CAMINHO DE TRANSFORMAÇÕES AUTORITÁRIAS

A democracia moderna pode ser compreendida como um regime político fundado na participação cidadã, na igualdade política e na garantia de direitos e liberdades fundamentais. No caso da democracia liberal, esses valores foram historicamente associados à limitação do poder absoluto, ao constitucionalismo e à ampliação da representação política, em processos como a Revolução Gloriosa inglesa, a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa. Assim, nesta tese, a democracia liberal é entendida como uma forma de democracia constitucional moderna, baseada na combinação entre representação política, direitos fundamentais, liberdades civis e participação cidadã (Dahl, 2001; Held, 2006; Merquior, 2014).

No Brasil, a democracia sempre esteve oscilando, com diversos golpes de Estado ocorrendo ao longo da sua formação enquanto nação. Na Assembleia Constituinte de 1988, criou-se a Constituição Federal (CF), também conhecida como Constituição Cidadã, um marco na garantia dos direitos dos cidadãos, consolidando um segundo processo de redemocratização⁷ após duas décadas de regime civil-militar autocrático. A partir de 2010, através do que ficou conhecido como Primavera Árabe⁸, o mundo começou a vivenciar um ciclo intenso de “recessão democrática”. Esse termo foi cunhado pelo cientista político Larry Diamond para se referir ao “fim do processo contínuo de ampliação de democracias no mundo” (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 8). Segundo o cientista político brasileiro Jairo Nicolau, que escreveu o prefácio do livro *Como as democracias morrem* (2018), a ideia de recessão democrática estava inicialmente relacionada às dificuldades no surgimento de novos governos democráticos desde meados da década de 2000. Contudo, nos últimos anos, a preocupação passou a incluir também a crise das democracias consolidadas (Levitsky; Ziblatt, 2018).

É surpreendente constatar que democracias historicamente consolidadas já não possuem a mesma estabilidade e enfrentam riscos de erosão institucional. Um exemplo notável é a Hungria, que, segundo o Parlamento Europeu, não pode mais ser considerada uma

⁷ No Brasil, ocorreram dois processos históricos de redemocratização. O primeiro em 1945, no contexto do governo autoritário de Getúlio Vargas, e o segundo entre 1974 e 1985, no contexto da ditadura civil-militar.

⁸ A **Primavera Árabe** foi uma série de manifestações populares ocorridas entre o final de 2010 e o início de 2011 em países do norte da África e do Oriente Médio. Os protestos tinham como objetivo promover reformas políticas, sociais e econômicas, em resposta à insatisfação com governos autoritários e corruptos. O movimento teve início na Tunísia — o único país que conseguiu derrubar seu governo autoritário e realizar uma transição democrática — e rapidamente se espalhou para outras nações, como Síria, Iêmen, Egito, Kuwait, Arábia Saudita e Líbia. A repressão por parte dos governos resultou em guerras civis, cujas consequências ainda são sentidas até os dias atuais.

democracia plena, sendo caracterizada como um “regime híbrido de autocracia eleitoral”⁹. Esse diagnóstico contrasta com o otimismo democrático do pós-Guerra Fria, período em que a dissolução da União Soviética, em 1991, e a chamada terceira onda de democratização alimentaram a crença de que a democracia liberal se consolidaria como regime predominante no mundo (Huntington, 1991; Parlamento Europeu, 2022).

Essa visão é apresentada no famoso ensaio *O Fim da História e o Último Homem*, do cientista político Francis Fukuyama, publicado no início da década de 1990. Para o autor, eventos como a crise do socialismo, que impulsionaram o avanço do capitalismo liberal no mundo, a falta de apoio à teocracia islâmica fora do Oriente Médio e a permanência do capitalismo estatal na China, disfarçado de comunismo, indicavam o fim das grandes lutas ideológicas que por tanto tempo mantiveram o mundo em conflito. Dessa forma, Fukuyama (1992) defendia que o modelo econômico liberal se consolidaria como o melhor caminho a ser seguido e o tomava como o estágio final do progresso econômico. Apenas assim, ele defendia, seria possível alcançar a universalização da democracia liberal ocidental, marco da forma final de governo humano.

O “fim da História”, entendido como o último estágio de avanço econômico, não implicaria o término da história natural humana, mas sim o alcance de uma sociedade capaz de suprir todas as suas necessidades humanas básicas, com as questões fundamentais já resolvidas. Em outras palavras, haveria a possibilidade de crescimento social e econômico para todos os cidadãos onde o liberalismo estivesse implantado, ainda que respeitando as particularidades de cada nação. Fukuyama (1992) baseia sua previsão nas ideias de Hegel e Marx sobre a evolução das sociedades — apostando mais no pensamento idealista do primeiro —, adaptando-as para fundamentar sua interpretação do futuro político e econômico global.

Tanto para Hegel quanto para Marx a evolução das sociedades humanas não era ilimitada. Mas terminaria quando a humanidade alcançasse uma forma de sociedade que pudesse satisfazer suas aspirações mais profundas e fundamentais. Desse modo, os dois autores previam o ‘fim da História’. Para Hegel seria o estado liberal, enquanto para Marx seria a sociedade comunista. (Fukuyama, 1992, p. 12)

Muitas críticas foram direcionadas a Fukuyama (1992) por sua suposta ingenuidade ao sugerir que a aceitação inevitável da ideia de democracia liberal ocidental não enfrentaria resistências. Além disso, virou alvo de desaprovação por sua crença de que a universalização do estado liberal seria capaz de resolver todos os conflitos de classe e proporcionar melhores condições econômicas a grupos sociais ou países, ao reconhecer todos os cidadãos. Para os

⁹ Disponível em:

<https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20220909IPR40137/parlamento-europeu-a-hungria-ja-nao-pode-ser-considerada-uma-democracia-plena>. Acesso em: 25 jan. 2025.

críticos, tais afirmações eram, no mínimo, precipitadas. Apesar das objeções, a hipótese de Fukuyama (1992) exerceu enorme influência. Contudo, também houve um “erro” de previsão por parte de seus críticos. Muitos acreditavam que, embora a democracia liberal pudesse não triunfar globalmente, sua estabilidade estaria assegurada nos países democráticos da América do Norte e da Europa Ocidental (Mounk, 2019).

Não foi o que aconteceu. Se outrora os indivíduos que vivenciavam a democracia liberal estavam satisfeitos com seus governos e com o funcionamento das instituições, em um contexto de “estabilidade” e consenso, hoje é perceptível uma inclinação crescente por alternativas autoritárias que desprezam o respeito às regras e normas democráticas. Por quê? Não há uma única resposta, mas uma combinação de fatores sociais, políticos, econômicos e tecnológicos que pode explicar esse fenômeno de crise de legitimidade da democracia liberal (Mounk, 2019). Entre eles, destacam-se:

- a dificuldade em reduzir as desigualdades econômicas e a crescente concentração de riqueza nas mãos de poucos;
- a crise de representação da classe política e das instituições, desconectadas da realidade dos cidadãos e frequentemente voltadas a interesses específicos, em detrimento do conjunto da sociedade;
- a ascensão de líderes populistas, que oferecem soluções simplistas para problemas complexos;
- a desinformação massiva disseminada pelas mídias sociais, que consolida um cenário de grande incerteza informacional e exacerba polarizações ideológicas;
- a fragmentação cultural ou multiculturalismo, que pode ser exemplificada pelo avanço dos direitos fundamentais de grupos sociais minoritários, frequentemente percebidos como ameaças à identidade cultural tradicional;
- a interdependência global, refletida em tratados internacionais e organizações supranacionais, muitas vezes criticadas pelos detratores da globalização como excessos de “globalismo”;
- a precarização do trabalho diante dos desafios impostos pelas novas tecnologias;
- os constantes escândalos de corrupção, crises climáticas e guerras civis, que geram fluxos migratórios intensos.

Deste modo, essa “nova” tendência de escolha dos eleitores por governos autoritários e com direcionamento autocrático tem como definição de regime político a expressão

“democracia iliberal”. Segundo Zakaria (1997, p. 22), nesse regime os governos são eleitos, reeleitos democraticamente — com eleições livres e limpas — ou reafirmados através de referendos, contudo, “ignoram sistematicamente os limites constitucionais ao seu poder e privam os seus cidadãos de direitos e liberdades fundamentais”. Esse conjunto de liberdades se refere ao Estado de direito, separação dos poderes e liberdades básicas de expressão, associação, religião e propriedade. Zakaria (1997) afirma ainda que esse composto de liberdades, denominado liberalismo constitucional, é teoricamente e historicamente distinto de democracia, pois o liberalismo como doutrina econômica e como concepção de liberdade política pode ter apenas coincidido com a ascensão da democracia.

Corroborando essa ideia, Mounk (2019, p. 17-18), em seu segundo pressuposto explicativo sobre a instabilidade democrática, afirma que, “por muito tempo, acreditou-se que liberalismo e democracia eram partes de um todo coeso”. Todavia, o fato de um sistema funcional precisar de ambos os elementos para prosperar não significa que, ao reunir os dois, será, necessariamente, estável. Pelo contrário, a dependência mútua entre liberalismo e democracia evidencia a rapidez com que a disfunção de um aspecto da política pode gerar problemas no outro. Quando isto acontece, Mounk (2019) chama de *democracia sem direitos*.

Para ilustrar o curso de transição de um regime político democrático liberal para um regime iliberal, destaca-se o discurso¹⁰ do primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán¹¹, proferido em 26 de julho de 2014, durante o 25º Acampamento de Verão Bálványos para Estudantes e Universitários. Embora extenso, o contexto central da fala aborda a mudança de regime em curso na Hungria e a maneira como os húngaros podem interpretar e compreender a relevância dessas transformações a partir de experiências geracionais distintas. Orbán enfatiza que, para entender os acontecimentos políticos, sociais e econômicos ao redor, bem como os desafios enfrentados pela nação húngara, é fundamental recordar três grandes transformações no sistema global ocorridas no século XX: as duas guerras mundiais, a queda do Muro de Berlim e, no século XXI, a crise financeira de 2008. No discurso, ele também apresenta os obstáculos que impedem o sucesso da Hungria, apontando o que precisa ser transformado. Segue abaixo um trecho da fala:

¹⁰ HUNGRIA. Primeiro-ministro (2010 - atual: Viktor Orbán). Discurso no 25º Acampamento de Verão Bálványos para estudantes e universitários. Tusnádfürdő (Băile Tușnad), Romênia, 24 jul. 2014. Disponível em: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-speech-at-the-25th-balvanyos-summer-free-university-and-student-camp>. Acesso em: 18 nov. 2024.

¹¹ Em abril de 2026, a coalizão Fidesz-KDNP, liderada por Viktor Orbán, foi derrotada nas eleições parlamentares da Hungria pelo partido Tisza, de Péter Magyar, resultado que encerrou um ciclo de 16 anos de governos consecutivos de Orbán no país.

[...] os cidadãos húngaros esperam que os líderes húngaros encontrem, formulem e criem um novo método de organização do estado húngaro. [...] tivemos que declarar que uma democracia não precisa necessariamente ser liberal. Só porque um estado não é liberal, ele ainda pode ser uma democracia. [...] sociedades que são construídas sob o princípio de organização estatal da democracia liberal provavelmente serão incapazes de manter sua competitividade global nas próximas décadas. [...] A democracia liberal e o estado húngaro liberal não protegeram os ativos da comunidade. [...] democracia liberal também provou ser incapaz de proteger os ativos comunitários que são necessários para a autossuficiência da nação em comparação com os outros estados da Europa. O estado liberal húngaro também foi incapaz de proteger o país de cair em dívidas. [...] a nação húngara não é simplesmente um grupo de indivíduos, mas uma comunidade que deve ser organizada, reforçada e de fato construída. E então, nesse sentido, o novo estado que **estamos construindo na Hungria é um estado iliberal, um estado não liberal**. Ele não rejeita os princípios fundamentais do liberalismo, como a liberdade, e eu poderia listar mais alguns, mas não torna essa ideologia o elemento central da organização do estado, mas, em vez disso, inclui uma abordagem nacional diferente e especial. (Hungria, 2014, tradução nossa¹², destaque da autora)

Na democracia iliberal, a ideia central é a nação como uma grande comunidade homogênea. Nesse modelo, o governante assume o dever de zelar pela segurança e pelo bem-estar nacional em todos os níveis estruturais, resgatando o conceito de “razão de Estado”¹³. Esse conceito parte do pressuposto de que a organização humana exige uma autoridade firme e absoluta, capaz de justificar a repressão de interesses particulares em prol do bem-estar coletivo e do fortalecimento do Estado.

A “razão de Estado” pressupõe a autonomia do poder político em relação a outras esferas, como a ética, a moral e a religião. Sua relação com governos autoritários e autocráticos contemporâneos se revela nas ações justificadas por esse princípio, ainda que não declaradas publicamente. Essa dinâmica manifesta-se na supressão de direitos em nome da segurança nacional, centralização do poder, partidarização das estruturas estatais, criação de inimigos internos e externos, legitimação de medidas excepcionais, desinformação e controle narrativo¹⁴. É importante destacar que Viktor Orbán não é o único exemplo desse cenário.

¹² **Original:** [...] Hungarian citizens expect Hungarian leaders to find, formulate and create a new method of organizing the Hungarian state. [...] we had to declare that a democracy does not necessarily need to be liberal. Just because a state is not liberal, it can still be a democracy. [...] societies that are built on the state organization principle of liberal democracy will likely be unable to maintain their global competitiveness in the coming decades. [...] Liberal democracy and the liberal Hungarian state did not protect the community's assets. [...] liberal democracy has also proven itself incapable of protecting the communal assets that are necessary for the nation's self-sufficiency compared to other states in Europe. The liberal Hungarian state was also unable to protect the country from falling into debt. [...] the Hungarian nation is not simply a group of individuals, but a community that must be organized, reinforced and actually built. And so, in that sense, the new state that we are building in Hungary is an illiberal state, an illiberal state. It does not reject the fundamental principles of liberalism, such as freedom, and I could list a few more, but it does not make this ideology the central element of the state organization, but instead includes a different and special national approach.

¹³ RAZÃO DE ESTADO. In: Dicionário de Filosofia Moral e Política. Disponível em: <https://www.dicionariofmp-ifilnova.pt/razao-de-estado/#:~:text=A%20raz%C3%A3o%20de%20Estado%20%C2%ABindica.que%20um%20Estado%20%C2%ABvive%C2%BB>. Acesso em: 19 nov. 2024.

¹⁴ O controle de narrativa refere-se à capacidade de moldar, direcionar ou influenciar a maneira como uma história, um evento ou uma ideia é apresentada e percebida pelas pessoas. Quem controla a narrativa tem o poder de definir quais aspectos são enfatizados, quais são omitidos ou minimizados, e qual interpretação é vista como

Outros líderes, como Recep Tayyip Erdoğan (Turquia), Vladimir Putin (Rússia) e Jair Bolsonaro (Brasil), também ilustram essas práticas.

De acordo com o relatório anual que mede a qualidade democrática dos países, publicado pelo *Instituto Varieties of Democracy (V-Dem)*¹⁵, vinculado à *University of Gothenburg*, na Suécia, a tendência global de autocratização continua predominante. Dados apontam que “a autocratização segue em curso em 42 países, onde vivem 2,8 bilhões de pessoas, ou seja, 35% da população mundial. A Índia, com 18% da população mundial, representa cerca de metade da população que vive em países em autocratização.” (V-Dem Institute, 2024, p. 8).

O nível de democracia de que o cidadão comum em 2023 se beneficia no mundo retrocedeu a patamares semelhantes aos de 1985; em termos de média por país, retornou a níveis de 1998. Esse declínio é acentuado no Leste Europeu, bem como no Sul e no Centro da Ásia. Na América Latina, 86% da população vive em democracias eleitorais, como na Argentina e no Brasil, e 4% em democracias liberais, como no Chile e no Uruguai. As autocracias na região estão presentes em países relativamente pequenos, como Cuba, Nicarágua e Venezuela, correspondendo a 10% dos habitantes da região. (V-Dem Institute, 2024)

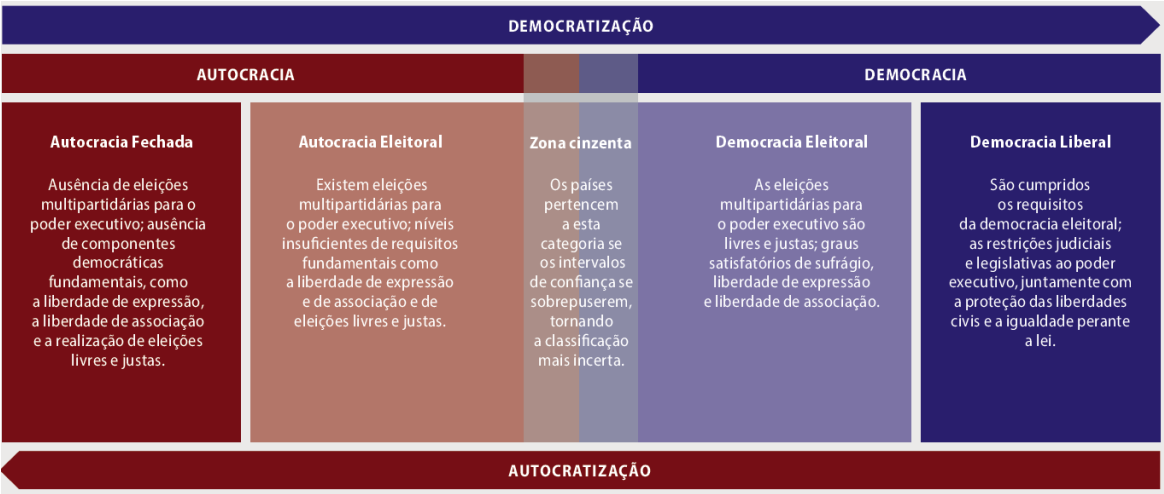
Para compreender como o Instituto V-Dem mede os níveis de democracia ao redor do mundo, é fundamental esclarecer as categorias utilizadas para definir o regime político de um país. A *democratização* refere-se ao progresso de um país em direção à democracia, independentemente de seu ponto de partida. Por outro lado, a *autocratização* indica o movimento na direção oposta. Conforme o V-Dem Institute (2024, p. 14), “a democratização pode começar numa autocracia (liberalização) ou numa democracia (intensificação), e inversamente, a autocratização pode começar numa democracia (retrocesso) ou numa autocracia (regressão).”

Os regimes políticos são classificados em quatro tipos principais: autocracias fechadas, autocracias eleitorais, democracias eleitorais e democracias liberais. Abaixo (Quadro 1), apresenta-se uma figura que ilustra e define essas categorias de regime.

legítima ou “verdadeira”. Na política, governos, partidos e políticos usam o controle de narrativa para moldar a opinião pública sobre suas ações, ideias ou adversários.

¹⁵ Disponível em: <https://www.v-dem.net/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

Quadro 1 — Democratização x Autocratização



Fonte: V-Dem, 2024

A perda de predominância da democracia liberal contemporânea pode ser analisada à luz das ondas de democratização e das ondas reversas (autocratização) que marcaram a história moderna. Segundo o cientista político norte-americano Samuel P. Huntington (1994, p. 23), “uma onda de democratização é um grupo de transições de regimes não-democráticos para democráticos, que ocorrem em um período de tempo específico e que significativamente são mais numerosas do que as transições na direção oposta durante tal período.”

Historicamente, três grandes ondas de democratização foram identificadas, cada uma acompanhada de suas respectivas ondas reversas (Quadro 2). É importante destacar que essas transições de regime não ocorreram de forma uniforme entre os países. Cada nação enfrentou desafios e circunstâncias específicas, e nem todas as que experimentaram uma transição democrática reverteram-se ao autoritarismo (ver Glossário) como outras (Huntington, 1994). A história não segue uma trajetória unidirecional.

Quadro 2 — Ondas de democratização e autocratização ao redor do mundo

ONDAS DE DEMOCRATIZAÇÃO E AUTOCRATIZAÇÃO AO REDOR DO MUNDO ^{9 10 11}					
1ª onda democratização	1ª onda autocratização	2ª onda democratização	2ª onda autocratização	3ª onda democratização	3ª onda autocratização
1830 a 1920	1920 a 1940	1940 a 1960	1960 a 1980	1980 a 2000	Fim década de 1990, intensificada na década de 2010
Garantia de sufrágio nos EUA, França, Reino Unido, Canadá, Austrália, Argentina etc.	Consolidação de regimes nazista e fascistas na Europa	Fim da 2ª Guerra Mundial e transição democrática de regimes totalitários	Consolidação de regimes militares na América Latina	Enfraquecimento e término de regimes ditatoriais na Europa, América Latina e Ásia; fim da URSS	Autocratização de regimes democráticos em diferentes partes do globo; Hungria, Polônia, Turquia, Índia como principais exemplos

Fonte: V-Dem 2024

A partir do Quadro 2, é possível observar que a crise da democracia liberal no século XXI está inserida na *terceira onda de autocratização*, caracterizada por um elemento distintivo em relação às duas ondas reversas anteriores. Enquanto nas ondas passadas a violação da democracia era evidente, hoje esse processo ocorre de forma mais dissimulada, pelo menos até que o autocrata¹⁶ revele suas reais intenções.

Tomando como exemplo os golpes de Estado clássicos — no Chile, liderado por Augusto Pinochet em 1973, e no Brasil, em 1964, com a deposição do presidente João Goulart pelos militares —, percebe-se que esses eventos foram marcados por luta armada, tanques nas ruas, assassinatos e destituições forçadas de presidentes. No contexto atual, no entanto, o retrocesso democrático começa pelas urnas. A via eleitoral torna-se o ponto de partida para a subversão democrática. Os autoritários eleitos utilizam as instituições democráticas para mascarar suas intenções, enfraquecendo gradualmente a estrutura democrática por dentro (Levitsky; Ziblatt, 2018).

É importante destacar que, durante a primeira onda autocrática, marcada pela consolidação dos regimes totalitários na Europa, Adolf Hitler não chegou ao poder na Alemanha por meio de um golpe de Estado. Embora tenha tentado uma tomada violenta de poder no episódio conhecido como *Putsch da Cervejaria*, essa estratégia fracassou. Após isso, o Partido Nazista mudou de tática e alcançou o poder utilizando processos políticos legais, como as eleições. Em 1933, Hitler foi nomeado chanceler graças a acordos políticos. A partir dessa posição, ele e o Partido Nazista manipularam o sistema democrático para ampliar sua influência e consolidar uma ditadura. Em 1934, com a morte do presidente Paul von Hindenburg, Hitler se autoproclamou *Führer* (líder), transformando a Alemanha em um regime totalitário (Lopes, 2023).

A distinção principal entre a subversão da democracia no exemplo de Hitler no século XX e os processos semelhantes no século XXI reside na estratégia e na velocidade com que os líderes autoritários manipulam as instituições democráticas. No caso de Hitler, a consolidação do poder foi abrupta. Assim que alcançou o posto de chanceler, ele rapidamente ultrapassou os limites democráticos e constitucionais, utilizando mecanismos legais como o *Decreto do Incêndio do Reichstag* (ou *Decreto do Presidente do Reich para a proteção do povo e do Estado*) e a *Lei de Concessão de Plenos Poderes*¹⁷, ambas de 1933, para eliminar

¹⁶ Ao longo desta tese, as expressões "autocrata", "autoritário" e "governo autoritário" são empregadas não com o intuito de definir um regime político específico, mas para enfatizar um estilo de liderança e governança que manifesta traços de autoritarismo, dos governantes, em diferentes níveis de intensidade.

¹⁷ Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/incendio-no-reichstag-ha-90-anos-fogo-no-parlamento-al-emaio-impulsionava-consolidacao-nazista.phtml>. Acesso em: 20 nov. 2024.

opositores, concentrar poderes e instaurar uma ditadura totalitária em pouco mais de um ano, por meio também da abolição da liberdade de expressão, opinião, reunião e imprensa e do sigilo de correspondências. A ruptura democrática foi explícita e violenta, com repressão imediata e visível (Previdelli, 2023).

No século XXI, o processo tende a ser mais gradual e sutil, o que Levitsky e Ziblatt (2018, p. 17) chamam de “erosão democrática”. Os líderes autoritários eleitos pelo voto utilizam as próprias instituições democráticas para corroê-las por dentro, enfraquecendo os pesos e contrapesos de forma quase imperceptível. Aqueles que percebem as arbitrariedades do governo frequentemente são descartados e desacreditados como falsos alarmistas. Isso ocorre porque, na superfície, as instituições continuam funcionando: a imprensa segue operando, os cidadãos podem criticar o governo, leis e decretos são aprovados com o consenso entre Legislativo e Judiciário, eleições são realizadas e os partidos políticos seguem existindo (Levitsky; Ziblatt, 2018).

Em outras palavras, não há nada ostensivamente antidemocrático que, à primeira vista, acenda um sinal de alerta. Essa aparente normalidade dificulta a identificação de ameaças à democracia, permitindo que a erosão democrática avance de forma quase imperceptível. Outro aspecto relevante é que a terceira onda de autocratização promoveu a ascensão de lideranças políticas com características populistas e nacionalistas. Esses líderes frequentemente utilizam a retórica de proteção aos interesses nacionais e ao povo como justificativa para ações que enfraquecem as instituições democráticas, consolidando seu poder gradualmente (Levitsky; Ziblatt, 2018).

A expressão “populismo” (ver Glossário) tem sido bastante utilizada (Traverso, 2021, p. 14) para se referir a líderes políticos como: Hugo Chávez e Nicolás Maduro na Venezuela, Viktor Orbán na Hungria, Rodrigo Duterte nas Filipinas, Donald Trump nos Estados Unidos, Jean-Luc Mélenchon (extrema esquerda) e Marine Le Pen (extrema direita) na França, o Movimento 5 Estrelas e Matteo Salvini na Itália, Nigel Farage na Grã-Bretanha, Lula da Silva (esquerda) e Jair Bolsonaro (extrema direita) no Brasil, entre outros.

A grosso modo, o populismo remete à ideia de um líder carismático que se conecta a um “povo” excluído da sociedade. Contudo, o conceito vai além disso. Ele possui múltiplos significados, dependendo das circunstâncias e ideologias em que é empregado. Segundo Lynch e Cassimiro (2022, p. 12), o populismo “designa um estilo de fazer política típico de ambientes democráticos ou de massa, praticado por uma liderança carismática que reivindica a representação de uma maioria contra o restante da sociedade.”

Para o historiador argentino Ernesto Laclau (2013), em seu famoso livro *A Razão Populista*, o populismo possui uma lógica própria de construção política que não se configura como uma ideologia. Trata-se da construção do povo em oposição ao seu inimigo, sendo esse processo intrinsecamente político, pois a categoria “povo” não é inerte. Pelo contrário, ela depende das circunstâncias e transcende os preceitos ideológicos. O populismo, portanto, possibilita a formação de identidades coletivas centradas na ideia de povo, exercendo uma representação hegemônica dessa construção.

Corroborando essa ideia, Lynch e Cassimiro (2022) afirmam que o populismo pode ser de esquerda ou de direita. É classificado como de esquerda quando orientado pelo dever de reduzir as desigualdades sociais e econômicas, descrevendo o "povo" como uma categoria explorada por uma minoria capitalista que dita as regras do Estado em conformidade com interesses particulares. No contexto brasileiro, exemplos de lideranças populistas de esquerda incluem Getúlio Vargas, João Goulart e Luiz Inácio Lula da Silva.

Já o populismo de direita se baseia na imperiosa ideia de preservação da ordem e na garantia da autoridade. Nesse contexto, o "povo" é descrito como um conjunto de empresários e famílias ameaçadas em sua moral tradicional por uma minoria de subversivos que atentam contra a propriedade privada e os bons costumes. No Brasil, exemplos de lideranças populistas de direita incluem Jânio Quadros, Carlos Lacerda e Fernando Collor (Lynch; Cassimiro, 2022).

Todavia, há também o populismo moderado e o populismo radical. Na categoria moderada, o populismo não confronta a democracia e pode até fortalecê-la. Um exemplo disso é Getúlio Vargas na década de 1950, ao assegurar a ampliação da cidadania sem romper com o Estado de Direito. Por outro lado, a categoria radical desafia o Estado de Direito e promove uma democracia iliberal, conforme mencionado anteriormente. Esse tipo de populismo é caracterizado pela representação exclusiva do líder carismático (Lynch; Cassimiro, 2022).

A ascensão de lideranças populistas é um fenômeno global. Para compreendê-lo, é essencial analisá-lo a partir de causas comuns, evitando interpretações equivocadas que se limitem a contextos exclusivamente locais. No entanto, as especificidades de cada país devem ser consideradas, dada a diversidade de fatores que moldam essas realidades. Nesse sentido, segundo Mounk (2019, p. 164), as condições que possibilitam esse avanço e a crise da democracia liberal podem ser entendidas a partir de três perspectivas principais:

1. **O surgimento da internet e das mídias sociais** – Os meios de comunicação de massa tradicionais, agindo como *gatekeepers*, limitaram a distribuição de ideias extremistas, dificultando a proliferação de informações falsas. Isso não significa que a manipulação da informação e a disseminação de mentiras não existissem anteriormente, mas seu alcance era consideravelmente mais restrito. Com o surgimento da internet e o potencial das mídias sociais, surgiu uma visão otimista de que esse novo formato de comunicação aprofundaria e difundiria a democracia. Contudo, com o tempo, essas ferramentas, que inicialmente eram vistas apenas por seus aspectos benéficos, foram capturadas por velhos inimigos democráticos. Assim, passaram a mobilizar ressentimentos arraigados, fanatismo, manipulação e controle do Estado.
2. **Estagnação econômica** – A piora no padrão de vida dos cidadãos e a ausência de perspectivas de um futuro melhor tornam-se fatores decisivos. O cidadão que vivenciou uma rápida melhoria em sua qualidade de vida, mas hoje percebe as dificuldades aumentarem, enfrenta a redução de seu poder de consumo e a falta de garantias de estabilidade financeira, o que gera insatisfação e descontentamento.
3. **Identidade cultural** – A ideia de uma nação monoétnica ou da hegemonia de um único grupo étnico é desafiada pela diversidade cultural. Em territórios etnicamente plurais, essa diversidade pode gerar tensões culturais, alimentando discursos que promovem a exclusão ou a busca por uma identidade homogênea.

Nesse sentido, o populismo que ameaça as instituições democráticas, categorizado como radical, está diretamente associado ao crescimento do prestígio da extrema direita (ver Glossário) no cenário internacional e nacional. O populismo radical, sustentado por um herói antissistema, o único capaz de resolver os graves problemas na nação, é um dos objetos centrais de interesse da presente tese. Esse líder fomenta clivagens entre o “povo puro” e a “elite corrompida”, ou o “nós” contra “eles”, oferecendo soluções simplistas para problemas sociais complexos, frequentemente acompanhadas de respostas rápidas e diretas, muitas vezes reforçadas por frases de efeito (Barros; Lago, 2022; Mudde, 2021).

O populista radical adota estratégias discursivas contra políticos tradicionais, grandes corporações, bancos e, sobretudo, a mídia tradicional, acusada de manipular o “povo puro” e esconder a verdade. Seu discurso apela ao resgate da identidade nacional (nacionalismo), supostamente perdida, e aos costumes tradicionais, que, segundo ele, foram deturpados pelos ideais da modernidade (Barros; Lago, 2022; Mudde, 2021). Essa retórica sustenta que as transformações socioculturais vivenciadas não são frutos de processos históricos naturais, mas

resultados de uma revolução degenerada (Teitelbaum, 2020), orquestrada pelos inimigos do “povo”, deixando-o em um estado de desesperança e vulnerabilidade ontológica¹⁸.

Por meio de um autoritarismo velado ou explícito, o populista radical ataca opositores políticos – vistos como inimigos – assim como a imprensa e as instituições democráticas que sustentam o equilíbrio entre os poderes e os limites constitucionais, base do sistema de freios e contrapesos (ou Teoria da Separação dos Poderes) consagrado por Montesquieu no livro *O Espírito das Leis*, de 1748. Essa retórica autoritária tem sido amplificada pelas mídias sociais, que permitem ao líder se conectar diretamente com o “povo”, “abrir seus olhos” para a “verdade” e convencê-lo da importância de sua missão cívica: resgatar a pátria do mal que a assola (Mudde, 2021).

É perceptível o domínio das novas técnicas de comunicação digital por líderes populistas radicais, que compreendem e exploram a lógica da economia da atenção nas ágoras digitais, garantindo maior alcance e engajamento. Como consequência, o governo, representado pela figura do líder personalista, pode utilizar seu perfil carismático para tentar resolver problemas reais que foram negligenciados por longos períodos.

No entanto, nem sempre essa promessa é cumprida. Em vez de buscar a superação dos conflitos e avanços efetivos, o líder frequentemente adota estratégias voltadas à destruição do presente, com o objetivo de restaurar uma visão idealizada de um passado mítico, desconsiderando a complexidade das demandas sociais e históricas.

Em suma, considerando tudo o que foi abordado até aqui sobre a crise da democracia liberal e suas consequências na atualidade – incluindo as ondas de democratização e autocratização que marcaram a história moderna, a consolidação de uma tendência autocrática internacional como uma nova forma de governança e as estratégias implementadas por líderes populistas, eleitos democraticamente, para promover a erosão democrática –, é importante destacar que o Brasil não ficou alheio a esse cenário.

¹⁸ Barros e Lago (2022), em seu livro *Do que falamos quando falamos em populismo*, afirmam que não há um fator determinante para o surgimento do populismo. No entanto, um conceito fundamental para essa reflexão é o de vulnerabilidade, uma vez que, em suas diversas manifestações, o populismo oferece respostas a essa condição. Inspirados por Judith Butler, os autores compreendem a vulnerabilidade de distintas maneiras. Contudo, denominam essa vulnerabilidade de “ontológica” por atingir a todos e estar relacionada às transformações impostas pela modernidade, especialmente no que diz respeito ao questionamento das autoridades tradicionais. Ou seja, a vulnerabilidade ontológica está associada à angústia e ao desamparo diante da perda de certezas no mundo. Na busca por respostas que apaziguem essa sensação, diferentes tipos de populismo podem emergir, sendo o populismo reacionário o mais sedutor. Isso ocorre porque ele promete segurança e certezas, atribuindo a causa da angústia a um bode expiatório ameaçador, mascarando, assim, o fato de que a vida em sociedade é inevitavelmente frágil e atravessa a todos.

3.1 A gangorra política brasileira: dos retrocessos autoritários às esperanças democráticas

O maior país da América Latina sofreu uma queda expressiva no Índice de Democracia Liberal (IDL), medido pela V-Dem, marcando o início de um processo de autocratização. Seu marco inicial foram os protestos populares de 2013, conhecidos como as Jornadas de Junho. Naquele período, o Brasil vivenciou uma convulsão social que abalou profundamente as bases da estabilidade democrática e das instituições responsáveis por manter a ordem.

Em 2014, o Brasil enfrentou uma grave recessão econômica (Barbosa, 2017), quando a Operação Lava Jato (Padula; Albuquerque, 2018), voltada ao combate a esquemas de corrupção estatal, teve início. Nesse cenário, os protestos se intensificaram em razão da ineficiência dos serviços públicos, da queda na qualidade de vida da classe média, dos sucessivos escândalos de corrupção e da indignação generalizada com a classe política. Em 2016, houve uma reação política contrária aos avanços da Operação Lava Jato, resumida na expressão “estancar a sangria”, proferida pelo então senador investigado Romero Jucá (PMDB-RR) em março e revelada em maio do mesmo ano, quando ocupava o cargo de ministro do Planejamento do governo interino de Michel Temer. Essa reação materializou-se em projetos de lei e iniciativas do Planalto destinadas a inibir a operação (Campos, 2017). No fim de agosto de 2016, acontece o *impeachment* de Dilma Rousseff, processo que tinha sido iniciado com o afastamento da presidente em dezembro de 2015 (Silva; Benevides; Passos, 2017).

Já em 2018, ano de eleições gerais, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi preso, o que o impossibilitou de disputar a presidência da República. Durante a campanha eleitoral do mesmo ano, Jair Bolsonaro sofreu um atentado a faca, que o afastou dos debates. O pleito terminou com a vitória do então candidato do Partido Social Liberal (PSL) na corrida presidencial.

A partir de 2019, no primeiro ano do governo Bolsonaro, o Brasil vivenciou um retrocesso democrático mais acentuado, intensificando um processo que já estava em curso desde as Jornadas de Junho de 2013. Contudo, em 2023, o país conseguiu interromper a trajetória de autocratização antes de uma ruptura democrática. Esse período marcou um episódio de democratização, representando uma reversão parcial do processo autoritário, com esforços direcionados à reconstrução dos pilares democráticos. (V-Dem Institute, 2024)¹⁹.

¹⁹ V-Dem Institute. **Relatório da Democracia 2024**: a democracia a ganhar e a perder nas urnas. Gotemburgo, Suécia: Europress, Ld.^a, 2024. Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/50/v-dem_dr_2024_portuguese_highres_v2.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

Os fatores que contribuíram para a entrada do Brasil em uma fase democratizadora, após um período de autocratização, podem ser identificados em três momentos-chave das eleições de 2022: os períodos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral. No período pré-eleitoral, destacam-se três aspectos fundamentais (V-Dem Institute, 2024, p. 38):

1. **O combate à desinformação e à má informação:** Jair Bolsonaro fomentou desconfiança no sistema eleitoral, questionando principalmente a confiabilidade das urnas eletrônicas. É importante destacar que a postura do então presidente em relação a possíveis fraudes no processo eleitoral não surgiu em 2022, mas foi intensificada durante o ano eleitoral. Em contrapartida, a Justiça Eleitoral adotou estratégias infocomunicacionais para desmentir as informações falsas sobre as urnas eletrônicas, incluindo a criação de um *website* específico para esclarecimentos. Além disso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) abriu investigações sobre as chamadas “milícias digitais” — grupos criminosos que operavam *online* para atacar a democracia e o Estado Democrático de Direito por meio da disseminação de informações falsas, buscando manipular a opinião pública sobre o regime vigente.
2. **Aliança da oposição pró-democracia:** A coalizão entre Lula e Alckmin consolidou-se como uma ampla frente democrática, unindo um arco ideológico que ia da centro-direita à esquerda. Essa aliança foi considerada uma inovação política em defesa da democracia, ao reunir dois líderes de campos ideológicos historicamente opostos, que durante décadas representaram a polarização entre PT e PSDB na disputa pela chefia do Poder Executivo.
3. **Independência judicial:** As investigações conduzidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre campanhas de desinformação em massa contra o sistema eleitoral e a democracia identificaram Jair Bolsonaro e seus aliados como mentores dessas ações. Um episódio emblemático desse embate ocorreu quando Bolsonaro, durante um ato em seu apoio na Avenida Paulista, em São Paulo, declarou que não mais cumpriria decisões do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Tal declaração gerou grande tensão e evidenciou uma possível fissura entre os Poderes Executivo e Judiciário. Pela Constituição brasileira, descumprir decisão judicial é uma violação grave. Apesar das pressões, o Judiciário manteve-se firme, resistindo a tentativas de

enfraquecimento de sua autoridade e reafirmando seu papel na defesa do Estado Democrático de Direito.

Durante as eleições de 2022, três fatores foram igualmente fundamentais para o avanço da fase de democratização no Brasil (V-Dem Institute, 2024, p. 39). São eles:

1. **Gestão resiliente do processo eleitoral:** Durante as eleições de 2022, Jair Bolsonaro continuou tentando modificar o sistema eleitoral, colocando em dúvida a confiabilidade das urnas eletrônicas. Por meio de questionamentos frequentes, ainda que sem apresentar provas, buscou consolidar entre seus apoiadores políticos e eleitores a percepção de que o sistema não era seguro. Uma das principais iniciativas nesse sentido foi a defesa obstinada do voto impresso²⁰, que levou parlamentares de sua base a apresentarem a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 135/2019), conhecida como a PEC do Voto Impresso. Contudo, a proposta não obteve aprovação na Câmara dos Deputados. Paralelamente, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reforçou sua atuação no combate à desinformação, determinando a remoção de informações falsas sobre as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral, assegurando a integridade do processo democrático.
2. **Apoio diplomático:** Em 18 de julho de 2022, o então presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro reuniu cerca de 40 embaixadores²¹ estrangeiros no Palácio da Alvorada, em Brasília, para um evento que ficou marcado por sua reiterada disseminação de alegações falsas sobre a suposta vulnerabilidade das urnas eletrônicas. Durante o discurso, Bolsonaro não apresentou quaisquer provas para sustentar suas acusações. Em contrapartida, representantes diplomáticos de países como Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e França manifestaram apoio público ao sistema eleitoral brasileiro, reconhecendo sua celeridade, transparência e eficiência. Esse respaldo internacional fortaleceu a legitimidade do processo eleitoral brasileiro,

²⁰ Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/792343-camara-rejeita-proposta-que-tornava-obrigatorio-o-voto-impresso/>.

Acesso em: 25 nov. 2024.

²¹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/30/relembra-a-reuniao-de-bolsonaro-com-embaixadores-que-o-tornou-inelegivel.ghtml>. Acesso em: 25 nov. 2024.

contribuindo para a manutenção da confiança nas instituições democráticas do país.

3. **Eleições livres e justas:** Observadores nacionais e internacionais²² que monitoraram as eleições brasileiras em 2022 não identificaram qualquer indício de fraude, reafirmando a segurança e a integridade do sistema de urnas eletrônicas, em vigor desde sua implementação. Apesar disso, o processo eleitoral foi marcado por um aumento significativo na violência eleitoral, refletindo o clima de polarização política. Ainda assim, as eleições ocorreram de forma livre e justa, assegurando a legitimidade dos resultados.

Após as eleições, outros quatro fatores desempenharam um papel crucial no avanço da democratização no Brasil, reforçando a estabilidade institucional e o compromisso com os valores democráticos (V-Dem Institute, 2024, p. 39). São eles:

1. **Rápido apoio internacional**²³: Após o resultado eleitoral de 2022, que confirmou o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, diversos líderes mundiais se apressaram em reconhecer a legitimidade das urnas e parabenizar o presidente eleito. Esse reconhecimento foi manifestado por meio de notas oficiais ou mensagens em mídias sociais, destacando-se líderes como Joe Biden (EUA), Vladimir Putin (Rússia), Volodymyr Zelensky (Ucrânia), Rishi Sunak (Reino Unido), Justin Trudeau (Canadá), Alberto Fernández (Argentina), Andrés Manuel López Obrador (México), Gabriel Boric (Chile), entre outros. Esse amplo e imediato apoio reforçou a legitimidade do processo democrático brasileiro no cenário internacional.
2. **Apoio institucional interno:** Após o resultado das eleições de 2022, diversos representantes de instituições brasileiras se manifestaram rapidamente em reconhecimento à legitimidade do pleito, descartando qualquer possibilidade de fraude. Entre os principais nomes estavam Arthur Lira²⁴, presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Pacheco, presidente do Senado Federal, o

²² Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/organismos-internacionais-e-nacionais-atestam-a-confiabilidade-das-eleicoes-brasileiras>. Acesso em: 25 nov. 2024.

²³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63451626>. Acesso em: 25 nov. 2024.

²⁴ Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/radio/programas/916435-presidente-da-camara-parabeniza-lula-pela-vitoria-e-defende-reconhecimento-do-resultado/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

então Procurador-Geral da República, Antônio Augusto Brandão de Aras, e os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Essas declarações foram fundamentais para reforçar a confiança nas instituições e na integridade do processo eleitoral.

3. **Os militares permanecem nos quartéis:** Jair Bolsonaro, conhecido por seus elogios à ditadura militar e pela presença de membros das Forças Armadas em seu governo, fomentou, direta ou indiretamente, a ideia de uma possível intervenção militar após as eleições de 2022. Essa narrativa encontrou eco entre militares alinhados ao governo e no segmento mais radical de seus eleitores. Esse cenário culminou no fatídico dia 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos Três Poderes, em Brasília, foram vandalizadas por manifestantes que alegavam fraude no resultado eleitoral e pediam intervenção militar. Apesar da grave crise, a democracia brasileira resistiu. Em um desdobramento significativo, no dia 21 de novembro de 2024, a Polícia Federal²⁵ (PF) indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras 36 pessoas pelos crimes de abolição violenta do Estado democrático de direito, golpe de Estado e organização criminosa.
4. **Assegurar a transição de poder:** Para além das graves tensões após as eleições, fomentadas por grupos pró-Bolsonaro que não aceitaram o resultado das urnas, o Brasil viveu um período de instabilidade marcado por acampamentos em frente aos quartéis pedindo intervenção militar, bloqueios de estradas e campanhas de desinformação nas mídias sociais sugerindo, sem provas, que houve fraude eleitoral. Ainda assim, a transição de poder foi realizada no dia 1º de janeiro de 2023, em conformidade com a Constituição. No entanto, no dia 8 de janeiro de 2023, ocorreu o ataque²⁶ às sedes dos Três Poderes, em Brasília, um evento de enorme gravidade para a democracia brasileira. Apesar desse episódio, as Forças Armadas, como instituição, não apoiaram os atos golpistas, assim como os líderes dos três ramos do governo, os governadores dos estados e o Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, foi constatada a participação de alguns militares da reserva e da ativa nesse

²⁵ Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-indiciado-veja-quem-decretaria-eventual-prisao-do-ex-presidente/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

²⁶ Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-01/relembre-o-passo-passo-da-tentativa-de-golpe-no-81>. Acesso em: 25 nov. 2024.

movimento golpista. Além disso, grande parte da opinião pública condenou os ataques, reafirmando seu compromisso com a defesa da democracia.

Segundo o Relatório da Democracia do V-Dem (2024), o ano eleitoral de 2024 ocorreu em um cenário preocupante, pois mais da metade dos países que realizaram eleições encontrava-se em períodos de declínio democrático. Nesse contexto, o caso brasileiro de 2022 é apresentado pelo relatório como um exemplo relevante de como, no Brasil, as eleições funcionaram como “acontecimentos críticos” capazes de interromper a trajetória de autocratização e abrir um processo de democratização após a fase autocratizadora.

Os episódios que ocorreram antes, durante e depois das eleições no Brasil foram reconhecidos pelo relatório como catalisadores para um cenário democratizador. Esses momentos ilustram como a resiliência de instituições democráticas, somada a iniciativas de combate à desinformação e ao apoio político e social à democracia, pode reverter tendências autoritárias.

Diante de todos os acontecimentos políticos já mencionados de forma resumida desde 2013, que configuraram um cenário transformador para a democracia e serão analisados em maior profundidade na próxima seção, o Brasil mergulhou em um contexto caracterizado por radicalismos (ver Glossário), polarizações ideológicas, afetivas e socioidentitárias. Esse período foi igualmente marcado por violência eleitoral, discursos de ódio, desinformação em massa e ataques à liberdade de imprensa, às universidades e ao Judiciário.

Para compreender as razões que levaram o país a essa condição de instabilidade política e crise democrática, é essencial relatar como o modelo de governabilidade denominado “presidencialismo de coalizão” (conceito cunhado pelo cientista político Sérgio Abranches em 1988²⁷) foi abruptamente rompido em 2016. Esse rompimento expôs antagonismos partidários que, até então, eram gerenciados, mas que se tornaram insuperáveis.

Essa crise de governabilidade do sistema político, agravada por sucessivos escândalos de corrupção e pela indignação popular generalizada, que começou em 2013, fomentou o ressurgimento de um conservadorismo político reacionário. Este conservadorismo apresentou-se como uma alternativa antissistema, prometendo soluções para os problemas econômicos e para a suposta degeneração moral das instituições da sociedade. Nesse clímax de tensões, emergiu uma extrema-direita populista radical, representada por Jair Bolsonaro,

²⁷ Ver: ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988. p. 5-34. Disponível em: <https://politica3unifesp.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizao-sergio-abranches.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2024.

que, ao se tornar o 38º Presidente da República Federativa do Brasil, consolidou um novo movimento político: o Bolsonarismo (ver Glossário).

3.2 A crise de representação e o vácuo político: da primavera das ruas ao inverno bolsonarista

Sabe-se que a democracia enfrenta dificuldades em todo o mundo. A crise de legitimidade política é global, e o sistema representativo parece ter deixado de funcionar, evidenciando a prevalência de oligarquias. Em diversas democracias, o número de cidadãos que não se sentem representados é enorme. A percepção geral é de que partidos políticos e governantes não representam mais os eleitores, priorizando os próprios interesses. Eles são frequentemente vistos como corruptos, injustos e desonestos²⁸.

A cada ano eleitoral, os mesmos quadros políticos se apresentam, frequentemente acompanhados de seus apadrinhados, muitos deles parentes próximos, como filhos, sobrinhos e netos. Parece haver uma espécie de linhagem política a ser mantida, o que inviabiliza a renovação dos representantes. Além disso, as regras eleitorais e partidárias dificultam o acesso de pessoas alheias a essas oligarquias, seja à esquerda ou à direita.

Tudo tem uma causa, e, no Brasil da Nova República, as crises de representação possuem motivações internas relacionadas a acontecimentos marcantes da nossa história política no século XXI. A crise mencionada nesta tese tem início em 2013, como já mencionado. As transformações ocorridas nesse período expuseram antagonismos político-partidários que, até então, estavam mascarados.

Até os primeiros meses de 2013, o Brasil parecia viver um período de estabilidade. No entanto, “o gigante acordou” — e o fez com grande entusiasmo, indignação, patriotismo e um forte desejo de renovação social, manifestado por meio de protestos que se espalharam pelas principais capitais do país. Esses movimentos, inicialmente plurais, foram posteriormente capturados pela direita por meio de grupos como o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL).

²⁸ Um estudo conduzido pela Ipsos em 32 países analisou os níveis de confiança da população em diferentes categorias profissionais. No Brasil, os políticos apresentaram os índices mais altos de desconfiança: 67% dos brasileiros afirmaram não confiar neles, enquanto apenas 13% demonstraram confiança. Em relação aos ministros do governo, 58% disseram desconfiar, e apenas 16% afirmaram confiar. De forma semelhante, no cenário global, os políticos continuam na última posição no índice de confiança, com apenas 15% dos entrevistados expressando confiança nessa categoria. Desde o lançamento do índice, em 2018, a classe política tem consistentemente figurado entre as menos confiáveis. Apesar de uma leve melhora nos últimos anos, com um aumento de 6 pontos percentuais, tanto os políticos quanto os ministros do governo permanecem com baixos índices de confiança em nível global. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/confianca-nas-profissoes-2024>. Acesso em: 29 nov. 2024.

Nesse contexto, emergiu no país uma nova forma de comunicação impulsionada pelas mídias sociais, algo que já havia marcado os protestos da Primavera Árabe. Discursos, enunciados e registros que, até então, não encontravam espaço na mídia tradicional começaram a ganhar destaque. Esses conteúdos eram frequentemente marcados por achincalhamento, deboche, sarcasmo, intolerância, autoritarismo e violência — seja verbal, moral, simbólica ou, em alguns casos, física.

Provavelmente, a pergunta que muitos se fizeram foi: o que está acontecendo? De onde surgiu toda essa gritaria e ressentimento? Ainda pode piorar? O que está por vir? É a análise desse mosaico de acontecimentos técnicos, políticos e sociais que pode ajudar a elucidar os caminhos que levaram à emergência de um candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro. E isso gera outra pergunta retórica: como alguém com esse perfil político chegou à Presidência? O que aconteceu com o Brasil?

Não é intenção desta tese organizar todos os fatos e atores políticos em uma sequência rigorosamente cronológica, desde junho de 2013 até a ascensão bolsonarista (ver Glossário) em 2018. No entanto, é fundamental considerar os acontecimentos mais relevantes e emblemáticos desse período. Afinal, para compreender o presente, é necessário olhar pelo retrovisor e reconhecer que os eventos não ocorrem isoladamente. Eles estão conectados por relações de causalidade, que são complexas e precisam ser analisadas em suas particularidades. Essas análises podem gerar entendimentos distintos, tanto à esquerda quanto à direita. No entanto, parece haver um consenso: tudo começou em junho de 2013.

Há 11 anos, em 6 de junho de 2013, durante o governo de Dilma Rousseff, manifestantes tomaram as ruas de São Paulo para protestar contra o reajuste das passagens do transporte público, que aumentaram de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. O Movimento Passe Livre (MPL) foi um dos grupos responsáveis pela organização e pela ampla repercussão dos protestos. O MPL se definia como um movimento social autônomo, apartidário, horizontal em sua organização e independente de financiamento de partidos políticos, Organizações Não Governamentais (ONGs) ou outras instituições (Artigo 19, 2014).

No dia 17 de junho de 2013, as ruas da capital paulista foram tomadas por dezenas de milhares de pessoas que aderiram às manifestações, bloqueando e paralisando as principais avenidas. Naquela noite, os protestos se espalharam para outras cidades, como Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Em Brasília, manifestantes ocuparam a marquise do Congresso Nacional, e, dias depois, alguns participantes chegaram a depredar o prédio do Palácio Itamaraty.

A repressão policial veio em seguida para conter os manifestantes que protestavam pacificamente. No entanto, o noticiário destacou imagens dos confrontos, evidenciando uma

onda de violência, com vidraças de bancos quebradas, barricadas, depredações em metrô e estabelecimentos públicos, uso de coquetéis molotov por manifestantes encapuzados (*Black Block*²⁹), ataques com fogo, rojões, pedras e paus. A polícia respondeu com bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, cassetetes, balas de borracha e, em alguns casos, armas de fogo. Esses confrontos resultaram em muitos feridos, prisões, agressões e mortes.

Diante dos intensos abusos policiais cometidos contra os manifestantes, os veículos de mídia tradicionais, que inicialmente se posicionavam contrários aos protestos e exigiam maior rigor da Polícia Militar (PM) para impedir os atos de depredação do espaço público, modificaram seu posicionamento. Grandes jornais, como a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo (Estadão)*, chegaram a publicar editoriais em que classificavam os *manifestantes* como baderneiros e vândalos (Artigo 19, 2014).

Apesar dos intensos atos de violência, e com o crescente apoio da opinião pública às manifestações, o aumento das tarifas foi revogado em várias cidades do país, representando uma importante vitória para as mobilizações populares. No entanto, os cidadãos não voltaram para casa; permaneceram nas ruas, e novas pautas de reivindicações emergiram, expressando um contínuo sentimento de insatisfação generalizado.

Um novo *slogan* ganhou força: “*Não é somente por R\$ 0,20, é por direitos*”. As vozes dos diversos discursos que se seguiram criticavam a precarização dos serviços públicos — saúde, educação e transportes —, os altos gastos para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, a repressão policial, os frequentes escândalos de corrupção e a estagnação na qualidade de vida e no bem-estar social.

Algumas considerações devem ser feitas sobre os protestos de 2013. Não havia uma liderança específica representando a totalidade das manifestações. Após a revogação do aumento das passagens, o Movimento Passe Livre (MPL) não continuou a convocar os protestos subsequentes. As manifestações eram compostas por inúmeros grupos heterogêneos, que rejeitavam qualquer sistema político como mediador. Até mesmo partidos políticos historicamente ligados às lutas sociais foram repelidos. As pautas universais conectaram cidadãos de distintos espectros políticos, tanto à esquerda quanto à direita (Artigo 19, 2014).

²⁹ Segundo o relatório *Protestos no Brasil 2013*, produzido pelo Artigo 19, o termo **Black Bloc** é uma tática de ação direta, que se caracteriza por ataques à propriedade privada para se opor àquilo que os seus adeptos consideram símbolos do capitalismo, como instituições financeiras. Essa tática, originalmente utilizada como meio de proteção de ocupações e manifestações da repressão policial, passou a assumir um conteúdo mais claramente antissistêmico e de inspiração anarquista no final dos anos de 1990, em manifestações do movimento antiglobalização. Seus adeptos são identificados pelo uso de roupas pretas e por cobrirem o rosto com máscaras para não serem identificados e perseguidos pelo Estado. Além disso, não se organizam sistematicamente como um grupo, geralmente se reconhecendo na própria manifestação em que participam, sem qualquer articulação prévia. Disponível em: <https://artigo19.org/2014/06/23/relatorio-protestos-no-brasil-2013/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

Outro destaque nos protestos de junho está na forma comunicacional e na estruturação dos movimentos sociais do século XXI. Segundo Manuel Castells (2017), os movimentos sociais em rede³⁰ estão conectados de maneira multimodal, ou seja, em múltiplas formas. Embora esses movimentos tenham origem nas mídias sociais da internet, eles se tornam efetivamente movimentos sociais ao ocupar o espaço urbano, seja em praças públicas ou em manifestações de rua. Esses movimentos são simultaneamente locais e globais: começam em contextos específicos, por motivações próprias, mas tornam-se globais ao se conectar com o mundo inteiro, aprendendo com outras experiências e construindo suas próprias formas de mobilização.

Além disso, são movimentos espontâneos em sua gênese, desencadeados por uma faísca de repulsa, que pode ter origem em um evento específico ou em ações dos governantes. Outra característica é seu aspecto viral, seguindo a lógica das redes da internet. Isso não ocorre apenas pela disseminação de mensagens (imagens de mobilização), mas pela comprovação de que esses movimentos acontecem em diversos lugares. Em seguida, a transição dos sentimentos de indignação para a esperança de uma possível transformação social ocorre no espaço da autonomia (Castells, 2017). Ou seja, trata-se de um movimento sem liderança, como já foi indicado.

Essa ausência de liderança não se deve a uma falta de potencial, mas a um profundo sentimento de desconfiança em relação a uma possível delegação de poder. Uma das causas é a rejeição dos representantes políticos. Os cidadãos se sentem traídos e manipulados diante do *status quo* político. Assim, a comunicação multimodal e horizontal, característica das redes, favorece a cooperação, o companheirismo e a solidariedade na busca por denominadores comuns (Castells, 2017), que podem ser expressos nas mensagens: “se a tarifa não baixar, a cidade vai parar”, “somos a rede social”, “queremos escolas, metrô, trens, ônibus, barcas e hospitais no ‘padrão FIFA’” e “verás que um filho teu não foge à luta”.

Os protestos de junho se constituíram como autorreflexivos, em que seus participantes se questionaram sobre: O que somos? O que almejamos? O que pretendemos realizar? Que tipo de democracia? Como evitar a reprodução dos mecanismos do sistema que desejam transformar? Essa autorreflexividade pode ser expressa em *blogs*, fóruns de discussão, mídias sociais e grupos de *WhatsApp* e *Telegram*. Outro aspecto é que os movimentos em rede raramente são programáticos, exceto quando possuem um objetivo único, como derrubar um

³⁰ Toda a explicação sobre as características comuns dos movimentos sociais em rede está concentrada na análise do sociólogo Manuel Castells. Ver: CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

governo ditatorial. Nesse sentido, foi possível perceber a adesão a diferentes pautas sociais por cidadãos durante as Jornadas de Junho, o que foi interpretado, em parte, pela mídia, especialistas e analistas políticos como algo difuso, desorganizado e que logo teria um fim sem mudanças significativas.

Na visão de Pinheiro-Machado (p. 29, 2019), “os protestos em massa das Jornadas de Junho geraram coesão, fragmentação e transformação do coletivo. [...] Olhando em retrospectiva para o que tem acontecido no Brasil nos últimos anos, é possível dizer que houve, ao mesmo tempo, cisão e coesão da ordem social e política.” Corroborando com a ideia do poder transformador dos protestos, Castells (2017, sem paginação) afirma que:

Quando as sociedades falham na administração de suas crises estruturais pelas instituições existentes, a mudança só pode ocorrer fora do sistema, mediante a transformação das relações de poder, que começa na mente das pessoas e se desenvolve em forma de redes construídas pelos projetos dos novos atores que constituem a si mesmos como sujeitos da nova história em processo. A internet, que, como todas as tecnologias, encarna a cultura material, é uma plataforma privilegiada para a construção social da autonomia.

Deste modo, cabe uma indagação: as mudanças políticas ocorridas no Brasil após as Jornadas de Junho aconteceram fora do sistema? As transformações que se configuraram nas relações de poder político-ideológicas foram antissistema? A priori, não foi o que ocorreu. No ano seguinte, em 2014, novos desafios surgiram no cenário político brasileiro. A Copa do Mundo aconteceu, apesar dos protestos da população contra seu alto custo, e o desempenho da seleção brasileira foi marcado pela derrota histórica de 7x1 para a Alemanha.

Em ano de eleições gerais, Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) protagonizaram a última fase da disputa presidencial entre PT e PSDB, que perdurou por 20 anos desde 1994. Ambos os candidatos adotaram discursos voltados para mudanças, levando em consideração as reivindicações das manifestações do ano anterior. A disputa pela presidência foi marcada por um acirramento político crescente, com a polarização se manifestando de forma intensa. Parte dessa hostilidade foi fomentada por contas inautênticas — os chamados robôs —, que representaram aproximadamente 11% das discussões nas mídias sociais. Constatou-se o uso orquestrado de *bots* como estratégia política para gerar mobilização em momentos específicos, manipulando *trending topics* e influenciando o debate em geral (Ruediger, 2017).

Nessa eleição, as radicalizações nos dois extremos se intensificaram, com muitos conflitos e provocações, evidenciados nos termos pejorativos “Coxinha” e “Petralha”, que viralizaram nas mídias sociais para se referirem, respectivamente, aos militantes tucanos e petistas. As urnas confirmaram a reeleição de Dilma Rousseff (PT) com 51,64% dos votos

válidos, enquanto Aécio Neves (PSDB) obteve 48,36%. Em números absolutos³¹, Dilma somou 54,5 milhões de votos, contra 51,041 milhões do então senador por Minas Gerais.

Logo após a divulgação do resultado, surgiram manifestações de suspeição em relação à vitória de Dilma Rousseff. O então candidato Aécio Neves e seu partido, o PSDB, contestaram o resultado e protocolaram um recurso no TSE, questionando a confiabilidade da apuração e a infalibilidade das urnas eletrônicas. Posteriormente, a Corte declarou que o partido não apresentou indícios de fraude³² na disputa.

Outro acontecimento marcante de 2014 foi a deflagração da Operação Lava Jato pela Polícia Federal, em março. As investigações conduzidas pelo Ministério Público revelaram um amplo esquema de corrupção envolvendo políticos, empreiteiras — como OAS e Odebrecht —, e a Petrobras, resultando no desvio ilegal de bilhões de reais da maior estatal brasileira. A Lava Jato teve um impacto profundamente negativo para a classe política do país, pois, pela primeira vez, a população testemunhou figuras do alto escalão político e empresarial sendo presas ou submetidas a conduções coercitivas transmitidas ao vivo pela televisão.

A opinião pública e juristas de diferentes tendências continuam divididos, mesmo 10 anos após o início das operações, sobre as ilegalidades processuais da força-tarefa da Lava Jato. Para muitos, a operação³³ foi o marco do combate à corrupção no Brasil, tendo realizado 79 fases, 1.450 mandados de busca e apreensão, 295 mandados de prisão, mais de 120 acordos de delação premiada e apresentado 150 denúncias contra mais de 500 investigados.

Para outros, no entanto, a Lava Jato se configura como o maior escândalo judicial do país. Em 2019, uma série de divulgações de conversas pelo aplicativo Telegram, feitas pelo jornal *The Intercept Brasil*, revelou diálogos entre o chefe da força-tarefa do Ministério Público, Deltan Dallagnol, e o juiz Sérgio Moro, responsável por julgar os casos, levantando suspeitas sobre a imparcialidade das investigações e julgamentos.

As conversas captadas, conhecidas pejorativamente como “Vaza Jato” e reconhecidas como autênticas, revelaram que o juiz Sérgio Moro não agiu com a neutralidade esperada de um magistrado, mas sim como uma espécie de líder informal do Ministério Público Federal.

³¹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-com-545-milhoes-de-votos-no-segundo-turno.html>. Acesso em: 02 dez. 2024.

³² Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/07/09/interna_politica,1284983/eleicoes-aecio-neves-afirma-nao-acreditar-em-fraudes-nas-urnas-em-2014.shtml. Acesso em: 02 dez. 2024.

³³ Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/1064913-juristas-e-deputados-apontam-erros-e-acertos-da-operacao-lava-jato-que-completou-dez-anos>. Acesso em: 03 dez. 2024.

Ou seja, ele comprometeu sua imparcialidade ao revisar peças dos procuradores e até repreendê-los.

Como consequência dos desdobramentos da Lava Jato, as ruas do país foram novamente tomadas por manifestações, desta vez contra a corrupção, contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e a favor da atuação do Judiciário. Além disso, foi perceptível a associação feita pela opinião pública entre os escândalos de corrupção revelados pela Lava Jato e o PT. Contudo, uma pesquisa contraria a visão de que o PT foi o principal partido envolvido em corrupção, pois analisou as vinculações político-partidárias dos réus da Operação Lava Jato, além de avaliar a existência de vieses nas diferentes jurisdições de primeira instância que atuaram na Lava Jato (Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro) (Bertran *et al.*, 2022).

A pesquisa também contraria a tese de que a Lava Jato teria sido “uma conspiração das elites de direita no Brasil para recuperar o controle político e enfraquecer o Partido dos Trabalhadores” (Soares, 2022, p. xvii *apud* Bertran *et al.*, 2022). Os dados revelaram que, de acordo com a filiação partidária dos réus da Lava Jato, “o maior partido político do Brasil — o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) — possui a maior parte das denúncias (117 denúncias) e de réus (35 réus)” (Bertran *et al.*, 2022, p. 4).

O segundo maior partido político do Brasil é o PT, ocupando a segunda posição com 54 denúncias e 28 réus. O terceiro maior partido é o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que ocupa também a terceira posição em denúncias (31 denúncias) e réus (25 réus). O quarto maior partido político do Brasil, o Partido Progressista (PP), ocupa a quarta posição em número de denúncias (26 denúncias) e réus (18 réus) (Bertran *et al.*, 2022, p. 4).

As diferenças entre os números de denúncias e de réus nos partidos menores passam a ser sutis. O quinto maior partido político, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), teve 8 denúncias e 7 réus. O sexto maior partido político, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), teve 7 denúncias e 7 réus. O sétimo maior partido político, o Democratas (DEM), teve 12 denúncias e 8 réus. Partidos muito menores perdem representatividade na análise (Bertran *et al.*, 2022, p. 4).

Todavia, a pesquisa mostrou que, de acordo com a distribuição das filiações partidárias no Brasil em 2018, o PT era o partido com menos filiados no Paraná. Ainda assim, os réus filiados ao PT foram denunciados, de maneira eminente, na Subseção Judiciária de Curitiba. Assim, a pesquisa refuta a tese de que o PT foi o partido perseguido pela Lava Jato, pois os filiados do PT não foram alvo privilegiado da operação como um todo. Contudo, “os filiados do PT foram denunciados na Subseção Judiciária de Curitiba (45 denúncias, de um

total de 54, ou seja, 83% das denúncias contra os filiados ao PT), como em nenhuma outra jurisdição” (Bertran *et al.*, 2022, p. 12).

Essa distribuição dos processos não se repete, proporcionalmente, para nenhum outro partido político em nenhuma outra Subseção Judiciária. Os filiados ao MDB, por exemplo, foram denunciados principalmente no Rio de Janeiro. Assim, a partir dessa concentração de casos do PT em Curitiba, é possível indicar uma certa parcialidade da Lava Jato naquela jurisdição, comandada por Sérgio Moro do início da operação, em 2014, até o final de 2018, quando o então juiz deixou a magistratura para se tornar ministro da Justiça e Segurança Pública no governo de Jair Bolsonaro (Bertran *et al.*, 2022).

O réu petista mais famoso foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que enfrentou quatro processos na vara de Curitiba e chegou a ser condenado em dois deles. Em 2018, Lula da Silva foi preso, o que o impossibilitou de concorrer às eleições presidenciais daquele ano. Em 2021, as duas condenações foram anuladas pelo STF por duas razões: a maioria dos ministros entendeu que os processos não deveriam ter tramitado na justiça do Paraná, mas sim na Justiça Federal do Distrito Federal em Brasília, que deveria julgar os processos do ex-presidente Lula à época, e por considerar que Sérgio Moro atuou com parcialidade.

Por meio da identificação de réus de todos os partidos políticos e da forma como se distribuíram, conclui-se que houve um nível de corrupção disseminado em larga escala, abrangendo todos os espectros políticos e ideológicos. Contudo, diante da opinião pública, o PT deixou de ser percebido como o partido dos pobres para ser visto como o partido dos corruptos. De acordo com uma pesquisa de opinião do Pulso Brasil Ipsos³⁴ sobre corrupção, PT e a Lava Jato, os dados revelaram que 92% dos respondentes acreditam que sempre haverá corrupção no Brasil, e 90% afirmaram que a Lava Jato deveria continuar com as investigações até o fim, custasse o que custasse. Esses números demonstram a ampla aceitação, por grande parte da população, das operações de combate à corrupção. Quanto à imagem dos partidos, 82% dos entrevistados declararam que todos os partidos são corruptos, enquanto 71% apontaram o PT como o partido mais corrupto de todos.

Esses dados se refletem nas manifestações populares que marcaram o país nos anos seguintes. Em 2015, a população foi às ruas pedindo o fim da corrupção e o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, com base em denúncias de “pedaladas fiscais” e na evidente

³⁴ Disponível em: https://www.ipsos.com/sites/default/files/2017-05/Lava_Jato_Ipsos_Pulso_Brasil.pdf. Acesso em: 04 dez. 2024.

crise de governabilidade. O país enfrentava uma grave recessão econômica, caracterizada pelo aumento do desemprego, alta inflação e perda de confiança no governo.

Nesse clima de tensão no país, setores políticos reacionários souberam canalizar o sentimento de insatisfação da população para o antipetismo. O Partido dos Trabalhadores tornou-se o principal alvo, sendo responsabilizado por grande parte dos conflitos sociais, econômicos e políticos do período. Esses grupos utilizaram estratégias discursivas, midiáticas e digitais para transformar o sentimento antipetista em um motor de mobilização, contribuindo para a reorganização da direita no Brasil e alcançando amplo apelo popular.

A justificativa para culpar o PT por todos os males sociais pode ser entendida pelo fato de o partido ter permanecido no poder por quase 15 anos, de modo que “a reeleição reforça exponencialmente as tendências oligárquicas de nossa cultura política. Produz evidente esgotamento das energias criativas do governo” (Abranches, 2018, pos. 7.287). Esse desgaste foi agravado pela lembrança dos escândalos de corrupção do passado, como o mensalão e o petrolão. Dessa forma, o PT passou a ser associado à corrupção, à ineficiência e ao autoritarismo, além de ser retratado como inimigo da moralidade, destruidor dos valores tradicionais conservadores e representante do “perigo vermelho” – o comunismo.

As manifestações contra a corrupção no governo Dilma demonstram uma notável presença de elementos “udenistas³⁵”: a forte mobilização das classes médias, a identificação entre o tamanho do Estado e a corrupção, a tentativa de distinguir a mobilização da sociedade civil independente e democrática, e as massas manipuladas pelos partidos e movimentos sociais irrigados com as benesses do Estado. Seu exemplo mais saliente é o discurso do Movimento Brasil Livre (MBL). As crenças em uma cruzada contra a corrupção e contra a esquerda associaram-se nas manifestações de 2015 para atribuir uma nova “explicação” para os problemas do Estado brasileiro: os últimos 13 anos de governo petista não haviam apenas mantido o modelo corrupto, ineficiente e populista de Estado erigido na Era Vargas; agora ele também serviria ao projeto revolucionário da esquerda em direção ao solapamento dos valores e da liberdade política. (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 81)

Na formação da opinião pública, narrativas anti-PT foram reforçadas por analistas políticos e editoriais, criando uma atmosfera hegemônica de rejeição ao partido entre amplos setores da sociedade. Um exemplo de retórica anticomunista amplamente divulgada é o artigo

³⁵ O termo *udenistas* refere-se ao *udenismo*, uma ideologia e conjunto de práticas políticas associadas à União Democrática Nacional (UDN), partido político brasileiro fundado em 1945 e extinto em 1965. Suas principais características incluem o anticomunismo, a defesa do liberalismo econômico, o moralismo político e a oposição ao populismo. O *udenismo* é frequentemente comparado a movimentos contemporâneos que combinam conservadorismo moral e econômico com retóricas anticorrupção, embora nem sempre estejam diretamente ligados ao legado do partido.

do jornalista Felipe Moura Brasil³⁶, publicado no blog da *Veja*, no qual o PT e o Foro de São Paulo são descritos como “os maiores inimigos do Brasil”.

Como contribuição, ressalta-se a velha estratégia de desinformação para desacreditizar e atacar. Memes e informações falsas circularam nas mídias sociais, fomentando um pânico moral (ver Glossário) sobre a suposta implantação de uma ditadura comunista. Essas plataformas amplificaram os discursos antipetistas, segmentando audiências e criando bolhas informacionais resistentes ao contraditório. Nas manifestações de rua, cartazes exibiam frases como “Intervenção Militar Já!”, “Fora Dilma”, “PT Nunca Mais”, “Lugar de Monarquista é na rua” e “Dilma quebrou o Brasil! Impeachment Já”.

Um sentimento antissistema irradiou-se pela sociedade, engajando jovens desiludidos e ressentidos. O PT passou a ser visto como representante da “velha política” que deveria ser superada. No ano seguinte, em 2016, um evento marcante dividiu profundamente a opinião pública: *impeachment* ou golpe parlamentar³⁷ da ex-presidente Dilma Rousseff? Em 31 de agosto de 2016, o Senado aprovou a destituição definitiva de Dilma, e o vice-presidente Michel Temer assumiu o comando do Executivo.

A derrocada de Dilma Rousseff foi resultado de uma combinação complexa de forças políticas, sociais e econômicas. As vozes insatisfeitas e ressentidas das ruas, manifestadas por meio de protestos como o #VemPraRua e o Movimento Brasil Livre (MBL), somaram-se à recessão econômica, aos ajustes fiscais impopulares, à queda nas receitas e aos escândalos de corrupção associados ao PT.

Paralelamente, uma cobertura midiática desfavorável ao governo, o descontentamento das elites econômicas, empresariais e industriais com a política econômica de Dilma, e o financiamento de grupos organizados nas manifestações pró-impeachment contribuíram para o processo. Um dos símbolos mais marcantes foi o icônico pato amarelo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), acompanhado da emblemática frase: “Não vou pagar o pato.”

Todavia, foi a dinâmica política que sacramentou o fim do governo Dilma. Sua evidente falta de habilidade para negociar com o Congresso e construir coalizões agravou o

³⁶ Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/coluna/felipe-moura-brasil/conheca-o-foro-de-sao-paulo-o-maior-inimigo-do-brasil>.

Acesso em: 04 dez. 2024.

³⁷ Para uma explicação mais aprofundada sobre o grande debate em torno dos dois campos distintos de interpretação da legitimidade do processo de destituição da ex-presidente Dilma Rousseff, ver: SILVA, Maurício Ferreira da; BENEVIDES, Silvio César; PASSOS, Ana Quele da Silva. Impeachment ou golpe? Análise do processo de destituição de Dilma Rousseff e dos desdobramentos para a democracia brasileira. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2017, Montevideu. [Trabalhos apresentados]. Montevideu: ALACIP, 2017. p. [1-22]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6919?show=full>. Acesso em: 05 dez. 2024.

isolamento de sua gestão. Além disso, a erosão de sua base parlamentar intensificou a crise: o MDB, à época ainda denominado PMDB, rompeu com o governo e aderiu à oposição. Outro fator agravante foi o conflito direto com o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acusado de corrupção por mentir à CPI da Petrobras ao negar a existência de contas bancárias na Suíça. Cunha enfrentava um processo de cassação no Conselho de Ética e, sem o apoio do governo e do PT, retaliou acatando o pedido de *impeachment* contra Dilma. Posteriormente, Eduardo Cunha teve seu mandato cassado em setembro de 2016. (Silva; Benevides; Passos, 2017)

Esse cenário revela os fatores que degeneraram qualitativamente o presidencialismo de coalizão (Abranches, 1988), culminando em seu enfraquecimento total. O conceito define o modelo presidencialista brasileiro como dependente da formação de coalizões. Isso significa que o poder executivo federal necessita do apoio da maioria partidária nas casas legislativas para aprovar seus projetos de lei (Abranches, 2018).

As principais características do presidencialismo de coalizão incluem o multipartidarismo e a fragmentação partidária. Devido à grande diversidade de partidos políticos no Brasil, é raro que o partido do presidente consiga obter maioria parlamentar sozinho, o que torna necessária a formação de coalizões com outras legendas. Outra característica marcante é a dinâmica de negociação constante, em que o presidente precisa dialogar continuamente com os líderes partidários para assegurar apoio às suas propostas. (Abranches, 2018)

As vantagens do presidencialismo de coalizão incluem a governabilidade e a estabilidade política. Esse sistema facilita a aprovação de projetos no Congresso, evitando bloqueios legislativos, e reduz a probabilidade de crises políticas graves. Contudo, as desvantagens também são evidentes. Entre elas estão o fisiologismo e a corrupção, uma vez que a necessidade de distribuir recursos e cargos pode priorizar interesses particulares ou partidários em detrimento do interesse público, prática comumente descrita pela expressão “toma lá, dá cá”. Além disso, há a ineficiência governamental, já que a necessidade de agradar a diversos partidos pode levar à fragmentação das políticas públicas. Outra desvantagem é a instabilidade das coalizões, que frequentemente são formadas com base em interesses de curto prazo e casuais.

“A perda de popularidade³⁸ e apoio social provoca um movimento de fuga da coalizão, a debandada dos aliados e, no limite, a perda do mandato. Foi assim com Getúlio Vargas, com Jânio Quadros, com Fernando Collor de Mello e com Dilma Rousseff.” (Abranches, 2018, pos. 1.405). Em outras palavras, perde-se as condições de governança e governabilidade por se tornarem minoritários. Assim,

o impeachment é um processo traumático. É uma decisão especialíssima, que se funda na conveniência das forças políticas. [...] a conveniência pode determinar tanto a interrupção do mandato de um presidente cuja culpa não tenha ficado evidente quanto a manutenção do mandato de um presidente cuja culpa tenha ficado comprovada. [...] O impeachment é um processo político. Gera uma ruptura política e uma descontinuidade institucional. Ruptura política porque muda o balanço do poder, muda a natureza da coalizão dominante, na articulação para depor o presidente. [...] Não é a dimensão judicial que explica a decisão de remover o presidente. É a política. (Abranches, 2018, pos. 7.434 - 7.439)

Após a destituição de Dilma Rousseff, Michel Temer (PMDB) assumiu a presidência da República por dois anos (2016-2018). Sua gestão foi marcada por uma agenda reformista, centrada em políticas de austeridade e na redução do papel do Estado na economia. Entre as principais reformas implementadas destacam-se a PEC do Teto de Gastos, que limitou o crescimento das despesas públicas por 20 anos, e a reforma trabalhista, que alterou diversas normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), flexibilizando as relações de trabalho. Além disso, o governo enfrentou a greve dos caminhoneiros, desencadeada pelo aumento do preço do diesel, o que resultou em uma crise de abastecimento e evidenciou a insatisfação popular com a administração.

Durante os movimentos *pró-impeachment*, imbuídos do discurso de "varrer a corrupção do país", surgiu a campanha "Primeiro, a gente tira a Dilma. Depois, a gente tira o resto". Contudo, esse desfecho não ocorreu como previsto. Após a saída do PT do governo, os escândalos de corrupção continuaram em alta intensidade. Michel Temer tornou-se o centro de graves denúncias, incluindo acusações feitas pelo empresário Joesley Batista, dono da JBS, em acordo de delação premiada com a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Ministério Público Federal.

Além de Michel Temer, outros nomes destacados integravam o núcleo da suposta “organização criminosa”, como Geddel Vieira Lima, Henrique Eduardo Alves, Eliseu Padilha e Moreira Franco, todos membros do PMDB, partido que controlava o Executivo à época. Apesar dos escândalos e das acusações de corrupção, Temer manteve-se no cargo até o fim de

³⁸ No final de 2015, a administração da então presidente Dilma Rousseff alcançou níveis críticos de reprovação, com 79% dos entrevistados avaliando sua gestão como ruim ou péssima. Disponível em: https://www.ipsos.com/sites/default/files/2017-05/Lava_Jato_Ipsos_Pulso_Brasil.pdf. Acesso em: 04 dez. 2024.

seu mandato. Em um pronunciamento oficial, declarou “não ter nada a temer” e afirmou categoricamente que não renunciaria (Silva; Benevides; Passos, 2017)

Contudo, sua gestão enfrentou intensa reprovação popular. Segundo pesquisa do Datafolha³⁹, 82% dos brasileiros consideraram sua administração ruim ou péssima, o que o tornou o presidente mais impopular da história do país. Essa desaprovação foi impulsionada pela greve dos caminhoneiros, que causou uma grave crise de abastecimento conforme já mencionado, e pela lenta recuperação econômica, que ampliou o descontentamento geral.

Nesse clima de insatisfação, desesperança e ressentimento, o ano de 2018 surgia como uma nova oportunidade para a renovação dos quadros políticos, simbolizando o possível fim da chamada “velha política”. O sentimento antissistema, amplamente difundido, era alimentado pela percepção de que o país não precisava mais de políticos tradicionais, desacreditados pelos sucessivos escândalos de corrupção.

A deterioração da qualidade de vida da classe média e trabalhadora, somada à percepção de impunidade da elite econômica e política corrupta, fortaleceu a ideia de que o novo caminho deveria ser trilhado “de fora para dentro”, dando espaço para um *outsider* — alguém alheio ao sistema político. Não era necessário, segundo essa visão, entender profundamente de política, mas apenas ser honesto e não estar associado ao *establishment*. Nesse contexto, o antipetismo consolidava-se como a principal força motriz que guiava o sentimento popular. Esse processo, em gestação desde as manifestações de 2013, havia conquistado o coração de grande parte do eleitorado brasileiro.

“As previsões dos cientistas políticos de que o sistema recompor-se-ia e o segundo turno de 2018 seria disputado de novo pelas coalizões petista e tucana” (Avelar, 2021, p. 12) não se concretizaram. As análises tradicionais falharam em captar a mudança abrupta de direção que o país estava tomando. Esse novo caminho refletia, em parte, uma sintonia com o resultado das urnas nos Estados Unidos em 2016, que haviam levado Donald Trump ao poder, representando uma ruptura com as elites políticas estabelecidas e um alinhamento com discursos populistas e antissistema.

O ano de 2018 não foi marcado apenas pela radicalização da polarização política durante as eleições, mas também por um acontecimento que abalou profundamente o cenário político nacional: a prisão do maior líder da centro-esquerda brasileira, Luiz Inácio Lula da Silva. Em 7 de abril de 2018, dois dias após o juiz Sergio Moro expedir a ordem de prisão,

³⁹ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/reprovacao-aumenta-e-torna-temer-o-presidente-mais-impopular-da-historia.shtml>. Acesso em: 06 dez. 2024.

Lula foi detido em decorrência de sua condenação no caso do triplex do Guarujá. Acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, Lula foi inicialmente condenado a 12 anos e 1 mês de prisão.

A prisão de Luiz Inácio Lula da Silva teve um impacto direto e marcante nas eleições presidenciais de 2018. À época, o ex-presidente liderava as pesquisas de intenção de voto⁴⁰, e, mesmo preso, continuava figurando como favorito quando incluído nas pesquisas eleitorais. Contudo, Lula foi declarado inelegível com base na Lei da Ficha Limpa e, portanto, impossibilitado de concorrer. Sua candidatura foi substituída pela de Fernando Haddad (PT), com Manuela D'Ávila (PCdoB) como candidata a vice.

Outro episódio marcante da campanha presidencial de 2018 foi o ataque sofrido por Jair Bolsonaro (à época candidato pelo PSL), que levou uma facada durante uma caminhada com apoiadores no centro de Juiz de Fora, Minas Gerais. O responsável pelo atentado, Adélio Bispo de Oliveira, foi preso em flagrante. Entretanto, ele não pôde ser condenado judicialmente devido à inimizabilidade penal, pois laudos psiquiátricos apontaram que sofria de transtornos mentais, incluindo transtorno delirante persistente. Em depoimentos, Adélio Bispo⁴¹ alegou que o crime teve motivações políticas e religiosas, afirmando que havia sido “escolhido por Deus” para realizar o ato.

A facada tornou-se um ponto de virada na campanha de Bolsonaro, gerando comoção nacional e internacional, o que aumentou a visibilidade do então candidato e mobilizou seus apoiadores. Durante o período em que ficou hospitalizado, Bolsonaro utilizou amplamente as mídias sociais para se comunicar com os eleitores, evitando os debates e, assim, esquivando-se de perguntas dos adversários que pudessem comprometê-lo. Além disso, fortaleceu a narrativa de que sua candidatura enfrentava ameaças e perseguições, o que contribuiu para consolidar sua estratégia digital, já central em sua campanha.

Um efeito colateral que evidencia a radicalização da polarização política em 2018 foram as inúmeras teorias da conspiração envolvendo o ataque sofrido por Jair Bolsonaro. Algumas pessoas questionaram a veracidade da facada, enquanto outras insinuaram que o evento teria sido orquestrado para favorecer sua candidatura. Contudo, essas teorias nunca foram comprovadas e foram amplamente refutadas por evidências e pelas investigações conduzidas pelas autoridades policiais.

⁴⁰ Disponível em:

<https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/04/1965039-presos-lula-mantem-lideranca-em-disputa-pela-presidencia.shtml>. Acesso em: 08 dez. 2024.

⁴¹ Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/escolhido-por-deus-adelio-mantem-ideia-de-matar-bolsonaro-e-temer>. Acesso em: 08 dez. 2024.

Outro destaque das eleições de 2018 foi o expressivo número de 13 candidatos⁴² a concorrer no primeiro turno. A disputa pelo Palácio do Planalto registrou o maior número de candidaturas desde 1989⁴³, quando houve 22 postulantes. Esse cenário reflete uma fragmentação política e uma busca por alternativas em um ambiente de polarização crescente. Os 13 candidatos representaram a diversidade de propostas e a intensificação da disputa por votos, em um contexto de desconfiança em relação às forças políticas tradicionais.

Embora os eleitores no primeiro turno de 2018 tivessem um leque variado de escolhas, a polarização se concentrou principalmente em dois candidatos: Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL). Essa radicalização foi acentuada pela intensa presença das mídias sociais e aplicativos de mensagens como *WhatsApp*, que se tornaram a nova ágora para os “debates” políticos. A desinformação em massa e a circulação de *fake news*⁴⁴ desempenharam um papel central nesse processo, com informações falsas sendo amplamente compartilhadas e manipuladas para influenciar as decisões eleitorais.

O fenômeno das *fake news* tem um impacto profundo nas decisões eleitorais, pois manipula informações com o objetivo de enganar o público e alterar a percepção dos eleitores. Isso ocorre por meio da criação e disseminação de conteúdos falsos ou distorcidos que, muitas vezes, geram confusão e polarizam ainda mais os debates. Esse fenômeno ganhou notoriedade internacional com os eventos de 2016, especialmente durante as eleições presidenciais nos EUA e o *Brexit*, quando a desinformação foi usada de maneira estratégica para moldar a opinião pública e influenciar nos resultados eleitorais.

Um exemplo emblemático dessa manipulação informacional foi o escândalo da *Cambridge Analytica*⁴⁵, que revelou como dados pessoais de milhões de usuários do *Facebook* foram coletados sem os seus consentimentos para fins de *microtargeting* político. A empresa, em colaboração com campanhas políticas, usou esses dados para criar perfis detalhados dos eleitores e direcionar mensagens políticas altamente personalizadas. A manipulação de informações através da análise de dados pessoais não apenas fortaleceu as

⁴² Jair Bolsonaro (PLS) - 17; Fernando Haddad (PT) - 13; Ciro Gomes (PDT) - 12; Geraldo Alckmin (PSDB) - 45; Marina Silva (Rede) - 18; Alvaro Dias (Podemos) - 19; Henrique Meirelles (MDB) - 15; João Amoedo (Novo) - 30; Guilherme Boulos (PSOL) - 50; José Maria Eymael (Democracia Cristã) - 27; Cabo Daciolo (Patriota) - 51; João Goulart Filho (PPL) - 54; Vera Lucia (PSTU) - 16

⁴³ Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/politica/quem-sao-os-13-candidatos-a-presidencia-da-republica-em-2018>. Acesso em: 08 dez. 2024.

⁴⁴ A presente tese optou por usar o termo popular 'fake news' para se referir aos diversos tipos de conteúdos enganosos que são veiculados nas mídias sociais. No entanto, sabe-se que o termo é muito simplista para retratar a complexidade do ecossistema da desinformação.

⁴⁵ Cambridge Analytica se declara culpada. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/01/09/cambridge-analytica-se-declara-culpada-por-uso-d-e-dados-do-facebook.ghtml>. Acesso em: 08 dez. 2024.

fake news, mas também demonstrou como a tecnologia pode ser utilizada para controlar fluxos informacionais, influenciar comportamentos e até interferir em processos democráticos.

As eleições brasileiras de 2018 registraram, na história política do país, casos emblemáticos e até bizarros de informações falsas veiculadas durante o período eleitoral. Muitas dessas *fake news* foram proferidas pelos próprios candidatos à presidência. É importante destacar o uso constante do pânico moral como estratégia para mobilizar sentimentos de medo, repulsa e intensa indignação.

A título de ilustração, as *fake news* com maior engajamento nas redes foram: a entrevista de Jair Bolsonaro ao *Jornal Nacional*, em que apresentou o livro *Aparelho Sexual e Cia* como parte de um suposto ‘kit gay’ distribuído nas escolas durante os governos petistas. Além disso, circulou um vídeo afirmando que uma mamadeira erótica em formato de pênis teria sido distribuída em escolas e creches de São Paulo por determinação do ex-prefeito Fernando Haddad, então candidato à presidência.

Outra *fake news* de grande destaque foi a imagem compartilhada de um suposto *layout* do site G1, afirmando que o então deputado federal Jean Wyllys seria ministro da Educação caso Haddad ganhasse as eleições. Também circulou, via *WhatsApp*, a mensagem de texto alegando que a facada em Bolsonaro era forjada. Houve ainda um vídeo no *YouTube* tirado de contexto, afirmando que o pastor Silas Malafaia teria ‘aberto os olhos’ em relação a Bolsonaro e passado a atacá-lo. Uma imagem amplamente compartilhada dizia: ‘Se você defende as crianças, não vote nele’ — uma referência a Haddad, rotulado como ‘o criador do kit gay’. Esses são apenas alguns exemplos das inúmeras *fake news* disseminadas durante o período eleitoral. (Barros, 2024)

E para sacramentar o impacto da disseminação massiva de informações falsas no pleito eleitoral de 2018, no segundo turno protagonizado pelos candidatos mais polarizados, Fernando Haddad e Jair Bolsonaro, a jornalista Patrícia Campos Mello publicou, no dia 18 de outubro, uma reportagem no jornal *Folha de S.Paulo*. A matéria revelava o disparo em massa de mensagens via *WhatsApp* contra o então candidato petista. O texto alertava sobre a existência de empresários que planejavam contratar agências de marketing para enviar milhões de mensagens, com o objetivo de influenciar o resultado das eleições (Mello, 2020).

O esquema claramente violava a legislação eleitoral brasileira, pois, conforme a Lei nº 13.488/2017, é expressamente proibido contratar pessoas ou mecanismos para enviar pela internet mensagens ou comentários que ofendam a honra ou prejudiquem a imagem de um candidato ou partido. O agravante era a possibilidade de configurar caixa dois indireto.

(Mello, 2020). Posteriormente, o *WhatsApp* admitiu⁴⁶ a ocorrência de disparos ilegais em massa durante as eleições, reconhecendo que as empresas envolvidas violaram os termos de uso do aplicativo.

Pelo teor dos acontecimentos, torna-se emblemático o pleito eleitoral de 2018 e as mudanças que trouxe para o cenário político brasileiro. Além disso, o vencedor das urnas foi Jair Bolsonaro, que obteve 57.797.847 votos, correspondendo a 55,13% dos votos válidos. Para surpresa de muitos, a pergunta que passou a ecoar nas mídias sociais, nos comentários de analistas políticos e nos editoriais era: como alguém com esse perfil conseguiu vencer as eleições, reescrevendo os manuais de boas práticas de campanha?

Bolsonaro é um político ultradireita, com elogios à época da ditadura militar (ele não reconhece como ditadura), seu presidente preferido é Emílio Garrastazu Médici, em cuja gestão o AI-5 — ato responsável pela suspensão dos direitos civis dos cidadãos brasileiros — foi instituído. Seu livro de cabeceira é “A Verdade Sufocada”, de autoria do coronel Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-CODI de São Paulo, condenado por sequestro e tortura durante a ditadura. (Nicolau, 2020)

Ele concorreu por um micropartido, gastou pouco mais do que alguns deputados federais gastaram e, no primeiro turno, dispôs do menor tempo no horário eleitoral gratuito que um candidato competitivo já teve em uma disputa para presidente. Ele fez uma campanha rejeitando o que os manuais de campanha recomendam: moderar o discurso e tentar convencer o eleitor de centro. (Nicolau, 2020, p. 8)

Na sua trajetória política, Bolsonaro é considerado por muitos um político medíocre que, mesmo assim, chegou ao poder. Embora não fosse um *outsider* — alguém que vem de fora da política —, conseguiu se apresentar como tal para uma parcela significativa dos eleitores. Durante seus 28 anos como deputado federal, seu desempenho legislativo foi amplamente considerado inexpressivo, caracterizando-se por discursos ideológicos voltados a temas culturais, militares e moralistas, sem liderar ou influenciar grandes debates nacionais dos 171 projetos apresentados como membro da Câmara dos Deputados, teve apenas dois deles aprovados.

Antes de se tornar nacionalmente conhecido, Bolsonaro marcava presença em programas de auditório⁴⁷ e entrevistas, incluindo *Datena*, *Agora é Tarde*, *Casos de Família*, *CQC*, *Manhã Maior*, *Mega Senha*, *Mulheres*, *Okay Pessoal*, *Pânico na Band*, *Programa do*

⁴⁶ Disponível em:

<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/10/whatsapp-admite-envio-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-2018.html>. Acesso em: 08 dez. 2024.

⁴⁷ Disponível em:

<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-papel-dos-programas-de-auditorio-no-fenomeno-bolsonaro/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

Ratinho, Programa do Raul Gil, Quem Convince Ganha Mais, Superpop, The Noite e Você na TV. Em diversos vídeos disponíveis na internet, é possível encontrar uma série de declarações controversas e polêmicas sobre variados temas.

A título de ilustração, eis algumas das inúmeras manifestações controvertidas⁴⁸ do ex-presidente: “O erro da ditadura foi torturar e não matar”; “Ele merecia isso: pau-de-arara. Funciona. Eu sou favorável à tortura. Tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também”; “Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, se um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil, começando com o FHC, não deixar para fora não, matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente”; e “Fui ser deputado federal para não andar de ônibus, fusca, van, e morar bem.”

Grande parte do seu sucesso nas urnas pode ser compreendida pela sua grande habilidade em mobilizar sua base de apoio. “O bolsonarismo foi produto de uma coalizão entre os Partidos do Boi, Teocrata, da Polimilícia, da Lava Jato, do Mercado e dos Trolls.” (Avelar, 2021, p. 30). Dentre essas coalizões que ajudaram a capitanear a vitória de Bolsonaro, os discursos sobre os resultados da Lava Jato apresentam, de maneira simples, que:

1) a Lava Jato investigou, denunciou e prendeu parte expressiva da elite política brasileira; 2) a corrupção passou a ser vista como algo endêmico, aumentando a rejeição aos partidos tradicionais; 3) os eleitores buscaram uma alternativa de um político que não estivesse envolvido em nenhuma das denúncias dos últimos anos e ao mesmo tempo expressasse uma quebra com o padrão de ação da elite política tradicional; 4) entre os nomes apresentados em 2018, o único que preenchia esses critérios era Bolsonaro. Nesse caso, pouco importava o fato de ele ter sido deputado federal por 28 anos, ter trocado muitas vezes de legenda e ter sido um parlamentar medíocre. (Nicolau, 2020, p. 44)

Em consonância com o discurso teocrata, o setor bolsonarista que compreende o mundo evangelical (ver Glossário) - relação que será abordada em outra seção - sempre associou a imagem de Bolsonaro a qualidades messiânicas, como o ungido e o eleito para governar a nação em nome dos propósitos de Deus. No primeiro evento após ser eleito, Bolsonaro foi a um culto⁴⁹ na igreja do pastor pentecostal Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, e em sua fala disse: “Tenho certeza de que não sou o mais capacitado,

⁴⁸ Bolsonaro em 25 frases polêmicas. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

⁴⁹ Bolsonaro vai a culto de Malafaia. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-nao-sou-o-mais-capacitado-mas-deus-capacita-os-escolhidos/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

mas Deus capacita os escolhidos.” Isso se apresenta como uma forma estratégica de sensibilizar os religiosos que compõem a base fiel.

A gestão de Bolsonaro (2019-2022) foi caracterizada por intensa polarização política, como se as eleições não tivessem terminado. Inúmeras controvérsias internas e externas marcaram seu governo, que esteve voltado para uma agenda conservadora. O governo enfrentou muitas críticas em relação à sua política ambiental, sendo acusado de enfraquecer órgãos de fiscalização como o Ibama e o ICMBio, e de adotar uma postura negacionista em relação ao desmatamento e à preservação da Amazônia, além de desacreditar o aquecimento global.

Durante a pandemia da COVID-19, que atravessou o seu governo, Bolsonaro adotou uma postura negacionista, minimizou os riscos do vírus, criticou medidas de distanciamento social e defendeu tratamentos sem comprovação científica, como a hidroxicloroquina. A condução da pandemia foi duramente criticada, com falas polêmicas, como 'Não sou coveiro, tá?', atrasos na compra de vacinas, denúncias de cobrança de propina, além de uma postura conflituosa e bélica com governadores e prefeitos que adotaram medidas de restrição social.

A economia brasileira enfrentou uma grave recessão durante a pandemia, além do aumento do desemprego e da pobreza. Durante esse período, Bolsonaro defendeu que o país deveria priorizar a economia em detrimento da saúde, o que polarizou ainda mais a política nacional. Ele se posicionou contra a esquerda, a imprensa e diversas instituições que considerava adversárias, especialmente o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional. Tentou enfraquecer o STF e contestar decisões judiciais, gerando um ambiente de tensão política.

A agenda conservadora foi uma das marcas do governo, com ênfase em temas como o armamento da população, combate ao que chamava de ideologia de gênero (ver Glossário), redução da maioria penal e resistência a pautas progressistas. Além disso, ocorreram diversos escândalos de corrupção envolvendo membros do alto escalão do governo. A ameaça do inimigo comunista nunca deixou de fazer parte dos seus discursos, especialmente quando Luiz Inácio Lula da Silva foi solto em 2019 e teve seus direitos políticos restituídos, se colocando como candidato da centro-esquerda em 2022. Todo assunto político se tornava polarizante entre os extremos: os que eram pró-Bolsonaro e os que faziam oposição.

A eleição de 2018 é o ponto de inflexão na transformação da polarização partidária em um fenômeno novo, mais extremado, no qual o radicalismo político começou a transbordar para o cotidiano. A posição política passou a ser parte da identidade de cada um e o seu diferencial em relação ao outro. (Nunes; Traumann, 2024, p. 14)

Essa polarização extremada se constituiu como uma tendência mundial nos novos governos eleitos, pois está associada ao retorno de regimes populistas, que caracterizam o antagonismo político como uma luta entre o bem (o povo) e o mal (as elites) e inserem no centro do debate a dimensão moral, em prejuízo de propostas políticas verdadeiramente consistentes. Esse é o momento do ressurgimento da onda autocratizadora no Brasil, conforme explicada anteriormente.

Assim, a partir das eleições de 2022, que levou Lula da Silva ao seu terceiro mandato como presidente da República, surge um novo conceito para explicar o fenômeno do transbordamento da disputa política para o cotidiano, chamado de “calcificação política” (Nunes; Traumann, 2024). Ou seja, o Brasil está calcificado. A disputa política deixou de ser apenas um momento eleitoral e passou a ser um ato identitário, que está presente em outras dimensões da vida, como consumo, estilo de vida, hábitos e escolhas.

Esse transbordamento da polarização para o cotidiano se expressa no consenso de que a economia não é mais o fator decisivo para o eleitor, mas que a guerra cultural (ver Glossário) é a engrenagem mobilizadora do conflito entre conservadores e progressistas, intensificando-se com a ascensão do populismo de extrema-direita. E, por falar nisso, “o Brasil dobrou à Direita” (Nicolau, 2020), e dobrou com vontade e chegou ao poder em 2018.

3.3 A ascensão da extrema direita brasileira no século XXI: o bolsonarismo

O resultado das urnas em 2018, que consolidou Jair Bolsonaro como o 38º presidente da República Federativa do Brasil, surpreendeu parte expressiva do campo político e analítico por contrariar variáveis tradicionalmente associadas ao êxito eleitoral no Brasil. Embora sua imagem pública fosse marcada por declarações preconceituosas, traços autoritários e associações ao repertório da extrema direita, Bolsonaro venceu com baixa estrutura partidária, reduzido tempo de televisão e sem o apoio inicial das principais forças do sistema político. Sua vitória, portanto, pode ser compreendida tanto a partir das especificidades da crise política brasileira quanto da tendência global de fortalecimento de lideranças e movimentos de extrema direita (Nicolau, 2020; Mudde, 2022).

Em relação ao seu comportamento inapropriado, Bolsonaro coleciona um histórico de falas controversas, proferidas, principalmente, contra grupos marginalizados enquanto era deputado federal, candidato à presidência e posteriormente como chefe do Executivo. Além das já citadas acima, eis mais alguns exemplos emblemáticos: "Não podemos abrir as portas para todo mundo. Não podemos virar um país de refugiados. Qual é a boa intenção deles?

Estamos recebendo a escória do mundo." (2015, referindo-se a imigrantes haitianos, africanos e sírios)⁵⁰. "[...] Porque as mulheres são tão competentes quanto os homens, mas têm mais direitos. O empregador prefere contratar homens." (2016, justificando a desigualdade salarial entre homens e mulheres).⁵¹

“Eu fui em um quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador eles servem mais.” (2017, em palestra no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro).⁵² “O Brasil não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias.” (2013, em entrevista à imprensa, criticando o turismo LGBTQ+ no Brasil)⁵³. “Se eu assumir [a Presidência], não terá mais um centímetro demarcado para reserva indígena.” (2018, durante a campanha eleitoral)⁵⁴.

Um presidente eleito com esse tipo de mentalidade contrasta profundamente com os mitos históricos construídos pelo senso comum, que idealizam o Brasil como uma nação harmônica e sem conflitos, povoada por cidadãos avessos a qualquer forma de hierarquia e como uma democracia plena, isenta de ódios relacionados a raça, religião e gênero (Schwarcz, 2019). O contexto político e social a partir de 2013, marcado pelas Jornadas de Junho, como já esclarecido anteriormente, sinalizou que a tendência da sociedade em optar por uma escolha eleitoral autoritária já havia emergido.

Confirmando essa tendência, em 2017, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgou pesquisa⁵⁵ realizada pelo Instituto Datafolha sobre a propensão da população brasileira ao apoio a posições autoritárias. O estudo concluiu que o escore médio da amostra foi de 8,10, em uma escala de 0 a 10, na qual zero representa baixa propensão e 10 indica forte adesão a posições autoritárias. A pesquisa considerou três dimensões da personalidade

⁵⁰ Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-do-mundo/>. Acesso em: 21 dez. 2024.

⁵¹ Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-diz-nao-acreditar-que-desigualdade-salarial-ocorra/>. Acesso em: 21 dez. 2024.

⁵² Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica>. Acesso em: 21 dez. 2024.

⁵³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/bolsonaro-diz-que-levou-multa-apos-andar-de-moto-no-guaruj%C3%A1.shtml>. Acesso em: 21 dez. 2024.

⁵⁴ Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/78-noticias/575956-nem-um-centimetro-a-mais-para-terras-indigenas-diz-bolsonaro>. Acesso em: 21 dez. 2024.

⁵⁵ A pesquisa tem como base o “Estudos sobre a personalidade autoritária”, desenvolvido por Theodor Adorno em conjunto com outros psicólogos sociais da Universidade de Berkeley. Para mais detalhes, ver: ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

autoritária: o convencionalismo⁵⁶, a submissão autoritária⁵⁷ e a agressividade autoritária⁵⁸. Dentre elas, a submissão à autoridade foi a dimensão mais destacada, dado que ajuda a compreender o contexto político favorável à receptividade de discursos autoritários no período anterior às eleições de 2018 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017).

A subestimação eleitoral de Bolsonaro também se relacionava às dificuldades de composição política de sua candidatura. O então candidato enfrentou sucessivas negociações frustradas para a escolha de um vice com maior projeção pública ou capacidade de ampliar sua base eleitoral. Entre os nomes cogitados estavam a advogada Janaína Paschoal, uma das autoras do pedido de impeachment de Dilma Rousseff; o então senador Magno Malta; o general Augusto Heleno; e o deputado federal Luiz Philippe de Orleães e Bragança. Após essas articulações, Bolsonaro fechou a chapa com o general da reserva Hamilton Mourão, do PRTB, escolha que reforçava a presença militar em sua candidatura, mas não resolvia plenamente seu isolamento em relação às principais forças partidárias e governadores naquele momento (Nicolau, 2020).

No segundo turno das eleições de 2018, a posição dos partidos⁵⁹ em relação ao apoio aos candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) foi majoritariamente de neutralidade, com algumas exceções. Os partidos que optaram pela neutralidade, liberando seus filiados para votarem como desejassem e sem declarar apoio oficial a nenhum dos dois candidatos, foram: DC, DEM, NOVO, PATRIOTA, PODEMOS, PP, PPS, PSD, PSDB, PR, PRB, SOLIDARIEDADE e MDB. Os partidos que declararam apoio a Fernando Haddad (PT) incluíram o PDT (em um apoio crítico, com o objetivo de evitar a vitória de forças reacionárias), PPL, PSB, PSOL, REDE (com voto crítico) e PSTU. Por outro lado, os partidos que apoiaram Bolsonaro foram o PTB (justificando a decisão por convergência econômica) e o PSC (que declarou apoio por unanimidade).

⁵⁶ **Convencionalismo** é o pensamento em categorias rígidas e a crença em causas externas fantásticas ou místicas que determinam o destino dos indivíduos, que os autores chamam de superstição, como capta a afirmação: “a ciência tem o seu lugar, mas há muitas coisas importantes que a mente humana jamais poderá compreender”. No limite, a adesão a esses valores indica a tendência de retirar do indivíduo a responsabilidade por seus próprios atos. (FBSP, 2017, p. 10-11)

⁵⁷ **Submissão à autoridade** representa a tendência ou desejo em adotar uma atitude submissa e acrítica perante as autoridades morais idealizadas em determinado grupo social. Está associada ao desejo de um líder forte e moralmente respeitado. (FBSP, 2017, p. 11)

⁵⁸ **Agressividade autoritária** pretende medir a tendência a procurar, condenar, rejeitar e punir (violentamente) as pessoas que violam os valores convencionais e tradicionais, mesmo quando resultam em opressão. (FBSP, 2017, p. 11)

⁵⁹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/09/saiba-quais-partidos-ja-adotaram-posicao-no-segundo-turno-das-eleicoes-presidenciais.ghtml>. Acesso em: 21 dez. 2024.

No que se refere ao tempo de propaganda eleitoral na televisão, Bolsonaro dispunha de apenas oito segundos por bloco no primeiro turno, uma condição considerada desfavorável segundo os parâmetros tradicionais das campanhas presidenciais brasileiras. Sua vitória, nesse sentido, evidenciou uma inflexão nas formas de mediação política, pois a limitação no horário eleitoral gratuito foi compensada pela centralidade das mídias sociais e do *WhatsApp* como canais de comunicação direta, mobilização e circulação de conteúdos (Nicolau, 2020).

Essa estratégia indicava uma reconfiguração das condições informacionais da disputa eleitoral, na qual mídias sociais, aplicativos de mensagens, redes de apoiadores e sistemas algorítmicos passaram a disputar centralidade com os meios tradicionais de comunicação política. À luz da noção de regime de informação, essa transformação pode ser compreendida como parte de um rearranjo nos sujeitos, meios, recursos, autoridades e formas de circulação da informação política no contexto eleitoral (González De Gómez, 2012).

A ascensão de Bolsonaro também se insere em uma convergência global marcada pelo fortalecimento de lideranças, movimentos e discursos de extrema direita. Essa movimentação, contudo, não surgiu repentinamente. O trumpismo e o bolsonarismo, por exemplo, possuem raízes anteriores às eleições que os levaram ao poder. Grupos radicais de extrema direita vêm se organizando há décadas, originando-se em subculturas marginais, como a *alt-right*, *hooligans* e *skinheads*, em diferentes partes do mundo. Essas redes fornecem bases ideológicas, simbólicas e estratégicas que ajudam a sustentar o avanço de uma nova extrema direita transnacional (Mudde, 2022; Mulhall, 2022).

O especialista em grupos de extrema direita do Reino Unido, Joe Mulhall, é integrante da *HOPE not hate*⁶⁰, uma organização britânica antifascista cujo objetivo é monitorar e desarticular as atividades de grupos radicais organizados. Ele já atuou como infiltrado em manifestações de rua e no interior de grupos extremistas, experiência que lhe permitiu compreender a personificação da natureza da extrema direita internacional, incluindo o Partido Nacional Britânico (BNP), o movimento antimuçulmano ‘contrajihadista’, os extremistas islâmicos conhecidos como terrorismo islamista ou jihadista, a extrema direita europeia com suas crises migratórias, a exemplo do PEGIDA (sigla em alemão para ‘Patriotas Europeus contra a Islamização do Ocidente’), a direita alternativa (*alt-right*), os identitários — movimento contra o globalismo e o Islã na Europa —, as milícias americanas, a Ku Klux

⁶⁰ Disponível em: <https://hopenothate.org.uk/>. Acesso em: 21 dez. 2024.

Klan⁶¹ e o nacionalismo (ver Glossário) hindu do primeiro-ministro Narendra Modi. (Mulhall, 2022)

Joe Mulhall se envolveu com a política antifascista desde 2010 e, ao acompanhar os movimentos transnacionais contemporâneos, presenciou a chegada de Jair Bolsonaro ao poder em 2018 com o *slogan* ‘Brasil acima de tudo, Deus acima de todos’. Segundo ele, esse lema “o fez lembrar do tradicional *slogan* da extrema direita britânica, ‘Grã-Bretanha em primeiro lugar’, ou dos coros de ‘Estados Unidos em primeiro lugar’, que ouvira nos comícios de Trump em Ohio, em 2016” (Mulhall, p. 10, 2022). Assim, o Brasil se consolidou como mais uma peça importante no avanço do tabuleiro da extrema direita no cenário mundial, caindo sob o feitiço de discursos xenófobos, racistas e nacionalistas.

A ascensão dessa nova extrema direita⁶² em cada país está atrelada a causas próprias, enraizadas em experiências e histórias singulares. Embora diferenças e semelhanças sejam numerosas, há um ponto em comum: a construção de um ‘inimigo’ a ser combatido, seja ele interno ou externo, sintetizada na lógica do ‘nós contra eles’ e no autoritarismo. Esse inimigo pode ser identificado de várias formas, como uma única ameaça ou pela aglutinação de múltiplas, entre as quais se destacam o anticomunismo; discursos xenofóbicos e conservadores que se autodenominam ‘antissistema’; ataques à luta internacional contra a mudança climática (ambientalismo); e a oposição às pautas de diversidade sexual, promovendo um discurso em defesa da moral e dos bons costumes. Além disso, há a recorrente justificativa do ‘cuidemos dos nossos primeiro’. Toda essa construção identitária do ‘inimigo’ é permeada pela disseminação de informações falsas, teorias da conspiração e pânico moral.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, muitas indagações e comparações históricas emergiram no noticiário brasileiro, nos *podcasts* políticos e nas análises especializadas. Discutia-se a possibilidade de o Brasil estar vivendo um novo ‘fascismo’ e o que significaria, de fato, enquadrar Bolsonaro, enquanto figura política, e o bolsonarismo, como movimento, no espectro da direita radical. Essa busca intensa por respostas e compreensões pode ser explicada pelo fato de o Brasil não ter enfrentado um ressurgimento radical de direita tão

⁶¹ A Ku Klux Klan (KKK) sobrevive até hoje. A partir da década de 1970, o movimento foi descentralizado, fragmentado e muito enfraquecido por conflitos internos, divisões e vários processos judiciais danosos. Embora não seja mais a força unificada que foi um dia, ainda tem a capacidade de se engajar em atos extremos de violência. (Mulhall, 2022, p. 130)

⁶² Sobre a diversidade entre os grupos chauvinistas na atualidade, rapidamente entende a expressão extrema direita como sinônimo de nacionalismo exacerbado. Muitas vezes, manifestado nas ações de militantes através de práticas violentas portadoras de elementos segregadores, xenófobos, homofóbicos e intolerantes. (Barbosa, 2015)

expressivo desde os anos 1930 (Lynch; Cassimiro, 2022). Nesse contexto, os conceitos tornam-se fundamentais para analisar a experiência histórica, interpretar os novos acontecimentos e identificar possíveis vínculos com o passado em um processo de continuidade temporal.

A princípio, é essencial resgatar o entendimento do termo fascismo, embora não seja a intenção aqui oferecer uma explicação histórica detalhada sobre o conceito, uma vez que já há vasta literatura dedicada ao tema e porque tal abordagem ultrapassa o escopo desta tese. No entanto, é impossível pensar a extrema direita contemporânea sem recorrer a esse termo, especialmente para remeter aos grandes regimes fascistas europeus do século XX, da Alemanha e da Itália, que apresentam diferenças significativas em estrutura e ideologia entre si, assim como em relação a qualquer outro tipo de fascismo.

3.3.1 Pós-fascismo e bolsonarismo: a nova face da extrema direita

George Orwell (2021) tinha uma visão crítica e contundente do fascismo, mas também alertava para o uso excessivo e indiscriminado da palavra na política interna, o que acabava por esvaziar seu significado. Sua crítica não se restringia ao uso oral da expressão “fascista”, mas também às referências impressas que recorriam ao termo para designar, de maneira ampla, expressões como “simpatizante fascista”, “tendência fascista” ou, simplesmente, “fascista”. Desde a década de 1940, Orwell (2021, p. 46-47) já observava que, “se examinar a imprensa, você verá que não existe quase nenhum grupo de pessoas que não tenha sido denunciado como fascista”. Essa generalização abrangia conservadores, socialistas, comunistas, trotskistas, católicos, pacifistas, belicistas e nacionalistas.

Contudo, Orwell reconhecia que, por trás desse uso imprudente da palavra em diversas direções, havia um significado emocional. Ao empregá-la, as pessoas geralmente pretendiam associar o fascismo a algo cruel, asqueroso, inescrupuloso, obscurantista, antiliberal e contrário à classe trabalhadora (Orwell, 2021). Mas por que, segundo Orwell, não seria possível alcançar uma definição satisfatória, clara e consensual do fascismo? Porque defini-lo de forma objetiva exigiria fazer confissões que nem mesmo fascistas, conservadores ou socialistas estariam dispostos a admitir (Orwell, 2021). A abordagem do fenômeno, portanto, deve ser feita com comedimento e critério, evitando sua banalização e seu uso meramente acusatório.

Em diálogo com essa preocupação, Umberto Eco (2018) contribui para pensar o fascismo não apenas como um regime historicamente situado na Itália de Mussolini, mas

também como um conjunto de traços discursivos, simbólicos e afetivos capazes de reaparecer em diferentes conjunturas políticas. Ao formular a noção de “fascismo eterno” ou *Ur-Fascismo*, Eco não propõe uma definição fechada ou essencialista do fenômeno, mas identifica características recorrentes que, combinadas de diferentes maneiras, podem compor uma sensibilidade fascista ou neofascista. Entre esses traços, destacam-se o culto da tradição, a rejeição ao pensamento crítico, a associação do dissenso à traição, o medo da diferença, a obsessão conspiratória e o apelo a uma comunidade nacional supostamente ameaçada.

Assim, se Orwell (2021) chama atenção para a necessidade de rigor conceitual no uso da palavra “fascismo”, Eco (2018) oferece um caminho para reconhecer elementos recorrentes que permitem identificar manifestações contemporâneas de uma sensibilidade autoritária e fascistizante. A contribuição de ambos ajuda a evitar dois riscos opostos: de um lado, a banalização do conceito; de outro, sua restrição excessiva a uma experiência histórica única, incapaz de iluminar formas políticas posteriores.

Nesse debate, Robert O. Paxton (2023) também reconhece a dificuldade de definir o fascismo de modo preciso e utilizável, uma vez que nenhuma definição consegue descrever completamente seu objeto. Ainda assim, o autor arrisca uma formulação para caracterizar e explicar seu significado:

O fascismo pode ser definido como uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz, com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza (Paxton, 2023, p. 378).

Ainda que Paxton apresente uma definição, o próprio autor ressalta que “jamais houve um regime fascista ideologicamente puro” (Paxton, 2023, p. 214). Essa ausência de pureza decorre do fato de que os regimes fascistas se estruturaram historicamente por meio de pactos de coalizão entre o partido fascista — ou uma força política que se apresenta como salvadora e inovadora — e forças conservadoras, elites tradicionais e setores interessados na contenção de ameaças políticas percebidas.

Essa constatação é útil para compreender o cenário de ascensão da extrema direita no Brasil em 2018, quando Jair Bolsonaro contou com o apoio de determinados setores da sociedade, entre eles segmentos evangélicos, militares, empresariais e parcelas do campo jurídico-político associadas ao lavajatismo, apoio que, ainda que reconfigurado, permaneceu relevante nas eleições de 2022 (Avelar, 2021). Apesar das tensões, disputas e clivagens

internas entre esses grupos, tais setores convergiram em torno de um objetivo comum: derrotar a esquerda e combater aquilo que identificavam como “marxismo cultural” (ver Glossário).

Embora essa analogia permita indicar alguns percursos de continuidade histórica de tendências radicais, autoritárias e anticomunistas à direita, não se pode afirmar que o Brasil esteja vivendo um novo fascismo nos moldes históricos, nem tampouco que Bolsonaro seja fascista em sentido estrito. Nesse sentido, Gherman (2023, p. 61) argumenta que, “se o bolsonarismo não é ideologicamente nazista, ele se constitui em uma gramática típica de valores pós-fascistas e pós-nazistas”.

O conceito de pós-fascismo, formulado por Enzo Traverso (2021), propõe um deslocamento em relação ao conceito clássico de fascismo, considerado insuficiente para compreender a nova configuração dos movimentos de extrema direita na contemporaneidade. Segundo o autor, esse conceito “ênfatisa sua particularidade cronológica e o localiza em uma sequência histórica marcada tanto pela continuidade quanto pela transformação” (Traverso, 2021, p. 7). Embora não responda a todas as lacunas interpretativas, a categoria permite apreender as mudanças históricas que caracterizam o fenômeno, sem romper inteiramente com sua genealogia fascista.

A comparação com o fascismo decorre, portanto, de uma consciência histórica e de um imaginário político que reconhece continuidades, mas também limites analíticos. O contexto atual não se enquadra completamente nas referências históricas do fascismo clássico. No século XXI, o fascismo não tende a assumir a face de Mussolini, Hitler ou Franco, nem necessariamente a forma de um terror totalitário. Isso porque há muitas formas de destruir a democracia. Embora as ameaças democráticas sejam frequentemente retratadas como provenientes de inimigos externos, como o terrorismo islâmico, Traverso (2021) lembra que a história do fascismo ensina uma lição fundamental: a democracia também pode ser destruída por dentro. Nesse sentido, a via eleitoral pode servir como ponto de partida para a subversão gradual das instituições democráticas (Levitsky; Ziblatt, 2018).

No caso brasileiro, essa chave interpretativa permite compreender como a linguagem afetiva pós-fascista mobilizada por Jair Bolsonaro foi sendo elaborada no ambiente digital, de forma gradual e, muitas vezes, despercebida. Inicialmente tratado por parte da opinião pública como uma figura excêntrica ou politicamente marginal, Bolsonaro conseguiu canalizar medos, ressentimentos, frustrações sociais e pânicos morais em uma gramática marcada pela violência simbólica, pela hostilidade ao adversário e pela naturalização de discursos de ódio. Desde o início de sua trajetória política, seu estilo discursivo esteve associado a repertórios

ideológicos da extrema direita, mobilizando anticomunismo, militarismo, moralismo religioso e ataque às agendas de direitos humanos.

Neste sentido, essa nova direita brasileira usa referências que remontam a negacionismos históricos, do Holocausto, da escravidão e dos direitos humanos em uma perspectiva simbólica muito potente e perene, com referências pontuais e não explícitas do nazismo histórico. [...] O Brasil é o país onde a extrema direita mais cresceu no mundo de 2019 até o momento. (Gherman, 2023, p. 62)

Desse modo, após esclarecidas as analogias históricas em relação ao fascismo, torna-se necessário discutir o que é o bolsonarismo e o que se entende por extrema direita. Trata-se de um fenômeno complexo, que não surgiu do vácuo, tampouco pode ser compreendido como algo inteiramente novo. Suas múltiplas formas de atuação, causas e contextos demandam uma análise detalhada e historicamente situada. O cenário político contemporâneo tem sido marcado pela normalização e consolidação da extrema direita em geral e das direitas nacionalistas no século XXI.

Após o horror da Segunda Guerra Mundial, o lema “fascismo nunca mais” ganhou força. No entanto, o fim da guerra não representou o encerramento das aspirações radicais nem das mentalidades autocráticas. Ainda que fragmentados, camuflados e atuando à margem da política institucional, grupos fascistas permaneceram fiéis à sua causa. Cas Mudde (2022) aponta que o cientista político alemão Klaus von Beyme identificou três ondas da extrema direita na Europa Ocidental no período pós-guerra. Esse modelo esquemático fornece uma base para compreender como a extrema direita conseguiu se manter ao longo da segunda metade do século XX.

Neofascismo (1945-1955) – Após a Segunda Guerra Mundial, antigos apoiadores do fascismo precisaram se adaptar ao novo contexto democrático, assumindo posturas aparentemente apolíticas ou buscando enquadrar suas ações no sistema partidário. Esses grupos, conhecidos como neofascistas, mantinham lealdade à velha ideologia totalitária, organizando-se em clubes, associações e redes de apoio a “heróis” e “mártires” da guerra. Apesar disso, tinham baixa capacidade de mobilização popular, sofriam repressão estatal e, quando disputavam eleições, obtinham resultados pouco expressivos. Fora da Europa, suas ideias circularam entre comunidades migrantes e grupos de extrema direita, especialmente nas Américas e na Austrália, com influências do salazarismo português e do franquismo espanhol na América Latina (Mudde, 2022).

Populismo de direita (1955-1980) – Embora pequenos grupos fascistas tenham permanecido à margem da sociedade, esse período foi marcado pela emergência de partidos e lideranças populistas de direita, mais orientados pela oposição às elites tradicionais do

pós-guerra do que por uma filiação direta ao fascismo derrotado em 1945. Na Europa, o exemplo mais representativo foi o movimento poujadista, liderado por Pierre Poujade, que combinava personalismo, antiparlamentarismo e defesa de setores médios ameaçados pelas transformações econômicas. Nos Estados Unidos, esse populismo de direita se expressou sobretudo no anticomunismo, com destaque para a Sociedade John Birch e o macarthismo (Mudde, 2022).

Direita radical (1980-2000) – A partir dos anos 1980, a extrema direita passou a ganhar maior expressão política na Europa Ocidental, em um contexto marcado por imigração, desemprego e transformações socioeconômicas. Partidos novos, como Os Republicanos, na Alemanha, e os Democratas Suecos, somaram-se a legendas mais antigas, como o FPÖ, na Áustria, e o Partido do Povo Suíço, que se radicalizaram sob lideranças como Jörg Haider e Christoph Blocher. Após a queda do comunismo, em 1989, a direita radical também se expandiu em países pós-comunistas. Embora apresentasse variações regionais — com maior centralidade da imigração na Europa Ocidental e da hostilidade contra povos Rom no Leste Europeu —, essa onda consolidou uma combinação entre nativismo, autoritarismo e populismo, apresentando-se como representante legítima do “povo” contra imigrantes, minorias e elites nacionais. Nos Estados Unidos, grupos extremistas permaneceram mais afastados da política institucional, ainda que figuras como David Duke e Pat Buchanan tenham buscado aproximar ideias radicais do Partido Republicano (Mudde, 2022).

Em continuidade ao modelo esquemático de von Beyme, Cas Mudde (2022) atualiza a análise da extrema direita no pós-guerra ao identificar uma quarta onda, iniciada nos anos 2000 e ainda em curso. Essa atualização permite compreender a extrema direita contemporânea em um cenário marcado por acontecimentos internacionais de grande impacto, como os ataques de 11 de setembro de 2001, a recessão econômica de 2008 e a crise dos refugiados de 2015. Esses eventos afetaram as democracias ocidentais de formas distintas, contribuindo para a ascensão de forças radicais caracterizadas pelo nativismo, pela islamofobia, pelo populismo e pela contestação das elites políticas tradicionais.

Quarta onda (2000-atual) – A quarta onda da extrema direita caracteriza-se pela naturalização e consolidação desse campo nos sistemas políticos contemporâneos. Diferentemente das fases anteriores, a extrema direita deixou de ocupar um lugar politicamente marginal ou interdito, passando a estabelecer coalizões com partidos tradicionais e a pautar o debate público e midiático. Essa onda também se distingue por sua heterogeneidade: reúne partidos marginais, novas organizações políticas, legendas conservadoras radicalizadas — como o Fidesz, na Hungria, e o Lei e Justiça (PiS), na Polônia

—, além de grupos ultrarradicais, como a Aurora Dourada⁶³, na Grécia. O nativismo, a oposição à imigração e o populismo de direita radical tornaram-se elementos centrais desse processo. Outra mudança relevante é a expansão da influência da extrema direita para além da Europa, com a eleição de lideranças associadas a esse espectro em grandes democracias, como Jair Bolsonaro, no Brasil; Donald Trump, nos Estados Unidos; Narendra Modi, na Índia; e Benjamin Netanyahu, em Israel (Mudde, 2022).

Em síntese, conforme Cas Mudde (2022), a quarta onda da extrema direita é marcada por sua heterogeneidade, normalização e consolidação no cenário político contemporâneo. Seus limites tornaram-se mais indefinidos, ultrapassando os partidos de direita populista radical e alcançando partidos tradicionais, governos, mídias e debates públicos. Nesse contexto, a extrema direita deixa de ser percebida apenas como uma “patologia normal”, isto é, como fenômeno marginal ou excepcional, e passa a expressar uma “normalidade patológica”: um conjunto de ideias autoritárias, excludentes e antipluralistas que se insere de modo recorrente no funcionamento ordinário das democracias contemporâneas (Mudde, 2021).

Sua ascensão, portanto, não pode mais ser entendida apenas como resultado de um desalinhamento político, mas como parte de um realinhamento de forças anteriormente dispersas. Essa onda também é atravessada por uma dinâmica de gênero⁶⁴, que influencia tanto sua composição quanto suas estratégias discursivas e eleitorais. Nenhum país está

⁶³ A Aurora Dourada foi considerada pela Corte Grega como um grupo criminoso. O líder do partido Nikos Mihaloliakos é um negacionista do Holocausto, fundou o partido em 1980 como uma organização neonazista. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/aurora-dourada-grecia-declara-partido-de-extrema-direita-como-grupo-criminoso/>. Acesso em: 23 dez. 2024.

⁶⁴ Assim como ocorre com outros fenômenos políticos, a extrema direita é atravessada por uma dinâmica de gênero, que se manifesta de forma complexa e multifacetada. A maioria dos grupos e ativistas desse espectro expressa um sexismo ambivalente, alternando entre formas de sexismo benevolente e sexismo hostil. Essa dinâmica varia conforme as normas culturais, raciais e nacionais que orientam esses grupos. As mulheres, por exemplo, tendem a ser valorizadas quando se enquadram em padrões de reprodutividade, maternidade e pertencimento à mesma comunidade cultural ou racial. Nesse sentido, muitos grupos de extrema direita aderem ao “familismo”, isto é, a uma visão que atribui às mulheres importância prioritária como mães e progenitoras, consideradas essenciais para a perpetuação da nação, da cultura ou da raça. Um exemplo disso é a Hungria, onde Viktor Orbán inscreveu o familismo na ordem constitucional e nas políticas públicas do país. De modo semelhante, na Polônia, o governo do PiS adotou políticas de promoção da família, tomando a família heterossexual como centro das normas governamentais, em consonância com papéis tradicionais de gênero. Entretanto, alguns grupos de extrema direita, especialmente no norte da Europa, apresentam uma visão tradicional modernizada, apoiando o trabalho feminino fora do espaço doméstico e, em alguns casos, aceitando o aborto e o divórcio. Ainda assim, tais posições, consideradas relativamente progressistas em comparação com muitos países do sul do continente, entram em tensão com a maioria dos grupos de extrema direita europeus. Há, contudo, mudanças em curso, como indica o aumento da presença de lideranças femininas na extrema direita, a exemplo de Marine Le Pen, na França. Paralelamente, lideranças masculinas como Jimmie Åkesson, do partido sueco Democratas Suecos (SD), e Tom Van Grieken, do partido belga Interesse Flamengo (VB), têm buscado se distanciar de formas mais rígidas de defesa dos papéis tradicionais de gênero (Mudde, 2022).

completamente imune a esse fenômeno, que parece ter se consolidado como parte do cenário político contemporâneo, sem que exista, até o momento, uma solução única ou universal para enfrentá-lo.

Ainda de acordo com Mudde (2022), a análise das ondas da extrema direita permite identificar uma divisão interna entre dois grupos principais:

1. **Direita ultrarradical:** rejeita a própria essência da democracia, negando a ideia de igualdade política e o princípio do governo da maioria.
2. **Direita radical ou populista radical:** embora aceite a democracia — ao menos em termos formais —, opõe-se categoricamente às principais instituições democráticas e aos valores da democracia liberal. Isso inclui a rejeição aos direitos das minorias, ao Estado de Direito e à separação de poderes.

Com base nessa divisão, a presente tese compreende Jair Bolsonaro como um líder populista da direita radical e representante da extrema direita brasileira contemporânea, tanto no âmbito nacional quanto internacional. O bolsonarismo, por sua vez, é entendido como um movimento político mais amplo, que ultrapassa a figura individual de Bolsonaro e expressa um repertório ideológico, afetivo e identitário de atuação, mobilização e pertencimento.

Entende-se aqui por bolsonarismo o conjunto de sujeitos, grupos e redes políticas fielmente vinculados à agenda de Bolsonaro, distinguindo-se daqueles que, em 2018, optaram por sua candidatura como voto de protesto motivado pelo antipetismo. Também não se incluem nesse núcleo bolsonarista os eleitores que, em 2022, embora tenham novamente votado em Bolsonaro, discordaram veementemente dos atos antidemocráticos realizados às portas dos quartéis, da não aceitação do resultado das urnas e da insurgência ocorrida no fatídico dia 8 de janeiro de 2023.

Essas ponderações são fundamentais para evitar generalizações e preconceitos, uma vez que a lógica social do voto (Bello, 2016) constitui um fenômeno complexo. Tal lógica pressupõe que os eleitores estejam minimamente informados sobre questões sociais e políticas, mas também considera as relações interpessoais que influenciam a relevância atribuída à informação por cada indivíduo. Essa relevância depende de estruturas cognitivas, emocionais e ambientais que afetam a tomada de decisão (Choo, 2003). Entretanto, nem sempre os indivíduos dispõem de informações quantitativa ou qualitativamente adequadas para escolhas políticas mais refletidas. Quando o assunto é o voto, coloca-se, portanto, uma

questão central para esta pesquisa: quais informações são percebidas como relevantes e mobilizadas pelos eleitores no momento da escolha eleitoral?

Certamente, diversas informações concorrem para influenciar essa decisão, provenientes de diferentes tipos de discursos, como os familiares, políticos, econômicos, jornalísticos, publicitários, educacionais e, de forma cada vez mais impactante, religiosos. Adicionalmente, destaca-se o uso intensificado e viral de novas estratégias desinformativas, possibilitadas pelas mídias sociais, para fins de manipulação política. Embora as manobras e táticas de falseamento político sejam fenômenos históricos, elas assumiram novos contornos no cenário eleitoral e político brasileiro a partir de 2018.

Nesse contexto, sustentada por um novo regime de informação, observa-se uma guerra informacional pautada pela disputa de narrativas, na qual os afetos desempenham papel central como elementos de engajamento, pertencimento e construção ideológica de grupos políticos. Compreender que o bolsonarismo segue uma lógica própria de atuação é essencial para analisar suas semelhanças e diferenças em relação à extrema direita internacional, bem como para refletir sobre formas de interpretar e enfrentar esse fenômeno.

3.3.2 Os alicerces ideológicos do Bolsonarismo na guerra cultural

Refletir sobre os alicerces ideológicos da extrema direita bolsonarista implica analisar o conjunto de fundamentos que sustentam seu discurso político, suas estratégias de mobilização e suas práticas de governança. Essa construção resulta da combinação de fatores históricos, culturais, informacionais, religiosos, econômicos, políticos e tecnológicos. Antes de examinar esse conjunto de características, é fundamental apresentar brevemente o contexto no qual foi forjada a mentalidade do líder que representa esse espectro político, Jair Bolsonaro, pois tal percurso contribui para compreender aspectos relevantes de sua trajetória e atuação.

Jair Messias Bolsonaro nasceu em Campinas, no interior de São Paulo, em 1955, durante o período conhecido como “Anos Dourados” no Brasil. Iniciou sua carreira militar na década de 1970, ao ingressar na Escola Preparatória de Cadetes do Exército e, posteriormente, na Academia Militar das Agulhas Negras. Atuou como paraquedista das Forças Armadas e alcançou a patente de capitão do Exército. No entanto, Bolsonaro enfrentou controvérsias em sua trajetória militar. Em 1987, a revista *Veja*⁶⁵ revelou que ele teria sido um dos mentores de

⁶⁵ Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980>. Acesso em: 25 jan. 2025.

um plano para explodir bombas em quartéis e em outros locais estratégicos no Rio de Janeiro. A motivação do ato seria a insatisfação com os baixos salários de algumas patentes, tema que ele próprio havia abordado em um artigo publicado na mesma revista em 1986. Essas ações quase resultaram em sua expulsão das Forças Armadas.

Em 1988, Bolsonaro passou para a reserva ao ser eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1990, foi eleito deputado federal, cargo que ocupou por mais de duas décadas. Embora se promovesse como alguém alheio ao *establishment* político, Bolsonaro nunca foi propriamente um *outsider*, sendo amplamente reconhecido como um deputado do “baixo clero” durante seu longo período no Congresso Nacional. Deixou o cargo legislativo para assumir a Presidência da República em janeiro de 2019.

Durante sua atuação parlamentar, Bolsonaro construiu um histórico corporativista de votação no Congresso Nacional. Suas posições legislativas frequentemente se contrapunham às pautas do liberalismo econômico e se alinhavam aos interesses corporativos de setores do funcionalismo civil e militar. De modo aparentemente contraintuitivo, também votou de maneira próxima a posições historicamente defendidas por parlamentares petistas em questões relacionadas a matérias tributárias, monetárias e administrativas (Avelar, 2021).

Assim, partindo de sua carreira militar, pode-se afirmar que o primeiro aspecto ideológico do bolsonarismo é o **militarismo**. Essa vertente valoriza a ordem e a hierarquia, o princípio da autoridade e os símbolos nacionais, apresentando os militares como exemplos de patriotismo e honestidade. Durante sua presidência, Jair Bolsonaro frequentemente comparecia a cerimônias de formatura militar e expressava saudosismo em relação ao período da ditadura militar, que ele negava ter sido uma ditadura. Em sua concepção, figuras como o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-Codi — divisão de repressão e inteligência da ditadura —, deveriam ser enaltecidas como ‘heróis nacionais’. Ustra foi citado publicamente por Bolsonaro durante a votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, como ‘o pavor de Dilma Rousseff’, em um claro tom de provocação.

O governo de Jair Bolsonaro foi marcado pela expressiva presença de militares em cargos civis⁶⁶, com um terço ocupando o alto escalão⁶⁷, incluindo os ministérios. Essa ocupação também se estendeu a secretarias, cargos comissionados e empresas estatais

⁶⁶ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/presenca-de-militares-em-cargos-civis-dispara-sob-bolsonaro-revela-estudo>. Acesso em: 23 dez. 2024.

⁶⁷ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/08/um-terco-do-alto-escalao-do-governo-bolsonaro-sera-ocupado-por-militares>. Acesso em: 23 dez. 2024.

federais, configurando uma presença sem precedentes na história da Nova República. Destaca-se ainda que, conforme já mencionado, o próprio presidente era um capitão reformado e o vice-presidente, Hamilton Mourão, um general da reserva.

Com os militares no poder novamente, uma parcela do alto comando que integrava o governo trouxe consigo a essência golpista, autoritária e antidemocrática de 1964. Esse resgate ideológico colocou o Brasil na iminência de vivenciar outro golpe militar⁶⁸ no período pós-64. Ao longo da gestão Bolsonaro, esse golpismo foi gradualmente construído por meio de ataques sistemáticos às instituições democráticas, com destaque para o Supremo Tribunal Federal (STF), guardião dos direitos constitucionais do país. O STF foi pejorativamente rotulado como 'ditadura da toga' e acusado de estar em conluio com o comunismo.

A credibilidade das urnas eletrônicas foi minada por narrativas conspiratórias de fraude e pela disseminação de peças desinformativas, um movimento que teve início na eleição de 2018, quando Bolsonaro afirmou ter 'ganho no primeiro turno', sem jamais apresentar provas. Essa estratégia culminou na reunião, em julho de 2022, com embaixadores estrangeiros, em que buscou desacreditar o sistema eleitoral brasileiro. Esse episódio, marcado por um discurso com aparência de confiável, mas fundamentado em informações falsas, foi determinante para sua inelegibilidade.

A convocação de manifestações e atos pró-Bolsonaro nas duas principais metrópoles do país, São Paulo e Rio de Janeiro, marcou um momento crítico de afronta às decisões judiciais da Suprema Corte, especialmente às do ministro Alexandre de Moraes, a quem Bolsonaro publicamente chamou de 'canalha'. Esses atos foram acompanhados pela mobilização logística e pelo financiamento de acampamentos bolsonaristas instalados em frente ao Quartel-General do Exército após as eleições de 2022. Nesses locais, apoiadores clamavam diariamente por intervenção militar, pelo retorno da ditadura, pela reedição do AI-5, pela prisão de Alexandre de Moraes e rejeitavam o resultado das urnas, sob a alegação infundada de que o pleito teria sido fraudado.

⁶⁸ Dos três comandantes das Forças Armadas, dois atuam como testemunhas da Polícia Federal (PF) na investigação que apura a organização de um golpe de Estado para manter Jair Bolsonaro no poder. O general Marco Antonio Freire Gomes, ex-comandante do Exército, e o tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, ex-comandante da Aeronáutica, afirmaram ter se posicionado contra a proposta de ruptura democrática. Ambos relataram às autoridades policiais que uma minuta do golpe foi apresentada a eles durante uma reunião no Palácio da Alvorada, e declararam total oposição ao conteúdo exposto. Essa minuta foi posteriormente encontrada pela PF em posse do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid. O documento incluía um esboço de decreto para instaurar o Estado de Sítio e uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/veja-quem-sao-os-ex-comandantes-das-forcas-armadas-que-se-posicionaram-contra-o-golpe/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

Esses acampamentos desempenharam um papel central na formação dos eventos de 8 de janeiro, conferindo corpo e vida ao ataque às instituições democráticas. Num misto de ódio, violência, planejamento de atos terroristas, como o preparo de bombas, e fervor religioso expressado por meio de orações, os acampamentos evidenciaram o grau de radicalização de setores bolsonaristas. No desenrolar das investigações sobre o ataque à sede dos três poderes, a Operação *Tempus Veritatis*, conduzida pela Polícia Federal, revelou indícios preocupantes de envolvimento do alto escalão militar na interferência no processo democrático. De acordo com uma reportagem da revista *Carta Capital*⁶⁹ em fevereiro de 2024, ao menos 18 oficiais do Exército e da Marinha figuraram entre os suspeitos de participação na tentativa de golpe.

Entre esses militares, três tiveram pedidos de prisão preventiva decretados pelo Supremo Tribunal Federal (STF): o coronel Bernardo Romão Correa Neto, o major Rafael Martins de Oliveira e o coronel da reserva Marcelo Costa Câmara, todos pertencentes ao Exército. Essa revelação destaca o papel central desempenhado por setores das Forças Armadas na radicalização e articulação golpista durante o governo Bolsonaro e seus desdobramentos.

No avanço das investigações, o Brasil testemunhou, em 14 de dezembro de 2024, a prisão do primeiro general de quatro estrelas, Walter Souza Braga Netto⁷⁰, primeiro general de quatro estrelas preso no país no contexto das investigações sobre a tentativa de golpe de Estado. A prisão foi decretada para evitar possível obstrução da Justiça, uma vez que Braga Netto era suspeito de tentar obter informações sobre a delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro. Além disso, foi investigado por participação na articulação política da tentativa de golpe, na elaboração de documentos golpistas e no incentivo aos ataques promovidos por milícias digitais.

É importante lembrar que Braga Netto foi candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro nas eleições de 2022. Posteriormente, os desdobramentos do processo levaram à condenação de Jair Bolsonaro, Braga Netto e outros réus do chamado núcleo central da tentativa de golpe, com determinação de cumprimento das penas pelo Supremo Tribunal Federal.

⁶⁹ Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-sao-os-18-militares-bolsonaristas-no-coracao-do-golpismo-segundo-a-pf/>. Acesso em: 24 dez. 2024.

⁷⁰ Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/braga-netto-e-o-primeiro-general-de-quatro-estrelas-presno-brasil/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

Essa adesão cega por parte do eleitorado mais radical do bolsonarismo, que chegou ao ponto de solicitar intervenção federal e atentar contra a democracia, é fruto de um discurso ideológico cuidadosamente construído em torno do **anticomunismo**. Esse é o segundo aspecto ideológico que caracteriza o movimento bolsonarista. O anticomunismo, amplamente utilizado como bandeira por Jair Bolsonaro e seus apoiadores, evoca um medo constante e exagerado de que o Brasil poderia estar à beira de uma “ameaça comunista”, associada, no discurso bolsonarista contemporâneo, a experiências como a da Venezuela.

Esse discurso tem raízes na ditadura militar, período em que o combate ao comunismo foi usado como justificativa para a repressão e para a manutenção do regime autoritário. “Em *Orvil*⁷¹, as Forças Armadas são apresentadas como as patrióticas protetoras do Brasil e de sua democracia de raízes culturais cristãs contra a vasta conspiração comunista que a ameaça desde a década de 1920” (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 76). Nos tempos atuais, o anticomunismo foi ressignificado e amplificado pelas mídias sociais e por lideranças religiosas influentes e midiáticas, convertendo-se em um mecanismo poderoso de mobilização e de alinhamento ideológico.

Na tradição marxiana, o comunismo é concebido como uma forma de organização social orientada para a superação das relações de produção baseadas na divisão de classes e na propriedade burguesa dos meios de produção. Em *O Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels apresentam a transformação dessas relações como parte de um processo de superação dos antagonismos de classe e defendem a abolição do caráter privado da propriedade burguesa, distinguindo-a da propriedade pessoal. A perspectiva comunista, nesse sentido, não se reduz à supressão dos bens de uso individual, mas se refere à transformação das relações sociais de produção e das formas de apropriação da riqueza (Marx; Engels, 2021).

No discurso reacionário analisado nesta pesquisa, entretanto, o comunismo é representado de forma mais ampla e negativa, sendo associado à ameaça à família, à religião,

⁷¹ Após o fim do regime militar, surgiram inúmeras acusações de violações de direitos humanos perpetradas pela ditadura, como tortura, desaparecimentos forçados e assassinatos, amplamente documentadas em obras como *Brasil Nunca Mais* (1985). Em resposta e como forma de propor uma contranarrativa sobre as ações da esquerda no Brasil, o *Orvil* foi um documento sigiloso produzido pelo Exército brasileiro entre 1986 e 1987, intitulado oficialmente *Orvil: Tentativas de Tomada do Poder*. O conteúdo do *Orvil* detalha a atuação de grupos armados de esquerda, como guerrilhas urbanas, movimentos estudantis e a Guerrilha do Araguaia, retratando-os como ameaças à segurança nacional e justificando as ações do Estado no combate ao que classificava como “terrorismo”. O documento relativiza e omite as violações de direitos humanos cometidas pelo regime militar, apresentando uma visão ideológica que legitima as medidas repressivas da ditadura. Dessa forma, o *Orvil* é considerado uma peça de propaganda política, marcada por revisionismos históricos alinhados aos interesses dos militares. Originalmente mantido como manuscrito e restrito a circulação interna, o *Orvil* permaneceu oculto por anos, até que, em 2000, partes de seu conteúdo foram divulgadas na internet após serem entregues a jornalistas, tornando-se um objeto de debate público e histórico. (Lynch; Cassimiro, 2022. Rocha, 2021). Para mais detalhes ver: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0511200017.htm>. Acesso em: 26 dez. 2024.

às tradições e a outros valores considerados fundamentais para a sociedade. Essa representação se distancia da formulação apresentada na tradição marxiana e amplia o comunismo para além de sua caracterização como projeto de transformação das relações sociais de produção, contribuindo para a construção do anticomunismo como elemento de identificação e mobilização política.

O segundo inimigo, segundo a perspectiva conservadora reacionária, é a Escola de Frankfurt. A expressão refere-se a uma tradição de pensamento associada ao Instituto de Pesquisa Social (*Institut für Sozialforschung*), fundado em Frankfurt em 1923. Inicialmente dedicado ao estudo do marxismo, do socialismo e do movimento operário, o Instituto passou, sob a direção de Max Horkheimer, a desenvolver um programa interdisciplinar de crítica social que se afastou do marxismo ortodoxo e posteriormente ficou conhecido como Teoria Crítica. Entre seus principais representantes estão Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse e Erich Fromm (Institut für Sozialforschung, 2026).

Com a ascensão do nazismo, o Instituto de Pesquisa Social foi fechado pela Gestapo em 1933, em razão de suas atividades consideradas subversivas, e a maior parte de sua equipe deixou a Europa. Após uma passagem por Genebra, o Instituto transferiu-se, em 1934, para Nova York, onde passou a funcionar junto à Universidade Columbia. Durante o período de exílio, desenvolveu pesquisas sobre a ascensão do nacional-socialismo, o autoritarismo, o antisemitismo e o fascismo. Em 1949, o Instituto retornou a Frankfurt e foi restabelecido em 1950, com a reabertura de sua sede em 1951. No período pós-guerra, sob a direção de Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, suas pesquisas estiveram fortemente relacionadas aos processos de democratização e à formação política na Alemanha Ocidental (Institut für Sozialforschung, 2026).

Essa trajetória, contudo, contrasta com a representação atribuída à Escola de Frankfurt pelo discurso reacionário. Um exemplo dessa interpretação conspiratória encontra-se em Miniccino (2022), que caracteriza o Instituto de Pesquisa Social como uma operação de guerra psicológica da Internacional Comunista contra o Ocidente capitalista. Essa interpretação atribui ao Instituto uma função conspiratória que não corresponde à sua caracterização histórica e acadêmica, constituindo uma representação específica mobilizada pelo discurso anticomunista.

Nesse repertório discursivo, sustenta-se que o marxismo teria se deslocado do campo econômico para o campo cultural, dando origem ao que seus formuladores denominam “marxismo cultural”. Nessa narrativa, a disputa deixaria de se concentrar na luta armada e passaria a ocorrer no campo da cultura e da disputa pela hegemonia. Essa interpretação

sustenta, ainda, a ideia de que os valores tradicionais do Ocidente estariam sendo corroídos por uma agenda ideológica implantada de forma sutil e estratégica por intelectuais e movimentos alinhados a essa suposta orientação marxista.

A expressão “marxismo cultural” é usada para se referirem a um conglomerado heterogêneo de várias tendências ditas progressistas diferentes: pós-estruturalismo, feminismo liberal, movimentos pela liberação sexual e desconstrutivismo, por exemplo. Eles as apresentam de maneira caricatural, vulgarizada, propagandista e, importante, situadas dentro do campo do marxismo (Silva; Sugamoto; Araújo, 2021, p. 182).

Na construção do espantalho do “marxismo cultural”, diversas correntes filosóficas distintas são agrupadas de maneira simplista em um único conjunto, incluindo as tradições hegeliana, freudiana, existencialista, neokantiana e idealista. Além disso, intelectuais de diferentes linhagens de pensamento e orientações ideológicas, como Marcuse, Adorno, Gramsci, Foucault, Lukács, Erich Fromm, Wilhelm Reich, Marx, Freud e Benjamin, são acusados de orquestrar uma suposta guerra cultural contra o Ocidente (Silva; Sugamoto; Araújo, 2021).

Esse conceito de “guerra cultural” é amplamente utilizado pela extrema direita bolsonarista, remetendo à ideia de conflitos morais que se manifestam na política. Como apontam Teixeira de Melo e Vaz (2021, p. 6), “de imediato, o seu sentido significa a existência de conflitos morais”. Essa visão simplificada e conspiratória contribui para a narrativa de polarização, centralizando a cultura como campo estratégico de disputa política e ideológica.

Assim, o conceito de “marxismo cultural”, articulado sob a lógica de uma guerra cultural atribuída à nova esquerda, tornou-se uma categoria guarda-chuva para os conservadores reacionários alinhados ao bolsonarismo. Nesse contexto, diversos temas de cunho moral, muitas vezes contraditórios e carregados de preconceitos, são incluídos com o propósito de “informar” que a esquerda estaria supostamente empenhada em destruir os valores tradicionais da organização social de maneira silenciosa, onipresente e invisível.

As temáticas centrais dessa disputa incluem o aborto, o papel da mulher na família e na sociedade, a sexualidade, os direitos LGBTQ+, as pautas identitárias, o financiamento de projetos culturais (como a Lei Rouanet), a secularização, o multiculturalismo, o globalismo, o ambientalismo, o politicamente correto, o *wokismo*, as cotas para minorias nas universidades, as autoridades intelectuais e os currículos escolares. Para a extrema direita bolsonarista, essas questões são resumidas como parte da “pauta de esquerda” e apresentadas como elementos que devem ser combatidos categoricamente.

Guerra Cultural é um conceito que emergiu no contexto da história política e cultural dos Estados Unidos no século XX, mais especificamente entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990. O termo apareceu pela primeira vez no livro do sociólogo da religião James Hunter, *Culture Wars: The Struggle to Define America*, publicado em 1991. Posteriormente, ganhou notoriedade na Convenção Republicana de 1992, por meio do discurso do político conservador Patrick Buchanan, conhecido como o *Discurso da Guerra Cultural*. Nesse discurso, Buchanan se posicionou contra temas como casamento gay, direito ao aborto, presença de mulheres no Exército e direito de os cidadãos escolherem escolas religiosas para seus filhos.

O contexto que marca a gênese da guerra cultural é a recusa da ideia de Modernidade por parte dos conservadores tradicionalistas⁷². Para esses grupos, predominava a sensação de que as concepções religiosas que estruturavam a organização social haviam sido domesticadas e relegadas à esfera privada, um processo identificado como secularização. Nesse cenário, as pautas que ganhavam centralidade eram as da diversidade e dos direitos individuais, abrangendo questões de raça, etnia, classe, gênero e orientação sexual.

As transformações sociais impulsionadas por movimentos como a luta pelos direitos civis, os protestos contra a Guerra do Vietnã e as revoluções culturais de Maio de 1968 tornaram-se fontes de disputas nas legislações e nas instituições responsáveis por formar e informar as mentalidades, como escolas, universidades, meios de comunicação e cânones intelectuais. Essas mudanças provocaram uma forte reação conservadora, conforme apontado por Hunter (2022).

Deste modo, na busca de uma compreensão mais precisa do conceito, o termo cultura, conforme formulado na antropologia estadunidense, refere-se a um conjunto estável e unificado de crenças e valores. Não se trata de arte engajada nem de uma crítica política baseada na distinção entre alta e baixa cultura. Da mesma forma, o termo ‘guerra’ também requer exame. Aqui, não se faz referência a um inimigo externo, mas a uma dinâmica que segue o modelo de uma guerra civil, como a estadunidense, ou mesmo a doutrina de segurança nacional aplicada durante a ditadura militar no Brasil, que identificava a existência de um ‘inimigo interno’. Essa noção considera o "mal" como algo intrínseco à sociedade, que precisa ser identificado e extirpado para proteger a ordem estabelecida (Teixeira de Melo; Vaz, 2021).

⁷² Tradicionalista aqui se refere a alguém que deseja manter as tradições, e possui postura crítica em relação às novas tendências.

Generalizando, a ascensão das guerras culturais está associada a duas mudanças na forma de fazer política. Nas teorizações tradicionais da ciência política sobre eleições, era consensual a necessidade de um candidato moderar seu discurso para vencer uma eleição: devia visar o centro, onde estava a maior parte dos eleitores. Com as guerras culturais, porém, especialmente para políticos conservadores, existe a possibilidade de ganhar uma eleição por ficar incessantemente açulando a base através da produção de conflitos morais e por forçar os moderados à radicalização, tanto pela falta de alternativa, quanto pela estigmatização do inimigo. Por se tratar de guerra, os moderados são forçados a escolher um lado. (Teixeira de Melo; Vaz, 2021, p. 12)

Nesse contexto da guerra cultural estadunidense, emerge um movimento que merece destaque: o Movimento LaRouche, fundado por Lyndon LaRouche na década de 1960. Trata-se de um movimento político internacional de cunho intelectual, amplamente conhecido por suas posições controversas e teorias da conspiração. Inicialmente vinculado à esquerda radical norte-americana, o grupo posteriormente se distanciou dessa vertente, adotando posturas nacionalistas, anti-globalistas e conspiratórias. Entre suas principais teorias está a ideia da existência de um governo mundial oculto, controlado por uma elite financeira internacional, frequentemente associada à família Rothschild (Ortellado; Martins, 2022).

O Movimento LaRouche também denuncia organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o sistema financeiro de Londres, acusando-os de controlar governos e manipular economias em benefício de uma elite global. Além disso, o movimento rejeita as políticas ambientais, considerando-as uma conspiração para impedir o desenvolvimento industrial e econômico de nações soberanas. Lyndon LaRouche, seu fundador, concorreu diversas vezes à presidência dos Estados Unidos, mas nunca obteve resultados relevantes nas eleições (Ortellado; Martins, 2022).

O movimento LaRouche atua por meio de organizações como o Schiller Institute⁷³ e a Executive Intelligence Review⁷⁴, que são responsáveis por divulgar suas ideias e buscar influenciar políticas públicas em vários países. Essas organizações têm como objetivo promover uma agenda política que favorece o nacionalismo econômico e a soberania das nações, combatendo as influências de organismos internacionais e a globalização econômica (Ortellado; Martins, 2022).

No Brasil, o movimento LaRouche teve presença nas ideias de políticos nacionalistas, como Enéas Carneiro, que foi líder do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA). Enéas, com sua proposta de resgatar os valores de uma nação soberana e independente, se alinhou em diversos momentos com as noções disseminadas por LaRouche, especialmente no

⁷³ Disponível em: <https://schillerinstitute.com/es/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

⁷⁴ Disponível em: <https://larouchepub.com/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

que diz respeito à crítica ao globalismo e à defesa da independência econômica do Brasil (Ortellado; Martins, 2022).

No Brasil, é impossível abordar a ascensão da extrema direita e a guerra cultural sem mencionar a participação de Olavo de Carvalho na década de 1990. Considerado o guru ideológico do bolsonarismo, sua virulência e agressividade retórica tornaram-se marcas registradas em diversas plataformas: no programa de rádio *True Outspoke*, em 2006; em publicações nas mídias sociais; em vídeos de seu canal no YouTube, com mais de um milhão de inscritos; em seu Curso Online de Filosofia (COF), iniciado em 2009; e em inúmeros livros publicados. Todo esse conteúdo continua amplamente divulgado, mesmo após sua morte, em janeiro de 2022.

Um ponto importante a ser destacado é que, antes de Olavo de Carvalho ser nomeado como “guru do bolsonarismo” e de proferir constantes ataques à imprensa tradicional, ele mesmo fez parte dessa imprensa. Olavo foi contratado por importantes veículos de comunicação, como:

- Em 1997, foi colunista regular da seção *Folhetim* da *Folha de S.Paulo*;
- Entre 2000 e 2005, foi colunista da revista *Época* e do jornal *O Globo*;
- Também passou pelos jornais *Zero Hora*, *Jornal da Tarde*, *Folha de Londrina*, *República*, *Primeira Leitura* e *Bravo*;
- De 2006 a 2014, foi colunista do *Diário do Comércio*.

Olavo de Carvalho foi uma das figuras mais proeminentes do movimento conservador, especialmente durante o governo Bolsonaro. Embora não possuísse formação acadêmica formal em filosofia, ele se autodeclarava filósofo e defensor da tradição intelectual ocidental. Olavo defendia valores cristãos e a liberdade econômica, além de se opor ao que considerava ser uma dominação cultural progressista. Em sua visão, as ideias esquerdistas estavam infiltradas nas instituições educacionais, culturais e políticas por meio de um processo de "doutrinação", cujo objetivo seria destruir os valores tradicionais da família, da religião e da sociedade por meio de uma Revolução Cultural (Bianchi, 2021).

O autodeclarado filósofo denunciava o que considerava ser uma tentativa de dominação global por parte de uma elite mundial composta por organizações internacionais, bancos e outras entidades que buscavam controlar os destinos das nações. Seu discurso apresentava alinhamento com movimentos anti-globalistas internacionais, como o Movimento

LaRouche. Outro aspecto marcante no ideário olavista era sua fixação nas ideias de Antonio Gramsci, que ele via como o grande inimigo das novas direitas e a personificação do mal.

Segundo Alvaro Bianchi (2021, p. 69), referência internacional nos estudos sobre Antonio Gramsci, “Olavo de Carvalho conhece muito pouco do pensamento gramsciano. Do mesmo modo, desconhece a biografia de Gramsci. Por exemplo, em mais de uma ocasião, Olavo fala da filha de Gramsci. Mas Gramsci não teve uma filha. Teve dois filhos.” Para Bianchi, contudo, o mais importante é compreender por que um discurso político-filosófico repleto de erros e superficialidades conseguiu ser tão eficaz.

A fixação de Olavo em Gramsci pode ser explicada pelo protagonismo que o autor de *Cadernos do Cárcere* ocupou na América Latina, enquanto, no contexto estadunidense, o principal inimigo é representado pela Escola de *Frankfurt*. Gramsci teve grande relevância no processo de renovação das esquerdas latino-americanas, ao eleger o campo da cultura como terreno de disputa política, desafiando o pensamento conservador, que tradicionalmente considerava a cultura como seu território exclusivo. (Bianchi, 2021)

Além disso, outro aspecto central do pensamento do ideólogo do bolsonarismo, que influenciou os grupos convertidos que compõem a extrema direita, é a idealização de um passado supostamente perfeito, corrompido pelo declínio da espiritualidade e da influência religiosa nas instituições da sociedade.

Com a ascensão e a notoriedade da direita radical contemporânea, o etnólogo Benjamin R. Teitelbaum (2020) se sentiu instigado a compreender por que os governos dos Estados Unidos, do Brasil e da Rússia, influenciados por ideólogos como Steve Bannon (EUA), Aleksandr Dugin (Rússia) e Olavo de Carvalho (Brasil), compartilhavam em comum as ideias centrais da Doutrina Tradicionalista — o Tradicionalismo⁷⁵ — e o que isso representava para a geopolítica mundial em termos de interferência e reconfiguração de poder.

Esse estranhamento, que motivou suas entrevistas etnográficas com os ideólogos, baseia-se no fato de que, por anos, Teitelbaum considerou o Tradicionalismo uma doutrina seguida por adeptos marginalizados — uma parcela de intelectuais da direita radical que não simpatizavam com os *skinheads* nem com os partidos populistas. Poucos estudiosos tinham consciência dessa conexão, e a temática era amplamente considerada desinteressante.

Teitelbaum (2020) explica que, comumente, utiliza-se a palavra “tradicionalista” para descrever alguém que busca preservar e praticar modos de vida antigos, acreditando que o

⁷⁵ Teitelbaum (2020) enfatiza que o Tradicionalismo conta, atualmente, com muitos professores universitários, filósofos e até membros da realeza europeia entre seus adeptos. No entanto, nem todos estão associados à direita radical. O objetivo de Benjamin Teitelbaum, contudo, é compreender a conexão entre o Tradicionalismo e a política de extrema direita.

passado era melhor e demonstrando forte resistência ao novo. No entanto, o Tradicionalismo em questão vai além dessa concepção e não é tão simples de ser definido, pois alguns de seus adeptos posicionam-se além das divisões políticas modernas, entre esquerda e direita. É nesse contexto que surgem possíveis contradições.

Afinal, o que é o Tradicionalismo? Trata-se de uma corrente filosófica, espiritual e política que valoriza os elementos fundadores das tradições culturais e religiosas das sociedades antigas, considerando-se superior e mais autêntica em relação às formas modernas ou contemporâneas de organização social e pensamento. Como explica Teitelbaum (2020, p. 26-27): “[...] um dia houvera uma religião — a Tradição, o cerne, ou a Tradição perene — que fora perdida, tendo sobrevivido na atualidade apenas fragmentos espalhados de seus valores e conceitos em diferentes práticas de fé.”

O Tradicionalismo adota uma visão metafísica e transcendente do mundo. Sua base está no resgate e na restauração dos valores religiosos, espirituais e sagrados que teriam sido perdidos com o avanço da Modernidade e do Secularismo. Essencialmente, ele é crítico à modernidade, ao racionalismo, ao materialismo e ao individualismo. Para os tradicionalistas,

a modernização centra-se na crença de que, por meio da inovação humana, podemos chegar a um mundo melhor do que o que temos. Em outras palavras, há uma fé no progresso que, no âmbito da política ocidental, tende a se manifestar em forma de apelos por maior liberdade e igualdade (Teitelbaum, 2020, p. 25-26).

A visão Tradicionalista valoriza sistemas hierárquicos e estruturados, entendendo-os como reflexos da ordem divina ou natural do mundo. Seus principais expoentes são René Guénon e Julius Evola, sendo Guénon considerado o patriarca do Tradicionalismo. O filósofo francês, que se converteu ao islamismo, reconhecia a existência de múltiplos caminhos para um fim maior. Para ele, a diversidade de sistemas de crenças seria uma comprovação de um ancestral comum — a religião nuclear original. Esse caráter inter-religioso é especialmente evidente nas religiões indo-europeias, como o hinduísmo, o zoroastrismo e as religiões europeias pagãs pré-cristãs (Teitelbaum, 2020).

Posto isso, o autodeclarado filósofo Olavo de Carvalho é frequentemente associado ao Tradicionalismo. De fato, ele recebeu influências de René Guénon e Julius Evola, mas desenvolveu uma visão crítica a alguns aspectos dessa corrente, adaptando aqueles que considerava compatíveis com a realidade brasileira. No entanto, para Teitelbaum (2020, p. 271), “o interesse de Olavo pelo esotérico era frequentemente invocado como um insulto contra ele. Talvez isso explicasse sua relutância em vincular-se ao Tradicionalismo”.

Da perspectiva de Olavo de Carvalho, o ressurgimento do Tradicionalismo no mundo contemporâneo não o inspirava, pois, em sua visão, a escola Tradicionalista estava sendo

dominada pelos russos. Para ele, isso se configurava como algo falso, já que se tratava apenas de uma busca por poder político. Nesse sentido, “faltavam credenciais espirituais à Rússia, mas, aparentemente, não a ponto de o país não poder participar da construção de uma ordem geopolítica mais virtuosa” (Teitelbaum, 2020, p. 277).

Diante de tudo o que foi exposto sobre a essência do Tradicionalismo, percebe-se que essa doutrina não se apresenta de forma homogênea, permitindo diferentes interpretações e ênfases. Contudo, seu sustentáculo principal é o resgate da conexão perdida com o sagrado, entendido como uma ordem natural das coisas. Para Olavo de Carvalho, a partir dessa conexão sagrada, apenas o povo brasileiro, especialmente os pobres e simples, seria capaz de compreender as coisas de maneira mais profunda do que os intelectuais.

Esse povo, na visão de Olavo de Carvalho, possui um instinto de realidade, um realismo que se manifesta na essência cristã do Brasil, presente tanto entre católicos quanto protestantes que realmente acreditam em Jesus Cristo. Esse é o “Brasil profundo” segundo Olavo, o qual foi decisivo para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e manteve seu apoio em 2022, com a religião no centro das disputas políticas. Trata-se de um Brasil conservador, que, segundo essa perspectiva, estava adormecido e elegeu o Messias — não o Cordeiro de Deus, mas Bolsonaro — como aquele que salvaria o país das “garras comunistas”. Esse **conservadorismo religioso**, portanto, configurou-se como mais um alicerce ideológico do Bolsonarismo.

O conservadorismo religioso bolsonarista se configura como um fenômeno político que se estrutura na convergência de valores religiosos cristãos de caráter teológico fundamentalista, tendo como expoente um grupo religioso específico, denominado aqui de “movimentos evangélicos”. Embora determinadas bases católicas e outras experiências religiosas também tenham se alinhado ao bolsonarismo, a presente tese foca nos segmentos evangélicos e sua relação com a extrema direita, sem se aprofundar na análise de outros grupos religiosos.

A relação entre religião e política acompanha os acontecimentos históricos e a vida política, podendo-se dizer que isso ocorre desde sempre. No entanto, no contexto das eleições brasileiras de 2018 e 2022, os grupos evangélicos ganharam tamanha notoriedade devido ao apoio quase incondicional ao candidato Jair Bolsonaro para ocupar o cargo máximo do Executivo. “Até então, em nenhum momento da história política do Brasil um candidato presidencial recebera tamanho apoio fundamentado em um apelo religioso.” (Siepierski, 2024, p. 5)

O *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” consolida a ideia de que o governo Bolsonaro teria uma “missão divina” e coloca a religião cristã no centro da agenda e da disputa política. Isso se expressa na recorrente utilização de símbolos e expressões religiosas, como “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (João 8:32), além das alianças estratégicas com lideranças evangélicas influentes, como Silas Malafaia, Edir Macedo e outros pastores com forte alcance midiático, que mercantilizaram seus púlpitos — sejam eles grandes ou pequenos —, seus sermões e eventos gospel, utilizando-os como palanque político, quiçá transformando-os em comitês eleitorais.

Essa comunicação político-religiosa, resultante da aproximação entre o bolsonarismo e setores evangélicos conservadores que lhe ofereceram apoio político, reverberou tanto nas plataformas digitais quanto nos púlpitos. Sua força discursiva esteve associada a uma visão maniqueísta da política, estruturada pela oposição entre o bem e o mal e fundamentada em preceitos religiosos que atribuem à Bíblia o estatuto de “verdade” incontestável. Nesse enquadramento, a disputa política passa a ser interpretada como uma batalha espiritual pela nação, na qual a “vontade de Deus” é mobilizada como princípio orientador das decisões políticas.

Como consequência, observa-se a fragilização da alteridade e a adoção de práticas intolerantes diante de posições políticas divergentes, expressas na expulsão de membros, em cancelamentos virtuais e no desligamento voluntário de fiéis das igrejas. Esse movimento, de caráter autoritário e beligerante, mobiliza uma narrativa apocalíptica que identifica inimigos internos e externos — comunistas, feministas, ambientalistas, movimentos sociais e partidos de esquerda, de modo geral — como ameaças à fé cristã.

Essa visão mobiliza politicamente parte do segmento evangélico (ver Glossário) por meio do medo, da polarização e da militarização da fé, legitimando atitudes autoritárias, centralizadoras e preconceituosas como necessárias para “salvar” o país. Nesse enquadramento, policiais e militares passam a ser frequentemente representados como “instrumentos de Deus” para a manutenção da ordem. Além disso, um ecossistema de desinformação atua na disseminação de *fake news* e narrativas tendenciosas, segundo as quais Bolsonaro e seus aliados aparecem como protetores da fé cristã, enquanto os adversários políticos — deslocados da condição de opositores legítimos para a de “inimigos” — são rotulados como ameaças a Deus, à família tradicional e à própria nação.

A partir desse alicerce ideológico conservador-religioso, estruturam-se algumas das principais agendas políticas do bolsonarismo, frequentemente sintetizadas pela expressão “pauta dos costumes”. Essas agendas incidem especialmente sobre os campos da cultura, da

educação, da família e da segurança pública, influenciando a formulação de discursos, propostas e políticas públicas nessas áreas. No interior desse repertório, tais temas são apresentados como “lutas” político-morais contra a esquerda, o comunismo e seus supostos efeitos sobre a sociedade brasileira.

- *Cultura*⁷⁶ - A agenda cultural do bolsonarismo esteve fortemente vinculada à moralidade cristã conservadora e à crítica a produções artísticas associadas à diversidade. Durante o governo Bolsonaro, a área foi marcada por denúncias de censura, cortes orçamentários, extinção do Ministério da Cultura e esvaziamento institucional. Um episódio emblemático ocorreu com o então secretário especial de Cultura, Roberto Alvim, demitido após reproduzir, em vídeo oficial, referências estéticas e textuais associadas ao nazismo. Além disso, as leis de incentivo à cultura, especialmente a Lei Rouanet, tornaram-se alvo recorrente de ataques e peças desinformativas, nas quais artistas eram acusados de utilizar recursos públicos para promover conteúdos considerados imorais, promíscuos ou degradantes.
- *Educação* - A agenda educacional do bolsonarismo foi marcada por forte polarização ideológica, cortes orçamentários nas universidades federais, instabilidade ministerial e ataques recorrentes à produção acadêmica. As universidades públicas foram frequentemente associadas à “doutrinação ideológica”, à desordem e ao ativismo político de professores e pesquisadores. Nesse contexto, ganharam centralidade pautas como o Escola sem Partido, o combate a conteúdos sobre gênero e sexualidade, a defesa da educação domiciliar e a tentativa de maior controle sobre livros didáticos e materiais escolares. A figura de Paulo Freire, patrono da educação brasileira, também se tornou alvo recorrente desse repertório, sendo mobilizada como símbolo de uma educação supostamente marxista, ideológica e contrária aos valores tradicionais defendidos pelo bolsonarismo.
- *Família* - Na agenda política do bolsonarismo, a família ocupa papel central como pilar moral, sendo associada a uma concepção tradicional, heteronormativa e cristã. Essa visão tende a rejeitar arranjos familiares diversos, como o casamento homoafetivo e a adoção por casais LGBTQ+, e

⁷⁶ Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/30/gestao-da-cultura-do-governo-bolsonaro-e-considerada-a-pior-das-ultimas-decadas-dizem-artistas>. Acesso em: 28 dez. 2024.

encontra expressão em iniciativas como o PL 6.583/2013, conhecido como Estatuto da Família, que buscava restringir juridicamente a definição de família à união entre homem e mulher. No mesmo repertório, a chamada “ideologia de gênero” foi mobilizada como estratégia discursiva contra propostas inclusivas relacionadas a gênero e sexualidade, especialmente no ambiente escolar. Também se destacam a reafirmação de papéis tradicionais de gênero, os ataques ao feminismo e a oposição ao aborto, inclusive com resistências aos casos já previstos em lei. Nesse contexto, a ex-ministra Damares Alves tornou-se uma das principais vozes públicas da agenda pró-vida e da defesa da família tradicional no campo bolsonarista.

- *Segurança Pública* - Na agenda bolsonarista, a segurança pública é orientada por uma lógica punitivista, militarizada e de endurecimento penal. O combate à chamada “cultura da impunidade” aparece associado à defesa de penas mais severas, à redução da maioria penal, à ampliação do acesso a armas de fogo e à valorização da reação violenta do Estado contra a criminalidade. Nesse repertório, expressões como “bandido bom é bandido morto” e “cidadão de bem”⁷⁷, sintetizam uma divisão moral entre ordem e desordem, legitimando práticas repressivas em nome da proteção da sociedade. Também se destacam críticas a instituições e organizações de direitos humanos, acusadas de favorecer criminosos, bem como a defesa de mecanismos como o excludente de ilicitude para agentes de segurança. A insegurança pública, assim, é mobilizada politicamente como narrativa de caos e descontrole, justificando medidas autoritárias em nome da ordem.

Desse modo, o conservadorismo moral representado pelo bolsonarismo contrasta com a defesa da liberdade econômica, sintetizada na expressão “liberal na economia e conservador nos costumes”. Trata-se de uma posição política que combina princípios do liberalismo econômico — como a defesa do livre mercado, da redução do papel do Estado e da iniciativa individual — com valores tradicionais e moralistas no campo social e cultural.

Nesse sentido, o **libertarianismo** pode ser compreendido como um dos pilares ideológicos do bolsonarismo, especialmente em sua dimensão econômica. Essa perspectiva

⁷⁷ A figura do “cidadão de bem” é construída essencialmente sobre a dicotomia “cidadão de bem” versus “bandido” ou “cidadão de bem” versus “vagabundo”. Para maiores explicações sobre a figura do “cidadão de bem”, consultar: COSTA, J. F. A. *Quem é o “cidadão de bem”?*. **Psicologia USP**, v. 32, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psup/a/wZ8DHtsYrgSc7tTZKJZSszS/>. Acesso em: 29 dez. 2024.

dialoga com a chamada Escola Austríaca de economia, associada a autores como Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, cujas formulações enfatizam a crítica à intervenção estatal, a defesa da ordem espontânea do mercado e a centralidade das decisões descentralizadas dos indivíduos. No caso do bolsonarismo, tais ideias foram incorporadas de modo articulado a um conservadorismo social fortemente orientado por valores morais e religiosos (Miguel, 2018).

As principais características de uma agenda política neoliberal incluem a defesa do livre mercado e da iniciativa privada como motores do crescimento econômico, com mínima interferência do Estado; a promoção de privatizações, mediante a transferência de setores e serviços públicos para a iniciativa privada; a redução de impostos, com o objetivo de diminuir a carga tributária sobre empresas e pessoas físicas, atrair investimentos e gerar empregos; a flexibilização dos direitos trabalhistas, por meio da redução da regulamentação das relações entre empregadores e empregados; a desregulamentação de leis e normas estatais consideradas obstáculos ao funcionamento da economia; e a defesa da austeridade fiscal, com redução dos gastos públicos, eliminação de subsídios e contenção de programas sociais, visando ao controle da dívida pública (Miguel, 2018).

Assim, “o libertarianismo começa e termina no dogma da santidade dos contratos ‘livremente’ estabelecidos, reduz todos os direitos ao direito de propriedade e tem ojeriza por qualquer laço de solidariedade social” (Miguel, 2018, p. 16). A partir dessa perspectiva, é importante distinguir liberalismo e libertarianismo. O liberalismo, surgido entre os séculos XVII e XVIII em oposição ao absolutismo e ao feudalismo, enfatiza a autonomia e a liberdade dos indivíduos. No entanto, em suas vertentes sociais e democráticas, admite algum grau de intervenção do Estado na economia, seja para corrigir falhas de mercado, seja para garantir direitos sociais e proteger o Estado de bem-estar social.

Por sua vez, o neoliberalismo ganha força no século XX, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980, em meio às crises econômicas e políticas do período. Essa perspectiva defende uma economia de mercado mais livre, com mínima intervenção estatal, tendo como exemplos emblemáticos os governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos (Chauí, 2022). Contudo, o neoliberalismo não se restringe à esfera econômica: ele também constitui uma racionalidade capaz de moldar comportamentos, subjetividades e instituições, instaurando a lógica de mercado em diferentes dimensões da vida social (Dardot; Laval, 2016).

Todavia, é importante destacar que, na agenda neoliberal do bolsonarismo, a ideia de meritocracia ocupa lugar central na mobilização de sua base de apoio. Trata-se de um discurso que responsabiliza exclusivamente o indivíduo por seu sucesso ou fracasso, apresentando a

melhoria das condições de vida como resultado do esforço pessoal. Nessa perspectiva, políticas públicas redistributivas tendem a ser rejeitadas por supostamente desestimular a iniciativa individual e produzir “dependência” em relação ao Estado (Chauí, 2022). Assim, ações afirmativas, como cotas raciais e sociais, programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e outras políticas de incentivo social passam a ser criticadas como obstáculos à lógica meritocrática.

É como se o mundo fosse concebido como uma competição permanente, dividido entre “perdedores” e “ganhadores”, ocultando as estruturas sociais e econômicas que produzem desigualdades históricas entre os indivíduos. Esse pensamento é reforçado por frases como “quem se esforça tudo pode” e “se você pode sonhar, você pode fazer”. Tal lógica fomenta uma retórica que opõe o trabalhador “que se esforça” ao “vagabundo”, representado como aquele que recebe auxílio do Estado e não incorpora os valores do mercado (Sandel, 2020).

Em consonância com essa crítica à meritocracia, o historiador Sidney Chalhoub, em entrevista concedida ao *Jornal da Unicamp*, enfatiza a importância das ações afirmativas como mecanismos de reparação e promoção da justiça social. Ao rebater críticas contrárias às cotas nas universidades, frequentemente sustentadas pelo argumento de que essas políticas violariam o princípio meritocrático, o autor afirma:

A meritocracia como valor universal, fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade brasileira, é um mito que serve à reprodução eterna das desigualdades sociais e raciais que caracterizam a nossa sociedade. Portanto, a meritocracia é um mito que precisa ser combatido tanto na teoria quanto na prática. Não existe nada que justifique essa meritocracia darwinista, que é a lei da sobrevivência do mais forte e que promove constantemente a exclusão de setores da sociedade brasileira. Isso não pode continuar. (Chalhoub, 2017)

O último alicerce ideológico que caracteriza a extrema direita bolsonarista é o **negacionismo científico**. Durante o governo Bolsonaro, essa dimensão manifestou-se em áreas como saúde, meio ambiente e educação, por meio da rejeição de consensos científicos, da disseminação de teorias conspiratórias, do anticientificismo e da instrumentalização da dúvida científica como recurso de argumentação ideológica.

O marco mais expressivo desse negacionismo foi a condução da pandemia de COVID-19. Nesse período, foram recorrentes os discursos de descrédito em relação às vacinas, a defesa de tratamentos sem eficácia comprovada, como a cloroquina, a minimização da gravidade do vírus, o acirramento da polarização política e afetiva e a promoção da desconfiança pública em relação à ciência e às autoridades sanitárias.

Algumas declarações de Bolsonaro tornaram-se emblemáticas da condução negacionista da pandemia de COVID-19. Entre elas, destacam-se falas que minimizaram a gravidade da doença, como “é só uma gripezinha”, “todos nós vamos morrer um dia” e “não sou coveiro”; ataques às medidas de prevenção, como o uso de máscaras e o *lockdown*; a defesa de tratamentos sem eficácia comprovada, como a cloroquina; e declarações de descrédito em relação às vacinas, como “vacina da China, não vou comprar”, “se você virar jacaré, é problema seu” e “não vou me vacinar, e ponto final”. Essas manifestações contribuíram para reforçar a desconfiança pública em relação às autoridades sanitárias e aprofundaram a polarização política em torno da pandemia.

A postura negacionista do bolsonarismo contribuiu, em alguma medida, para o agravamento da crise sanitária no Brasil durante a pandemia de COVID-19. Segundo dados do *Our World in Data*⁷⁸, o país figura entre aqueles com maior número absoluto de mortes confirmadas pela doença, contabilizando aproximadamente 714 mil óbitos, atrás apenas dos Estados Unidos, que registram cerca de 1,2 milhão de mortes. Esses números, contudo, devem ser compreendidos como mortes confirmadas, uma vez que as próprias bases internacionais indicam que os registros oficiais podem subestimar o total real de vítimas da pandemia.

Em termos proporcionais, considerando as mortes por COVID-19 a cada 1 milhão de habitantes, o Brasil ocupa a 20ª posição no *ranking* mundial, com 3.399 óbitos por milhão. O Peru lidera esse *ranking* proporcional, com 6.601 mortes por milhão de habitantes, embora, em números absolutos, ocupe a sétima posição, com aproximadamente 220 mil óbitos confirmados. Desse modo, os dados relativos ao caso brasileiro permanecem elevados tanto em termos absolutos quanto proporcionais, evidenciando a gravidade da crise sanitária no país.

Na avaliação do médico infectologista Renato Kfoury, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações, em reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo*⁷⁹, houve uma desproporção significativa no impacto da pandemia no Brasil: “Nós temos 10% das mortes no mundo, e não temos 10% da população mundial, então é possível ver que há uma desproporção”. Para Kfoury, esse resultado decorre, em parte, do negacionismo que atravessou as recomendações não farmacológicas, como o uso de máscaras, o distanciamento social e outras medidas de prevenção. Essa tragédia sanitária reflete a combinação entre minimização da gravidade do vírus, promoção de desinformação e rejeição a medidas científicas de

⁷⁸ Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-deaths>. Acesso em: 30 dez. 2024.

⁷⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/12/cinco-anos-apos-covid-brasil-nao-tem-plano-para-lidar-com-futuras-pandemias.shtml>. Acesso em: 30 dez. 2024.

controle da pandemia, com impactos devastadores para a saúde pública e a sociedade brasileira (Boldrini, 2024).

No âmbito ambiental, Bolsonaro e seus aliados políticos frequentemente minimizaram os impactos das mudanças climáticas e desconsideraram dados científicos sobre o desmatamento na Amazônia produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Esse embate tornou-se evidente com a demissão do cientista Ricardo Galvão, então diretor do INPE, após ser acusado pelo presidente de divulgar informações falsas sobre o aumento do desmatamento e das queimadas na região.

Essa orientação negacionista foi sustentada pela alegação de que a ciência estaria a serviço de elites políticas e econômicas, fazendo com que dados de pesquisa fossem frequentemente desqualificados como “manobras ideológicas” ou expressão de “interesses globalistas”. Além disso, o governo nomeou ministros e gestores públicos alinhados a uma agenda de desconfiança em relação ao conhecimento técnico, como o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. Durante sua gestão, foram adotadas medidas associadas à desregulamentação ambiental⁸⁰ e ao enfraquecimento de órgãos de fiscalização, com impactos sobre a proteção de áreas sensíveis, como mangues e restingas, além de críticas relacionadas ao avanço da grilagem de terras.

No campo da educação, o negacionismo científico manifesta-se também por meio do revisionismo histórico, já mencionado no tópico anterior sobre o militarismo, especialmente no que se refere à minimização das violações de direitos humanos e da supressão das liberdades civis durante a ditadura militar. Essa tentativa de reescrever a história a partir de uma perspectiva politicamente conveniente estende-se à área educacional por meio de ataques recorrentes aos sistemas de produção, validação e transmissão do conhecimento.

No campo educacional, esse ambiente de suspeição ideológica também se expressou em episódios de perseguição, afastamento e patrulhamento de professores, especialmente nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Casos como a demissão de um professor em Santa Catarina⁸¹, após trabalhar um texto sobre tortura durante a ditadura militar, e o afastamento de uma professora em Salvador, depois da adoção da obra *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo, ilustram como temas ligados à memória da ditadura, ao racismo, às desigualdades sociais e às

⁸⁰ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/12/em-dois-anos-bolsonaro-promove-desmonte-no-meio-ambiente-e-funai-e-reforma-agraria.shtml>. Acesso em: 29 dez. 2024.

⁸¹ Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/educacao/sc-professor-e-demitido-apos-trabalhar-texto-sobre-tortura-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

questões de gênero passaram a ser alvo de contestação e vigilância. Esse cenário contribui para a autocensura docente e compromete a liberdade de ensinar e aprender.

Em sentido distinto, também foram registrados episódios em que o espaço escolar foi utilizado para a difusão de discursos extremistas, como no caso de um professor da rede estadual do Paraná⁸² investigado por apologia ao nazismo, racismo e xenofobia. Embora se trate de caso específico, ele evidencia como disputas em torno da educação também podem ser atravessadas por tentativas de reescrever a história e relativizar violações de direitos humanos. Esses episódios revelam a centralidade da escola como espaço de disputa política, moral e informacional no contexto da agenda bolsonarista.

Todo esse cenário negacionista é reforçado pela lógica da pós-verdade, conceito que caracteriza a predominância de crenças pessoais e apelos emocionais sobre fatos objetivos na formação da opinião pública. Esse fenômeno se consolidou em um ambiente marcado pelo compartilhamento massivo de informações falsas, mobilizando sentimentos de medo, insegurança e instabilidade política. Tal dinâmica colocou em xeque a credibilidade da imprensa, da ciência e das instituições governamentais, contribuindo para um quadro de intensa polarização e descrédito público (Carvalho; Sousa; Schneider, 2021).

Encerrada a caracterização dos alicerces ideológicos que compõem a extrema direita bolsonarista, torna-se necessário ampliar o foco da análise. Afinal, a direita extremista brasileira se resume ao bolsonarismo? Existem movimentos desse espectro que transcendem a figura de Jair Bolsonaro? E, na história política brasileira, é possível identificar experiências anteriores que tenham contribuído para a formação de uma cultura política autoritária compartilhada?

Para responder às duas primeiras perguntas, recorre-se à análise de Pedro Telles, pesquisador sênior na *London School of Economics and Political Science* (LSE). Em entrevista ao *Instituto Humanitas Unisinos*, Telles afirma que, no Brasil, a extrema direita passou a ser fortemente associada ao bolsonarismo, embora este não se reduza ao projeto pessoal de Bolsonaro e de sua família, constituindo também um movimento político mais amplo (Telles, 2024).

Essa capacidade de ultrapassar a figura de Bolsonaro aparece nas disputas recentes da direita brasileira. Nas eleições municipais de 2024, Pablo Marçal (PRTB), em São Paulo, mobilizou elementos do repertório bolsonarista, como o anticomunismo e o ultraliberalismo,

⁸² Disponível em:

<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2024/04/18/colegio-afasta-professor-de-historia-investigado-por-apologia-ao-nazismo-racismo-e-xenofobia.ghtml>. Acesso em: 30 dez. 2024.

articulando-os ao discurso do empreendedorismo e da performance motivacional. Já no cenário presidencial de 2026, Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foi escolhido por Jair Bolsonaro para disputar a Presidência da República, aparecendo, até o momento de redação desta tese, como o nome do bolsonarismo nas peças eleitorais.

Outras figuras, como Tarcísio de Freitas, também são frequentemente apresentadas como possíveis expressões de um “bolsonarismo moderado”. No entanto, Telles (2024) considera essa formulação uma contradição em termos, pois o bolsonarismo constitui uma forma de extremismo; portanto, não haveria propriamente um extremismo moderado. Ainda assim, Bolsonaro permanece como uma das principais referências da direita radical populista no Brasil, embora sua centralidade seja disputada por novos atores políticos.

Embora o bolsonarismo constitua uma expressão contemporânea da extrema direita brasileira, os elementos que o atravessam — nacionalismo, patriotismo exacerbado, defesa da ordem, moralismo religioso e mobilização da fé cristã como fundamento político — não surgem de forma inteiramente inédita na história do país. Em diferentes momentos, projetos políticos autoritários recorreram à articulação entre nação, religião, família e anticomunismo como forma de legitimar hierarquias sociais, combater adversários políticos e disputar os sentidos da identidade nacional. No contexto recente, contudo, essa gramática política encontra em parte dos setores evangélicos conservadores um espaço relevante de circulação, mobilização e sustentação pública, sem que isso signifique reduzir o campo evangélico, em sua diversidade, a essa posição. Por isso, a próxima seção volta-se à caracterização do universo evangélico brasileiro, buscando compreender quem são os evangélicos, como se organizam social e politicamente e de que modo determinados segmentos passaram a ocupar lugar estratégico nas disputas políticas contemporâneas.

4 “DEUS ACIMA DE TODOS”: A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA FÉ NO PROJETO POLÍTICO DO BOLSONARISMO

A história demonstra que a relação entre religião e política foi, em grande medida, marcada por tensões, instrumentalizações e formas recorrentes de dominação, exigindo permanente vigilância crítica. Ao longo do tempo, a articulação entre poder religioso e poder político esteve frequentemente associada à legitimação de violências, perseguições, guerras e processos de exclusão social. Contudo, isso não significa que movimentos e lideranças religiosas não tenham também desempenhado papéis relevantes na promoção da paz e da justiça. Um exemplo emblemático foi a atuação do arcebispo anglicano Desmond Tutu na resistência ao regime do apartheid na África do Sul, defendendo a reconciliação nacional e os direitos humanos. O caso evidencia que atores religiosos também podem exercer papel importante na mediação de conflitos e na resistência a regimes de opressão.

Ao se pensar na relação entre religião e política, destacam-se, no imaginário coletivo, os aspectos mais problemáticos dessa interação, especialmente as formas de controle e manipulação mobilizadas por regimes autoritários que instrumentalizam a religião para legitimar projetos de poder e influenciar a opinião pública. Também ganham evidência os fundamentalismos político-religiosos, frequentemente associados a processos de exclusão, perseguição e intolerância contra grupos considerados divergentes. Além disso, tornam-se recorrentes as tensões em torno da pluralidade religiosa, sobretudo quando determinados grupos buscam impor seus valores morais e religiosos em um Estado laico, desrespeitando liberdades individuais, direitos civis e a diversidade cultural.

Nesse contexto de instrumentalização da fé para a consolidação de projetos de poder e alcance de objetivos políticos, o Brasil assistiu à aproximação entre a extrema direita, sob a égide do bolsonarismo, e determinadas lideranças evangélicas midiáticas, além de políticos evangélicos que frequentemente se apresentam como porta-vozes legítimos dos interesses do universo evangélico. Esse “lugar de fala” aparentemente homogêneo e uníssono é, muitas vezes, reforçado pela mídia, por jornalistas e por analistas políticos. Contudo, tal representação corresponde apenas a um fragmento da heterogeneidade que caracteriza o campo evangélico brasileiro, marcado por múltiplas experiências religiosas, posicionamentos políticos e formas distintas de participação pública.

Além disso, a ampla exposição midiática dessa aliança “geralmente reforça estereótipos negativos, como o de fanático, conservador ou intolerante, sugerindo que todo evangélico é assim” (Spyer, 2020, p. 23). Embora seja possível identificar segmentos que efetivamente se aproximam desses perfis, também existem grupos e indivíduos que se

posicionam de maneira crítica em relação a tais estereótipos. Esses sujeitos tendem a adotar perspectivas teológicas mais flexíveis e menos dogmáticas, evitando mobilizar uma linguagem que reivindique falar diretamente “em nome de Deus”. Da mesma forma, não se apresentam como portadores exclusivos de uma “verdade absoluta” legitimada por autoridade divina, nem atuam na esfera pública fundamentando suas posições exclusivamente em convicções religiosas, como se detivessem a única interpretação legítima da verdade (Anéas, 2024).

Dessa forma, antes de compreender os fatores que motivaram e condicionaram a aliança explícita entre a extrema direita bolsonarista e setores do universo evangélico no cenário político brasileiro a partir de 2018, é importante recordar que a participação dos crentes (ver Glossário) na política partidária antecede a adesão ao projeto de poder do bolsonarismo. Nesse sentido, torna-se fundamental “superar a apresentação dos evangélicos como um grupo homogêneo. Ou seja, é necessário rechaçar tendências unificantes de um segmento que é mais do que plural” (Cunha, 2022, p. 9).

4.1 Quem são os evangélicos?

No imaginário social e midiático, o universo evangélico brasileiro costuma ser associado a determinadas figuras públicas que ocupam espaços de destaque na religião, na política, na mídia e na cultura gospel. Entre os nomes de maior projeção pública encontram-se Silas Malafaia, Edir Macedo, Marco Feliciano, Damares Alves, Nikolas Ferreira e Marina Silva. Ao lado dessas figuras mais conhecidas nacionalmente, há também lideranças cuja circulação e reconhecimento ocorrem principalmente nos circuitos internos do campo evangélico, envolvendo igrejas, mídias confessionais e redes religiosas específicas.

Percebe-se que as figuras públicas anteriormente mencionadas circulam entre os campos religioso, político e midiático, muitas vezes articulando mais de uma dessas dimensões simultaneamente. Em períodos anteriores, parte desses nomes possuía reconhecimento mais restrito aos circuitos internos do universo evangélico. Contudo, a crescente visibilidade dessas lideranças evidencia a capilaridade do ethos evangelical no Brasil contemporâneo, marcado por forte presença nos meios de comunicação e elevada capacidade de adaptação às transformações midiáticas.

Historicamente, o segmento evangélico soube explorar diferentes tecnologias de comunicação, desde o rádio e a televisão até as plataformas digitais (Cunha, 2022). Na contemporaneidade, esse alcance é ampliado pelos expressivos números de seguidores nas

mídias sociais, pelas transmissões ao vivo, pelos *reels* e pela circulação de conteúdos em perfis de notícias confessionais, como “O Fuxico Gospel” e “Assembleianos de Valor”, além de grupos em aplicativos de mensagens, especialmente no *WhatsApp*, que potencializam a difusão de conteúdos religiosos, morais e políticos em redes de sociabilidade digital.

Além disso, existe um mercado religioso gospel em constante expansão e com ampla capilaridade, envolvendo a circulação de livros, discos, congressos, shows, cursos voltados à formação política e até produtos eróticos destinados a inovar as relações conjugais entre casais cristãos. Paralelamente, a existência de uma bancada evangélica (ver Glossário) no Congresso Nacional já faz parte do imaginário político brasileiro, ainda que grande parte da população não compreenda integralmente suas formas de organização e atuação.

Também se tornou mais visível, no debate público e acadêmico, a presença de traficantes evangélicos (Costa, 2023), fenômeno que tem despertado o interesse de pesquisadores dedicados a compreender as complexas relações entre crime, religião e territorialidade urbana no século XXI (Manso, 2023). Por outro lado, é provável que boa parte da população não saiba distinguir adequadamente pentecostais de protestantes históricos, tampouco compreender como tais diferenças teológicas, institucionais e culturais podem se refletir em posicionamentos políticos distintos (Spyer, 2020).

Por causa da visibilidade alcançada pela presença nas mídias tradicionais e digitais e da ocupação de espaços na política institucional do Brasil, o grupo denominado “neopentecostal” ganhou destaque. Esse processo somado à carga de desconhecimento sobre a forma de viver e expressar a fé desses cristãos, principalmente por parte da imprensa e de parcelas da Academia e da intelectualidade, levou à incompreensão e à equivocada apresentação dos “evangélicos” como um grupo religioso homogêneo e como sinônimo de “neopentecostais”. (Cunha, 2022, p. 11)

Quando se fala em “evangélicos”, o termo refere-se, de modo geral, a grupos religiosos de origem protestante que não se identificam como cristãos católicos nem ortodoxos. O teólogo André Aneas (2024) acrescenta que, em sua maioria, esses grupos não adotam perspectivas ecumênicas. Do ponto de vista teológico, caracterizam-se pela centralidade atribuída à Bíblia como texto de inspiração divina e pela presença de práticas conversionistas e proselitistas voltadas à expansão da fé. Além disso, observa-se, em muitos desses segmentos, um forte componente moral na definição das formas legítimas de pertencimento religioso e comportamento social. Em grande parte dos casos, tais grupos também apresentam traços associados ao conservadorismo e ao fundamentalismo religioso (ver Glossário).

O protestantismo constitui uma das principais vertentes do cristianismo e teve origem no século XVI, a partir da Reforma Protestante. Esse movimento religioso, político e cultural desafiou práticas e doutrinas da Igreja Católica vigentes à época. Entre seus principais líderes destacam-se Martinho Lutero, João Calvino e Ulrico Zuínglio. O período foi marcado por ampla insatisfação em relação à Igreja Católica, especialmente diante de práticas consideradas autoritárias e moralmente questionáveis, como a venda de indulgências, a corrupção clerical, a centralização da autoridade papal e as restrições ao acesso direto às escrituras sagradas.

Com os desdobramentos da Reforma Protestante na Europa, surgiram diferentes vertentes do protestantismo, entre elas os luteranos, calvinistas ou reformados, episcopal-anglicanos, anabatistas, batistas e metodistas, posteriormente conhecidos como protestantes históricos. A partir da Europa, esses grupos expandiram-se para diferentes regiões do mundo, cada um propondo formas particulares de interpretação doutrinária, organização eclesial e compreensão dos sacramentos. Contudo, tais divisões internas também produziram tensões e rivalidades, não apenas em relação ao catolicismo, mas entre as próprias correntes protestantes (Anéas, 2024).

Um verdadeiro “banho de sangue” marcou as guerras religiosas europeias dos séculos XVI e XVII. Esses conflitos ficaram conhecidos pela intensa violência motivada, sobretudo, por disputas de poder religioso e político. O desfecho desse processo contribuiu para a aceitação gradual de determinados níveis de liberdade religiosa como condição necessária à estabilidade política, favorecendo a consolidação dos Estados modernos e o fortalecimento da separação entre Igreja e Estado. Como consequência, observou-se uma progressiva perda do protagonismo da religião na definição direta dos interesses e das estruturas de poder político (Anéas, 2024).

Outra vertente do protestantismo é o pentecostalismo, surgido no início do século XX, nos Estados Unidos, em um contexto marcado pela busca por renovação espiritual e por uma experiência mais direta e pessoal com Deus. Essa relação se estabelece especialmente por meio da crença no batismo no Espírito Santo e na manifestação de dons espirituais, como o falar em línguas (glossolalia), profecias, curas e milagres. O marco inicial desse movimento costuma ser associado ao Avivamento da Rua Azusa, liderado pelo pastor William J. Seymour, em Los Angeles, Califórnia, a partir de 1906 (Veiga, 2026).

Esse movimento atraiu multidões de diferentes origens raciais e sociais, destacando-se a presença significativa de negros, migrantes, mulheres e pessoas de baixa renda nos Estados Unidos. O Avivamento da Rua Azusa é amplamente reconhecido como o marco fundador do

pentecostalismo moderno, que rapidamente se expandiu pelos Estados Unidos e por diversos outros países (Veiga, 2026).

No Brasil, os primeiros evangélicos a chegar com o objetivo de fundar igrejas pertenciam ao segmento protestante histórico e eram, majoritariamente, missionários estadunidenses que se estabeleceram no país ao longo da primeira metade do século XIX (Cunha, 2022). Nesse contexto, as primeiras denominações protestantes a consolidarem igrejas em território brasileiro foram as congregacionais, seguidas pelas presbiterianas, metodistas, batistas, luteranas e episcopais (anglicanas), todas implantadas por meio de iniciativas missionárias provenientes dos Estados Unidos.

Já o pentecostalismo teve sua primeira fase de expansão no Brasil entre 1910 e 1950, período conhecido como *pentecostalismo clássico*⁸³. Essa etapa marca a implantação e consolidação inicial dessa vertente religiosa no país, especialmente com a fundação da Congregação Cristã no Brasil, em São Paulo, no ano de 1910, e da Assembleia de Deus, em Belém do Pará, em 1911. A partir dessas denominações, o pentecostalismo difundiu-se progressivamente por todo o território nacional (Cunha, 2022).

O pentecostalismo clássico possui, historicamente, um perfil social predominantemente composto por indivíduos de origem popular, com baixa escolaridade, incluindo trabalhadores rurais e urbanos. Esse segmento foi frequentemente alvo de discriminação por parte dos protestantes históricos e de perseguições promovidas pela Igreja Católica. Entre suas principais características destacam-se o forte anticatolicismo, a ênfase na manifestação do dom de línguas, a crença na volta iminente de Cristo e na salvação paradisíaca. Além disso, apresenta uma postura marcada pelo sectarismo e pelo ascetismo, expressos na rejeição de práticas e valores associados ao “mundo exterior” (Mariano, 1999).

A segunda onda do pentecostalismo brasileiro abrange o período entre as décadas de 1950 e 1960 e é classificada por Mariano (1999, p. 32) como deuteropentecostalismo, termo em que “o radical ‘*deutero*’ (presente no quinto livro do Pentateuco) significa segundo ou segunda vez”. Essa fase também ficou conhecida como pentecostalismo de Cura Divina, em razão da forte ênfase atribuída ao restabelecimento físico e espiritual dos fiéis por meio da ação divina, bem como à centralidade dos milagres na experiência religiosa. Tais características desempenharam papel fundamental na aceleração do crescimento e da

⁸³ A presente tese tem por base a classificação sociológica proposta por Ricardo Mariano (1999) como as três ondas do pentecostalismo brasileiro, a saber: pentecostalismo clássico, deuteropentecostalismo e neopentecostalismo.

diversificação institucional do pentecostalismo brasileiro, consolidando-se como importantes recursos de expansão proselitista (Mariano, 1999).

Outro aspecto marcante da segunda onda do pentecostalismo foi o desenvolvimento do evangelismo de massa, amplamente difundido por meio do rádio e de práticas itinerantes, como cultos em tendas de lona, concentrações em praças públicas e eventos realizados em ginásios esportivos. Essa estratégia articulava uma mensagem religiosa de forte apelo emocional a métodos considerados inovadores para a atração de fiéis, incluindo a conversão de pastores oriundos de outras denominações evangélicas (Mariano, 1999).

Tais práticas frequentemente provocaram escândalos e reações adversas, sobretudo por parte de setores religiosos concorrentes e da opinião pública, que lançavam acusações de charlatanismo e curandeirismo. Entre as principais igrejas fundadas nesse período destacam-se a Igreja do Evangelho Quadrangular, em São Paulo (1953), Brasil para Cristo, também em São Paulo (1955), Deus é Amor, em São Paulo (1962), e Casa da Bênção, em Belo Horizonte (1964), além de outras denominações de menor porte (Mariano, 1999).

Na análise sociológica de Mariano (1999, p. 32), “as duas primeiras ondas foram divididas pelo critério de corte histórico-institucional, não pela existência de divergências teológicas significativas entre ambas”. Já a terceira onda, identificada como neopentecostalismo, teve início na década de 1970, consolidando sua expansão e fortalecimento ao longo das décadas de 1980 e 1990. Nesse contexto, a Igreja de Nova Vida, fundada em 1960, no Rio de Janeiro, pelo missionário canadense Robert McAlister, exerceu papel fundamental na origem de diversas denominações associadas a essa nova fase do pentecostalismo brasileiro (Spyer; Damasceno; Khalil, 2025). Entre as principais igrejas neopentecostais desse período, destacam-se (Mariano, 1999):

- **Universal do Reino de Deus** (fundada pelo bispo Edir Macedo, Rio de Janeiro, 1977);
- **Internacional da Graça de Deus** (fundada pelo missionário R. R. Soares, Rio de Janeiro, 1980);
- **Cristo Vive** (fundada pelo apóstolo Miguel Ângelo, Rio de Janeiro, 1985);
- **Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra** (fundada pelo bispo Robson Rodovalho, Brasília-DF, 1992);
- **Comunidade da Graça** (fundada pelo pastor Carlos Alberto de Quadros Bezerra e a esposa, Suely Bezerra, São Paulo, 1979);

- **Renascer em Cristo** (fundada pelo apóstolo Estevam Hernandes, São Paulo, 1986);
- **Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo** (fundada pela pastora Valnice Milhomens, São Paulo, 1994);
- **Igreja Mundial do Poder de Deus** (fundada pelo apóstolo Valdemiro Santiago (1998, São Paulo)

O neopentecostalismo marca uma ruptura mais profunda no interior do pentecostalismo brasileiro, ultrapassando um simples recorte histórico-institucional e incorporando diferenças teológicas, comportamentais e sociais em relação às ondas anteriores. No plano comportamental, observa-se o abandono do ascetismo intramundano característico do pentecostalismo clássico e do deuteropentecostalismo. Já no âmbito social, identifica-se uma redução do sectarismo que anteriormente isolava os pentecostais tanto de outras tradições religiosas quanto de diferentes espaços da vida social. Mariano (1999, p. 37) enfatiza que:

O neopentecostalismo não é definido isoladamente em si ou por si mesmo. Pelo contrário, é construído a partir da adoção de parâmetros relacionais, tendo como referências contrastivas o pentecostalismo clássico e o deuteropentecostalismo.

Entre as principais características do segmento neopentecostal destacam-se a ênfase na teologia da prosperidade, que associa a fé não apenas às conquistas materiais e ao sucesso financeiro, mas também à busca por saúde física, estabilidade familiar, bem-estar emocional e melhoria das condições de vida, entendidos como bênçãos concedidas por Deus. Nesse sentido, a prosperidade assume um significado mais amplo, relacionado à possibilidade de viver melhor e dedicar-se plenamente à vida religiosa (Spyer; Damasceno; Khalil, 2025).

Além disso, observa-se o uso intensivo de estratégias de marketing e dos meios de comunicação de massa, bem como a centralidade atribuída aos rituais de libertação espiritual, especialmente práticas de exorcismo e combate a forças demoníacas. Também se identifica a incorporação e ressignificação de elementos simbólicos associados às religiões afro-brasileiras, frequentemente mobilizados em narrativas de guerra espiritual (ver Glossário), além do uso ritualístico de objetos como arruda, sal grosso e água fluidificada (Spyer; Damasceno; Khalil, 2025).

Entre as denominações neopentecostais, a Igreja Universal do Reino de Deus figura como uma das mais criticadas em razão dessas práticas e de sua intensa atuação midiática. Diferentemente das ondas anteriores do pentecostalismo, o neopentecostalismo passou a atrair um público socialmente mais diversificado, incluindo segmentos das classes médias e altas,

articulando estratégias religiosas frequentemente associadas à ascensão e à mobilidade social de seus fiéis (Spyer; Damasceno; Khalil, 2025).

É importante destacar que nem todas as igrejas pertencentes a uma mesma onda do pentecostalismo apresentam práticas de culto homogêneas ou total uniformidade teológica. Pelo contrário, trata-se de um campo religioso marcado por ampla diversidade institucional, doutrinária e litúrgica. Nesse sentido, “a maior igreja evangélica do Brasil — em termos de adesão de fiéis e de abrangência geográfica —, as Assembleias de Deus, deve ser, sempre, tratada no plural” [sic] (Cunha, 2022, p. 13).

Isso ocorre porque esse segmento pentecostal encontra-se subdividido em diferentes “Ministérios”, que possuem formas próprias de organização administrativa, liderança, costumes e práticas religiosas. Entre os principais destacam-se o Ministério de Belém e o Ministério Madureira, originados a partir da primeira grande dissidência ocorrida no interior das Assembleias de Deus, ainda no início do século XX (Cunha, 2022).

Um esclarecimento importante acerca do universo evangélico refere-se aos usos dos termos “evangélico”, “protestante” e “crente”. De modo geral, os três conceitos fazem referência aos grupos cristãos não católicos e não ortodoxos, vinculados historicamente à tradição protestante originada com a Reforma do século XVI. Contudo, tais termos assumem sentidos distintos conforme seus contextos históricos, sociais e culturais de utilização.

No Brasil, por exemplo, o termo “protestante” foi historicamente menos utilizado no cotidiano para designar cristãos não católicos, permanecendo mais presente em espaços acadêmicos e entre estudiosos da História, da Teologia e das Ciências da Religião (Cunha, 2022). Já o termo “evangélico” consolidou-se socialmente como a principal forma de identificação pública desses grupos religiosos. Contudo, o antropólogo Spyer (2020) destaca a existência de distinções internas entre os chamados “protestantes históricos” e os “protestantes evangélicos”, evidenciando a diversidade teológica, cultural e institucional presente no interior do próprio protestantismo.

Além disso, nos anos 2000, o programa *Frontline*, da televisão pública educativa dos Estados Unidos, convidou intelectuais e representantes religiosos para discutirem as diferenças entre os grupos classificados como “protestantes históricos” e “evangélicos”. A partir desse debate, foram destacados alguns elementos de distinção entre essas tradições religiosas (Spyer, 2020, p. 57).

Segundo essa interpretação, os evangélicos tenderiam a atribuir à Bíblia o *status* de palavra absoluta de Deus, frequentemente defendendo leituras mais literais das escrituras. Já os protestantes históricos compreenderiam a Bíblia como um texto constituído historicamente

por mediações humanas, favorecendo interpretações menos literalistas. Outra diferença apontada refere-se à compreensão da salvação. Enquanto os evangélicos enfatizariam Jesus Cristo como único caminho possível para a salvação, os protestantes históricos apresentariam maior abertura ao reconhecimento de experiências espirituais e caminhos religiosos distintos (Spyer, 2020, p. 57).

O batismo também aparece como elemento diferenciador. Para os evangélicos, o “renascimento em Cristo” por meio do batismo tende a ocupar posição central na experiência religiosa. Em contrapartida, os protestantes históricos tenderiam a interpretar o batismo de maneira menos rígida, admitindo outras formas de vivência espiritual no interior da Igreja. Por fim, o evangelismo aparece como um dever central entre os evangélicos, que enfatizam a necessidade de difundir a palavra de Deus e converter novos fiéis. Já entre os protestantes históricos, essa prática não ocuparia, necessariamente, o mesmo nível de centralidade religiosa (Spyer, 2020, p. 57).

Sendo assim, ambos os grupos pertencem à tradição protestante, embora, no uso cotidiano, ocorra uma simplificação terminológica que tende a gerar confusões conceituais. Nesse processo, o “protestante histórico” passou a ser frequentemente identificado apenas como “protestante”, enquanto o “protestante evangélico” passou a ser denominado simplesmente “evangélico”.

Outro aspecto importante é que missionários protestantes, ao buscarem afirmar uma identidade religiosa própria, passaram a se autodenominar *evangelicals* (evangélicos), termo derivado de “evangelho” e associado à ideia de “boa nova”. Essa corrente esteve diretamente ligada à promoção do movimento das Alianças Evangélicas em diferentes partes do mundo, cujo objetivo consistia na articulação de uma frente protestante unificada, especialmente em oposição ao catolicismo (Cunha, 2022; Spyer, 2020).

Esse movimento influenciou o Brasil no início do século XX, levando diversas denominações a incorporarem a expressão “evangélica” em seus nomes institucionais. No contexto brasileiro, o termo “evangélico” passou a ser mais frequentemente associado às igrejas pentecostais e neopentecostais, em razão da ampla visibilidade pública e midiática alcançada por esses segmentos religiosos.

Por outro lado, o termo “crente” ocupou historicamente um lugar marginal e marcado por estereótipos no imaginário popular, sendo frequentemente associado à figura do “casal em que ele, vestido com um terno surrado, e ela, com a saia abaixo do joelho, demonstravam dignidade e fé religiosa por meio da austeridade em seu vestir e comportar” (Spyer, 2020, p. 58).

Apesar disso, muitos evangélicos passaram a utilizar o termo “crente” de maneira positiva, associando-o a um sentido de pertencimento religioso e compromisso moral. Nesse contexto, a expressão funcionava como abreviação de “crente em nosso Senhor Jesus Cristo”, “[...] demarcando um processo de conversão em que a pregação se constituía como mensagem missionária. Esse termo indicava a transição da incredulidade e desobediência para uma nova vida de crença e obediência” (Cunha, 2022, p. 14).

Dessa forma, evidencia-se a heterogeneidade presente no universo evangélico. Nesta tese, o termo “evangélico” será utilizado em sentido amplo, como referência aos diferentes segmentos religiosos oriundos da tradição protestante que compõem esse campo religioso no Brasil contemporâneo.

Esta breve seção buscou apresentar, de maneira sintética, a diversidade histórica, teológica e institucional que caracteriza o universo evangélico brasileiro, aspecto fundamental para compreender a consolidação de sua presença na vida pública e nas diferentes formas de participação política, partidárias e não partidárias, no país.

4.2 Os evangélicos na política

Primeiramente, é importante ressaltar que a presente seção não tem como objetivo traçar um panorama histórico exaustivo da participação política dos evangélicos na esfera pública brasileira. Busca-se, antes, destacar alguns eventos e movimentos centrais que evidenciam como as iniciativas de consolidação de um “político de Cristo” (Campos, 2002) na Presidência da República antecederam à adesão de parte dos setores evangélicos ao projeto político do bolsonarismo.

Ainda que Jair Bolsonaro não seja evangélico, foi o político que melhor conseguiu mobilizar e captar o voto desse segmento religioso (Pereira, 2023), processo que não ocorreu de maneira espontânea ou descontextualizada, mas que resulta de transformações históricas, institucionais, midiáticas e morais construídas ao longo das últimas décadas.

Quando os missionários protestantes norte-americanos chegaram ao Brasil, seu principal objetivo era a realização do proselitismo religioso, evitando envolvimento direto com questões políticas. Predominavam, nesse contexto, posturas escapistas em relação às disputas político-partidárias, frequentemente percebidas como espaços “indignos”, “sujos” e inadequados para os “verdadeiros crentes” (Campos, 2002). Essa perspectiva contribuiu para compreender a relativa demora dos evangélicos em ingressar de forma mais organizada na disputa política institucional.

Contudo, ao longo do tempo, essa mentalidade passou por transformações significativas. Gradualmente, consolidou-se entre determinados segmentos evangélicos a percepção de que era necessário ocupar espaços de poder político, especialmente como forma de contraposição à histórica influência do catolicismo na esfera pública brasileira (Campos, 2002).

Os primeiros “políticos evangélicos”, definidos como um tipo ideal⁸⁴ a partir da perspectiva metodológica weberiana proposta por Campos (2002, p. 2), referem-se àqueles que utilizavam “as denominações evangélicas para produzir votos que os elegessem e, posteriormente, procuravam defendê-las na fronteira política”. Esses atores começaram a surgir ainda durante a República Velha, sendo eleitos, em grande medida, a partir de capitais econômicos e simbólicos provenientes de suas famílias ou de suas próprias trajetórias pessoais e religiosas.

A partir da década de 1930, período marcado por intensas transformações políticas e institucionais no país, os evangélicos passaram a se movimentar de maneira mais ativa na esfera pública, especialmente em razão do processo constituinte de 1934⁸⁵. Nesse contexto, foi eleito em São Paulo o pastor metodista Guaracy Silveira, considerado um dos marcos iniciais de maior organização política entre os evangélicos no Brasil.

Contudo, ainda existia significativa resistência à participação direta de pastores em campanhas eleitorais e disputas partidárias. Muitos segmentos religiosos defendiam que a função pastoral deveria permanecer restrita à esfera espiritual e eclesiástica, havendo o temor de que o envolvimento político-partidário pudesse corromper moralmente os líderes religiosos e comprometer a integridade da comunidade de fé local.

Naquele contexto, Campos (2002, p. 5) aponta que o principal requisito esperado de um “político evangélico” era apresentar-se como fortemente anticatólico, posicionando-se contra a influência e a busca de poder da Igreja Católica na esfera pública. Segundo o autor, “desde a Revolução de 1930, a Igreja havia recuperado parte dos poderes perdidos com a separação entre Estado e Igreja em 1889, quando a República foi implantada no Brasil por meio de um golpe militar”⁸⁶.

⁸⁴ A categoria “tipo ideal”, de matriz weberiana e mobilizada por Campos (2002), não se refere a um modelo de perfeição moral ou política. Trata-se de um instrumento analítico: um modelo conceitual abstrato que acentua determinados traços da realidade para servir como padrão de comparação e análise, ciente de que nenhum indivíduo real se enquadra 100% de forma pura nessa classificação.

⁸⁵ O contexto que explica a busca dos evangélicos por maior atuação na política está relacionado à crise do “projeto das elites de construir um Estado republicano baseado nos grandes proprietários de terra, bem como ao surgimento de alternativas fascistas e comunistas”. (Campos, 2002, p. 3)

⁸⁶ O Estado laico foi estabelecido na Constituição de 1891, a primeira do país. Antes, em 1890, o governo republicano já tinha editado um decreto (119-A) que “proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado [em que o Estado é

Durante a Constituinte de 1946, a disputa em torno da influência clerical ainda permanecia intensa. Contudo, apesar das divergências históricas entre católicos e protestantes, o anticomunismo passou a funcionar como importante ponto de convergência entre esses segmentos cristãos, aproximando-os politicamente em determinados contextos e pautas ideológicas (Campos, 2002).

No contexto do pós-guerra, especialmente entre as décadas de 1950 e 1960, os evangélicos passaram a participar de maneira mais organizada e planejada da vida política, tanto por meio de lideranças leigas quanto pastorais. Durante a ditadura militar brasileira, parcela significativa desse segmento alinhou-se ao regime, sobretudo em razão do forte sentimento anticomunista, que, naquele contexto, passou a ocupar posição prioritária em relação ao anticatolicismo na atuação do chamado “político evangélico” (Campos, 2002).

No entanto, em 1985, inicia-se uma importante mudança na percepção das lideranças evangélicas acerca da participação política. Com o anúncio, pelo então presidente eleito Tancredo Neves, de que o país seria convocado para uma nova Assembleia Constituinte, a política passou gradualmente a deixar de ser percebida como um espaço “impuro” ou incompatível com a atuação religiosa (Rocha, 2024).

Política não era coisa do diabo? Dessa vez seria diferente. Se o país ia discutir uma nova Constituição, corria-se o risco de o catolicismo voltar a ser a religião oficial do estado. Pior: corria-se o risco de a esquerda aproveitar o fim da ditadura militar para emplacar pautas como o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Corria-se até o risco de o fantasma do comunismo voltar com tudo. E, sabiam bem, na Cuba de Fidel Castro, a Constituição determinava o caráter ateu do Estado (Rocha, 2024, p. 69-70).

Com o processo de redemocratização e a Constituinte de 1988, emergiu uma nova configuração da participação política evangélica, marcada pelo esforço de desconstruir, entre os fiéis, a percepção de que “política era coisa do diabo”. Essa nova fase tornou-se emblematicamente conhecida pela expressão “Irmão vota em irmão”, título do livro escrito pelo jornalista Josué Sylvestre, membro da Assembleia de Deus (Rocha, 2024).

A obra funcionava como uma espécie de cartilha política voltada à conscientização do eleitorado evangélico, incentivando os fiéis a não votarem em “descrentes” e a privilegiarem candidatos identificados com os valores do evangelho. Para sustentar essa perspectiva, o autor recorria a personagens bíblicos que ocuparam posições de poder, como José do Egito, Davi e Isaías, buscando persuadir os evangélicos de que não deveriam permanecer afastados da política institucional (Rocha, 2024).

Conforme observa Rocha (2024), essa lógica político-religiosa inaugurada na redemocratização não permaneceu restrita ao contexto da Constituinte de 1988, mas consolidou-se como elemento recorrente nas estratégias de mobilização do eleitorado evangélico nas décadas seguintes:

As teses ali apresentadas, no entanto, se tornaram a base da campanha de qualquer candidato evangélico que esteja de olho no eleitorado crente. Em geral, são candidaturas que carregam a ideia de que colocar evangélicos no poder pode salvar o país, por serem políticos de moral elevada, imunes à corrupção e contrários a tudo o que representa depravação. Em uma derivação da cartilha de Sylvestre, também se tornou comum que um candidato recorra à religião como argumento para convencer o eleitor a não votar em determinado adversário, a partir da rejeição. Em 2022, por exemplo, Marco Feliciano chegou a dizer que o evangélico que vota em Lula está fazendo um “pacto com o maligno” (Rocha, 2024, p. 85).

As estratégias descritas anteriormente evidenciam transformações mais profundas na forma de participação política dos evangélicos, especialmente a partir da década de 1990. Conforme analisa Campos (2002), consolida-se nesse período um novo tipo ideal de “político de Cristo”, caracterizado por um ator político-religioso que “empresta a sua personalidade para ser usada como um instrumento da confissão religiosa que o escolheu como candidato e o designou seu defensor na fronteira política” (Campos, 2002, p. 2).

Nesse contexto, a legitimidade do candidato passa a ser construída a partir da ideia de “escolha divina”, conferindo à atuação política uma dimensão espiritual e moralizada. Essa nova geração de políticos evangélicos foi amplamente representada por lideranças pentecostais, em um período marcado pela intensa expansão institucional, midiática e numérica do pentecostalismo no Brasil.

Assim apareceram as “bancadas evangélicas” formadas pelos “políticos de Cristo” de origem pentecostal, possibilitando reforçar o velho sonho sectário: *eleger um Presidente da República evangélico*. Trata-se, porém, de um sonho com lastro messiânico-milenarista, no qual há sempre o “salvador da pátria”, no caso, um “político de Cristo”, o qual iniciará uma “nova estirpe” elitista, da qual Garotinho, ex-governador do Rio, seria em 2002 a “bola da vez”. (Campos, 2002, p. 7)

O berço da formação dos “políticos de Cristo” encontra-se na inserção neopentecostal na política institucional, sendo a Igreja Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus algumas das denominações que melhor representam essa mudança de comportamento político-religioso. Nesse cenário, destaca-se a atuação de Edir Macedo, responsável por contribuir para a consolidação de bases teóricas que legitimam esse novo *modus operandi* neopentecostal.

Uma de suas principais formulações consiste na ideia de que a Igreja não pode mais permanecer afastada da política, uma vez que todos os cidadãos estariam direta ou

indiretamente envolvidos nesse campo, independentemente de desejarem ou não tal participação. Nessa perspectiva, os cristãos teriam não apenas o direito, mas também a obrigação de se engajar politicamente e assumir compromisso com a promoção da justiça social (Campos, 2002).

Nesse contexto, os neopentecostais passaram a criticar os “políticos evangélicos” tradicionais, acusados de não defender os interesses das igrejas após serem eleitos. Em resposta, fortaleceu-se a estratégia de unidade política expressa pelo lema “irmão vota em irmão”, voltada à mobilização do eleitorado evangélico e ao combate de grupos percebidos como adversários políticos e morais.

Entre as eleições de 1989 e 2002, as lideranças evangélicas pentecostais, especialmente ligadas à Igreja Universal do Reino de Deus, ampliaram sua capacidade de intervenção no debate político nacional, contribuindo para a consolidação de narrativas que associavam a esquerda, o PT e Luiz Inácio Lula da Silva ao comunismo, à ameaça religiosa e à degradação moral. Nesse período, também se intensificou o uso de pânico morais, boatos e discursos religiosos como estratégias de mobilização eleitoral, repertório que reapareceria de forma semelhante nas eleições presidenciais posteriores (Campos, 2002).

Ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, a participação política evangélica tornou-se cada vez mais organizada, culminando na candidatura presidencial de Anthony Garotinho em 2002, primeiro candidato assumidamente evangélico com competitividade eleitoral nacional. Paralelamente, setores evangélicos passaram a buscar aproximações estratégicas com diferentes forças políticas, inclusive com o PT, evidenciando que a relação entre evangelicalismo (ver Glossário) e política institucional no Brasil se consolidava de maneira cada vez mais ampla, complexa e pragmática (Campos, 2002).

Nas primeiras décadas dos anos 2000, diversos processos sociais, midiáticos e políticos contribuíram para ampliar a relevância dos evangélicos na esfera pública brasileira. Entre eles destacam-se o crescimento numérico do segmento pentecostal, a expansão das igrejas nas mídias tradicionais e digitais, o fortalecimento do mercado religioso e a consolidação da atuação política institucional por meio da Frente Parlamentar Evangélica (ver Glossário) (Cunha, 2020).

A partir de 2010, contudo, observa-se uma importante reconfiguração da presença evangélica na política brasileira. As eleições presidenciais daquele ano marcaram uma virada significativa, sobretudo pela centralidade assumida pelas pautas morais e sexuais no debate público, especialmente temas relacionados ao aborto, aos direitos LGBTQ+ e à defesa da chamada “família tradicional”. A candidatura de Dilma Rousseff passou a ser alvo de intensa

mobilização de setores evangélicos conservadores, contribuindo para fortalecer a associação entre esquerda política, ameaça moral e perseguição religiosa (Cunha, 2020).

Segundo Cunha (2020), esse processo de reconfiguração política dos evangélicos foi impulsionado por diferentes fatores articulados: a aproximação inicial entre lideranças evangélicas e os governos petistas; o avanço institucional de igrejas neopentecostais, especialmente a Igreja Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus; a crescente centralidade das pautas morais e da “defesa da família”; a ampliação das alianças entre setores conservadores do Congresso Nacional; a atuação de lideranças religiosas midiáticas; a mobilização política nas mídias digitais; e o fortalecimento de discursos de combate ao comunismo, ao feminismo e aos movimentos LGBTQ+, frequentemente associados à noção de “guerra espiritual”.

Nesse contexto, consolidaram-se novas expressões de fundamentalismo religioso no Brasil contemporâneo, marcadas pela moralização da política, pela construção de inimigos simbólicos e pela articulação crescente entre religião, mídia e conservadorismo político. Lideranças como Silas Malafaia, Marco Feliciano e Eduardo Cunha ganharam projeção nacional nesse processo, que contribuiu para o fortalecimento do apoio de parte dos setores evangélicos conservadores ao bolsonarismo e para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 (Cunha, 2020).

Os movimentos fundamentalistas, contudo, não são fenômenos estáticos. Conforme De Maria (2024), eles se transformam historicamente, adaptando-se a diferentes contextos sociais, políticos e comunicacionais. Em sua primeira fase, entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, destacaram-se reações cristãs ao avanço do secularismo, do liberalismo teológico e do evolucionismo, com episódios como as Conferências Bíblicas de Niágara, a publicação de *The Fundamentals* e os movimentos antievolucionistas nos Estados Unidos. Após o julgamento de John T. Scopes⁸⁷, o fundamentalismo cristão passou por um período de retração, retornando gradualmente à cena pública por meio de instituições educacionais, seminários, faculdades teológicas e mídias de massa, especialmente rádio e televisão.

No final do século XX, esse movimento rompeu progressivamente com o isolamento social e passou a atuar de forma mais direta nas disputas políticas e culturais, em reação ao que seus defensores identificavam como avanço do humanismo secular, do comunismo e da

⁸⁷ O julgamento de John T. Scopes, realizado em 1925, nos Estados Unidos, tornou-se emblemático das disputas entre fundamentalismo religioso e ensino científico, ao colocar em debate a proibição do ensino da teoria da evolução nas escolas públicas.

degradação dos valores cristãos. Nesse contexto, as chamadas guerras culturais ganharam centralidade, especialmente nos campos da educação, da família, da moralidade e da cultura. Mais recentemente, entre 2018 e 2023, De Maria (2024) identifica uma nova configuração desses movimentos, marcada pela presença ativa nas mídias sociais e pela intensificação das relações entre mídia, religião e política, dimensão que Cunha (2020) também aponta como fundamental para a ampliação da visibilidade pública e política do segmento cristão evangélico.

As mídias atuam como mediadoras de todo o processo descrito, promovendo a visibilidade evangélica no espaço público e as relações entre os evangélicos e outros setores não religiosos. A grande mídia noticiosa também desempenhou um papel fundamental na popularização da presença dos evangélicos na agenda pública, como parte do fenômeno da 'cultura gospel'. “A relação entre evangélicos e política no Brasil contemporâneo é uma relação midiaticizada, estruturada pela mediação das mídias” (Cunha, 2020, p. 59).

É perceptível que, nos últimos cinco anos, desde a ascensão da extrema direita ao poder em 2018, embora não tenha conseguido se reeleger em 2022, isso não signifique enfraquecimento. Os embates políticos, especialmente entre evangélicos, têm se intensificado principalmente no espaço das mídias digitais, onde buscam defender suas visões de mundo por meio de discursos públicos e convocação para ações coletivas.

Os ativistas evangélicos conservadores têm plena consciência do espaço que as mídias sociais oferecem para dar visibilidade aos seus discursos, dominando técnicas e métodos de engajamento nas diversas plataformas. Além disso, dispõem de enunciados e linguagens que dialogam com o imaginário fortemente fundamentalista dos evangélicos brasileiros. Por outro lado, o ativismo dos evangélicos progressistas enfrenta desafios diferentes, pois não possui o mesmo alcance. Não há figuras midiáticas de destaque, nem a simpatia das grandes mídias, e suas teologias e linguagens divergem do imaginário conservador dos evangélicos (Cunha, 2020).

Por fim, diante do que foi exposto, é possível desmistificar a ideia de que o cristão fundamentalista busca espaço apenas no âmbito da própria igreja, junto aos que pensam da mesma forma, e não se envolve com política. Contudo,

[...] a ideia do fundamentalista como um *homo religiosus*, que vive cercado por uma redoma sem manter qualquer tipo de vínculo e/ou relação com o mundo exterior. [...] não existe do ponto de vista histórico, pois não há ninguém que não esteja inserido no mundo, aliás um mundo que envolve e reveste tudo e todos, que instaura relações e proporciona meios e critérios de valores a cada um dos seres humanos, fazendo-os sempre se posicionar criticamente diante do mundo. Logo, o fundamentalismo religioso é uma resposta crítica dada por um tipo de cristão, o fundamentalista, às

escolhas feitas pela sociedade, escolhas essas que ele julga não serem acertadas, condizentes e adequadas às suas crenças e percepções de mundo. (De Maria, Chevitarese, 2021, p. 37)

Em suma, ao entender como se estruturou o poder político dos evangélicos nas primeiras décadas dos anos 2000, especialmente com a emergência de uma possível nova fase de fundamentalismo político-religioso, não apenas no Brasil, mas também na América Latina, é possível perceber o reflexo disso na instrumentalização da religião e de sua simbologia no discurso de Bolsonaro.

4.3 A comunicação fundamentalista religiosa cristã do bolsonarismo

O voto dos eleitores evangélicos foi determinante nas eleições de 2018, consolidando-se durante o governo Bolsonaro como uma base social mobilizadora expressiva, que quase assegurou a continuidade no poder executivo em 2022 (Cunha, 2024). Essa parceria com o segmento religioso introduziu ritos, linguagens e simbologias cristãs no discurso político bolsonarista, conferindo à prática política uma moral⁸⁸ de inspiração religiosa, ainda que apenas em tese. Essa moral religiosa, por sua vez, cumpre a função de regulamentar as relações humanas, alinhando-se ao papel tradicionalmente atribuído à religião (Sánchez Vásquez, 2020).

Contudo, a moral cristã representada na figura de Jair Bolsonaro expõe uma contradição em relação aos “princípios básicos desta moral – amor ao próximo, respeito à pessoa humana, igualdade espiritual de todos os homens, reconhecimento do homem como pessoa (como fim) e não como coisa (meio ou instrumento)” (Sánchez Vásquez, 2020, p. 91). A conduta político-religiosa de Bolsonaro assume um caráter fundamentalista, que não apenas contrasta com os ensinamentos do Evangelho de Jesus Cristo, mas também ignora a existência de uma diversidade cultural e religiosa, na qual a moral cristã deveria coexistir com outras formas de moralidade, inclusive aquelas não fundamentadas na religião. Ainda assim, para o bolsonarismo e uma parcela dos eleitores evangélicos e membros de igrejas, prevalece a ideia de que o “Brasil é do Senhor Jesus Cristo”.

Ao refletir sobre parte do *slogan* da campanha “Deus acima de todos”, qualquer pessoa que valorize a liberdade de consciência e a liberdade religiosa em um Estado laico provavelmente perceberia uma estranheza nesse lema, dada a pluralidade de sistemas de crenças existentes. Isso poderia levar a questionamentos como: a qual Deus esse *slogan* se

⁸⁸ Por definição, a moral é um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens. (Sánchez Vásquez, 2020, p. 63)

refere? Por que esse Deus específico estaria acima de uma nação? E, se Deus não existisse, a moralidade seria impossível? Para aqueles que não enxergam essa estranheza, a resposta talvez resida na ideia de que, apesar de o Estado ser laico, o Brasil é majoritariamente um país cristão — como Jair Bolsonaro declarou em diversas ocasiões. Essa perspectiva reforça a imposição de uma cosmovisão religiosa na esfera pública, desconsiderando a diversidade cultural e religiosa que caracteriza a sociedade brasileira e também os praticantes de religiões não cristãs e mesmo os sem religião (ateus, agnósticos e aqueles que não se associam a um sistema de crença institucionalizado).

Jair Bolsonaro soube construir a imagem de um político com “autênticas” credenciais religiosas, conquistando o apoio de setores conservadores não apenas entre evangélicos, mas também entre católicos, espíritas e outros grupos religiosos. Entretanto, o foco principal desta tese recai sobre o universo evangélico, segmento que segue em expansão no Brasil. Segundo os resultados preliminares da amostra de religião do Censo Demográfico 2022, divulgados pelo IBGE, os evangélicos passaram de 21,7% da população de 10 anos ou mais em 2010 para 26,9% em 2022, alcançando aproximadamente 47,4 milhões de pessoas. Esses dados confirmam a crescente relevância demográfica, social e política desse segmento religioso no país (IBGE, 2025).

Embora os dados do Censo 2022 confirmem a expansão evangélica no Brasil, essa tendência não deve ser compreendida como crescimento ilimitado. Segundo o sociólogo Paul Freston (2026), o segmento tende a alcançar, nas próximas décadas, um teto demográfico em torno de 35% da população, dificilmente tornando-se maioria religiosa no país. Essa estabilização estaria relacionada à possível reorganização do catolicismo, a desgastes internos do próprio campo evangélico — como escândalos, lideranças autoritárias e associação de parte desse segmento ao populismo de direita — e à emergência de evangélicos não praticantes ou sem filiação religiosa definida. Assim, o protestantismo brasileiro tende a permanecer numericamente expressivo, porém mais estabilizado, fragmentado e internamente diverso.

A relevância demográfica e política do segmento evangélico ajuda a compreender por que Jair Bolsonaro buscou consolidar uma imagem de proximidade com valores religiosos conservadores. Desde sua atuação como deputado federal, Bolsonaro defendeu pautas relacionadas aos costumes, especialmente a valorização da chamada família tradicional. Nas campanhas de 2018 e 2022, esse repertório ganhou centralidade, sendo mobilizado em torno da defesa da “salvação” da família natural (Cunha, 2024), em contraposição aos direitos conquistados pela comunidade LGBT+.

Esse conservadorismo também se expressa na oposição ao aborto, à legalização da maconha e a pautas feministas, articulando-se a uma retórica anticomunista que sustenta seu moralismo religioso. Embora Bolsonaro nunca tenha negado sua identidade católica, sua aproximação com lideranças evangélicas conservadoras ganhou visibilidade em 2016, quando foi batizado nas águas do Rio Jordão, em Israel, pelo pastor Everaldo, então presidente do PSC.

O batismo no Rio Jordão carrega forte simbolismo na tradição cristã, por ser identificado como o local onde Jesus Cristo foi batizado. Embora Bolsonaro não tenha divulgado imagens da cerimônia em suas mídias sociais, compartilhou um trecho da coluna de Ancelmo Gois, publicada em *O Globo*, que mencionava o episódio. Na ocasião, declarou: “Quanto ao batismo no Rio Jordão, a certeza de Deus no coração e os desafios como MISSÃO”. À época, o então deputado federal já se apresentava como pré-candidato à Presidência da República (Correio Braziliense, 2020).

Como observa Cunha (2024, p. 95), “o episódio levou muitos membros de igrejas a acreditarem que o deputado havia se convertido à fé evangélica”. A partir daí, Bolsonaro passou a explorar de modo mais sistemático uma linguagem religiosa, mobilizando referências bíblicas, participações em cultos, postagens de versículos e narrativas de enfrentamento contra inimigos morais e políticos. Esse repertório ganhou ainda mais força após o atentado à facada sofrido durante a campanha de 2018, posteriormente ressignificado como sinal de sobrevivência pela vontade de Deus. Assim, Bolsonaro passou a se apresentar como alguém preservado para cumprir uma missão política em nome da nação (Cunha, 2024).

Neste contexto, os evangélicos conservadores idealizaram em Bolsonaro um líder poderoso, enviado por Deus, com a missão de restabelecer os valores morais cristãos na sociedade por meio de sua atuação política. No entanto, em outros tempos, seria improvável que Bolsonaro conseguisse conquistar tanto apoio do segmento evangélico e uma votação tão expressiva dessa parcela nas eleições. As razões para esse cenário são diversas:

- a) primeiro, porque até um tempo atrás os evangélicos, grosso modo, viam com muita desconfiança a política e os políticos; b) em segundo lugar, essa desconfiança aumentava pelo fato de Bolsonaro não ser membro de uma Igreja Evangélica. Embora batizado no Rio Jordão pelo Pr. Everaldo, Bolsonaro sempre foi franco em dizer que não era evangélico; c) em terceiro lugar, repisamos aqui, seu discurso radical geraria um desconforto na membresia das igrejas; d) por fim, o remodelado messianismo com o qual foi apresentado e defendido pelas igrejas do Brasil afora, não deveria encontrar eco no paralelo estímulo ao medo, em eventual vitória do PT, uma vez que a memória social deveria apontar para o tempo de bem-estar social que este país teve nos governos do PT, especialmente Lula-1 e Lula-2. (Dusilek, 2024, p. 58)

Então, o que mudou? Essa é a reflexão que Dusilek (2024) propõe para entender como o esquecimento social cedeu lugar à ressurreição do anacronismo comunista, agora reconfigurado como "marxismo cultural", sendo apontado como a origem de todos os males da sociedade. Nesse contexto, também se destaca a constante rotulagem de Lula da Silva como um perigo a ser combatido, chegando ao extremo de ser referido como o “demônio” (Balloussier, 2022).

Em resposta às mudanças observadas, Dusilek (2024) afirma que não foi Bolsonaro quem mudou. Ele destaca a autenticidade do ex-presidente como uma qualidade, apontando que Bolsonaro nunca escondeu o que sempre foi, sem enganar ninguém. Dusilek prossegue afirmando que quem mudou foi a Igreja, que, ao longo do tempo, foi se transformando, distanciando-se do Evangelho e do ideal do Reino de Deus, e posicionando-se a favor de projetos de poder. Essa constatação reflete o lugar que Dusilek (2024) ocupa como cientista da religião (acadêmico), *insider*⁸⁹ do movimento evangélico (pastor) e participante do processo eleitoral (cidadão).

Além disso, a convergência dos evangélicos ao bolsonarismo é um fenômeno multifatorial, conforme a análise de Anna Virginia Balloussier, autora do livro *O púlpito*

⁸⁹ Em 9 de setembro de 2022, o então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva participou de um comício com pastores evangélicos em São Gonçalo (RJ). A tônica do encontro foi a mobilização para uma vitória no primeiro turno e a demonstração de que os evangélicos também podem votar em candidatos de esquerda.

Durante o evento, o pastor Sérgio Dusilek, da Igreja Batista de Marapendi (RJ), afirmou que Lula "não foi apenas alvo da injustiça do Judiciário brasileiro, mas tem sido alvo da injustiça do clero brasileiro". Além disso, declarou que a Igreja deveria "pedir perdão" ao ex-presidente. No entanto, suas declarações não foram bem recebidas por parte da comunidade evangélica e geraram críticas, principalmente por sua participação em um evento de caráter político-partidário.

Embora Dusilek tenha afirmado que discursou como cidadão, em consonância com o princípio batista de liberdade de consciência, a polêmica levou à manifestação oficial da Convenção Batista Carioca (CBC) e da Convenção Batista Brasileira (CBB). Na ocasião, Dusilek ocupava a presidência da CBC, cargo ao qual renunciou posteriormente por meio de carta formal.

Em nota pública sobre sua renúncia, a CBC declarou:

“Embora o ex-presidente declare que a sua fala tenha sido estritamente de cunho pessoal, percebemos a impossibilidade de separar tal discurso da função exercida na presidência e, por sua vez, da imagem da CBC e dos batistas. [...] Respeitamos o princípio da liberdade de consciência, porém entendemos, a partir desse episódio, que nossas posturas devam ser ainda mais firmes e cuidadosas nas questões político-partidárias. Recomendamos que nossos líderes da denominação e das igrejas evitem compromissos públicos dessa natureza, visando assim reforçar o princípio da separação entre Igreja e Estado.”

Posteriormente, em entrevista ao jornal *O Globo* (19 set. 2022), Dusilek afirmou não se arrepender de suas declarações e afirmou: "Se tivesse falado do Bolsonaro, não teria acontecido nada disso".

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/nao-me-arrependo-diz-pastor-atacado-por-afirmar-que-a-igreja-te-m-de-pedir-perdao-a-lula/>. Acesso em: 09 fev. 2025.

Disponível em: <https://batistacarioca.com.br/nota-publica-renuncia-do-pr-sergio-r-g-dusilek/>. Acesso em: 09 fev. 2025.

(2024). Esse fenômeno foi favorecido pela ascensão das mídias sociais, à polarização, a reação contra os movimentos identitários e a dificuldade da esquerda em dialogar com esse segmento do eleitorado (Lopes, 2024). No entanto, sem desconsiderar a relevância dos diversos fatores que contribuíram para essa convergência, esta seção se concentra em uma perspectiva religiosa do próprio movimento evangélico. Nesse sentido, Dusilek (2024, p. 59) identifica quatro fatores que explicam a “tempestade perfeita”, que resultou na eleição de 2018 e na quase reeleição da extrema direita em 2022.

1. O crescimento explosivo das igrejas pentecostais e neopentecostais (ou ainda, pós-pentecostais) com sua hierarquia fortemente verticalizada;
2. A afinidade eletiva entre o movimento pentecostal e seus derivados com o calvinismo;
3. O ambiente para a acolhida do investimento fundamentalista, cujo alvo primeiro foram as denominações ligadas ao protestantismo histórico (especialmente Batistas, Presbiterianas e Metodistas), mas que alcançou parte do movimento neopentecostal;
4. Por fim, destaca-se a implementação do chamado G12⁹⁰, estratégia de organização e expansão de igrejas evangélicas baseada em um modelo de discipulado estruturado por redes de células.

Dentre esses quatro fatores, o que mais se destaca na explicação da convergência dos evangélicos conservadores ao projeto de poder bolsonarista é o avanço do fundamentalismo religioso nas igrejas (Anéas, 2024a, 2024b; Cunha, 2024; Dusilek, 2024; De Maria, 2024). Nesse contexto, duas observações são válidas: a primeira é que, embora todo cristão evangélico fundamentalista seja conservador, nem todo cristão evangélico conservador é fundamentalista. O segundo ponto é que, a partir de um pensamento teológico equivocado — o fundamentalismo — disseminado nas igrejas, pode parecer que a fé evangélica não possui capacidade de inclusão e empoderamento, evidenciando as contradições sociorreligiosas existentes (Dusilek, 2024).

Sendo assim, as igrejas evangélicas também ampliam seu protagonismo ao ocupar lacunas deixadas pelo Estado em diferentes áreas da sociedade brasileira, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidade social. Por meio de ações assistenciais, aconselhamento pastoral, apoio emocional, redes de solidariedade comunitária e iniciativas

⁹⁰ Nesse formato, cada célula é liderada por um responsável que orienta espiritualmente 12 membros; estes, por sua vez, devem formar novos grupos de 12, criando uma rede de multiplicação. A ideia central é promover o crescimento exponencial das igrejas por meio de uma estrutura hierárquica de liderança, acompanhamento religioso e formação de novos discípulos.

educacionais ou de reabilitação, essas instituições oferecem formas de acolhimento, pertencimento e mediação social. Essa presença cotidiana fortalece seus vínculos com as comunidades e contribui para sua relevância social, cultural e política.

Retomando a observação de que nem todo conservador é fundamentalista, embora todo fundamentalista tenda a ser conservador, essa distinção pode ser compreendida a partir do modo como diferentes segmentos evangélicos elaboram sua interpretação teológica. Segundo André Anéas (2024a), pastor e pesquisador da área de Teologia, a leitura literalista e fundamentalista da Bíblia constitui um equívoco hermenêutico,

“que produziu um “solo religioso” fértil para as “sementes” do fascismo no Brasil. O discurso e a linguagem teológica, como toda a linguagem, criam mundos e definem a realidade. No caso da linguagem teológica, me parece, há um agravante: a utilização das categorias religiosas potencializa esse impacto devido a sua dimensão existencial e de produção de sentido na vida dos fiéis. Logo, é através da denúncia dessa linguagem teológica fundamentalista, unívoca e facilmente instrumentalizada pela extrema direita, capaz de construir cenas um tanto bizarras e impensáveis nos últimos quatro anos [...]. (Anéas, 2024a, p. 30)

Diante dessa denúncia sobre a linguagem, surge um questionamento provocado pelo próprio teólogo: os evangélicos são um perigo? Contrastando com a análise otimista de Spyer (2020) sobre os evangélicos, Anéas (2024a) afirma categoricamente que sim, pois sua base epistemológica e uma teologia construída a partir desse fundamento, somadas ao poder conquistado nas mídias, à ascensão do segmento e à aliança com a extrema direita, podem comprometer o bem-estar social. Trata-se de um alerta de quem teme que o Brasil se transforme em uma “Gilead”⁹¹.

Assim, é fundamental compreender como se estrutura a comunicação do fundamentalismo religioso no bolsonarismo, bem como a dos evangélicos e dos atores políticos que apoiam esse projeto político de poder. Para Anéas (2024b, p. 9), não é exagero afirmar que 'a engrenagem evangelical dentro do sistema democrático brasileiro é uma, senão a principal, responsável pelos desajustes do sistema democrático'. Contudo, o autor não sugere que todos os evangélicos sejam responsáveis pelo estado de coisas que colocou em xeque a sustentação do Estado Democrático de Direito.

O tom crítico e firme usado por Anéas (2024b) não é dirigido aos evangélicos como um todo, mas a um conjunto de atores, evangélicos ou não, que aprenderam a manipular os

⁹¹ Na série de televisão *The Handmaid's Tale* — baseada no romance homônimo de Margaret Atwood, publicado em 1985 — Gilead é o novo nome dos Estados Unidos. Nessa sociedade totalitária, um regime fundamentalista governa com base na submissão das mulheres, que são tratadas como propriedade do Estado. O país enfrenta desastres ambientais e uma taxa de natalidade em declínio. Em uma tentativa desesperada de repovoar um mundo devastado, as poucas mulheres férteis restantes são forçadas à servidão sexual.

símbolos religiosos desse segmento específico com o objetivo de obter vantagens político-eleitorais. No entanto, dentro do universo evangélico, há indivíduos que se envolvem com a política, seja de forma partidária ou não. Ainda assim, predomina um comportamento que fere princípios republicanos e democráticos, resultando no mau uso da coisa pública, o que acabou sendo visivelmente associado a esse segmento religioso.

Sendo assim, com o objetivo de esclarecer a confusão em torno do comportamento político dos evangélicos e daqueles que utilizam essa religião para fins políticos, Anéas (2024b) propôs, com base no método weberiano, tipos-ideais que distinguem as características do comportamento político dos evangélicos⁹² em relação à coisa pública. Essas categorias são denominadas: o político fundamentalista e o político protestante. No entanto, o autor faz uma ressalva importante: esses tipos de comportamentos não estão necessariamente vinculados ao fato de serem evangélicos pentecostais ou históricos.

Pelo contrário, o autor ressalta que, frequentemente, os pentecostais são rotulados como ignorantes e fundamentalistas, uma visão derivada de um criticismo alinhado a percepções preconceituosas, que ignora as igrejas históricas, como as batistas e presbiterianas, que possuem, em sua essência, ideias antidemocráticas e fundamentalistas. Além disso, Anéas (2024b) não teve a pretensão de rotular nenhum ator político nas duas categorias de tipos de comportamento que criou. Sua proposta oferece, antes, uma ferramenta de análise para elucidar condutas a partir de uma perspectiva teológica refletida na esfera pública.

Em contrapartida, a presente tese classifica a conduta política de Jair Bolsonaro como pertencente ao tipo ideal fundamentalista. Essa classificação se justifica por sua forma de pensar e organizar a vida em sociedade em torno da religião, reduzindo as respostas às inevitáveis contradições sociais a uma única perspectiva religiosa. Nesse sentido, o pensamento do evangélico inserido nesse tipo ideal fundamenta-se em uma teologia que não apenas organiza seu modo de pensar e agir, mas também se estabelece como a “fonte da verdade absoluta”.

Essa “verdade” não admite relatividade nem flexibilidade; é absoluta em si mesma, ou seja, não há espaço para qualquer tipo de dúvida. Essa rigidez cria condições para lógicas violentas, tanto no campo físico quanto no simbólico, dirigidas contra tudo o que diverge da realidade apresentada pelos princípios inquestionáveis da fé (dogmas). Anéas (2024b, p. 32-33) afirma que:

⁹² Toda a explanação sobre o comportamento político dos evangélicos fundamentalistas e protestantes está fundamentada na base teórica do teólogo André Anéas (2024b).

A crença é confundida com Deus em si, logo a racionalização dessa fé é, simultaneamente, intensa e ingênua. Claro que essa ingenuidade não deve ser generalizada, pois, embora muitos creem ingenuamente em um sistema teológico como se fosse a exata expressão da divindade, outros tantos, sabendo que se trata de uma construção radicalmente humana, permanecem sustentando esse tipo de operação sistêmica, difundindo-a a partir de espaços sociais importantes nesse contexto - igrejas, seminários e escolas/universidades confessionais -, garantindo, justamente por essa defesa apologética, a estabilidade religioso-econômica do *status quo* em que estão inseridos, advogando para si mesmos o título de “guardiões da ortodoxia”.

Por outro lado, o tipo ideal de político protestante, que não se restringe apenas aos evangélicos progressistas, mas também abrange conservadores, reafirma a ideia de que nem todo conservador é fundamentalista. De maneira geral, o tipo ideal protestante demonstra certa relatividade em relação à “verdade”, evitando aderir a uma epistemologia rígida. Sua estruturação de pensamento considera a possibilidade de erro interpretativo, fundamentando-se no espírito crítico dessa tradição. Assim, não se considera como detentor da “verdade absoluta”, valorizando os princípios democráticos como um antídoto contra o fanatismo religioso e o autoritarismo.

Assim, o político protestante apoia as regras democráticas, sem se envolver em um projeto político-religioso que o considere como a 'verdade' absoluta, o que poderia comprometer a democracia. Não há essa tentação, embora ele participe de outros debates e projetos políticos dentro do escopo democrático. Portanto, este tipo ideal se apresenta como herdeiro dos valores protestantes, estendendo-se no Estado Moderno, na defesa da separação entre Igreja e Estado, da liberdade de consciência, das liberdades individuais, da separação dos poderes, das eleições livres e diretas e da pluralidade religiosa. Deste modo, não participa da esfera pública com objetivos políticos de projeto de poder, nem se posiciona como missionário proselitista disfarçado de político profissional.

Concluídas as considerações iniciais sobre a organização do modo de pensar desses tipos ideais de comportamento político no universo evangélico, é relevante apresentar como o *modus operandi* é conduzido em três eixos teológicos⁹³: interpretação da Bíblia, soteriologia⁹⁴ e escatologia⁹⁵.

Interpretação da Bíblia

No tipo ideal político fundamentalista, a teologia é compreendida como expressão de uma verdade absoluta, superior à ciência, à política, à cultura e às demais formas seculares de

⁹³ A explicação desses três eixos teológicos, que orientam o comportamento político dos evangélicos fundamentalistas e protestantes, tem como referência teórica Anéas (2024b).

⁹⁴ É uma área da Teologia que estuda as doutrinas religiosas da salvação humana.

⁹⁵ É uma doutrina que estuda todas as coisas que acontecerão antes e depois do juízo final. Ou seja, o fim da espécie humana no planeta.

conhecimento. A Bíblia é tomada como “A Palavra de Deus” em sentido literal e incontestável, reduzindo o espaço para abordagens críticas, históricas, hermenêuticas ou contextuais do texto bíblico. Essa leitura tende a organizar a compreensão da realidade a partir de uma verdade única, dificultando o diálogo com a ciência, com a pluralidade interpretativa e com valores democráticos modernos.

No tipo ideal político protestante, por sua vez, a Bíblia permanece como referência central da fé, mas sua interpretação é mediada pela reflexão teológica, histórica e hermenêutica. Nesse caso, reconhece-se que o texto bíblico, embora inspirado por Deus, foi escrito por seres humanos em contextos históricos específicos, o que permite a diversidade interpretativa e o diálogo com outros sistemas de conhecimento.

Essa diferença interpretativa também se expressa na esfera pública, especialmente quando referências bíblicas são mobilizadas como fundamento de autoridade política. Um exemplo pode ser observado no discurso de Jair Bolsonaro após a validação de sua eleição pelo TSE, em 2018, quando afirmou ter buscado o *slogan* de sua campanha na Bíblia:

*“Fizemos uma campanha não diferente dos outros, mas como deveria ser feita, afinal de contas, a nossa bandeira, o nosso slogan eu fui buscar naquilo que muitos chamam de **caixa de ferramentas para consertar o homem e a mulher, que é a bíblia sagrada**”, disse.* (Correio do Povo, 2018, destaque da autora)

Soteriologia: a salvação humana

No tipo ideal político fundamentalista, a espiritualidade é compreendida a partir de um horizonte dualista entre salvação e condenação, céu e inferno. Essa perspectiva tende a enfatizar a salvação individual e pode produzir uma lógica religioso-meritocrática, na qual a vida do fiel é interpretada como prova constante de sua condição espiritual. Como desdobramento, emerge um forte ímpeto proselitista: o crente, convencido de possuir a verdade absoluta, busca converter outros indivíduos e também projetar essa visão para a esfera pública. Nesse sentido, a política passa a ser atravessada por uma lógica missionária, orientada pelo desejo de submeter a nação aos princípios de uma determinada interpretação religiosa.

No tipo ideal político protestante, por sua vez, a atuação pública não é orientada pelo dualismo céu/inferno nem pela imposição de uma única crença religiosa. A fé pode inspirar a ação política, mas sem assumir caráter proselitista ou conversionista. Nessa perspectiva, os valores do “reino de Deus” são mobilizados como princípios éticos voltados à justiça, ao

cuidado com os pobres, à redução das desigualdades, à proteção de grupos marginalizados e à defesa dos direitos humanos.

Essa diferença também aparece na forma como determinadas lideranças religiosas e políticas mobilizam a ideia de nação. Um exemplo pode ser observado no discurso da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, proferido em 7 de setembro de 2022, durante as comemorações do Bicentenário da Independência, quando afirmou:

*“Estamos aqui para lutar pela nossa nação com justiça, verdade e amor e com esses três princípios o inimigo não vai vencer”, declarou. “Declaramos que **esta nação pertence ao senhor Jesus e é abençoada por Deus**, o agro é abençoado por Deus, a família é abençoada e projeto de Deus”.* (Carta Capital, 2022, destaque da autora)

Escatologia: o mundo espiritual

No tipo ideal político fundamentalista, a realidade social e política é interpretada como extensão de uma batalha espiritual entre o reino de Deus e o reino das trevas. Essa visão dualista organiza o mundo em forças do bem e do mal, sem espaço para neutralidade, e produz uma espiritualidade militante que ultrapassa o âmbito individual. Na esfera pública, políticos alinhados a essa lógica tendem a se apresentar não apenas como representantes eleitos, mas como “soldados de Deus”, investidos de uma missão extraordinária de restauração moral, combate aos inimigos e salvação da nação. Essa perspectiva pode ser assumida como crença sincera ou instrumentalizada politicamente para mobilizar apoios religiosos.

No tipo ideal político protestante, por sua vez, a atuação política não é compreendida como participação direta em uma batalha espiritual nem como missão messiânica de restauração da ordem. A escatologia assume um papel utópico-teológico, oferecendo sentido transcendente à fé, mas sem transferir para a política a responsabilidade de realizar aquilo que pertence ao plano divino. Assim, a ação pública é orientada por uma ética do bem comum, do combate às injustiças sociais e da responsabilidade humana diante das questões terrenas, sem instrumentalizar a fé para fins político-religiosos (Anéas, 2024b). Essa diferença pode ser observada no discurso de Jair Bolsonaro durante a Marcha para Jesus, em 25 de junho de 2022, quando afirmou:

*“Mas, temos outra coisa que é mais importante que essa questão material para nós, por que essas outras questões nós a superaremos. **São as questões espirituais, é uma luta do bem contra o mal.** A minha chegada a Brasília tirou da zona de conforto quem queria o mal do nosso país. Eles se uniram, solapam a nossa democracia, nos acusam do que eles verdadeiramente são, se julgam os donos da verdade, acham que podem tudo, até mesmo nos escravizar”* (Brasil, 2022, destaque da autora).

Concluída a explanação dos tipos ideais de atuação política fundamentalista e protestante, conforme propostos por Anéas (2024b), torna-se evidente que o fundamentalismo político-religioso representa riscos significativos à democracia. É esse tipo de atuação que interessa mais diretamente à presente tese, uma vez que suas características apontam para o enfraquecimento das bases democráticas em favor de uma lógica autoritária, proselitista e excludente, amplamente instrumentalizada pelo bolsonarismo.

Todavia, a apresentação do contraponto representado pela atuação política protestante é essencial para evitar generalizações e demonstrar que o universo político-religioso evangélico não é monolítico. Essa distinção contribui para uma análise mais equilibrada sobre o papel da religião na esfera política brasileira.

O primeiro risco associado à atuação política fundamentalista refere-se ao autoritarismo político-religioso, no qual ações e projetos políticos são justificados como expressão de um “Projeto de Deus” ou da “vontade de Deus”. Essa perspectiva pode legitimar práticas antidemocráticas, fragilizar o Estado laico e favorecer a imposição de valores religiosos particulares na esfera pública.

Esse autoritarismo também alimenta formas de intolerância, ao produzir discursos excludentes baseados na posse de uma “verdade absoluta”. A retórica da “guerra espiritual”, frequentemente mobilizada por políticos fundamentalistas, intensifica o sectarismo, aprofunda a polarização política e social e contribui para o desprezo ou preconceito contra outras tradições religiosas, especialmente as de matriz africana.

Outro risco associado à atuação política fundamentalista está na restrição de direitos humanos, especialmente aqueles relacionados às mulheres, à população LGBTQ+ e à educação. No caso das mulheres, destaca-se a oposição ao aborto, inclusive em situações já previstas em lei, como estupro, risco de vida para a gestante e anencefalia fetal. Em relação à comunidade LGBTQ+, observa-se a resistência ao reconhecimento de direitos civis, como a união homoafetiva, a adoção por casais do mesmo sexo e a legitimidade de diferentes arranjos familiares. No campo educacional, políticos fundamentalistas frequentemente defendem a censura de conteúdos considerados contrários à moral religiosa, especialmente aqueles relacionados a gênero, sexualidade e diversidade. Essas ações reforçam exclusões, aprofundam desigualdades e comprometem princípios democráticos como igualdade, dignidade humana e pluralismo.

Essas iniciativas revelam como a instrumentalização política da fé pelo bolsonarismo pode comprometer o debate democrático. Quando mobilizada como ferramenta de adesão política, a religião pode vincular crenças e pertencimentos espirituais a agendas partidárias

específicas, fragilizando tanto a autonomia do Estado laico quanto a construção de uma esfera pública plural.

Nesse contexto, ganha relevância a chamada Teologia do Domínio (TD), também associada a termos como “reconstrucionismo” e “dominionismo”. Segundo Pereira (2025), essa teologia funciona como chave interpretativa para compreender o alinhamento de importantes lideranças e organizações evangélicas ao projeto político de extrema direita representado por Jair Bolsonaro.

Historicamente, a Teologia do Domínio tem origem no presbiterianismo estadunidense e sustenta que cristãos evangélicos teriam a responsabilidade de exercer influência sobre todas as esferas da sociedade, como política, educação, cultura, família, economia e comunicação. Sua fundamentação bíblica costuma ser associada a Gênesis 1:26-28, passagem interpretada como autorização divina para o “domínio” sobre a terra. A partir dessa leitura, a atuação pública dos cristãos passa a ser compreendida como parte de um projeto de governo orientado pela vontade divina (Pereira, 2025).

A Teologia do Domínio possui uma dimensão marcadamente teológico-eclesial, sendo difundida por igrejas e organizações cristãs, como a Batista da Lagoinha e a Jovem Com Uma Missão), associadas à propagação da doutrina dos “sete montes”. Segundo essa perspectiva, os cristãos devem exercer influência sobre sete áreas estratégicas da sociedade: governo, educação, mídia, religião, família, negócios e artes/entretenimento.

Outra vertente teológica relevante para compreender a adesão de parte dos evangélicos ao bolsonarismo é a Teologia da Prosperidade. Essa teologia sustenta que a fé em Deus, associada ao esforço individual, pode resultar em bênçãos materiais, como riqueza, saúde e prosperidade. Nessa lógica, como observa Anéas (2024b, p. 44), os fiéis são “libertos” para receber bênçãos “no aqui e agora”, por meio de mecanismos de troca com a divindade, frequentemente interpretados como formas de “barganha”.

A análise das matrizes teológicas e político-religiosas que atravessam parte do apoio evangélico ao bolsonarismo permite compreender como determinados repertórios morais, religiosos e ideológicos foram mobilizados na esfera pública brasileira. Contudo, essas ideias não circulam de forma abstrata ou descolada de seus meios de produção, difusão e legitimação. Elas se articulam a ambientes comunicacionais específicos, nos quais plataformas digitais, mídias sociais, aplicativos de mensagens, lideranças religiosas, influenciadores e redes de apoiadores disputam a autoridade sobre a informação política e religiosa. Por isso, a próxima seção volta-se à discussão sobre o regime de informação,

buscando compreender como a plataformização da comunicação reconfigurou as formas de circulação, mediação e validação do discurso bolsonarista.

5 O BOLSONARISMO NA PLATAFORMIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: INFORMAÇÃO, POLÍTICA E PODER

Diante do exposto acerca dos contextos político-eleitorais na democracia brasileira — das emblemáticas Jornadas de Junho à ascensão da extrema direita, representada pelo bolsonarismo —, bem como do papel da desinformação enquanto estratégia deliberada de disputa política, torna-se necessário problematizar a centralidade das plataformas digitais, estruturadas por lógicas algorítmicas que não apenas medeiam, mas condicionam a circulação da informação.

Nesse ambiente, as *Big Techs*, ao concentrarem o controle sobre os fluxos de dados e sobre as infraestruturas de circulação informacional, operam regimes de visibilidade marcados por critérios opacos, produzindo efeitos seletivos e assimétricos naquilo que é acessado, interpretado e legitimado como informação. Essa dinâmica evidencia que as plataformas digitais não constituem espaços neutros de circulação comunicacional, mas ambientes sociotécnicos atravessados por interesses econômicos, lógicas algorítmicas e formas concentradas de poder informacional (Van Dijck; Poell; De Waal, 2018; Morozov, 2018).

Essa infraestrutura comunicacional digital constitui uma das bases técnicas e políticas da atuação do bolsonarismo nas plataformas. Nesse contexto, a informação é mobilizada como recurso estratégico na produção de sentidos, afetos e orientações políticas, favorecendo formas de engajamento, pertencimento e disputa simbólica em torno de projetos políticos específicos.

A informação ocupa, no século XXI, um papel central na organização da vida social, atravessando dimensões políticas, econômicas, culturais e cotidianas. Mais do que um recurso instrumental, constitui um elemento estruturante na produção de sentidos, na mediação das relações sociais e na conformação de percepções sobre a realidade.

Em um cenário marcado pela intensificação dos fluxos informacionais, pela multiplicidade de fontes e pela aceleração dos processos comunicacionais, a informação configura-se também como um espaço de disputa, no qual diferentes atores buscam estabelecer versões legítimas do mundo social.

Nesse contexto, a Ciência da Informação, enquanto disciplina que tem a informação como objeto de estudo, ampliou seu escopo analítico, deslocando-se de abordagens centradas na organização e na recuperação da informação para novas perspectivas de investigação, especialmente a partir da virada do milênio. Em outras palavras, conforme Araújo (2018, p. 7):

A ciência da informação que se faz, hoje, é muito diferente daquela de cinco décadas atrás. Ainda que propostas de estudo parecidas com aquelas de sua época fundacional permaneçam, elas coexistem com diversas outras maneiras de se estudar a informação, sobretudo (mas não só) porque o desenvolvimento das tecnologias solucionou uma série de problemas, mas trouxe muitos outros, relativos às questões humanas (sociais, culturais, políticas, econômicas, jurídicas) de como nós, seres humanos, no século XXI, produzimos, fazemos circular, disseminamos, organizamos, preservamos, usamos e nos apropriamos dos registros de conhecimento produzidos, bem como intervimos, criando instituições, serviços e produtos, nos fluxos informacionais.

Em relação ao potencial transformador das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na sociedade, é relevante revisitar o pensamento de Pierre Lévy (1999), que enfatiza a constituição de uma inteligência coletiva capaz de ampliar a participação, o compartilhamento de saberes e a democratização do conhecimento em rede, apontando, assim, para a possibilidade de construção de uma sociedade mais justa e colaborativa.

Contudo, essa perspectiva é tensionada por Armand Mattelart (2002), que problematiza o determinismo tecnológico ao argumentar que a simples expansão das tecnologias da informação não garante, por si só, transformações sociais estruturais, uma vez que tais tecnologias estão imersas em relações de poder, interesses econômicos e assimetrias históricas.

Nesse sentido, a contraposição entre esses autores abre caminho para a compreensão dos dilemas informacionais contemporâneos, marcados não apenas pela ampliação do acesso à informação, mas também pela intensificação de fenômenos como a desinformação, a erosão da confiança institucional e a reconfiguração das formas de autoridade e legitimidade no ambiente informacional.

Esses fenômenos evidenciam que a informação não circula de maneira neutra, mas é produzida, mediada e apropriada em contextos permeados por relações de poder, disputas políticas e sistemas de crenças e valores religiosos que influenciam sua interpretação e validação (Foucault, 2017). Nesse sentido, os campos político e religioso configuram-se como espaços privilegiados de produção e circulação de enunciados, nos quais a informação é mobilizada não apenas como conteúdo, mas como instrumento de orientação de condutas, construção de identidades e legitimação de verdades.

No contexto político brasileiro recente, essa articulação ganhou contornos emblemáticos a partir da campanha presidencial de 2018, que pode ser considerada um marco na configuração de um novo ecossistema de comunicação política (Nunes; Traumann, 2024). Isso porque o então candidato Jair Bolsonaro dispunha de apenas 8 segundos de propaganda eleitoral gratuita na televisão e no rádio, além de 11 inserções diárias de anúncios de 30

segundos na programação das emissoras, em razão da coligação limitada de seu partido à época (PSL) com outras legendas de menor expressão.

Esse desafio foi enfrentado de forma estratégica por meio de duas ações principais: o uso intensivo de plataformas digitais e a mobilização de apoiadores. A campanha de Jair Bolsonaro concentrou-se em plataformas como *Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram* e *YouTube*, nas quais se observam dinâmicas comunicacionais marcadas pela desintermediação relativa, pela segmentação de públicos e pela intensificação da circulação de conteúdos em redes distribuídas.

Nesse ambiente, a construção e a disseminação de mensagens passam a ocorrer de maneira mais direta e personalizada, favorecendo a mobilização de engajamentos e a formação de vínculos simbólicos e afetivos com os eleitores, ao mesmo tempo em que tensionam os modelos tradicionais de mediação, especialmente aqueles vinculados aos meios de comunicação de massa.

A ideia de desintermediação (Giacomini, 2023) nesse contexto, refere-se à aparente redução da dependência de instâncias tradicionais de mediação da informação, como jornais e revistas impressos, emissoras de rádio e televisão, editoras, escolas, universidades, bibliotecas e demais instituições historicamente responsáveis pela seleção, organização, validação e disseminação dos conteúdos informacionais. No entanto, essa desintermediação deve ser compreendida como relativa, pois não implica a eliminação das mediações, mas sua reconfiguração. Como observam Almeida Júnior e Bortolin (2007), a mediação da informação envolve ações de interferência, diretas ou indiretas, conscientes ou inconscientes, individuais ou coletivas, realizadas com vistas à apropriação da informação pelo sujeito. Nas plataformas digitais, tais mediações não desaparecem; elas são deslocadas para novos agentes, dispositivos e circuitos sociotécnicos.

Nesse sentido, a plataformização reorganiza os processos de produção, circulação e legitimação da informação. Conforme indicam Van Dijck, Poell e De Waal (2018), a promessa de liberdade e neutralidade no acesso à informação é reconfigurada em um ecossistema global de plataformas orientado por lógicas algorítmicas, dataficação e modelos de engajamento. Assim, ainda que os usuários possam contornar certos filtros das mídias tradicionais, como observa Benkler (2006) ao tratar da economia da informação em rede, eles passam a estar submetidos a novas formas de curadoria, visibilidade e hierarquização dos conteúdos.

Big techs, algoritmos, influenciadores digitais, grupos de *WhatsApp*, *hashtags*, filtros de personalização e redes de confiança tornam-se, portanto, expressões centrais da mediação que define a experiência informacional contemporânea. Desse modo, a desintermediação

relativa favorece a circulação direta e personalizada de mensagens, mas também amplia a exposição dos sujeitos a conteúdos desinformativos e a ambientes informacionais segmentados.

Nesses ambientes, os filtros de personalização, compreendidos por Pariser (2012) como mecanismos que tendem a selecionar conteúdos de acordo com os interesses, comportamentos e preferências previamente identificados dos usuários, podem reforçar vieses de confirmação, isto é, a tendência de buscar, interpretar e valorizar informações que confirmem crenças preexistentes (Wason, 1960). Além disso, essas dinâmicas também podem favorecer a formação de câmaras de eco, nas quais determinadas visões de mundo são reiteradas e pouco confrontadas por perspectivas divergentes (Sunstein, 2009).

A campanha bolsonarista operou precisamente nesse ambiente de mediações reconfiguradas, adotando uma estratégia baseada no engajamento orgânico e na viralização de conteúdos. Para isso, explorou vídeos curtos, transmissões ao vivo, memes e publicações de caráter polêmico, que circulavam rapidamente pelas redes digitais. Nesse processo, apoiadores engajados passaram a atuar como multiplicadores da mensagem, especialmente por meio do *WhatsApp*, ampliando o alcance da campanha para além dos limites da propaganda oficial. Essa dinâmica comunicacional descentralizada revelou-se estratégica para a campanha, ao permitir maior capilaridade da mensagem e menor dependência dos custos e dos formatos próprios da propaganda televisiva e radiofônica tradicional.

Contudo, tal dinâmica não se deu de forma exclusivamente espontânea. Investigações jornalísticas, como as realizadas por Patrícia Campos Mello na *Folha de S.Paulo*, indicaram a existência de financiamento empresarial voltado ao disparo em massa de mensagens no *WhatsApp* durante a campanha de Jair Bolsonaro em 2018, evidenciando a atuação de estratégias coordenadas de amplificação de conteúdo. Desse modo, a circulação de mensagens — incluindo desinformação e conteúdos polarizadores — passou a combinar engajamento distribuído e mecanismos organizados de disseminação, produzindo uma aparência de espontaneidade que tensiona as fronteiras entre ação orgânica e intervenção estrategicamente induzida.

Por essa razão, a estratégia de comunicação bolsonarista não se limitou a extrapolar os meios institucionais convencionalmente utilizados na propaganda político-eleitoral, mas passou a operar a partir de uma infraestrutura técnica distinta, centrada nas plataformas digitais e em suas lógicas de funcionamento. Nesse ambiente, exploraram-se múltiplas potencialidades para o estabelecimento de vínculos informacionais e afetivos com os eleitores. Reforça-se, assim, a perspectiva de Bernd Frohmann (2008, p. 30), segundo a qual

“em geral, a informação se materializa não apenas por meios institucionais, mas também por meios tecnológicos.”

No âmbito da comunicação bolsonarista, observa-se a centralidade atribuída à redução de ruídos nos canais de transmissão, com vistas a assegurar o contato direto com seu público, em consonância com a lógica das tecnologias digitais. Conforme argumenta Bernd Frohmann (2008, p. 32), “a finalidade de grande parte da comunicação política dependente das tecnologias digitais é simplesmente estabelecer contato, provocando comoção em públicos-alvos cuidadosamente trabalhados”.

Nesse sentido, na contemporaneidade política, diversos processos documentários passam a se configurar como formas de difusão de performances marcadas por intensas expressões emocionais — como indignação, compaixão, excitação e alegria —, frequentemente associadas a posturas afetivas simplificadas. Uma vez mobilizadas, essas reações são moduladas e potencializadas pelas tecnologias digitais, que possibilitam sua ampla circulação e amplificação, reforçando dinâmicas comunicacionais orientadas pela ativação e gestão dos afetos. (Frohmann, 2008)

As manifestações individuais dessas respostas a eventos encenados são, então, agregadas, constituindo dinâmicas oscilatórias das emoções coletivas, que se desenrolam em tempo real nas diferentes esferas do cenário político. Nesse contexto, a eficácia dessas estratégias é avaliada pela capacidade de reproduzir e intensificar os efeitos emocionais pretendidos, bem como por sua gestão estratégica, orientada à articulação entre fluxos afetivos e padrões relativamente previsíveis de comportamento eleitoral (Frohmann, 2008).

Em suma, a comunicação bolsonarista não apenas incorporou tais estratégias, como também as radicalizou, na medida em que performances discursivas passaram a ser frequentemente protagonizadas pelo próprio Jair Bolsonaro e por atores que compõem seu ecossistema comunicacional, mobilizando gatilhos emocionais — como indignação, medo, ressentimento e patriotismo —, além da produção de pânico morais amplamente disseminados nas plataformas digitais.

Outro ponto relevante é que essas respostas emocionais não se restringiram ao plano simbólico, sendo progressivamente articuladas a comportamentos políticos concretos, como o engajamento militante, a adesão a pautas específicas no campo da moralidade e, sobretudo, a orientação do comportamento eleitoral. Ademais, elementos de natureza religiosa — sintetizados em enunciados como “Deus acima de todos” — assumem centralidade na construção discursiva, operando como mecanismos de validação simbólica, produção de pertencimento e sustentação de visões de mundo ancoradas no patriotismo, no

conservadorismo e na religiosidade, contribuindo para a consolidação de uma agenda de valores cristãos na esfera política.

Assim, observa-se a articulação entre fluxos afetivos, tecnologias digitais e repertórios religiosos na configuração de um regime de informação no qual a emoção, longe de ser acessória, constitui elemento estruturante das dinâmicas comunicacionais e políticas. A evocação de referências religiosas, a moralização dos conflitos políticos e a construção de narrativas ancoradas na oposição entre bem e mal evidenciam a imbricação entre fé, política e informação.

Nesse horizonte, o conceito de regime de informação apresenta-se como uma chave analítica fecunda, ao permitir a compreensão dos arranjos que estruturam a produção, a circulação e a validação da informação em diferentes contextos sociais. Ao enfatizar atores, dispositivos, práticas e normas que sustentam tais dinâmicas, essa abordagem possibilita apreender a informação como parte de processos mais amplos de organização social e de disputa por sentidos (Araújo, 2018).

Tal perspectiva mostra-se ainda mais relevante quando articulada à reflexão sobre a constituição da esfera pública, conforme a proposta de Jürgen Habermas (2023), na medida em que permite compreender como os fluxos informacionais incidem sobre a formação da opinião pública e sobre as condições de possibilidade do debate democrático. Nesse sentido, a comunicação bolsonarista não opera como causa direta da fragmentação da esfera pública, mas se apropria de um cenário já marcado por sua fragmentação, explorando-o estrategicamente em benefício próprio. Ao fazê-lo, contribui para a intensificação de dinâmicas comunicacionais que se organizam em esferas semipúblicas — frequentemente descritas como bolhas ou câmaras de eco —, nas quais predominam processos de autoafirmação e deslegitimação do dissenso, em detrimento do diálogo entre posições divergentes.

5.1 Regime de informação: fundamentos teóricos e dinâmicas de poder

A consolidação do conceito de regime de informação no âmbito da Ciência da Informação resulta de diversas contribuições teóricas que, ao longo do tempo, adensaram sua capacidade analítica a partir de abordagens complementares. Nesse percurso, destaca-se Bernd Frohmann (1995), amplamente reconhecido por introduzir o termo “regime de informação” na literatura da área, inaugurando um campo de reflexão voltado à compreensão

das relações entre informação, práticas sociais e estruturas de poder. Na visão do autor, regime de informação pode ser definido como:

[...] qualquer sistema estável ou rede nos quais os fluxos informacionais transitam por determinados canais – de específicos produtores, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos. Redes de rádio e televisão, distribuidoras de filmes, publicações acadêmicas, bibliotecas, são alguns nós de redes de informação ou elementos de regime de informação específicos. (Unger; Freire, 2008, p. 91)

A abordagem de Bernd Frohmann (1995) fundamenta-se na aplicação da Teoria Ator-Rede, desenvolvida por Bruno Latour, segundo a qual a sociedade é analisada como uma rede de associações entre humanos e não humanos. Nessa perspectiva, tanto pessoas quanto objetos possuem capacidade de agência, contribuindo conjuntamente para a constituição de fenômenos sociais e técnicos. Tal abordagem amplia os horizontes da Ciência da Informação tradicional ao questionar a redução da política de informação a uma dimensão estritamente governamental. Para Frohmann, a informação não deve ser compreendida apenas como mercadoria, mas como elemento inserido em redes complexas de mediação, circulação e poder (Alves; Bezerra, 2019; González de Gómez, 2012).

Para o autor, o foco recai sobre o poder e as formas pelas quais ele se exerce nas relações sociais mediadas pela informação. Nesse sentido, enfatiza a importância de analisar como determinados grupos estabelecem e mantêm posições de dominação por meio do controle dos fluxos informacionais. Tal perspectiva é também influenciada pelo pensamento de Michel Foucault, especialmente no que se refere à compreensão das relações de poder e de seus modos de exercício por meio da escrita, dos discursos e dos dispositivos tecnológicos (Alves; Bezerra, 2019; González de Gómez, 2012).

Ainda na linhagem foucaultiana, Bernd Frohmann (2008, p. 26) afirma que “as sociedades disciplinares assumem várias formas e, em muitas delas, regime de informação se materializam através de um frenesi documentário”. Essa perspectiva configura o que se denomina neodocumentalismo para o autor, fundamentado sob a ênfase na materialidade dos documentos e em seus efeitos sobre os atores sociais. Nesse sentido, a documentação torna-se um elemento central para a materialização da informação, contribuindo, inclusive, para a constituição de tipos e categorias sociais (Frohmann, 2008).

Ampliando essa perspectiva, Maria Nélida González de Gómez (2012) introduz o conceito de regime de informação no Brasil a partir das contribuições de Bernd Frohmann (1995), ainda que estabeleça distinções importantes quanto ao foco analítico. A autora compreende o conceito como uma ferramenta transversal particularmente relevante para

investigar as relações entre informação, política e poder (Alves; Bezerra, 2019). Nesse sentido, o regime de informação pode ser definido pela autora como um

modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e o recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância (González de Gómez, 2012, p. 43).

A autora enfatiza que um regime de informação está submetido a determinadas condições culturais, políticas e econômicas, de modo que cada regime apresenta uma configuração própria, em consonância com a ordem sociocultural vigente, assumindo, assim, um caráter histórico e dinâmico (González de Gómez, 2012). Tal abordagem encontra-se ancorada em uma perspectiva foucaultiana, especialmente a partir do conceito de dispositivo⁹⁶, compreendido como

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (Foucault, 2017, p. 364).

Por conseguinte, Michel Foucault (2017, p. 365) delimita a natureza das relações entre esses elementos heterogêneos, ao afirmar que eles cumprem uma “função estratégica dominante”, respondendo a “determinadas urgências históricas” e produzindo “formas de subjetivação”. Ademais, o dispositivo apresenta uma gênese marcada por dois momentos: (1) a predominância de um objetivo estratégico; e (2) um processo de sobredeterminação funcional⁹⁷ — caracterizado pela rearticulação de elementos inicialmente contraditórios —, bem como pelo preenchimento estratégico, no qual efeitos imprevistos são incorporados e mobilizados em novas estratégias.

Assim, para González de Gómez (2012), o papel dos dispositivos encontra-se ancorado na diversidade de dispositivos de informação que compõem os regimes informacionais. Ao serem compreendidos nessa chave analítica, tais elementos evidenciam os caminhos e as dinâmicas por meio das quais o poder informacional se exerce na sociedade.

⁹⁶ Em termos mais simples, o dispositivo permite compreender que determinados modos de pensar, agir e produzir saber não surgem de forma isolada, mas são constituídos por relações que se estabelecem em um determinado contexto histórico. O conceito chama atenção, assim, para a articulação entre saber, poder e práticas sociais na produção de formas de ver e interpretar a realidade.

⁹⁷ A expressão “sobredeterminação funcional” refere-se à possibilidade de que um elemento de um dispositivo adquira novas funções ao longo do tempo, em razão dos efeitos que produz e das relações que estabelece com outros elementos. Desse modo, uma prática ou mecanismo que inicialmente responde a determinada finalidade pode posteriormente ser apropriado para atender a outras necessidades estratégicas (Foucault, 2017).

Em síntese, o funcionamento dessa infraestrutura informacional está associado às dinâmicas das redes e plataformas digitais, nas quais a informação circula em fluxos de “muitos para muitos”, com ampla participação na produção de conteúdo e visibilidade mediada por algoritmos (González de Gómez, 2012).

Nesse contexto, observa-se um deslocamento significativo das formas de mediação informacional, com crescente centralidade das grandes plataformas digitais e de seus sistemas algorítmicos, cujos critérios de visibilidade tendem a ser orientados por métricas de engajamento e modelos de negócio baseados na captura de atenção. Tal configuração assume caráter transnacional, na medida em que as regras de funcionamento passam a ser amplamente definidas pelos termos de uso e pelas políticas corporativas de empresas sediadas no Vale do Silício, tensionando legislações locais e a autoridade de instituições tradicionais (González de Gómez, 2012).

Por esse ângulo, no contexto político-eleitoral brasileiro, observa-se que o bolsonarismo se vale desse cenário ao direcionar ataques sistemáticos aos mediadores tradicionais — como aqueles vinculados à mídia hegemônica —, cujos filtros editoriais historicamente operaram como instâncias de validação e controle discursivo. Essa contestação, longe de configurar uma crítica estruturada aos mecanismos de mediação, assume um caráter eminentemente estratégico, ancorado na instrumentalização da desconfiança e na erosão da autoridade epistêmica dessas instituições.

Ao explorar uma infraestrutura comunicacional alternativa, marcada pela desintermediação relativa e pela lógica das plataformas, o movimento amplia as condições de circulação de seus próprios discursos em um ambiente mais permissivo, favorecendo a difusão de conteúdos anteriormente marginalizados nos circuitos tradicionais, incluindo posicionamentos de caráter radical e antidemocrático associados a Jair Bolsonaro.

Nesse sentido, a reconfiguração das formas de mediação informacional evidencia que os regime de informação contemporâneos são atravessados por disputas assimétricas de poder, nas quais diferentes atores buscam não apenas ampliar sua visibilidade, mas também definir os critérios de legitimidade e autoridade da informação. Tal cenário desloca o debate para além das dinâmicas estritamente nacionais, inserindo-o em uma arena transnacional marcada pela atuação de grandes corporações tecnológicas e pela centralidade das infraestruturas digitais na organização da vida social. É nesse contexto que a contribuição de Sandra Braman (2004) se torna particularmente relevante, ao enfatizar a informação como recurso estratégico e elemento central nas disputas contemporâneas por poder, governança e controle.

Braman é uma importante estudiosa das políticas de comunicação e informação que, ao abordar o conceito de regime, propõe a noção de um *regime global emergente de informação*, inserindo a dimensão informacional no âmbito da política internacional. Ao dialogar com as teorias dos regimes internacionais, a autora amplia a escala de análise das questões informacionais, deslocando-as do plano nacional para uma perspectiva transnacional, na qual normas, atores e estruturas de poder operam de forma articulada em nível global (Braman, 2004; González de Gómez, 2012).

A autora tem como foco analítico a noção de Estado informacional, no qual as tecnologias digitais e a internet produzem vácuos regulatórios que desafiam as normas institucionais tradicionais (Braman, 2004; González de Gómez, 2019). Nessa perspectiva, os Estados-nação e os sistemas globais configuram-se como sistemas interdependentes, que interagem continuamente e se transformam de maneira dinâmica, de modo que alterações em uma de suas partes podem repercutir em todo o conjunto de relações.

Assim, o regime de informação é compreendido como uma tríade composta por governo, governança e governamentalidade, evidenciando a complexidade dos arranjos que estruturam o poder informacional (Alves; Bezerra, 2019). Desse modo, para a autora, “hoje teríamos um único regime de informação, global (por envolver atores estatais e não estatais) e emergente (por estar em formação)” (González de Gómez, 2012, p. 52).

Nesse sentido, Braman (2004, p. 34, tradução nossa) afirma que “um regime é maduro quando suas características são explícitas e consensualmente aceitas por todas as partes envolvidas. Na fase emergente de um regime, contudo, algumas características permanecem implícitas e/ou ainda podem ser contestadas”. Ainda assim, mesmo em um regime emergente, há elementos que tendem a alcançar certo grau de consenso, como “a transparência enquanto objetivo político, a incorporação das redes como estruturas sociais que demandam regulação e a aceitação da responsabilidade compartilhada pela governança entre os setores público e privado”.

Um aspecto central nos escritos de Braman (2006, p. 23-24) refere-se à questão do poder no âmbito das políticas de informação. Para a autora, “a natureza do poder influencia todas as políticas, independentemente de estarem bem ou mal formuladas, serem explícitas ou implícitas, bem como conscientes ou não”. No campo das ciências sociais e políticas, observa-se, tradicionalmente, a caracterização do poder em três dimensões — instrumental, estrutural e simbólica. Contudo, Braman propõe a incorporação de uma quarta dimensão, o poder informacional, decorrente dos processos de informatização da sociedade e da centralidade das tecnologias digitais.

Noções centrais para a análise do poder, anteriormente tratadas de forma simplificada, passam a ser compreendidas em sua complexidade. Embora o poder seja frequentemente concebido como uma propriedade de Estados ou indivíduos, trata-se, na realidade, de uma relação — e, precisamente por estarmos imersos em relações de poder, estas podem se tornar difíceis de perceber. [...] a maioria das abordagens analíticas se concentra no exercício de um tipo de poder — força militar, por exemplo, ou propaganda —, mas, em muitos casos, várias formas de poder são exercidas simultaneamente e estão inter-relacionadas (Braman, 2006, p. 24, tradução nossa).

Assim, Sandra Braman (2006, p. 25, tradução nossa) define as diferentes formas de poder da seguinte maneira: o *poder instrumental* molda o comportamento humano por meio da manipulação do mundo material, recorrendo à força física; o *poder estrutural* atua sobre o comportamento ao intervir no mundo social, por meio de regras e instituições; o *poder simbólico* incide sobre os mundos material, social e simbólico por meio de ideias, palavras e imagens; por fim, o *poder informacional* refere-se à capacidade de moldar o comportamento humano a partir da manipulação das bases informacionais que sustentam as demais formas de poder.

No contexto do bolsonarismo, as quatro formas de poder podem ser observadas de maneira articulada, operando conjuntamente na conformação das dinâmicas políticas, sociais e informacionais. O poder instrumental manifesta-se, ainda que de forma indireta, na mobilização de forças institucionais e no recurso a aparatos estatais — como as forças de segurança — enquanto elementos de autoridade e potencial coerção. Já o poder estrutural evidencia-se nas tentativas de tensionamento e reconfiguração de regras, normas e instituições, sobretudo por meio de discursos que colocam em xeque a legitimidade de órgãos como o sistema eleitoral, a imprensa e o Judiciário.

Por sua vez, o poder simbólico assume papel central, operando na produção e disseminação de narrativas que mobilizam valores, identidades e afetos — como patriotismo, religiosidade e moralidade —, frequentemente organizadas em torno de oposições dicotômicas (bem/mal, povo/elite, verdade/mentira). Tais construções simbólicas não apenas orientam a interpretação da realidade, mas também contribuem para a formação de vínculos de pertencimento e engajamento político.

Entretanto, é no âmbito do poder informacional que essas dinâmicas se articulam de forma mais abrangente, uma vez que incide diretamente sobre as bases que sustentam as demais formas de poder. A utilização intensiva de plataformas digitais, a circulação de desinformação, a exploração de lógicas algorítmicas e a constituição de redes de disseminação de conteúdo configuram um ambiente no qual a informação se torna um recurso estratégico fundamental. Nesse sentido, o bolsonarismo não apenas se insere em um regime

informacional específico, mas também atua em sua própria configuração, explorando suas fragilidades e potencialidades para ampliar sua capacidade de influência e mobilização.

No que se refere ao poder instrumental, sua manifestação no contexto bolsonarista não se dá prioritariamente pelo uso direto da força, mas pela ativação simbólica e política de dispositivos que concentram potencial coercitivo. Durante o governo de Jair Bolsonaro, observou-se a valorização recorrente de instituições como as Forças Armadas e as polícias, bem como a defesa da ampliação do acesso a armas pela população civil — elementos que contribuem para a difusão de uma lógica de força como recurso legítimo de ordenamento social.

Ademais, a aproximação com setores militares e a mobilização de discursos que evocam cenários de ruptura institucional funcionam como mecanismos de sinalização da possibilidade de uso da coerção, ainda que não necessariamente efetivada. Nesse sentido, o poder instrumental opera menos como prática direta e mais como potencialidade latente, articulando-se às demais formas de poder na sustentação de determinadas estratégias políticas.

Nesse contexto, o episódio dos Ataques de 8 de janeiro de 2023 pode ser compreendido como uma inflexão nessa dinâmica, na medida em que a dimensão latente do poder instrumental se aproxima de uma tentativa de materialização. Ainda que não tenha se configurado como um exercício coordenado e institucionalizado da força nos moldes clássicos, o evento evidencia a mobilização de atores sociais em torno de uma ação de caráter coercitivo voltada à contestação da ordem democrática.

Tal movimento não pode ser dissociado das dimensões simbólica e informacional que o antecederam, uma vez que foi precedido por intensos processos de mobilização discursiva, deslegitimação institucional e circulação de desinformação. Assim, o episódio revela como o poder instrumental, mesmo quando não plenamente consolidado, pode emergir de forma difusa e contingente, articulando-se às demais formas de poder na tentativa de produzir efeitos políticos concretos.

Desse modo, a centralidade do poder informacional não pode ser plenamente compreendida sem considerar as infraestruturas digitais que o sustentam e os regimes econômicos que orientam seu funcionamento. Tal deslocamento analítico exige ir além das dimensões normativas e institucionais, incorporando uma leitura crítica das plataformas, dos dados e dos sistemas algorítmicos como elementos constitutivos das dinâmicas informacionais contemporâneas. É nesse horizonte que a contribuição de Hamid Ekbria (2009) se torna particularmente relevante, ao evidenciar como a informação, no contexto do

capitalismo digital, articula-se a formas específicas de trabalho, exploração e produção de valor.

A perspectiva de Ekbia desloca o debate sobre regime de informação das grandes estruturas estatais e de mercado para as dinâmicas concretas da ação humana, nas quais a informação é agenciada e adquire validade conforme critérios situados de valor. Nessa abordagem, o conceito de regime encontra-se intrinsecamente associado à relação entre informação e ação, sendo a informação compreendida como algo que se constitui em práticas localizadas no cotidiano (Ekbia, 2009; Ekbia; Evans, 2009).

Hamid Ekbia reformula o conceito de regime de informação a partir da noção de “regimes de valor” (*worth*) ou “regimes de grandeza”, desenvolvida por Luc Boltanski e Laurent Thévenot. Nessa perspectiva, os regime de informação operam como quadros de avaliação que orientam a atribuição de valor a pessoas, objetos e ações de maneira situada, variando conforme o contexto social. Assim, critérios valorizados em determinados domínios — como a eficácia em contextos administrativos — podem não ocupar o mesmo lugar em outras esferas, como nas relações familiares (González de Gómez, 2012).

A perspectiva de Hamid Ekbia pode ser compreendida em continuidade crítica com o pensamento de Michel Foucault, na medida em que mantém a preocupação com as relações entre saber, poder e práticas sociais, ao mesmo tempo em que desloca o foco analítico. Enquanto em Foucault a ênfase recai sobre os regimes de verdade e os dispositivos que estruturam a produção discursiva, em Ekbia (2009) a atenção se volta para os regimes de valor que orientam a ação em contextos situados.

Nesse sentido, a informação deixa de ser analisada apenas como elemento de um regime discursivo e passa a ser compreendida como algo que adquire sentido e validade nas práticas concretas, a partir de critérios de valoração que variam conforme os contextos sociais (Alves; Bezerra, 2019; González de Gómez, 2012). Tal deslocamento permite atualizar a abordagem foucaultiana diante das dinâmicas contemporâneas, nas quais a produção, circulação e uso da informação estão profundamente imbricados às infraestruturas digitais e às lógicas de valorização que as sustentam.

Esse deslocamento analítico torna-se particularmente relevante no contexto das plataformas digitais, nas quais os regimes de valor passam a ser operacionalizados por sistemas algorítmicos orientados pela lógica da economia da atenção. Nesses ambientes, a informação não apenas circula, mas é continuamente avaliada, hierarquizada e amplificada a partir de critérios como engajamento, visibilidade e potencial de retenção do usuário.

Assim, conforme a perspectiva de Hamid Ekbia (2009), a atribuição de valor à informação deixa de estar vinculada exclusivamente a parâmetros de verdade ou legitimidade institucional, aproximando-se de métricas performativas que privilegiam aquilo que gera interação. Nesse sentido, os algoritmos atuam como dispositivos contemporâneos de mediação, organizando os fluxos informacionais e condicionando as possibilidades de ação dos sujeitos, o que evidencia uma reconfiguração das relações entre informação, poder e valor na sociedade digital.

Nesse ambiente, a dinâmica comunicacional do bolsonarismo evidencia como os regimes de valor operam de maneira particularmente eficaz nas plataformas digitais, privilegiando conteúdos capazes de mobilizar afetos intensos e gerar altos níveis de engajamento. Discursos marcados pela polarização, pela moralização dos conflitos e pela ativação de identidades — frequentemente associados à figura de Jair Bolsonaro — tendem a alcançar maior visibilidade em razão de sua aderência às lógicas algorítmicas que regem a circulação da informação.

Assim, conteúdos que evocam indignação, medo ou pertencimento são amplificados não necessariamente por sua veracidade, mas por seu desempenho nas métricas de atenção, o que favorece a disseminação de desinformação e a consolidação de narrativas simplificadoras. Nesse sentido, observa-se que o bolsonarismo não apenas se beneficia dessas dinâmicas, mas também as incorpora estrategicamente, explorando os mecanismos de valoração algorítmica para potencializar sua capacidade de mobilização e influência no ambiente digital.

De modo complementar ao encerramento desta seção, propõe-se a incorporação da contribuição do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han acerca do poder informacional contemporâneo, ainda que não como parte do núcleo conceitual do regime de informação. Ressalta-se que o autor não se insere no campo da Ciência da Informação nem mobiliza o conceito de regime no mesmo sentido técnico dos autores anteriormente discutidos. Ainda assim, sua reflexão, especialmente em *Infocracia* (2022), estabelece um diálogo relevante com as formulações de Michel Foucault — no que se refere às relações entre poder, vigilância e subjetivação — e de Ekbia (2009), ao tangenciar questões relativas à informação, valor e prática.

Han (2022, p. 6) define “regime de informação como a forma de dominação na qual as informações e seu processamento por algoritmos e sistemas de inteligência artificial passam a determinar decisivamente processos sociais, econômicos e políticos”. Em diálogo com Foucault (2014), o autor estabelece um contraste com o regime disciplinar característico do

capitalismo industrial, no qual a dominação se exercia prioritariamente sobre os corpos e suas energias produtivas.

Na contemporaneidade, argumenta Han (2022), observa-se um deslocamento desse eixo, de modo que a exploração incide cada vez mais sobre dados e informações, no contexto de um capitalismo informacional que se aproxima do que Shoshana Zuboff (2021) denomina capitalismo de vigilância. Nesse cenário, os indivíduos são progressivamente integrados a circuitos de produção de dados e consumo, evidenciando uma reconfiguração das formas de dominação no interior dos regimes informacionais contemporâneos.

Posto isso, no regime de informação contemporâneo, o sujeito submisso já não se configura como dócil e obediente, nos termos do regime disciplinar, mas como um sujeito que se percebe “livre, autêntico e criativo”, produzindo-se e performando-se continuamente (Han, 2022, p. 7). Diferentemente do regime disciplinar descrito por Foucault (2014), no qual o isolamento constituía um mecanismo central de dominação, a lógica contemporânea desloca-se para a exploração da comunicação. É precisamente essa intensificação dos fluxos comunicacionais que viabiliza novas formas de vigilância, baseadas no rastreamento e na extração de dados, evidenciando uma reconfiguração dos modos de submissão no interior dos regimes informacionais atuais. Nesse sentido, conforme argumenta Byung-Chul Han:

Celas isoladas são substituídas por redes de comunicação. A visibilidade é, então, produzida de toda outra maneira, não pelo isolamento, mas pela conexão. A técnica digital da informação faz com que a comunicação vire vigilância. Quanto mais geramos dados, quanto mais intensivamente nos comunicamos, mais a vigilância fica evidente. O telefone móvel como aparato de vigilância e submissão explora a liberdade e a comunicação. No regime de informação, as pessoas não se sentem, além disso, vigiadas, mas livres. Paradoxalmente, é o sentimento de liberdade que assegura a dominação. Nisso se distingue fundamentalmente o regime de informação do regime disciplinar. A dominação se faz no momento em que liberdade e vigilância coincidem (Han, 2022, p. 9).

Tal diagnóstico dialoga diretamente com a perspectiva de Ekbja (2009), na medida em que evidencia como a informação, produzida nas práticas cotidianas e dotada de valor em contextos situados, torna-se, nas plataformas digitais, objeto de captura, mensuração e exploração. Assim, os regimes de valor que orientam a ação dos sujeitos são progressivamente incorporados a uma lógica de governança algorítmica, na qual a produção de informação se converte simultaneamente em produção de valor econômico e em mecanismo de controle social.

Consideradas em conjunto, as abordagens apresentadas permitem compreender o regime de informação como arranjos dinâmicos e historicamente situados, atravessados por relações de poder, infraestruturas tecnológicas, práticas sociais e lógicas de valoração. Nesses

arranjos, definem-se não apenas os modos de circulação da informação, mas também os critérios de sua legitimidade e visibilidade.

Tal compreensão mostra-se fundamental para a análise das transformações da vida pública na contemporaneidade, na medida em que os fluxos informacionais passam a incidir diretamente sobre a formação da opinião, a mediação dos conflitos e a configuração dos espaços de debate — processos que, no contexto atual, também são tensionados por dinâmicas de vigilância, captura da atenção e exploração de dados. É nesse horizonte que se torna necessário avançar para a discussão sobre a esfera pública, buscando compreender de que maneira esses regimes informacionais reconfiguram as condições de possibilidade do debate democrático.

5.2 A esfera pública habermasiana em tensão: fragmentação, mediação e deliberação

Na seção anterior, foram delineados os fundamentos que estruturam o regime de informação contemporâneo, marcado pela digitalização, pela conectividade em rede e pela plataformização da comunicação. A partir desse enquadramento, esta seção tem como objetivo analisar de que maneira esse regime, profundamente impactado pela internet e pelas plataformas de mídias sociais, reconfigura a comunicação política e incide sobre os processos de formação da opinião e de tomada de decisão na esfera pública.

O filósofo alemão Jürgen Habermas (2023), ao revisitar, seis décadas depois, sua formulação clássica de esfera pública, reafirma e atualiza a compreensão desse conceito como um espaço social — não necessariamente físico — no qual cidadãos se engajam na discussão de questões de interesse comum. Trata-se de um âmbito no qual se formam a opinião e a vontade públicas por meio do debate, exercendo influência sobre o poder político. Nesse sentido, a esfera pública configura-se como uma instância mediadora entre a sociedade civil e o Estado, desempenhando papel central na dinâmica democrática.

Antes de apresentar a atualização do conceito de esfera pública, torna-se necessário explicitar as diferenças entre a esfera pública burguesa e sua configuração contemporânea. Um primeiro aspecto refere-se às transformações nos regimes comunicacionais e tecnológicos. Na esfera pública burguesa, a comunicação era predominantemente mediada por meios de massa tradicionais — como televisão, rádio e imprensa escrita — estruturados por lógicas editoriais que implicavam temporalidades mais lentas de produção e circulação da informação. Em contraste, a esfera pública contemporânea insere-se no contexto das plataformas digitais e das mídias sociais, nas quais a comunicação assume um caráter

instantâneo, contínuo e descentralizado, favorecendo dinâmicas de interação mais imediatas e, frequentemente, menos reflexivas (Habermas, 2023).

Um segundo aspecto diz respeito aos mecanismos de mediação e filtragem da informação. Na esfera pública burguesa, destaca-se a figura do *gatekeeper*, representada por jornalistas, editores e outros profissionais responsáveis pela seleção, hierarquização e validação das notícias. Esse processo era orientado por critérios editoriais — como relevância, interesse público e verificação —, o que implicava formas institucionais de controle de qualidade, bem como mecanismos de responsabilização em casos de erro ou imprecisão. Nesse contexto, o público tendia a ocupar uma posição predominantemente receptiva em relação à informação (Habermas, 2023).

Na configuração contemporânea, observa-se um processo de desintermediação parcial desses filtros tradicionais, na medida em que as plataformas digitais ampliam as possibilidades de produção e circulação de conteúdos por múltiplos atores, permitindo que usuários assumam simultaneamente os papéis de produtores e disseminadores de informação. Contudo, essa reconfiguração não implica ausência de mediação, mas sua transformação: a curadoria informacional passa a ser exercida, em grande medida, por sistemas algorítmicos operados por plataformas privadas. Nesse cenário, emergem novos desafios relacionados à qualidade da informação, à visibilidade dos conteúdos e à ausência de critérios compartilhados de validação, o que impacta diretamente as dinâmicas do debate público (Habermas, 2023).

A ascensão da nova mídia está ocorrendo à sombra de uma exploração comercial da comunicação em rede que, por enquanto, está pouco regulamentada. Por um lado, isso ameaça retirar a base econômica dos editores e dos jornalistas tradicionais como grupo profissional competente; por outro lado, parece que se impõe entre os usuários exclusivos da mídia social um modo de comunicação semipública, fragmentada e que gira em torno de si mesma, o que deforma sua *percepção da esfera pública política* como tal (Habermas, 2023, p. 28-29).

No que diz respeito à fragmentação da esfera pública, Habermas (2023, p. 34) ressalta que, “quanto mais heterogêneas se tornam as situações sociais, as formas de vida culturais e os estilos de vida individuais, maiores são os desafios para a construção de consensos orientados ao interesse comum”. Diferentemente do modelo da mídia de massa, no qual, apesar da pluralidade de opiniões, estas eram organizadas em torno de temas e informações compartilhadas, criando condições para a formação de uma opinião pública relativamente integrada, o ambiente digital contemporâneo dificulta a constituição desse horizonte comum. Como consequência, a formação da opinião tende a ocorrer em circuitos comunicacionais

mais segmentados, o que impacta diretamente as possibilidades de deliberação e de tomada de decisão no âmbito democrático.

Não obstante, Habermas (2023, p. 39) enfatiza que o processo democrático é intrinsecamente marcado pelo dissenso, o que não constitui uma anomalia, mas uma condição própria das sociedades plurais. Nesse sentido, o caráter deliberativo da formação da opinião e da vontade públicas não se mede pela ausência de conflito, mas pela qualidade dos processos discursivos que o estruturam. A orientação à verdade por parte dos participantes deve, portanto, sustentar uma arena de debate aberta, na qual diferentes posições possam confrontar-se de maneira argumentativa, possibilitando a emergência de opiniões públicas concorrentes.

Nesse contexto, o problema contemporâneo não reside na existência do dissenso, mas nas condições em que ele se manifesta e é processado no ambiente digital. Nas plataformas, a dinâmica comunicacional tende a privilegiar conteúdos de alta carga emocional, rápida circulação e forte apelo identitário, em detrimento de trocas argumentativas mais consistentes.

Como resultado, a deliberação pública sofre um processo de empobrecimento qualitativo, no qual a disputa de ideias é frequentemente substituída por dinâmicas de reafirmação, polarização e desqualificação do outro. Essa transformação está associada às lógicas de funcionamento das próprias plataformas — baseadas em métricas de engajamento, visibilidade e retenção — que operam como dispositivos de mediação algorítmica, influenciando a forma, o alcance e a recepção dos discursos (Zuboff, 2021). Assim, mais do que ampliar o dissenso, o ambiente digital tende a reconfigurá-lo, deslocando-o de um horizonte deliberativo orientado ao entendimento para circuitos comunicacionais fragmentados, nos quais a construção de consensos mínimos se torna cada vez mais difícil.

Corroborando essa perspectiva crítica, Han (2022, p. 42) afirma que “os cidadãos não conseguem mais acreditar em um pano de fundo comum da discussão que permitiria o seu início”, o que aponta para a erosão das condições básicas de possibilidade da esfera pública nos termos propostos por Jürgen Habermas. Para Han, a esfera pública, concebida como ideal normativo habermasiano, não se realiza no contexto contemporâneo, uma vez que os fundamentos da ação comunicativa são progressivamente corroídos. Nesse sentido, o autor identifica a substituição do discurso por dados, caracterizando o predomínio de uma racionalidade digital — uma forma de racionalidade que prescinde do debate argumentativo e compromete as bases deliberativas da vida pública (Han, 2022, p. 43).

Como desdobramento desse processo, observa-se uma crescente fragmentação da esfera pública, na qual, conforme Habermas (2023), os indivíduos passam a habitar “mundos

paralelos”. Nesse cenário, emergem fenômenos como as câmaras de eco, as bolhas informacionais e a circulação de desinformação, que operam na segmentação dos fluxos comunicacionais e na limitação do contato com perspectivas divergentes. Tais dinâmicas contribuem para a erosão de um horizonte comum de debate, dificultando a construção de entendimentos compartilhados e tensionando as condições de possibilidade da deliberação pública.

Nesse sentido, Habermas chama atenção para um aspecto decisivo desse processo: mais do que o volume de conteúdos falsos em circulação, o que se torna problemático é a crescente dificuldade de sua identificação enquanto tal pelos próprios participantes do debate público. Como afirma o autor, “não é o acúmulo de fake news que é significativo para uma deformação generalizada da percepção da esfera pública política, mas o fato de que as fake news não podem mais ser identificadas como tais da perspectiva dos participantes” (Habermas, 2023, p. 69).

Nessa direção, Habermas (2023) interpreta esse cenário como expressão de uma regressão política, na medida em que as condições discursivas para a formação de uma opinião pública informada e reflexiva são progressivamente corroídas. No contexto brasileiro, tal dinâmica torna-se particularmente evidente nos desdobramentos dos Ataques de 8 de janeiro de 2023, quando parcelas significativas da população passaram a questionar a legitimidade do processo eleitoral e a confiabilidade das urnas eletrônicas.

Nesse ambiente informacional fragmentado, marcado pela circulação de desinformação e pela mediação algorítmica, consolidaram-se interpretações divergentes sobre os acontecimentos, incluindo a negação de que tenha havido uma tentativa de ruptura institucional associada ao grupo político de Jair Bolsonaro. Tal quadro evidencia como a dificuldade de distinção entre informação e desinformação, aliada à força de narrativas identitárias e afetivas, contribui para a produção de percepções conflitantes da realidade, tensionando os fundamentos do debate público e da própria legitimidade democrática.

Essa dinâmica adquire contornos ainda mais incisivos no plano político-religioso, na medida em que discursos associados a Jair Bolsonaro são frequentemente estruturados a partir de uma gramática moral e religiosa que confere sentido e legitimidade às interpretações dos acontecimentos políticos. A mobilização de enunciados que evocam missão divina, valores cristãos e a oposição entre bem e mal opera como um mecanismo de validação simbólica que desloca o debate do campo argumentativo para o campo da crença.

Nesse contexto, a adesão a determinadas narrativas — inclusive aquelas descoladas de evidências verificáveis — não se fundamenta prioritariamente em critérios de verdade, mas na

sua consonância com identidades, afetos e valores compartilhados. Como resultado, consolida-se um ambiente no qual a distinção entre verdade e desinformação se torna progressivamente secundária, contribuindo para o enfraquecimento das condições deliberativas da esfera pública. Ademais, tais dinâmicas não se restringem ao plano simbólico, mas se traduzem em efeitos concretos no comportamento político, fortalecendo vínculos de fidelização entre lideranças e suas bases de apoio, orientando posicionamentos públicos e influenciando decisões eleitorais mesmo diante de evidências que os contradigam.

À luz dessas transformações, observa-se que a esfera pública contemporânea não desaparece, mas é profundamente reconfigurada por regimes informacionais atravessados por plataformas digitais, lógicas algorítmicas e disputas simbólicas intensificadas. Nesse cenário, conforme apontam tanto Jürgen Habermas (2023) quanto Byung-Chul Han (2022), as condições normativas da deliberação — como a existência de um horizonte comum de sentido, a orientação à verdade e a centralidade do argumento — são tensionadas por dinâmicas que privilegiam a visibilidade, o engajamento e a performatividade.

Assim, mais do que um simples enfraquecimento do debate público, o que se evidencia é a emergência de novas formas de mediação e de construção da opinião, nas quais informação, afeto e crença se entrelaçam de maneira complexa. É nesse contexto que se insere o objeto desta pesquisa. A próxima seção volta-se, portanto, à análise empírica desse processo, inicialmente por meio do mapeamento descritivo dos entrevistados e, em seguida, pela análise dos discursos produzidos nas entrevistas, buscando compreender como tais reconfigurações se materializam na interseção entre política, informação e religião na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

6 DA COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA À ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS ENTREVISTADOS EVANGÉLICOS

Esta seção apresenta o percurso empírico da pesquisa, desde a aproximação inicial com os participantes até a análise dos discursos produzidos nas entrevistas. Busca-se situar o processo de constituição da amostra, o mapeamento descritivo dos sujeitos entrevistados e os procedimentos analíticos adotados para compreender como as relações entre religião, política e informação são elaboradas pelos participantes no contexto investigado. Dessa forma, a seção articula a caracterização do campo empírico à interpretação dos sentidos produzidos nas falas, preparando o desenvolvimento da análise discursiva.

6.1 Composição inicial da amostra

Sumário Executivo

- As entrevistas foram realizadas com fiéis que se autodeclararam pertencentes à fé cristã de viés protestante — evangélicos —, respeitando-se a pluralidade de denominações existentes. Como critério de participação, os entrevistados deveriam ter envolvimento ativo na igreja, frequentar cultos pelo menos uma vez por semana, demonstrar interesse por assuntos políticos — especialmente durante os períodos eleitorais — e residir na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).
- A pesquisa definiu uma amostra de 20 entrevistados residentes na RMRJ, distribuídos da seguinte forma: 2 no Leste Metropolitano, 8 na capital e 10 na Baixada Fluminense. Do total de participantes, 10 são mulheres e 10 são homens.
- O recrutamento da amostra foi realizado por meio do compartilhamento de um formulário online (Apêndice 2) de intenção de participação, elaborado com a ferramenta *Google Forms*, divulgado via *WhatsApp* em grupos de igrejas, mídias sociais, indicações de lideranças religiosas, conhecidos e amigos [da pesquisadora], além de eventos sociais e religiosos, desde que os participantes não possuíssem relação direta com a pesquisadora.
- A relevância de concentrar uma amostra inicial de interessados em um formulário deve-se à possibilidade de extrair mais dados e informações sobre as percepções dos participantes, independentemente de nem todos serem convocados a conceder entrevista, em razão dos recortes geográficos, de gênero, nível de escolaridade e aceite em ser entrevistado.

- Importante destacar que nem todos os interessados em participar da entrevista possuíam habilidades tecnológicas para o preenchimento do formulário, podendo recorrer à ajuda de terceiros ou realizar o preenchimento no momento da entrevista, com o auxílio da própria pesquisadora. Ressalta-se que nenhum interessado foi excluído da pesquisa em razão dessa limitação.
- A captação de evangélicos para as entrevistas teve início em 28/10/2025 e foi encerrada em 01/03/2026, totalizando quatro meses de atividades de campo.
- Como as abordagens com os evangélicos foram conduzidas tanto de forma presencial quanto online, não foi possível dimensionar com exatidão o alcance da divulgação da pesquisa. No caso da divulgação online, o formulário de intenção de participação elaborado com a plataforma *Google Forms* disponibiliza apenas o quantitativo de respostas efetivamente enviadas, não permitindo mensurar o número de acessos ao *link* do formulário. Dessa forma, o levantamento considerou o total de formulários respondidos como indicador do alcance mínimo da divulgação, reconhecendo-se que o número de pessoas que visualizaram ou acessaram o formulário pode ter sido superior ao total de respostas registradas.
- O total de respostas recebidas foi de 75, sendo 49 com aceite para conceder entrevista e 26 com recusa. No entanto, antes da análise da amostra final, composta por 20 entrevistados, foram considerados os dados do conjunto de respondentes, os quais permitem retratar o perfil dos evangélicos inicialmente alcançados pelo formulário *on-line*.
- Na categoria gênero, as mulheres demonstraram maior interesse em participar da pesquisa, com 48 respostas (64%). Já os homens somaram 27 respostas (36%).
- Esse resultado sugere maior adesão feminina à pesquisa e pode refletir padrões já observados em estudos sobre religião no Brasil, nos quais mulheres frequentemente apresentam níveis mais elevados de envolvimento com práticas religiosas e atividades comunitárias. Contudo, esse dado deve ser interpretado como um indicador de participação na pesquisa, e não necessariamente como representação proporcional da composição de gênero nas igrejas frequentadas pelos respondentes.
- Na categoria faixa etária, 27 respondentes (36%) concentram-se entre 35 e 44 anos, seguidos pela faixa de 45 a 54 anos, com 18 (24%). Em terceiro lugar está o grupo de 25 a 34 anos, com 16 (21,3%), e, em quarto, 65 anos ou mais, com 8 (10,7%). Esse resultado sugere que o interesse em participar da pesquisa se concentrou sobretudo entre adultos com trajetórias sociais e religiosas mais consolidadas.

- Os menores índices de participação aparecem entre os mais jovens: 18 a 24 anos, com 5 (6,7%), e 16 a 17 anos, com 1 (1,3%).
- Na categoria nível de escolaridade, a maioria dos respondentes possui ensino superior completo, com 43 respostas (57,3%). Em seguida, 12 respondentes (16%) declararam ter ensino superior incompleto, enquanto 9 (12%) possuem ensino médio completo e 1 (1,3%), ensino médio incompleto. No nível fundamental, 3 respondentes (4%) possuem ensino fundamental completo e 7 (9,3%), ensino fundamental incompleto.
- Esse resultado indica uma sobrerrepresentação de indivíduos com maior nível de escolarização entre os interessados em participar da pesquisa [responder o questionário], possivelmente associada às formas de divulgação do formulário e ao uso de ferramentas digitais para o recrutamento dos participantes.
- A fim de evitar que essa desproporção influenciasse a composição final da amostra [da pesquisa em profundidade com 20 entrevistados], estabeleceu-se um limite de participantes com esse nível de escolaridade. A distribuição inicialmente prevista foi: 4 com ensino superior completo, 8 com ensino médio (completo ou incompleto) e 8 com ensino fundamental (completo ou incompleto).
- O recorte referente ao ensino superior foi mantido nas entrevistas. No entanto, entre os demais níveis de escolaridade, a distribuição final resultou em 7 entrevistas com participantes do nível fundamental e 9 do nível médio.
- Na divisão da RMRJ, na capital, o maior número de respostas concentrou-se na Zona Oeste⁹⁸, com 22 (29,3%). Em seguida, aparecem a Zona Norte, com 11 (14,7%), a Zona Sul, com 7 (9,3%), e, por fim, a Zona Central, com 5 (6,7%).
- No Leste Metropolitano, o maior número de respostas veio de São Gonçalo, com 5 (6,7%). Em seguida, Niterói e Maricá registraram 2 (2,7%) cada. As demais localidades não marcaram respostas.
- Na área da Baixada Fluminense, o município com maior número de respostas foi Nova Iguaçu, com 6 (8%). Em seguida, aparecem São João de Meriti e Duque de Caxias, ambos com 5 (6,7%). Na sequência, Queimados e Japeri registraram 2 (2,7%) cada. Por fim, Belford Roxo apresentou 1 (1,3%). As demais localidades da Baixada Fluminense não registraram respostas.

⁹⁸ Não foi adotada a nova delimitação territorial da cidade do Rio implementada a partir de setembro de 2025, quando parte dos bairros da Zona Oeste passou a compor a Zona Sudoeste.

- Comparando as regiões da RMRJ, a capital concentrou o maior número de respostas, com 45 (60%). Em seguida, aparece a Baixada Fluminense, com 21 respostas (28%), e, por fim, o Leste Metropolitano, com 9 respostas (12%).
- Essa distribuição pode refletir tanto a densidade populacional da capital quanto o alcance da divulgação da pesquisa nas mídias sociais e de sociabilidade da pesquisadora. Ainda assim, a presença de respondentes provenientes das três regiões contribui para ampliar a diversidade territorial da pesquisa, permitindo incorporar diferentes contextos sociais e religiosos na composição da amostra.
- Quando perguntados se sempre foram evangélicos ou se vieram de outra religião, 44 respondentes (58,7%) afirmaram que sempre foram evangélicos, enquanto 31 (41,3%) declararam ter vindo de outro segmento religioso. Entre os entrevistados, alguns relataram que não possuíam religião antes da conversão ao evangelicalismo.
- O percentual de 31 respondentes (41,3%) que declararam ter vindo de outro segmento religioso indica a presença significativa de trajetórias de conversão entre os participantes da pesquisa. Esse dado evidencia a dinâmica de circulação religiosa no campo evangélico e sugere que parte expressiva dos respondentes construiu sua identidade religiosa a partir de processos de mudança ou reconfiguração do pertencimento religioso.
- Quando perguntados sobre a igreja que frequentam, 22 respondentes (29,3%) afirmaram pertencer à Igreja Evangélica Batista, enquanto 18 (24%) declararam frequentar a Igreja Assembleia de Deus e 6 (8%) indicaram a Igreja Presbiteriana.
- As demais denominações aparecem com baixa frequência, geralmente com 1 respondente (1,3%) e, em alguns casos, 2 (2,7%). Entre as igrejas mencionadas pelos participantes estão Igreja Batista Shamah (local), Sara Nossa Terra, Igreja Universal do Reino de Deus, Lagoinha, Igreja Cristã Maranata, Igreja Internacional da Graça de Deus, Novos Começos e Igreja Evangélica Inclusiva, entre outras.
- Embora algumas denominações concentrem maior número de respondentes, como as igrejas batistas e assembleianas, observa-se também a presença de diversas outras denominações com baixa frequência de respostas, o que indica uma distribuição denominacional bastante fragmentada entre os participantes. Esse dado sugere que, apesar da predominância de algumas tradições evangélicas historicamente mais consolidadas, o universo de respondentes também reflete a pluralidade institucional característica do campo evangélico brasileiro, marcado pela coexistência de múltiplas denominações, igrejas independentes e iniciativas religiosas locais.

- Quando perguntados se já presenciaram situações em suas igrejas nas quais a fé cristã foi utilizada para apoiar candidatos ou propostas políticas, 37 respondentes (49,3%) responderam que sim, enquanto 36 (48%) afirmaram que não e 2 (2,7%) disseram não saber responder.
- Os resultados indicam uma divisão bastante equilibrada nas percepções dos respondentes sobre o uso da fé cristã em apoio a candidatos ou propostas políticas no ambiente eclesial. Esse equilíbrio sugere que a presença de discursos ou posicionamentos políticos associados à fé cristã não se manifesta de maneira homogênea entre as diferentes comunidades religiosas, podendo variar conforme a denominação, a liderança local ou as dinâmicas específicas de cada igreja.
- Esse resultado também sugere que a relação entre religião e política no contexto evangélico pode se manifestar de formas distintas, variando entre igrejas que mantêm maior distância do debate político e outras nas quais esse tipo de mobilização aparece de forma mais explícita.
- Os resultados indicam ampla concordância com o princípio do Estado laico entre os participantes da pesquisa. A maioria dos respondentes — 68 (90,7%) — afirmou ser favorável à laicidade do Estado conforme previsto na Constituição, enquanto 3 (4%) declararam não concordar com esse princípio e 4 (5,3%) não souberam responder. Esse dado sugere que, mesmo entre indivíduos com forte identidade religiosa, há reconhecimento da importância da separação institucional entre religião e Estado, ao menos no plano normativo. Ao mesmo tempo, esse resultado não necessariamente elimina a possibilidade de que valores religiosos influenciem percepções sobre política e vida pública, indicando que a relação entre fé e política pode se manifestar mais no nível das orientações morais e das visões de mundo do que na defesa explícita de um Estado confessional.
- Quando perguntados se os mandamentos da fé cristã podem se relacionar com a política, 43 respondentes (57,3%) afirmaram que sim, enquanto 28 (37,3%) disseram que não e 4 (5,3%) declararam não saber responder. Esse resultado sugere que mais da metade dos respondentes reconhece algum tipo de relação entre valores da fé cristã e a esfera política, ainda que uma parcela significativa rejeite essa conexão. O dado indica que, entre os participantes, a relação entre religião e política não é percebida de maneira homogênea, coexistindo diferentes compreensões sobre o alcance dos princípios religiosos na vida pública.

- Quando perguntados se a mistura entre política e religião prejudica a imagem da igreja, 48 respondentes (64%) afirmaram que sim, enquanto 25 (33,3%) disseram que não e 2 (2,7%) declararam não saber responder.
- Esse resultado indica que a maioria [dois terços] dos respondentes percebe a associação direta entre política e religião como potencialmente prejudicial à imagem das igrejas. O dado sugere a presença de uma preocupação com a preservação da legitimidade religiosa das instituições eclesiais, mesmo entre fiéis que reconhecem que valores da fé podem se relacionar com a esfera política.
- Ao final do formulário de interesse de participação, perguntou-se aos respondentes se aceitariam conceder uma entrevista à pesquisadora. Do total de participantes, 49 (65,3%) responderam que sim, enquanto 26 (34,7%) disseram que não.
- Assim, do universo inicial de 75 respostas, 49 participantes manifestaram interesse em conceder entrevista, sendo 20 selecionados para compor a amostra final de entrevistados.

A composição inicial da amostra evidencia um conjunto heterogêneo de respondentes evangélicos, marcado por diversidade territorial, denominacional e de trajetórias religiosas. Os dados revelam maior adesão feminina, predominância de adultos, sobre-representação de participantes com ensino superior completo e presença expressiva de respondentes da capital, embora também contemplem sujeitos da Baixada Fluminense e do Leste Metropolitano. No campo religioso, observa-se a predominância de batistas e assembleianos, ao lado de uma ampla fragmentação denominacional, característica do campo evangélico brasileiro. Em relação à interface entre fé e política, os resultados apontam tensões e ambivalências: ao mesmo tempo que parte significativa dos respondentes reconhece relações entre valores cristãos e política, a maioria afirma concordar com o princípio do Estado laico e considera que a mistura entre política e religião pode prejudicar a imagem da igreja. Assim, os dados preliminares oferecem um panorama relevante do universo empírico alcançado pela pesquisa e subsidiam a constituição da amostra final de entrevistados.

6.2 Mapeamento descritivo do perfil dos evangélicos entrevistados: amostra final

Inicia-se, nesta seção, o mapeamento descritivo do perfil sociodemográfico da amostra final, composta pelos 20 evangélicos selecionados para as entrevistas em profundidade desta pesquisa. As informações apresentadas buscam caracterizar o universo empírico analisado,

organizando os dados de forma a retratar as trajetórias e as composições sociais dos participantes que fundamentam a etapa qualitativa da investigação.

6.2.1 Eixo sociodemográfico

A dimensão inicial da análise concentra-se na caracterização de gênero e na orientação sexual dos indivíduos que compuseram a amostra. Conforme estabelecido no delineamento metodológico da investigação, a composição final apresenta-se de forma paritária, contemplando 10 participantes do gênero masculino e 10 do gênero feminino. No tocante à orientação sexual, a totalidade dos entrevistados autodeclarou-se heterossexual. A manutenção da paridade de gênero possibilita a verificação de eventuais discrepâncias nas percepções acerca das pautas morais e de costumes entre homens e mulheres, ao passo que a homogeneidade observada na orientação sexual dos participantes reitera os padrões normativos predominantes no segmento evangélico tradicional.

No que concerne à distribuição territorial e espacial dos respondentes, em consonância com o recorte metodológico da pesquisa para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), a Baixada Fluminense apresentou a maior concentração, totalizando 10 entrevistados e abrangendo localidades como Duque de Caxias, Japeri, Nova Iguaçu e São João de Meriti. A capital registrou a participação de 8 indivíduos, com uma composição equilibrada entre as zonas Norte, Oeste e Sul. Já o Leste Metropolitano contou com 2 representantes, provenientes de Niterói e São Gonçalo. É imperativo pontuar que tal estratificação geográfica não deriva de uma auto-organização dos sujeitos, mas constitui um parâmetro analítico estabelecido previamente para assegurar a diversidade e a representatividade da amostra final. A predominância de moradores da Baixada e zonas periféricas da capital sugere um perfil de evangélico que vivencia de perto as ausências do Estado e a dinâmica das redes de apoio comunitário e religioso.

No que tange à composição étnico-racial da amostra, observa-se a predominância de sujeitos negros (pretos e pardos), que perfazem 75% do grupo analisado, distribuídos entre 9 indivíduos pardos e 6 pretos, enquanto 5 participantes autodeclararam-se brancos. Tais dados corroboram as estatísticas nacionais que indicam a expansão do protestantismo entre populações negras e periféricas, sugerindo que a experiência racial pode atuar como um elemento mediador nas percepções e vivências que estruturam o eixo político-religioso dos participantes.

No tocante à faixa etária e aos ciclos de vida, o perfil caracteriza-se como eminentemente adulto e maduro em fase produtiva ou pós-produtiva, evidenciando uma baixa representatividade do segmento jovem. O núcleo central da investigação concentra-se na faixa de 35 a 59 anos, totalizando 13 entrevistados; em contrapartida, registrou-se a participação de apenas 3 indivíduos com idade inferior a 35 anos e 4 participantes com 60 anos ou mais, incluindo-se, neste último grupo, 2 perfis com idade superior a 80 anos. Esse perfil costuma ter opiniões mais sedimentadas e uma relação de maior tempo com a instituição religiosa do que o público jovem.

Em relação ao nível de escolaridade e às trajetórias educacionais dos participantes, a amostra final apresenta uma distribuição composta por 9 indivíduos com ensino médio completo, 7 com ensino fundamental (em níveis completo ou incompleto) e 4 com ensino superior. Observa-se a predominância de trajetórias construídas em instituições da rede pública de ensino, totalizando 13 entrevistados, ao passo que 5 realizaram sua formação na rede privada e 2 transitaram entre ambas as modalidades. Um aspecto de relevância analítica reside na mobilidade educacional, evidenciada pelo fato de 4 entrevistados estarem cursando o ensino superior, o que sugere um perfil orientado para a ascensão social por meio da educação, inclusive em faixas etárias mais avançadas.

No que se refere ao perfil de renda individual, observa-se que a maior parte da amostra concentra-se nas faixas de menor rendimento, indicando um predomínio de trabalhadores com elevada sensibilidade às oscilações econômicas e às pressões do orçamento doméstico. Ao todo, 60% dos entrevistados recebem até dois salários mínimos: 15% (3 participantes) declararam renda de até um salário mínimo, enquanto 45% (9 participantes) situam-se na faixa entre um e dois salários mínimos. Outros 20% (4 participantes) encontram-se na faixa intermediária, entre dois e cinco salários mínimos. Os 15% restantes distribuem-se entre rendas mais elevadas e uma abstenção de resposta.

Cabe destacar que um dos participantes optou por informar a renda familiar, e não a renda individual, mencionando rendimento superior a oito salários mínimos. Tal escolha pode estar relacionada a um maior desconforto em explicitar a renda pessoal, aspecto que evidencia as sensibilidades envolvidas em perguntas dessa natureza. De todo modo, os dados sugerem uma amostra predominantemente inserida em segmentos de baixa e média-baixa renda, marcada por condições econômicas mais vulneráveis e por maior suscetibilidade aos impactos das transformações econômicas e sociais.

No que diz respeito ao vínculo de trabalho e à estabilidade ocupacional, observa-se uma composição heterogênea da amostra. Ao todo, 10 participantes possuem vínculo formal

de trabalho sob o regime CLT, sendo que alguns complementam a renda por meio de atividades autônomas. Outros 3 entrevistados atuam exclusivamente como autônomos, enquanto 1 participante trabalha em plataforma digital, exercendo atividade como motorista de aplicativo. Além disso, 1 entrevistado é servidor público em regime estatutário. Já os 3 aposentados e a participante que desempenha função no lar foram inseridos na categoria “não se aplica”, por não estarem vinculados diretamente ao exercício de atividade produtiva remunerada no mercado de trabalho contemporâneo.

Ao analisar as ocupações profissionais em articulação com os vínculos trabalhistas, delineia-se um perfil bastante específico da amostra, composta majoritariamente por trabalhadores do setor de serviços e de funções operacionais. Trata-se de sujeitos inseridos na dinâmica cotidiana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, vinculados às atividades que sustentam o funcionamento urbano e os serviços básicos da cidade. Nesse sentido, a amostra é formada por trabalhadores responsáveis pelo transporte, vigilância, atendimento ao público, acolhimento e manutenção de serviços cotidianos, evidenciando a centralidade do setor terciário em suas trajetórias laborais.

Em termos ocupacionais, predominam profissões ligadas ao setor operacional e de base, como porteiros, zelador, motorista de aplicativo, trabalhadores de serviços gerais, operadora de caixa e vendedora. São atividades que exigem presença física contínua, rotinas rígidas e, em muitos casos, jornadas e escalas que impactam diretamente a participação em atividades religiosas ao longo da semana. Há também participantes inseridos no setor de serviços administrativos e de apoio, como assistentes de relacionamento, assistentes de documentação e auxiliar de acolhimento em clínica da família, ocupações marcadas por maior estabilidade formal e exigência de escolaridade média ou técnica.

Um terceiro grupo reúne profissionais com formação superior e atuação em funções especializadas, como bibliotecários, professora, advogado e contador. Essas ocupações indicam a presença de trajetórias profissionais marcadas por maior qualificação formal e inserção em atividades técnicas, educacionais, jurídicas, administrativas e informacionais. Além disso, aparecem ocupações vinculadas ao trabalho manual e à estética, como trancista e pintor, nas quais o empreendedorismo individual, a informalidade e as redes de sociabilidade — inclusive religiosas — podem desempenhar papel relevante na obtenção de clientes e oportunidades de trabalho.

Os dados evidenciam, portanto, uma divisão entre a relativa estabilidade proporcionada pelo trabalho formal — que abrange metade da amostra — e as condições mais instáveis associadas ao trabalho autônomo, de plataforma e bolsista. Por sua vez, o subgrupo

composto por aposentados e pela participante em função no lar representa um segmento que, embora menos submetido às pressões imediatas do mercado de trabalho, permanece dependente de rendas fixas e da administração do orçamento doméstico familiar.

Em relação à trajetória de proteção social e ao acesso a benefícios governamentais, 5 participantes — correspondentes a 25% da amostra — declararam já ter recorrido a programas como Bolsa Família, LOAS e Supera Rio. Esse dado revela que uma parcela expressiva dos entrevistados experienciou, em algum momento de suas trajetórias, situações de vulnerabilidade social mais acentuada. Para esses indivíduos, o Estado não se apresenta apenas como uma instância abstrata de gestão pública, mas também como uma rede concreta de proteção social, acionada em períodos de necessidade e instabilidade econômica.

6.2.2 Eixo Informacional

A princípio, analisando os dados do Eixo Informacional, o primeiro destaque recai sobre as fontes de informação utilizadas pelos entrevistados para se informar acerca da política, bem como os principais veículos de comunicação e plataformas digitais acessadas cotidianamente. Considerando a diversidade de respostas obtidas, elaborou-se uma nuvem de palavras, com o objetivo de representar visualmente a frequência de recorrência dessas fontes entre os participantes, permitindo identificar tendências, centralidades e padrões de destaque no consumo informacional da amostra. A representação gráfica é apresentada a seguir:

Figura 1 — Nuvem de palavras das fontes de informação dos entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora no programa WordArt

A partir da nuvem de palavras, observa-se a centralidade do *Instagram*, citado individualmente por 9 participantes, configurando-se como a principal fonte de informação mencionada pela amostra. O dado sugere que a plataforma extrapola sua função originalmente associada ao entretenimento, assumindo papel relevante como porta de entrada para o consumo de conteúdos políticos e informacionais entre os entrevistados. Além disso, os resultados apontam para a existência de um ecossistema informacional híbrido, caracterizado pelo consumo simultâneo de diferentes meios de comunicação, sem que haja uma substituição completa das mídias tradicionais pelas plataformas digitais.

Nesse sentido, destaca-se a permanência da televisão aberta como fonte significativa de informação. A *Globo*, com 6 citações, e a *Record*, com 5, ocupam respectivamente a segunda e a terceira posição entre as fontes mais mencionadas, evidenciando a continuidade da influência da mídia de massa tradicional na dieta informacional dos participantes. O perfil observado é predominantemente híbrido: os entrevistados articulam o consumo de conteúdos provenientes da autoridade simbólica e institucional da televisão com as dinâmicas de alcance, interação e atualização contínua das plataformas digitais. Cabe destacar que, para fins de padronização e análise dos dados, diferentes referências associadas ao Grupo Globo — como “*Globo.com*”, “*G1*”, “*Globo*”, “*Jornal Nacional*” e “*GloboNews*” — foram agrupadas sob a categoria “*Globo*”.

Outro aspecto relevante refere-se à pluralidade de nichos informacionais e canais alternativos presentes no consumo midiático da amostra. A recorrência do *YouTube*, citado por 3 participantes, bem como as menções a Alexandre Garcia e Nikolas Ferreira, ambos com 2 citações, indicam a busca por conteúdos opinativos e por influenciadores específicos. De maneira semelhante, a presença de veículos nativos digitais, como *ICL Notícias*, *Gazeta do Povo* e *Plantão Brasil*, evidencia que o consumo informacional dos entrevistados circula por diferentes espectros político-ideológicos e combina fontes jornalísticas tradicionais, plataformas digitais e canais de opinião segmentados.

Em relação ao perfil dos entrevistados quanto ao nível de participação no compartilhamento de informações e às práticas de verificação dos conteúdos consumidos, os dados apontam para uma divisão relativamente equilibrada entre compartilhadores passivos (9 participantes) e ativos (8 participantes). Durante as entrevistas, observou-se que essa diferença não está relacionada apenas ao grau de engajamento nas plataformas digitais, mas também às estratégias individuais de administração e prevenção de conflitos sociais decorrentes da circulação de conteúdos políticos e informacionais. A partir das respostas obtidas, foi possível identificar três perfis distintos de participantes, organizados conforme suas práticas de

compartilhamento, interação e checagem da informação. A tabela a seguir apresenta essa categorização:

Tabela 1 — Perfis dos participantes conforme nível de engajamento

Perfil de Ação	Nível de Compartilhamento	Verificação da informação	Motivação Comportamental
Ativo e Responsável	Alto	Maioria: Verifica sempre (62,5%)	Alto engajamento e responsabilidade: caracteriza participantes que mantêm participação ativa no compartilhamento de conteúdos, utilizando práticas de verificação como mecanismo de validação da informação antes de sua circulação. Nesse perfil, a checagem funciona como forma de assegurar maior confiabilidade ao conteúdo divulgado, sem que isso produza retração ou intimidação em relação à postagem de temas políticos e informacionais.
Passivo Estratégico	Baixo	Polarizado: Verifica (44,4%) ou Não Verifica (55,6%)	Motivação qualitativa: caracteriza participantes que optam pela inação, pelo silêncio ou pela redução do compartilhamento de conteúdos como estratégia para evitar conflitos políticos e desgastes nas relações interpessoais. Nesse caso, a postura mais passiva não decorre necessariamente de desinteresse ou alienação em relação aos temas debatidos, mas de uma prática consciente de autopreservação social diante da polarização e das tensões associadas à circulação de informações políticas.
Ocasional e despreocupado	Baixo	Maioria: Não Verifica (66,7%)	Baixo engajamento e baixo cuidado: reúne participantes que demonstram pouca preocupação com práticas sistemáticas de verificação da informação, confiando frequentemente no remetente ou na própria rede de contatos como garantia de credibilidade do conteúdo recebido. Nesse perfil, o baixo nível de checagem, associado à circulação pouco criteriosa de informações, configura um grupo mais suscetível aos riscos da desinformação.

Fonte: Elaborada pela autora

Considerando a origem dos conteúdos políticos recebidos e as redes de confiança mobilizadas pelos entrevistados, observa-se que a circulação da informação política ocorre predominantemente por meio de vínculos interpessoais e relações de proximidade. Em grande parte dos casos, os conteúdos chegam inicialmente através de familiares, sendo posteriormente validados em redes de confiança que variam conforme o perfil de consumo informacional dos participantes. Entre os consumidores de mídia tradicional e híbrida, a validação tende a ocorrer sobretudo na rede íntima — composta por familiares e amigos próximos — e na rede comunitária, especialmente vinculada à igreja e ao ambiente de

trabalho. Nesses casos, a credibilidade da informação está fortemente associada à confiança social depositada nos sujeitos que compartilham o conteúdo.

Por outro lado, entre os consumidores predominantemente vinculados às plataformas digitais abertas, como *Instagram* e *TikTok*, identifica-se maior confiança em redes difusas de circulação informacional. Nesse grupo, a validação dos conteúdos ocorre em ambientes mais amplos, fluidos e menos previsíveis, ultrapassando os círculos de convivência direta e aproximando-se das dinâmicas algorítmicas de visibilidade e recomendação próprias das plataformas digitais. Os dados indicam que 66,7% desses participantes recorrem majoritariamente a esse tipo de rede difusa, evidenciando uma forma distinta de construção da confiança informacional.

Em síntese, o perfil dos entrevistados revela sujeitos que navegam ativamente por fluxos intensos de informação, mas que administram a circulação desses conteúdos de maneira dual: de um lado, por meio de práticas de responsabilidade informacional, como a verificação prévia antes do compartilhamento; de outro, através de estratégias de cautela e contenção, evitando determinadas interações e publicações como forma de preservar vínculos sociais em um contexto marcado pela polarização política e pelos conflitos informacionais.

No que tange à percepção sobre a desinformação, 8 entrevistados — correspondendo a 40% da amostra — afirmaram “não saber responder” qual teria sido a informação política mais mentirosa com a qual tiveram contato. Esse dado pode indicar não apenas uma dificuldade de recordação, mas também um possível cenário de saturação informacional, marcado pela intensa circulação de conteúdos enganosos e conflitantes, tornando difícil destacar um único exemplo considerado mais relevante ou impactante.

Além disso, tal resposta pode refletir mecanismos de dissociação ou afastamento em relação ao debate político, funcionando como estratégia de autopreservação emocional e social diante de um ambiente percebido como tóxico, polarizado ou desgastante. Em outros casos, observa-se uma dimensão de ambiguidade conceitual, relacionada à dificuldade de distinguir claramente o que seria uma “mentira” deliberada, uma opinião política, uma interpretação ideológica ou mesmo uma promessa não cumprida. Dessa forma, os dados sugerem que a percepção da desinformação não se estrutura apenas pela identificação objetiva do conteúdo falso, mas também pelas formas subjetivas de interpretação, memória e envolvimento político dos entrevistados.

Já as menções relacionadas à economia e às promessas políticas associadas a Luiz Inácio Lula da Silva — especialmente a referência à promessa da “picanha” — foram classificadas integralmente na categoria de “falso positivo”. Nesse caso, a ideia de “mentira”

não está necessariamente vinculada à fabricação deliberada de informação falsa, mas à percepção de frustração diante de expectativas econômicas não concretizadas. Trata-se, portanto, de um indicativo de desilusão política, no qual promessas de campanha passam a ser interpretadas retrospectivamente como enganos ou formas de manipulação discursiva.

Em contrapartida, nos temas relacionados à saúde pública, vacinas e COVID-19, observa-se maior convergência entre os entrevistados. As respostas associadas a esse eixo foram classificadas integralmente na categoria “reconhecimento de *fake news*”, sugerindo maior objetividade e consenso na identificação da desinformação em assuntos menos diretamente vinculados à disputa político-partidária imediata. Esse contraste indica que a percepção da falsidade informacional tende a variar conforme o grau de polarização e investimento identitário associado ao tema em questão.

Com frequência isolada, também foram mencionados exemplos de desinformação relacionados à suposta taxaço do Pix⁹⁹, à PEC da Dosimetria¹⁰⁰ como mecanismo para “pacificar o país”, à privatização do Banco do Brasil e ao início de uma terceira guerra mundial com impactos diretos sobre o território brasileiro. Embora apareçam de forma pontual na amostra, tais exemplos revelam a diversidade temática das narrativas desinformacionais que circulam no ambiente digital contemporâneo, abrangendo desde questões econômicas e institucionais até conteúdos de caráter alarmista e geopolítico. Além disso, evidenciam como temas associados à insegurança econômica, instabilidade política e medo social tendem a mobilizar atenção e circulação informacional entre os participantes.

6.2.3 Eixo Político Religioso

Esta seção destaca os perfis dos entrevistados na interseção entre o campo religioso e o político. Assim, os primeiros dados informam quais são as igrejas frequentadas pelos evangélicos, e a que denominação¹⁰¹ religiosa se refere. Abaixo segue uma tabela ilustrativa:

⁹⁹ A chamada “taxação do Pix” refere-se à alegação, amplamente difundida no debate público e nas redes digitais, de que o governo federal passaria a cobrar imposto sobre transações realizadas por meio do Pix. Contudo, a medida que gerou a controvérsia dizia respeito à ampliação do envio de informações financeiras à Receita Federal por instituições de pagamento e fintechs, e não à criação de um novo tributo.

¹⁰⁰ Trata-se de um projeto de lei relacionado à redução ou revisão do cálculo de penas, especialmente no contexto dos condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023 e de crimes contra o Estado Democrático de Direito.

¹⁰¹ A classificação das denominações religiosas foi elaborada pela própria autora, tendo como referência a classificação apresentada no livro *Crentes* (2025), de Juliano Spyer, Guilherme Damasceno e Raphael Khalil, especialmente na seção dedicada às principais igrejas evangélicas e tendências teológicas no Brasil.

Tabela 2 — Igrejas e denominações religiosas

Denominação	Igreja	Quantidade de Entrevistado
Históricas e Missionárias	Igreja Evangélica Batista	3
	Igreja Evangélica Batista Atitude	1
	Igreja Evangélica Presbiteriana	2
Independente	Igreja Batista Shamah	1
	Missão Evangélica do Brasil	3
	Ministério Apostólico Projeto Amar	3
Neopentecostal	Igreja Apostólica Iamarf	1
	Igreja Internacional da Graça de Deus	1
	Igreja Universal do Reino de Deus	1
Pentecostal	Igreja Assembleia de Deus	3
Pós-denominacional	Comunidade Evangélica	1
	Igreja Church	1
	Pró-vida Church	1

Fonte: Elaborada pela autora

Em termos de concentração institucional, as igrejas com maior número de entrevistados foram a Igreja Assembleia de Deus (3), a Igreja Evangélica Batista (3), o Ministério Apostólico Projeto Amar (3) e a Missão Evangélica do Brasil (3). Os dados indicam diversidade denominacional¹⁰² na composição da amostra, embora algumas instituições apresentem maior recorrência entre os participantes entrevistados. Tal configuração sugere que os sujeitos da pesquisa não estão concentrados em uma única tradição eclesial ou vertente específica do campo evangélico, evidenciando um perfil

¹⁰² Entende-se por **igreja independente** aquela que não está formalmente vinculada a uma grande denominação histórica, possuindo autonomia administrativa, institucional e doutrinária. Em geral, essas igrejas organizam-se em torno da figura de um pastor fundador ou de uma liderança local específica, podendo, ainda assim, manter práticas litúrgicas e orientações teológicas consideradas tradicionais, apesar de sua condição de independência institucional (Spyer; Damasceno; Khalil, 2025). As **igrejas pós-denominacionais** têm por característica a desinstitucionalização, constituindo-se como comunidades evangélicas que valorizam a autonomia individual na prática da fé em detrimento da lealdade a dogmas, convenções ou estruturas eclesiais centralizadas (Spyer; Damasceno; Khalil, 2025).

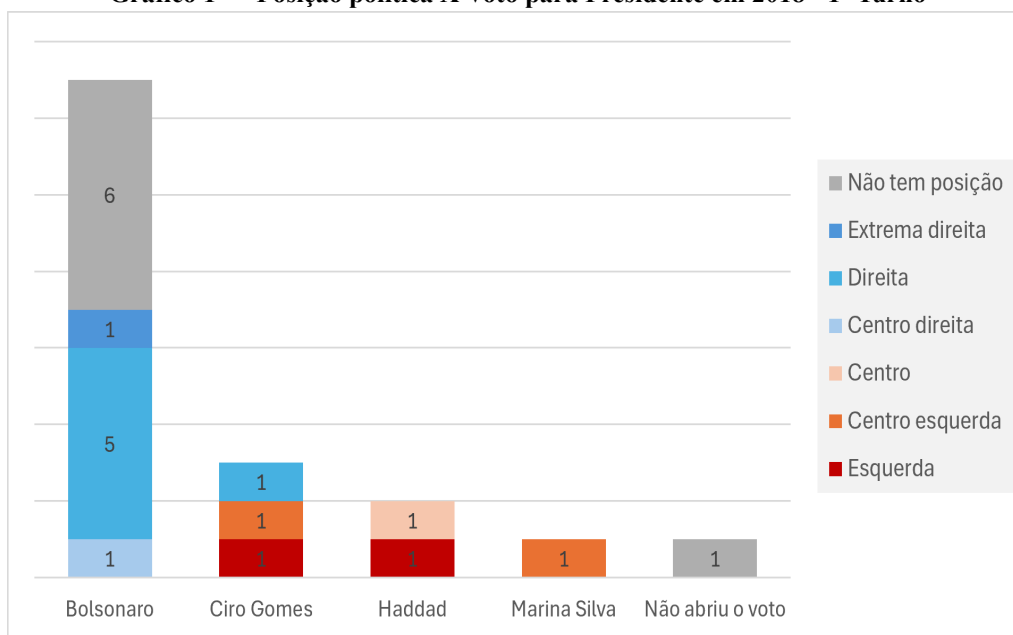
heterogêneo no que se refere à filiação religiosa e às experiências de pertencimento denominacional.

Em seguida, a vertente pentecostal aparece representada exclusivamente pela Assembleia de Deus, com 3 entrevistados. As denominações históricas e missionárias, por sua vez, estão representadas, na amostra, pelas igrejas Batista, Batista Atitude e Presbiteriana, totalizando 6 entrevistados.

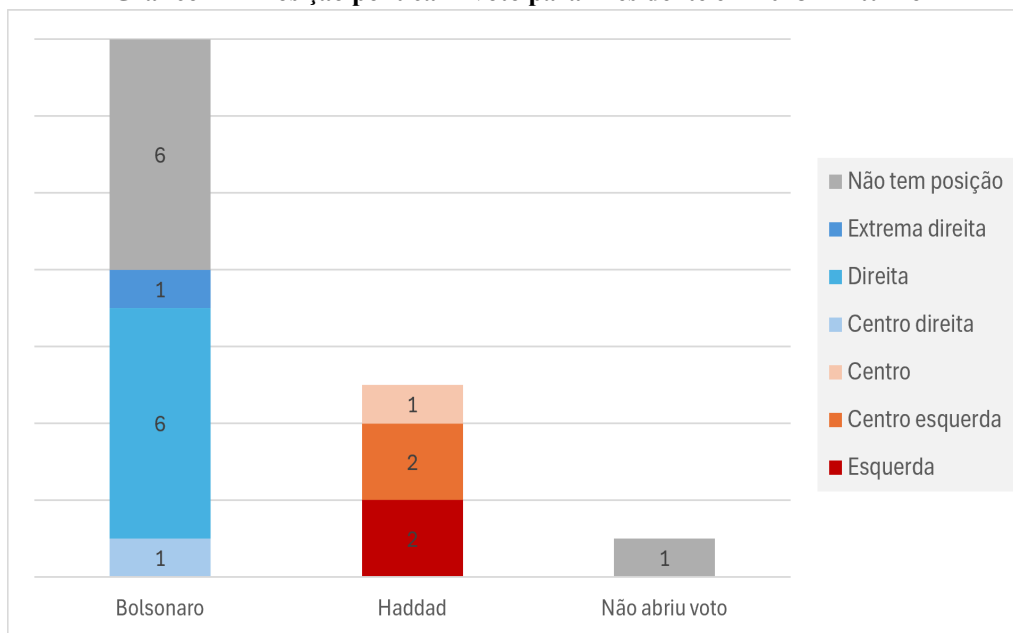
Ainda em relação ao perfil religioso dos entrevistados, a amostra divide-se entre evangélicos de origem (9 participantes) e evangélicos convertidos (11 participantes), indicando leve predominância de trajetórias marcadas pela conversão religiosa. Entre os convertidos, observa-se um perfil bastante diversificado, sendo a principal rota de conversão composta por indivíduos que anteriormente afirmavam “não ter religião”, grupo que representa 45,5% do total de convertidos. O dado sugere que o movimento de adesão ao evangelicalismo, no contexto analisado, atrai significativamente sujeitos oriundos de experiências secularizadas ou desvinculadas institucionalmente de tradições religiosas formais.

Em seguida, os ex-católicos constituem a segunda maior parcela entre os convertidos, representando 27,3% do grupo. Embora ainda expressem uma rota importante de trânsito religioso, deixam de ocupar uma posição absolutamente dominante no perfil da amostra. Além disso, identifica-se uma diversidade relevante de trajetórias religiosas, com parte dos convertidos provenientes de religiões de matriz afro-brasileira — como Umbanda e Candomblé. Destaca-se ainda o caso de um entrevistado que relatou uma trajetória religiosa plural, marcada por experiências anteriores em tradições como budismo, espiritismo, umbanda e candomblé, evidenciando um percurso de circulação e experimentação religiosa antes da inserção no campo evangélico.

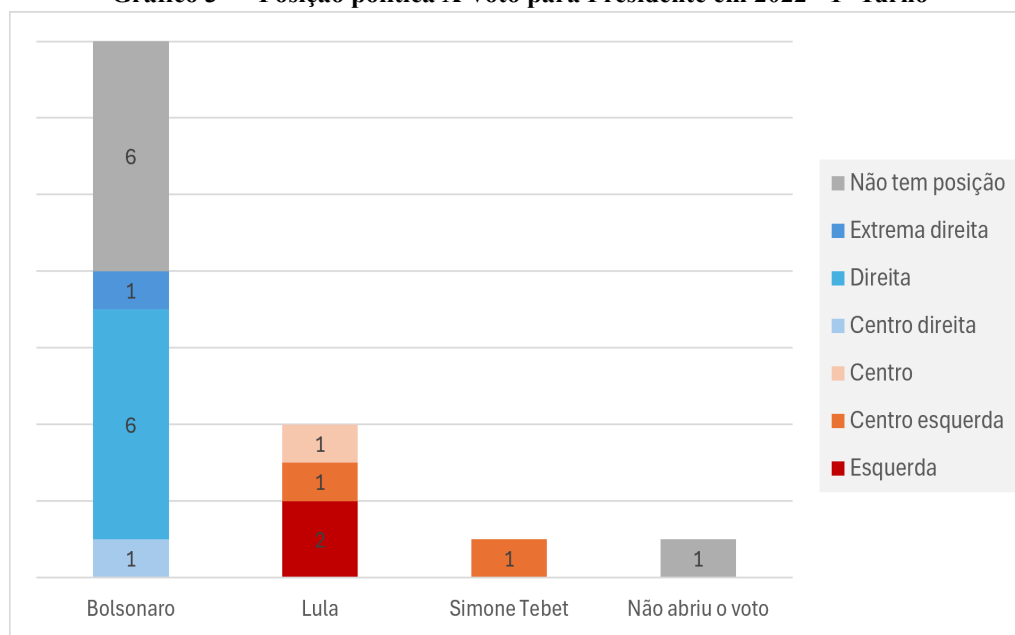
Outra identificação importante nos perfis dos entrevistados se refere à correlação entre posição política e o voto presidencial nas eleições de 2018 e 2022 nos dois turnos — observa-se a predominância do voto em Jair Bolsonaro entre os 20 entrevistados. Em 2018, o candidato do então PSL concentrou 13 votos no primeiro turno e 14 no segundo; em 2022, manteve 14 votos em ambos os turnos. Esse padrão indica uma estabilidade significativa do voto bolsonarista na amostra, sugerindo a presença de um alinhamento político-eleitoral consistente ao longo dos dois pleitos, como fica demonstrado nos Gráficos 1, 2, 3 e 4.

Gráfico 1 — Posição política X Voto para Presidente em 2018 - 1º Turno

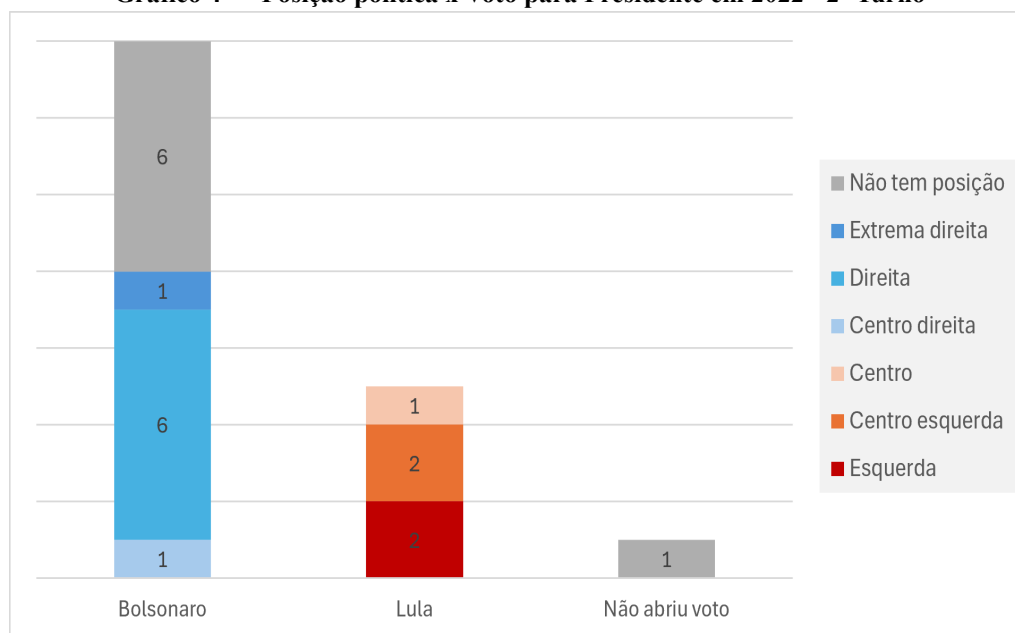
Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 2 — Posição política X Voto para Presidente em 2018 - 2º turno

Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 3 — Posição política X Voto para Presidente em 2022 - 1º Turno

Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 4 — Posição política x Voto para Presidente em 2022 - 2º Turno

Fonte: Elaborado pela autora

Os cruzamentos entre posição política declarada e voto presidencial indicam forte associação entre identificação à direita e voto em Jair Bolsonaro, bem como a permanência desse alinhamento entre as eleições de 2018 e 2022. Entretanto, o dado mais significativo emerge entre os entrevistados que afirmam “não ter posição política”. Embora rejeitem uma identificação ideológica explícita, seu comportamento eleitoral revela adesão majoritária e

relativamente estável ao bolsonarismo. Em outras palavras, o sujeito pode não se reconhecer como “de direita”, “de esquerda” ou mesmo como “politizado”, mas suas escolhas eleitorais evidenciam alinhamento objetivo com um campo político específico.

Esse padrão sugere a existência de formas de politização implícita, nas quais a recusa dos rótulos político-ideológicos não implica neutralidade ou ausência de posicionamento. Ao contrário, tal identificação parece ser mediada por valores morais, pertencimentos religiosos, percepções antipartidárias e formas específicas de interpretação da política. Por outro lado, os entrevistados identificados com a esquerda e a centro-esquerda apresentam maior dispersão de voto no primeiro turno e convergência no segundo, indicando uma lógica de reorganização estratégica diante da polarização eleitoral.

Nesse contexto, o segundo turno opera como mecanismo de concentração e polarização do comportamento eleitoral, reorganizando os entrevistados em torno de dois polos principais. Na amostra analisada, essa dinâmica se estrutura fundamentalmente na oposição entre Jair Bolsonaro e o campo anti-bolsonarista. A passagem do primeiro para o segundo turno evidencia que nem todos os votos direcionados a Fernando Haddad (2018) e Luiz Inácio Lula da Silva (2022) correspondem, necessariamente, a uma adesão integral às candidaturas no primeiro momento, podendo expressar votos de convergência, contenção ou rejeição ao bolsonarismo.

Cabe um breve adendo relacionado ao processo de rememoração eleitoral durante as entrevistas. Observou-se que alguns participantes demonstraram dificuldade em recordar seus votos para presidente, especialmente no primeiro turno das eleições de 2018. Em contrapartida, o pleito de 2022 mostrou-se mais presente na memória dos entrevistados de maneira geral. Percebeu-se ainda que os segundos turnos tendem a ser lembrados com maior facilidade, possivelmente em razão da disputa concentrar-se em apenas dois candidatos, reduzindo a complexidade da escolha eleitoral. Diante disso, em determinados momentos da entrevista, tornou-se necessário relembrar os nomes dos candidatos presidenciais que disputaram os pleitos anteriores, com o objetivo de auxiliar a rememoração e obter respostas mais consistentes e precisas.

Em continuidade, a estabilidade do voto em Bolsonaro entre 2018 e 2022 sugere a consolidação de uma identidade político-eleitoral relativamente durável no interior da amostra. Nesse caso, o voto parece ultrapassar o caráter conjuntural inicialmente associado ao antipetismo ou à rejeição ao sistema político tradicional, assumindo contornos mais permanentes de identificação. Tal alinhamento mostra-se associado não apenas a posições ideológicas conservadoras, mas também a elementos como pertencimento religioso, valores

morais, desconfiança em relação à esquerda e adesão a uma determinada gramática moral da política.

O engajamento político dos entrevistados foi analisado a partir de duas dimensões: o nível de interesse por política e o tempo de constituição desse interesse. Na primeira dimensão, os participantes atribuíram uma nota de 0 a 10 ao seu interesse por assuntos políticos. As respostas foram agrupadas em três categorias: baixo engajamento, correspondente às notas de 0 a 3; médio engajamento, referente às notas de 4 a 7; e alto engajamento, correspondente às notas de 8 a 10. Entre os 20 entrevistados, 8 foram classificados com alto engajamento, nove com médio engajamento e três com baixo engajamento.

A segunda dimensão buscou identificar em que momento da vida os entrevistados passaram a se interessar por política. Foram estabelecidas quatro categorias: interesse recente, iniciado a partir de 2018; interesse intermediário, iniciado em 2010 ou a partir de 2010; interesse anterior a 2010; e não soube responder. Entre os entrevistados, cinco indicaram interesse recente, quatro com interesse intermediário, nove com interesse anterior a 2010 e dois não souberam responder quando esse interesse começou.

Os dados indicam que a maior parte da amostra apresenta algum grau significativo de interesse por política, uma vez que 17 dos 20 entrevistados foram classificados entre médio e alto engajamento. No entanto, esse interesse não possui uma trajetória única. Nove entrevistados relataram interesse anterior a 2010, sugerindo formas mais consolidadas de socialização política, enquanto cinco indicaram interesse recente, a partir de 2018, o que aponta para a importância daquela conjuntura eleitoral como marco de ativação política para parte da amostra.

Assim, o engajamento político dos entrevistados deve ser compreendido como um fenômeno heterogêneo, composto por diferentes intensidades e temporalidades. A presença de entrevistados com interesse político antigo indica que a politização do grupo não pode ser atribuída exclusivamente ao contexto eleitoral de 2018. Ao mesmo tempo, o grupo de interesse recente mostra que esse período funcionou como ponto de inflexão para alguns sujeitos, intensificando a atenção à política e às disputas eleitorais. Dessa forma, o engajamento político aparece tanto como resultado de trajetórias prévias quanto como efeito de conjunturas políticas recentes.

Em sequência, analisando a relação entre posição política e flexibilidade eleitoral, observa-se que, entre os 20 participantes da amostra, 11 foram classificados na categoria de voto rígido, 7 em abertura condicionada e apenas 1 apresentou perfil de voto flexível. Tal

distribuição sugere que o comportamento eleitoral dos entrevistados tende a ser estruturado por pertencimentos político-morais relativamente estáveis, mais do que por ampla disposição de transitar entre diferentes campos partidários e ideológicos.

Quando essa variável é cruzada com a distribuição do voto presidencial em 2018 e 2022, percebe-se que o voto rígido aparece fortemente associado à permanência do apoio a Jair Bolsonaro. Entre os entrevistados classificados nessa categoria, Bolsonaro recebeu 8 votos no primeiro turno de 2018 e 9 no segundo turno; em 2022, manteve 9 votos em ambos os turnos. Já a categoria de abertura condicionada apresenta maior heterogeneidade interna. Nela, encontram-se tanto eleitores que mantiveram apoio a Bolsonaro quanto participantes que, no primeiro turno, optaram por candidaturas de centro ou centro-esquerda e, no segundo turno, migraram para Fernando Haddad, em 2018, ou para Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022.

Os dados permitem inferir que a flexibilidade política do voto funciona como indicador da rigidez das fronteiras político-identitárias dos entrevistados. A baixa flexibilidade tende a expressar um comportamento eleitoral mais estável e menos permeável a alternativas partidárias, enquanto a abertura condicionada revela uma disposição parcial à negociação eleitoral, sobretudo em cenários de polarização no segundo turno.

Contudo, essa abertura não implica neutralidade política, uma vez que permanece condicionada por valores morais, religiosos e ideológicos considerados inegociáveis pelos sujeitos. Desse modo, o voto aparece menos como uma escolha estritamente programática e mais como uma prática situada em um campo de pertencimentos, limites simbólicos e identificações político-religiosas relativamente consolidadas.

Outro perfil de destaque, resultante do cruzamento entre categorias relacionadas à influência religiosa nas decisões dos evangélicos, pode ser sintetizado na seguinte questão: quando o entrevistado afirma que a religião influencia suas decisões, de onde provém essa autoridade religiosa? Da Bíblia, da liderança religiosa, da combinação entre ambas ou de uma interpretação mais individualizada da fé? O cruzamento entre influência religiosa nas decisões e vetor de autoridade dominante permite qualificar os modos pelos quais a religião atua na formação das escolhas dos entrevistados.

Embora 15 dos 20 participantes indiquem alta influência religiosa em suas decisões, essa influência não se organiza de maneira homogênea. Cinco entrevistados apresentam um vetor textual, no qual a Bíblia aparece como principal referência normativa; 11 apresentam um vetor misto, combinando Bíblia e liderança religiosa; e quatro indicam um vetor individual, associado à maior autonomia interpretativa do sujeito. A predominância do vetor

misto sugere que a influência religiosa se constitui por meio de uma autoridade mediada, na qual o texto bíblico permanece central, mas é interpretado, atualizado e legitimado no interior da comunidade religiosa e através da atuação das lideranças.

Entretanto, as entrevistas revelam uma distinção relevante entre a influência religiosa sobre a vida cotidiana e sua incidência direta sobre o comportamento eleitoral. Embora os entrevistados reconheçam a Bíblia e, em muitos casos, a liderança religiosa como referências importantes para decisões morais, pessoais e espirituais, a maioria afirma não recorrer diretamente ao líder religioso para definir sua escolha de voto. No plano eleitoral, os sujeitos tendem a enfatizar a autonomia individual, afirmando decidir “por conta própria” ou “pela própria cabeça”.

Esse padrão permite inferir que a influência religiosa sobre o voto não se apresenta, necessariamente, sob a forma de obediência explícita a orientações pastorais ou institucionais. Ao contrário, ela parece operar de maneira mais difusa e indireta, por meio da internalização de valores morais, sensibilidades religiosas, pertencimentos comunitários e interpretações bíblicas previamente incorporadas pelos sujeitos. Assim, mesmo quando o entrevistado afirma exercer autonomia eleitoral, essa autonomia pode estar atravessada por repertórios religiosos já sedimentados em sua visão de mundo.

Além disso, não é possível afirmar, a partir das entrevistas, em que medida a autonomia declarada corresponde integralmente ao processo concreto de tomada de decisão. Ainda assim, os dados indicam que os participantes estabelecem discursivamente uma separação entre a influência religiosa sobre a vida em geral e a influência direta sobre o voto, revelando que a autoridade religiosa atua menos como prescrição explícita e mais como um repertório moral internalizado que orienta percepções e escolhas políticas.

O cruzamento entre a percepção do papel da igreja na política eleitoral e a avaliação dos efeitos da participação religiosa na política permite identificar diferentes formas de compreensão da atuação pública das igrejas entre os entrevistados. Embora apenas 4 participantes considerem legítima e necessária a atuação de líderes religiosos em discussões político-eleitorais, 6 entrevistados avaliam que a participação da igreja na política produz mais benefícios do que riscos. Esse dado sugere que a percepção positiva da presença pública das igrejas não está necessariamente vinculada ao apoio explícito à intervenção eleitoral direta de lideranças religiosas. Em muitos casos, os benefícios atribuídos à participação da igreja parecem estar associados ao reconhecimento de seu papel social, comunitário e moral, mais do que à defesa aberta do engajamento político-partidário institucional.

Por outro lado, os 11 entrevistados que classificaram como indesejado o envolvimento de líderes religiosos em debates eleitorais não correspondem automaticamente a uma rejeição completa da presença da igreja na esfera pública. A predominância da categoria ambivalente na avaliação dos efeitos da participação religiosa na política — presente em 10 entrevistados — indica justamente uma percepção marcada por tensões e condicionantes. Nas entrevistas, a ambivalência aparece frequentemente associada à ideia de que a atuação da igreja pode ser positiva quando vinculada a ações sociais, acolhimento comunitário e assistência aos mais vulneráveis, mas se torna problemática quando percebida como partidarização explícita, manipulação eleitoral ou imposição moral sobre os fiéis.

Esse padrão sugere que os entrevistados operam uma distinção entre “igreja na sociedade” e “igreja na disputa eleitoral”. Enquanto a primeira tende a ser reconhecida como legítima e até necessária em determinadas circunstâncias, especialmente pela dimensão assistencial e moral atribuída às instituições religiosas, a segunda desperta maior cautela e resistência. Assim, os dados indicam que a legitimidade da participação religiosa na política não é percebida de forma absoluta, mas condicionada aos limites da atuação institucional da igreja, aos modos de exercício da autoridade religiosa e ao tipo de intervenção realizada no espaço público.

A categoria “experiência com influência política religiosa” buscou identificar se os entrevistados já haviam presenciado recomendações explícitas de voto em ambientes religiosos, bem como o local em que essa experiência ocorreu. Dos 20 entrevistados, cinco afirmaram nunca ter presenciado recomendação explícita, dois relataram influência indireta na própria igreja, cinco identificaram recomendação explícita na própria igreja e oito relataram recomendação explícita em outros contextos religiosos. Esse último dado é especialmente relevante, pois evidencia que a influência política não se restringe à igreja de pertencimento do fiel, mas circula em um ecossistema evangélico mais amplo, composto por visitas a outras igrejas, eventos, cultos especiais e redes interdenominacionais.

As entrevistas também revelaram uma ambiguidade na percepção do que constitui recomendação explícita de voto. Alguns entrevistados afirmaram nunca ter presenciado orientação eleitoral, mas relataram, ao longo da conversa, a presença de candidatos em cultos, sua apresentação à comunidade ou sua circulação no espaço religioso durante o período eleitoral. Esse contraste sugere que parte dos fiéis reconhece como recomendação explícita apenas o pedido direto de voto, deixando de identificar outras formas de influência, como a concessão do púlpito, a legitimação simbólica do candidato ou a desqualificação moral de adversários políticos.

Assim, a influência política religiosa aparece menos como um fenômeno uniforme e mais como um *continuum* que vai da recomendação direta à mediação simbólica. A presença de candidatos no espaço religioso, a visibilidade concedida pela liderança e a associação entre valores cristãos e escolhas eleitorais podem orientar percepções políticas mesmo quando não há uma ordem explícita de voto. Desse modo, ainda que muitos entrevistados reivindicuem autonomia na escolha eleitoral, suas decisões são formadas em um ambiente religioso atravessado por discursos, símbolos e práticas de legitimação política.

A categoria “visão sobre o Estado laico” foi construída para compreender como os entrevistados percebem a relação entre religião e política. Foram identificadas três posições principais: integração religiosa, quando o entrevistado defende que a política deve seguir valores cristãos; laicidade flexível, quando admite o diálogo entre religião e política, desde que não haja domínio religioso; e laicidade forte, quando sustenta que religião e política devem permanecer separadas. Entre os entrevistados, 3 foram classificados na categoria integração religiosa, 3 na laicidade flexível e 14 na laicidade forte.

Durante as entrevistas, observou-se que alguns participantes não sabiam exatamente o que significava o conceito de Estado laico. Nesses casos, foi necessário explicar, de forma breve, que o Estado laico pressupõe a separação institucional entre Estado e religião, sem que uma crença específica seja adotada como fundamento oficial da política ou das decisões públicas. Somente após essa explicação os entrevistados puderam responder à questão. Esse dado é relevante porque mostra que a defesa da laicidade nem sempre parte de um domínio conceitual prévio do termo, mas pode emergir de percepções práticas sobre liberdade religiosa, convivência entre diferentes crenças e limites da presença religiosa na política.

O predomínio da laicidade forte indica que a maioria dos entrevistados reconhece, ao menos no plano discursivo, a importância da separação institucional entre religião e Estado. Esse dado é relevante porque contrasta com a alta influência religiosa declarada nas decisões pessoais e com a centralidade da Bíblia e da liderança religiosa como vetores de autoridade. Tal contraste sugere que os entrevistados tendem a diferenciar a influência da religião em suas escolhas morais, pessoais e comunitárias da adoção da religião como fundamento institucional do Estado.

Além disso, muitos entrevistados associam a ideia de Estado laico à garantia da liberdade religiosa. Mesmo entre participantes que reconhecem a importância dos valores cristãos em suas vidas, aparece a percepção de que outras religiões devem existir, ser respeitadas e ter o direito de professar suas crenças. Desse modo, a defesa da separação entre religião e Estado não significa necessariamente rejeição da religião no espaço público, mas

pode expressar a compreensão de que nenhuma religião deve se impor sobre as demais ou controlar o Estado.

A defesa da laicidade forte, portanto, não significa necessariamente ausência de valores religiosos na escolha política. Ela indica, antes, que muitos entrevistados rejeitam a subordinação formal da política à religião, mas continuam mobilizando repertórios religiosos para avaliar candidatos, pautas e comportamentos públicos. A laicidade, nesse sentido, aparece menos como secularização das preferências políticas e mais como defesa de uma divisão institucional entre religião e Estado, fronteira que convive com a presença subjetiva da fé nas decisões eleitorais.

6.2.4 Eixo Costumes

Primeiramente, no Eixo Costumes, as categorias referentes ao aborto e ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, bem como à adoção de crianças por casais homoafetivos, possuem implicação direta na análise da decisão eleitoral dos entrevistados. Isso porque as perguntas foram formuladas em chave político-eleitoral, buscando identificar se os participantes votariam em candidatos que defendessem o aborto — inclusive nas circunstâncias previstas em lei — e que fossem favoráveis ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e à adoção por casais homoafetivos.

Desse modo, as respostas obtidas não expressam apenas posicionamentos morais abstratos, mas evidenciam em que medida determinadas pautas de costumes operam como critérios de aceitação, restrição ou veto eleitoral no processo de escolha política dos candidatos. A seguir, apresentam-se as tabelas com as respostas codificadas, elaboradas com o objetivo de melhor ilustrar os padrões identificados na amostra.

Tabela 3 — Eixo Costume: Aborto

Categoria	Nº de entrevistados
Rejeição total	11
Rejeição com exceção	8
Aceitação	1
TOTAL	20

Fonte: Elaborada pela autora

Tabela 4 — Eixo Costume: Casamento e Adoção LGBT+

Categoria	Nº de entrevistados
Aceitação	8
Rejeição total	6
Rejeição parcial	4

Ambivalente/condicionado	2
TOTAL	20

Fonte: Elaborada pela autora

O aborto aparece como a fronteira moral-eleitoral mais rígida da amostra, uma vez que 19 dos 20 entrevistados foram classificados nas categorias de rejeição total ou rejeição com exceções. A predominância dessas respostas indica que a defesa dessa pauta por parte de um candidato possui elevado potencial de comprometer sua aceitabilidade eleitoral entre os participantes da pesquisa. Mesmo nos casos em que há abertura para situações previstas em lei, o tema permanece associado a limites morais considerados sensíveis e, muitas vezes, inegociáveis.

Os dados sugerem, portanto, que o aborto opera menos como uma questão estritamente jurídica ou de política pública e mais como marcador simbólico e moral no processo de decisão eleitoral. Nesse contexto, a posição do candidato sobre o tema tende a funcionar como critério de filtragem política, influenciando diretamente a disposição dos entrevistados em apoiar ou rejeitar determinadas candidaturas.

A pauta do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e da adoção por casais homoafetivos, por sua vez, apresenta maior dispersão nas respostas, com 8 aceitando e 12 apresentando algum grau de rejeição, parcialidade ou ambivalência. Isso sugere que, embora também possa influenciar o voto, ela não atua com a mesma força consensual do aborto. Assim, trata-se de uma pauta moral relevante para o voto, mas mais sujeita à negociação, à relativização ou à distinção entre convicção religiosa pessoal e reconhecimento de direitos civis.

Desse modo, os dados indicam que os temas de costumes funcionam como filtros morais na escolha eleitoral. O voto não é orientado apenas por avaliação partidária, desempenho governamental ou propostas econômicas, mas também por fronteiras simbólicas relacionadas à vida, à família, à sexualidade e à moral religiosa. No entanto, essas fronteiras não possuem o mesmo peso: o aborto aparece como limite mais rígido, enquanto o casamento civil e a adoção por casais homoafetivos revelam maior heterogeneidade entre os entrevistados.

Em relação ao pensamento político dos entrevistados, percebe-se que não se organiza de forma completamente homogênea. Embora haja presença significativa de repertórios conservadores, antiestatais e anticomunistas, esses elementos não aparecem sempre combinados da mesma maneira. Assim, a amostra revela diferentes configurações de

conservadorismo político, variando entre posições mais democráticas, posições antiestatais, percepções difusas de ameaça e maior abertura a soluções autoritárias.

As categorias relativas ao retorno dos militares, à ameaça comunista e à intervenção do Estado permitem analisar a visão política dos entrevistados para além da dimensão eleitoral. Diferentemente das perguntas sobre aborto e casamento civil/adoção LGBT+, essas questões não estavam diretamente vinculadas à decisão de voto, mas buscavam compreender percepções sobre autoridade, ameaça política e papel do Estado na vida dos brasileiros.

No que se refere ao retorno dos militares, metade dos entrevistados rejeita essa possibilidade, indicando que o conservadorismo presente na amostra não se traduz automaticamente em apoio a soluções autoritárias. Entretanto, sete entrevistados manifestam algum grau de apoio, direto ou condicionado, sugerindo que a ideia de intervenção militar ainda aparece, para parte da amostra, como resposta possível a situações percebidas como crise, insegurança ou desordem.

É importante destacar que, durante as entrevistas, nenhum dos entrevistados favoráveis direta ou condicionalmente ao retorno dos militares declarou apoio à censura, à tortura, à morte de opositores ou a práticas repressivas associadas ao regime militar instaurado em 1964. O apoio direto ou condicionado aos militares pareceu estar mais associado a uma expectativa de segurança pública, ordem social e combate à criminalidade do que a uma defesa explícita de golpe, tomada de poder ou supressão das instituições democráticas.

Além disso, os acontecimentos de 8 de janeiro não apareceram de forma central nas entrevistas. Eles foram mencionados apenas de maneira indireta em falas pontuais, especialmente quando alguns entrevistados comentaram a situação jurídica de Bolsonaro ou se referiram à “baderna” ocorrida naquele episódio. Isso sugere que, para a maioria dos entrevistados, a questão dos militares não foi mobilizada diretamente em relação aos atos de 8 de janeiro, mas a partir de uma percepção mais geral sobre segurança, ordem e autoridade.

A categoria “ameaça comunista” apresenta maior dispersão. Nove entrevistados reconhecem algum grau de ameaça, seja concreta ou difusa, enquanto outros consideram essa ameaça exagerada, não souberam responder ou manifestaram ambivalência. Esse padrão sugere que o anticomunismo circula entre os entrevistados com diferentes níveis de elaboração: em alguns casos, como crença estruturada; em outros, como imagem vaga de ameaça política, moral ou religiosa.

Já a percepção sobre a intervenção do Estado revela um traço mais consistente: 13 dos 20 entrevistados apresentam posição antiestatal forte ou moderada. Esse dado indica que a desconfiança em relação ao Estado é um elemento expressivo da amostra, frequentemente

associado à ideia de excesso de controle, limitação da liberdade individual ou intromissão na vida dos cidadãos. Observou-se consenso entre os entrevistados quanto à percepção de cobrança exagerada de impostos. Todos, em alguma medida, identificam a carga tributária como excessiva, o que torna esse aspecto o núcleo mais compartilhado da crítica ao Estado. No entanto, essa unanimidade não se repete em outros temas associados à intervenção estatal, como cotas raciais, vacinação e regulação das mídias sociais.

As respostas indicam que a crítica ao Estado não se organiza de forma homogênea. Alguns entrevistados se mostram favoráveis a políticas como cotas raciais ou vacinação, enquanto outros as interpretam como formas indevidas de interferência estatal. Desse modo, a percepção antiestatal aparece de maneira seletiva: é mais consensual quando relacionada à cobrança de impostos, mas se fragmenta quando envolve políticas públicas redistributivas, sanitárias ou regulatórias.

Também surgiu, em alguns relatos, a associação entre intervenção estatal e regulação das mídias sociais. Embora essa percepção não tenha aparecido de forma majoritária na amostra, dois entrevistados mencionaram explicitamente a temática a partir da ideia de censura, perda da liberdade de expressão ou risco de punição por opiniões manifestadas na internet. Além disso, um terceiro participante associou a possibilidade de regulação das plataformas digitais à ameaça de implantação de um regime “comunista”, vinculando o controle informacional a riscos de restrição das liberdades individuais.

Nesses casos, a regulação das plataformas digitais foi interpretada menos como política de responsabilização informacional ou enfrentamento à desinformação e mais como potencial mecanismo de controle político e limitação da liberdade individual de expressão. As respostas indicam, portanto, que parte dos entrevistados tende a perceber iniciativas de mediação ou regulação do ambiente digital a partir de uma gramática moral e política centrada na defesa da liberdade, frequentemente associada a narrativas de vigilância, censura e ameaça autoritária.

A partir dos eixos analisados no mapeamento do perfil dos entrevistados, é possível propor uma categoria macro para caracterizar a amostra. Os participantes não expressam apenas posições morais, religiosas e políticas; tais posições são construídas e negociadas a partir de circuitos de informação, redes de confiança e práticas de consumo midiático. Desse modo, a amostra pode ser compreendida como marcada por um “conservadorismo moral-religioso informacionalmente mediado, atravessado por ambivalências político-democráticas”, mesmo que sob predominância do ideário bolsonarista. Abaixo, segue a tabela das tipologias, considerando categoria macro, nuances e característica central.

Tabela 5 — Tipologias: categoria macro, nuances e característica central

Categoria Macro	Nuance	Característica Central
Conservadorismo	Conservadorismo Moral Religioso	Fronteiras fortes em aborto, família e sexualidade
	Conservadorismo Moral Moderado	Valores cristãos com exceções e respeito parcial
	Conservadorismo Pragmático	Moral conservadora sem veto absoluto no voto
	Conservadorismo Securitário	Militares associados à ordem e segurança pública
	Conservadorismo Anticomunista e Moralizante	Comunismo e progressismo como ameaça moral/social
Conservadorismo informacional	Conservadorismo moral-religioso informacionalmente reforçado	Valores conservadores reforçados por redes de confiança e consumo informacional
	Conservadorismo informacional defensivo	Regulação das redes interpretada como censura ou ameaça à liberdade
Progressismo	Progressismo Moral Moderado	Abertura parcial a direitos civis, especialmente LGBT
	Progressismo Pragmático	Apoio a pautas progressistas sem centralidade identitária
	Liberalismo de Costumes com Crítica ao Estado	Abertura em costumes e crítica à intervenção estatal
Ambivalência	Ambivalência Moral	Combina posições conservadoras e progressistas
	Ambivalência Político-Religiosa	Religião influencia, mas voto é narrado como autônomo
	Ambivalência Informacional	Incerteza, contradição ou baixa elaboração sobre informação, fake news e censura
	Autonomia informacional declarada	Afirma independência informacional, mas depende de redes de confiança

Fonte: Elaborada pela autora

Esse conservadorismo manifesta-se de forma mais evidente na rejeição majoritária ao aborto, na centralidade dos valores cristãos, na predominância do voto em Jair Bolsonaro e na mobilização de discursos antiestatais e anticomunistas. Entretanto, não se trata de um bloco homogêneo, pois tais posicionamentos convivem com aceitação parcial de direitos LGBT+,

defesa da laicidade do Estado, reconhecimento da liberdade religiosa, autonomia eleitoral declarada e rejeição majoritária ao retorno dos militares ao poder.

As percepções dos entrevistados acerca da política, dos costumes, da religião e do Estado são atravessadas por diferentes ecossistemas informacionais. Em alguns casos, valores conservadores são reforçados por redes familiares, grupos religiosos, plataformas digitais e influenciadores alinhados a determinados repertórios morais e políticos. Em outros, observa-se ambivalência informacional, expressa em dificuldades de delimitação conceitual sobre temas como *fake news*, comunismo, censura, Estado laico e regulação das mídias sociais. Assim, religião, política e informação aparecem articuladas: valores morais e religiosos são continuamente reforçados, reinterpretados e atualizados por fluxos informacionais e experiências comunitárias.

Ao lado dessas formas de conservadorismo, também emergem posições progressistas pontuais, sobretudo em relação aos direitos LGBTQ+ e à defesa de determinadas liberdades individuais. Contudo, tais posições não configuram uma orientação progressista predominante na amostra, aparecendo mais como flexibilizações específicas dentro de uma matriz moral majoritariamente conservadora.

A ambivalência constitui, portanto, uma dimensão central do perfil analisado. Muitos entrevistados combinam rejeição ao aborto com aceitação de direitos LGBTQ+, alta influência religiosa com defesa do Estado laico, valorização da liderança religiosa com autonomia declarada no voto, ou críticas ao Estado com aceitação de políticas públicas específicas. Essas combinações indicam posições situadas e seletivas, atravessadas por negociações entre fé, valores morais, experiências pessoais e contexto político.

É importante ressaltar que as categorias analíticas propostas não devem ser compreendidas como classificações universais, estanques ou definitivas. Elas foram construídas a partir da leitura transversal das entrevistas e da codificação dos eixos temáticos da pesquisa, buscando identificar recorrências, aproximações, tensões e ambivalências presentes nas falas dos participantes. Nesse sentido, funcionam como tipos analíticos inspirados na noção weberiana ¹⁰³de tipo ideal, isto é, construções interpretativas que acentuam determinados traços da realidade empírica com a finalidade de torná-la analiticamente compreensível.

¹⁰³ (Weber, 2022). Na sociologia weberiana, a palavra "ideal" não tem o sentido de algo "perfeito", "desejável" ou "correto", mas sim de algo pertencente ao mundo das *ideias* (conceitual). Em termos práticos para esta pesquisa, isso significa que nenhum dos entrevistados se encaixa integralmente e de forma pura em apenas uma dessas categorias. O tipo ideal funciona, portanto, como um "molde" abstrato ou uma "régua" analítica, criada pelo pesquisador para ajudar a organizar, medir e comparar a complexidade real e multifacetada presente nas falas.

Dessa forma, categorias como “conservadorismo moral-religioso”, “ambivalência moral”, “conservadorismo securitário” ou “ambivalência informacional” não correspondem a essências fixas dos sujeitos, nem pretendem esgotar a complexidade de suas posições. Um mesmo entrevistado pode apresentar traços de mais de uma categoria, dependendo do tema abordado. Assim, pode rejeitar o aborto e aceitar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo; declarar alta influência religiosa em suas decisões e, simultaneamente, afirmar autonomia na escolha do voto; ou defender a separação entre religião e política enquanto mobiliza valores cristãos para avaliar candidatos e pautas públicas.

A utilização de tipos analíticos permite evitar tanto a generalização excessiva quanto a fragmentação meramente descritiva dos dados. Em vez de reduzir os entrevistados a rótulos fixos — como “conservador”, “progressista” ou “ambivalente” —, as categorias funcionam como ferramentas heurísticas para organizar padrões de sentido que emergem das entrevistas. Desse modo, auxiliam na interpretação do material empírico sem eliminar as contradições, deslocamentos e nuances presentes nas trajetórias e nos depoimentos dos participantes.

Na seção seguinte, a análise desloca-se para os modos pelos quais os entrevistados produzem sentidos acerca da informação, da política e da religião, buscando compreender como tais discursos se articulam a relações de poder, valores morais, experiências informacionais e disputas de significado no contexto contemporâneo.

6.3 Informação, religião e moralidade política nos discursos de evangélicos entrevistados

O mapeamento descritivo permitiu caracterizar os entrevistados; já a Análise Crítica do Discurso possibilita compreender como esses sujeitos, através de suas manifestações discursivas, legitimam “verdades”, articulam religião e política e constroem fronteiras morais em torno dos temas investigados.

Assim, a análise passa a concentrar-se nos modos pelos quais os entrevistados significam a informação, a política, a religião e os costumes. Para isso, mobiliza-se a Análise Crítica do Discurso proposta por Norman Fairclough (2016), que compreende o discurso como uma prática social atravessada por relações de poder, disputas ideológicas e processos de produção, circulação e consumo de sentidos. Nessa perspectiva, o uso da linguagem não constitui uma atividade puramente individual, mas uma prática social historicamente situada e condicionada pelas estruturas e relações sociais nas quais os sujeitos estão inseridos.

O discurso constitui, ainda, um modo de ação sobre o mundo e, sobretudo, sobre os outros, ao mesmo tempo em que opera como forma de representação da realidade. Para

Fairclough (2016), existe uma relação dialética entre discurso e estrutura social. Por um lado, o discurso é moldado pelas estruturas sociais em seus diferentes níveis, incluindo classes sociais, relações sociais, instituições, normas, convenções e sistemas de classificação, sejam eles de natureza discursiva ou não. Por outro, o discurso também é socialmente constitutivo, na medida em que contribui para a produção, reprodução e transformação dessas mesmas estruturas.

Nesse sentido, é importante destacar que “o discurso é uma prática, não apenas uma representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (Fairclough, 2016, p. 95). A partir dessa perspectiva, o sociolinguista britânico Fairclough (2016) identifica três efeitos construtivos do discurso. O primeiro refere-se à construção das identidades sociais e das posições de sujeito, ou seja, dos diferentes modos pelos quais os indivíduos se percebem e são reconhecidos socialmente. O segundo diz respeito à construção das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos. Por fim, o terceiro refere-se à constituição de sistemas de conhecimento, crenças e valores que orientam a interpretação da realidade e a ação social.

Os três efeitos construtivos do discurso correspondem, respectivamente, a três funções da linguagem que coexistem e interagem em todo evento discursivo. A função identitária relaciona-se à construção de identidades e posições de sujeito; a função relacional refere-se ao estabelecimento e à negociação das relações sociais entre os participantes da interação; e a função ideacional diz respeito à representação do mundo, dos sistemas de conhecimento, das crenças e dos valores compartilhados socialmente. Para Fairclough (2016), essas funções não operam de forma isolada, mas articulam-se simultaneamente em cada prática discursiva, contribuindo para a produção de sentidos, para a manutenção ou transformação das relações sociais e para a constituição de determinadas visões de mundo.

A partir dessa compreensão, o autor propõe uma abordagem tridimensional da análise do discurso, composta pelas dimensões do texto, da prática discursiva e da prática social. Essas dimensões permitem compreender o discurso não apenas em sua materialidade linguística, mas também nos processos de produção, circulação e interpretação dos textos¹⁰⁴, bem como em sua articulação com as estruturas sociais mais amplas nas quais os sentidos são produzidos e disputados.

¹⁰⁴ Fairclough (2016, p. 21) apresenta, em sua obra, a seguinte definição de texto: “‘Texto’ é considerado aqui como uma dimensão do discurso: o ‘produto’ escrito ou falado do processo de produção textual”. Apesar de, por sua formação, priorizar textos linguísticos, ele defende que “é muito apropriado estender a noção de discurso a outras formas simbólicas, tais como imagens visuais e textos que são combinações de palavras e imagens - por exemplo, na publicidade” (Fairclough, 2016, p. 23).

Entre os conceitos mobilizados por Fairclough (2016) em sua metodologia de análise dos discursos, destaca-se a intertextualidade, entendida como a presença de outros textos, discursos e vozes no interior de um determinado enunciado. Para o autor, os discursos não são produzidos de forma isolada, mas dialogam continuamente com sentidos já circulantes na sociedade. A intertextualidade pode manifestar-se tanto de forma explícita (**intertextualidade manifesta**), por meio da referência direta a outros textos e discursos, quanto de forma implícita (**intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade**), pela articulação de diferentes repertórios, valores e formas de significação em um mesmo enunciado. Nesse sentido, a intertextualidade constitui uma ferramenta analítica relevante para compreender como os entrevistados incorporam, reproduzem, negociam ou contestam sentidos provenientes dos universos religioso, político e informacional.

As relações intertextuais e interdiscursivas podem ser identificadas por meio de diferentes recursos discursivos presentes nos enunciados. Entre eles, destacam-se as citações e paráfrases de outros discursos, as pressuposições e negações que orientam determinadas interpretações da realidade, bem como o uso de metáforas, ironias e formas de metadiscurso. Esses recursos não serão empregados como categorias analíticas autônomas nesta pesquisa, mas como elementos auxiliares para a compreensão dos processos de construção de sentidos, legitimação de “verdades”, posicionamento dos sujeitos e articulação entre os diferentes discursos que conformam o cenário político e religioso tomado como objeto da pesquisa (Fairclough, 2016).

Assim, com base na abordagem tridimensional, a análise crítica do discurso dos fragmentos selecionados das entrevistas concentra-se nos eixos informacional, político-religioso e de costumes, uma vez que neles se encontram as respostas de maior densidade argumentativa, valorativa e ideológica. O eixo sociodemográfico, por sua vez, é utilizado como elemento de contextualização da amostra, não sendo submetido diretamente à análise discursiva, pois reúne predominantemente informações de caráter objetivo.

A partir desse recorte, foram definidas três categorias analíticas principais: **autoridade informacional e regimes de verdade**¹⁰⁵; **mediação religiosa da interpretação política**; e **moralização da política e fronteiras político-religiosas**.

¹⁰⁵ Nesta tese, a expressão “regimes de verdade” é mobilizada em diálogo com a acepção foucaultiana do conceito, segundo a qual a verdade não é compreendida como uma essência universal ou neutra, mas como efeito de práticas discursivas, relações de poder, instituições, procedimentos de validação e formas socialmente autorizadas de produção do verdadeiro. Desse modo, ao utilizar a expressão na categoria “autoridade informacional e regimes de verdade”, busca-se analisar como determinadas fontes, discursos e autoridades são reconhecidos pelos entrevistados como legítimos para definir o que é verdadeiro, confiável ou moralmente aceitável (Foucault, 2017).

Essas categorias não são compreendidas como classificações fixas, universais ou exaustivas, mas como construções analíticas elaboradas a partir do diálogo entre o referencial teórico e o material empírico. A escolha por essas três categorias, portanto, não limita a possibilidade de outros recortes interpretativos, considerando a riqueza do material produzido nas entrevistas. Contudo, para os fins desta tese, optou-se por aquelas que melhor dialogam com o problema de pesquisa, os objetivos propostos e a hipótese central. Embora cada uma possua um eixo privilegiado de incidência, elas se articulam continuamente, uma vez que os discursos dos entrevistados frequentemente entrelaçam informação, religião, política e moralidade.

Na apresentação dos fragmentos, optou-se por contextualizar os sujeitos entrevistados por meio de marcadores sociobiográficos gerais, como gênero, faixa etária, território, ocupação, pertencimento religioso e padrões de consumo informacional. Essa contextualização não tem por objetivo identificar os participantes, mas situar suas falas em relação às posições sociais e discursivas a partir das quais os sentidos são produzidos e negociados.

Em consonância com a perspectiva de Fairclough (2016), parte-se do pressuposto de que os enunciados não são produzidos por sujeitos abstratos ou descontextualizados, mas por sujeitos socialmente situados, cujas experiências, pertencimentos e práticas discursivas influenciam a forma como interpretam a realidade e constroem significados sobre o mundo social.

6.3.1 Autoridade informacional e regimes de verdade

Eixo privilegiado: informacional

Questão orientadora: Como os entrevistados constroem critérios de credibilidade, confiança e verdade na relação com informações, mídias, mídias sociais e fontes religiosas ou políticas?

Possibilidades de análise: em quais fontes os entrevistados confiam; quais fontes rejeitam; como avaliam mídia tradicional, mídias sociais, *WhatsApp*, *YouTube*, líderes religiosos, familiares e influenciadores; como definem o que é “verdade” ou “mentira”; como percebem *fake news*; se reconhecem desinformação; se acham que a mídia manipula; se substituem mediações jornalísticas por mediações religiosas, familiares ou comunitárias.

Núcleos Discursivos

1. A Bíblia como verdade inquestionável diante da palavra humana

Neste núcleo, a Bíblia opera como o regime de verdade máximo. A palavra sagrada é vista como imutável e inquestionável, servindo de régua para medir a validade de qualquer outra informação ou discurso político. No entanto, há também uma disputa discursiva sobre a *interpretação* dessa verdade.

Os fragmentos a seguir foram produzidos por dois entrevistados com perfis distintos, mas que convergem na atribuição de autoridade máxima à Bíblia como fonte de verdade. O primeiro é uma mulher preta, evangélica de origem, na faixa dos 30 anos, moradora da Zona Norte do Rio de Janeiro, com ensino médio completo e ensino superior em andamento. Atua na área administrativa/documental e frequenta uma igreja neopentecostal de grande presença nacional. O segundo é uma mulher parda, convertida ao evangelicalismo, na faixa dos 60 anos, moradora da Zona Oeste do Rio de Janeiro, com ensino fundamental incompleto. Atua no setor de serviços gerais e é vinculada a uma denominação evangélica independente. Apesar das diferenças de trajetória, ambos mobilizam as Escrituras como parâmetro de validação da verdade, especialmente diante de temas morais, políticos e informacionais.

Apresentação dos fragmentos

- **Fragmento Perfil 1 (P1):** *"A palavra de Deus ela é imutável e a palavra de Deus, ela é justa e eficaz. A palavra humana ela tem até poder... mas o ser humano às vezes ele defende mais o seu egoísmo do que a própria verdade... A justiça Dele é perfeita".*
- **Fragmento Perfil (P2):** *"Para mim, a Bíblia é a verdade. Então tudo que a Bíblia diz que é verdade eu vou concordar".*

Na dimensão textual, os fragmentos constroem uma oposição entre a “palavra de Deus” e a “palavra humana”. Em P1, o vocabulário atribuído à palavra divina — “imutável”, “justa”, “eficaz” e “perfeita” — produz uma cadeia semântica de estabilidade, autoridade e superioridade moral. A palavra humana, por sua vez, é associada ao “egoísmo”, à parcialidade e à possibilidade de afastamento da verdade. A entrevistada não nega completamente o poder da palavra humana, ao afirmar que ela “tem até poder”, mas subordina esse poder a uma condição moralmente inferior, pois o ser humano aparece como sujeito atravessado por interesses próprios. Já em P2, a formulação é mais direta e categórica: “a Bíblia é a verdade”.

A construção não apresenta mediações, dúvidas ou relativizações. A Bíblia não é apresentada apenas como fonte de orientação espiritual, mas como a própria verdade, diante da qual a entrevistada declara concordância plena: “tudo que a Bíblia diz que é verdade eu vou concordar”.

Do ponto de vista gramatical, observa-se que, nos dois fragmentos, a Bíblia ou a palavra de Deus ocupa o lugar de sujeito de autoridade. Em P1, a repetição da expressão “a palavra de Deus” reforça seu estatuto de fundamento absoluto, enquanto a referência ao ser humano desloca a palavra humana para o campo da falibilidade. Em P2, a estrutura “a Bíblia é a verdade” opera como afirmação identitária e epistemológica: não se trata apenas de acreditar na Bíblia, mas de reconhecê-la como critério de validação do real. A coesão dos enunciados também revela uma lógica de consequência: se a Bíblia é verdade, então a concordância com ela aparece como efeito necessário. Essa construção reduz a possibilidade de ambivalência interpretativa, pois o sentido é fechado em torno da autoridade bíblica.

Na dimensão da prática discursiva, os fragmentos evidenciam a centralidade da intertextualidade bíblica, ainda que não haja citação direta de capítulos ou versículos da Bíblia. A Escritura aparece como texto-fonte, autoridade superior e parâmetro de julgamento da realidade. Trata-se de uma intertextualidade constitutiva, ou interdiscursividade, na medida em que o discurso religioso estrutura a forma como as entrevistadas interpretam temas que extrapolam o campo estritamente espiritual. A Bíblia é mobilizada como matriz discursiva capaz de organizar percepções sobre verdade, justiça, moralidade e conduta social. Nesse sentido, os fragmentos revelam uma prática discursiva na qual a interpretação do mundo é mediada por repertórios religiosos, ensinamentos comunitários e formas de autoridade legitimadas no interior do evangelicalismo.

Na dimensão da prática social, a atribuição de verdade absoluta à Bíblia contribui para a construção de uma hierarquia de legitimidade informacional. Nessa hierarquia, a verdade religiosa ocupa posição superior em relação à palavra humana e, potencialmente, a outras formas de conhecimento, como o jornalismo, a ciência, as instituições políticas, a escola ou o debate público plural. Essa forma de autoridade pode produzir efeitos importantes na interpretação de acontecimentos sociais e políticos, pois temas públicos passam a ser avaliados a partir de critérios religiosos entendidos como universais, estáveis e inquestionáveis. A oposição entre palavra divina e palavra humana também pode favorecer uma leitura moralizada da realidade, na qual divergências interpretativas são deslocadas para o campo da verdade e do erro, da justiça e do egoísmo, da fidelidade e do desvio.

Essa regularidade também se conecta ao referencial teórico da tese, especialmente à noção de regime de informação. A verdade, nesses fragmentos, não aparece como resultado de um processo aberto de verificação, debate ou mediação institucional, mas como algo ancorado em uma autoridade religiosa previamente legitimada. A Bíblia opera, assim, como dispositivo de ordenação informacional e moral: ela classifica o que deve ser reconhecido como verdadeiro, justo e legítimo. Ao mesmo tempo, essa forma de autoridade não se restringe ao domínio privado da fé, pois pode orientar leituras sobre política, costumes, mídia e vida pública.

Além disso, essa regularidade dialoga com o referencial teórico de André Anéas (2024b), especialmente quando o autor apresenta a lógica de pensamento do tipo ideal do político fundamentalista atuante na esfera pública. Segundo o autor, essa lógica se sustenta em uma interpretação bíblica marcada pela literalidade, que não abre espaço para uma análise crítica do texto sagrado — como a exegese, a hermenêutica, o estudo das línguas originais e a contextualização histórica —, produzindo uma leitura que, nos termos do autor, não corresponde à realidade concreta do mundo. Nesse sentido, os fragmentos analisados não permitem classificar automaticamente as entrevistadas como representantes desse tipo ideal, mas evidenciam uma forma de autoridade bíblica que se aproxima dessa lógica ao tomar a Escritura como critério imediato e superior de verdade.

2. Autoridade bíblica, interpretação e limites da apropriação política da fé

Os fragmentos a seguir foram produzidos por dois entrevistados com perfis distintos, mas que convergem em apontar criticamente uma possível manipulação da verdade bíblica. O primeiro é uma mulher preta, na faixa dos 30 anos, moradora da Zona Oeste do Rio de Janeiro, com ensino médio completo e ensino superior em andamento. Com trajetória de conversão ao evangelicalismo, atua na área da saúde/assistência ao público e frequenta uma comunidade evangélica independente de perfil pós-denominacional. O segundo é um homem preto, na faixa dos 50 anos, morador do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, com ensino superior completo e trajetória de conversão ao evangelicalismo. Atua como bibliotecário e é vinculado a uma denominação evangélica independente.

Apresentação dos fragmentos

- **Fragmento Perfil 1 (P1):** *"Eh, a Bíblia fala sobre política, né? Mas ela não fala sobre como é um texto, né? Como é um livro, vamos colocar assim, e*

infelizmente ficou aberto à interpretação e a gente sabe que hoje em dia a interpretação não é o forte de muita gente... A Bíblia nunca diz em quem votar".

- **Fragmento Perfil 1 (P2):** *"O ideário da Bíblia e do ensinamento de Cristo é de amor e tolerância. Amor, tolerância e não violência... Então, se aparecesse mesmo um candidato evangélico que começasse a atacar o direito de culto de religiões de matriz africana, eu seria contra ele".*

Na dimensão textual, os fragmentos apresentam um deslocamento importante em relação à afirmação da Bíblia como verdade inquestionável. Em P1, a entrevistada reconhece que “a Bíblia fala sobre política”, mas imediatamente estabelece um limite interpretativo: “ela não fala sobre como é um texto” e “a Bíblia nunca diz em quem votar”. O vocabulário empregado — “texto”, “livro”, “interpretação” — desloca a Bíblia de uma posição de prescrição direta para uma posição de referência que exige mediação interpretativa. A expressão “ficou aberto à interpretação” evidencia a percepção de que o texto bíblico não produz, por si só, uma orientação política automática. Ao afirmar que “a interpretação não é o forte de muita gente”, a entrevistada introduz uma crítica à leitura simplificada, literal ou instrumental da Escritura.

Em P2, o vocabulário central é composto pelos termos “amor”, “tolerância” e “não violência”, apresentados como núcleo do “ideário da Bíblia” e do “ensinamento de Cristo”. Diferentemente de leituras que associam a identidade evangélica a uma adesão automática a candidatos religiosos, o entrevistado estabelece um critério ético para avaliar a ação política: se um candidato evangélico atacasse o direito de culto de religiões de matriz africana, ele se colocaria contra esse candidato. Do ponto de vista gramatical, há uma construção condicional — “se aparecesse mesmo um candidato evangélico...” — que permite testar os limites da identificação religiosa na política. A identidade evangélica do candidato, nesse caso, não é suficiente para garantir legitimidade; ela precisa ser confrontada com princípios éticos atribuídos ao ensinamento cristão.

Na dimensão da prática discursiva, os dois fragmentos mobilizam a Bíblia como texto-fonte, mas recusam sua apropriação direta e automática como instrumento de orientação eleitoral. Há, portanto, uma forma de intertextualidade bíblica que não opera pela citação literal de versículos, mas pela evocação de princípios gerais atribuídos ao texto sagrado. Em P1, a Bíblia aparece como objeto de interpretação; em P2, como matriz ética fundada no amor, na tolerância e na não violência. Em ambos os casos, a interdiscursividade se manifesta

na articulação entre discurso religioso, discurso político, discurso ético e discurso sobre direitos. A fala de P2, em especial, combina referências cristãs com um vocabulário próximo ao campo democrático e jurídico, ao mencionar o “direito de culto” de religiões de matriz africana.

Esses fragmentos também revelam uma disputa interna em torno da autoridade informacional religiosa. A Bíblia permanece como fonte legítima de orientação, mas sua leitura não é tomada como evidente, unívoca ou diretamente aplicável à escolha eleitoral. Ao contrário, os entrevistados apontam para a necessidade de interpretação, discernimento e coerência ética. Isso sugere que a autoridade bíblica, embora reconhecida, pode ser mobilizada tanto para legitimar posições políticas quanto para contestar usos políticos da religião que contrariem princípios cristãos percebidos como fundamentais.

Na dimensão da prática social, os fragmentos indicam formas de resistência à instrumentalização política da fé. A fala de P1 questiona a passagem direta entre Bíblia e voto, recusando a ideia de que a Escritura determine automaticamente uma escolha eleitoral. A fala de P2, por sua vez, desloca a legitimidade política do pertencimento religioso do candidato para sua prática em relação à liberdade religiosa, à tolerância e à não violência. Nesse sentido, os fragmentos tensionam discursos presentes em segmentos da direita cristã que associam a identidade evangélica a uma posição política específica ou à defesa de uma agenda moral homogênea. Os entrevistados não rejeitam a autoridade bíblica, mas recusam sua transformação em instrumento de imposição política ou de ataque a outros grupos religiosos.

Essa regularidade se conecta ao referencial teórico da tese, especialmente à noção de regime de informação, porque evidencia que a autoridade religiosa não opera de modo uniforme entre os sujeitos entrevistados. A Bíblia compõe um regime de verdade, mas sua interpretação pode ser mediada por diferentes critérios: literalidade, tradição comunitária, ensinamento pastoral, experiência pessoal, princípios éticos, defesa de direitos e percepção democrática. Assim, o regime de informação evangélico não deve ser compreendido como bloco homogêneo, mas como campo atravessado por disputas interpretativas sobre quem pode falar em nome da verdade bíblica e com quais efeitos sociais e políticos.

Além disso, os fragmentos dialogam com a discussão sobre fundamentalismo religioso e atuação pública da fé. Conforme o referencial de André Anéas (2024b), a lógica do tipo ideal do político protestante admite certa relatividade em relação à “verdade”, evitando aderir a uma epistemologia rígida. Essa estruturação do pensamento considera a possibilidade de erro interpretativo e fundamenta-se no espírito crítico dessa tradição. Desse modo, não se

considera detentora da “verdade absoluta”, valorizando os princípios democráticos como antídoto contra o fanatismo religioso e o autoritarismo. Em P1, essa mediação aparece na afirmação de que a Bíblia “ficou aberta à interpretação” e de que “nunca diz em quem votar”. Em P2, a autoridade bíblica é articulada a princípios de amor, tolerância e não violência, funcionando como limite ético à adesão automática a candidatos evangélicos. Portanto, esses fragmentos sugerem uma apropriação da Bíblia que, embora mantenha sua centralidade como fonte de autoridade, introduz mediações críticas capazes de tensionar leituras religiosas de caráter político-fundamentalista.

3. A delegação total de autoridade: o pastor como mediador da vontade divina

A autoridade atribuída à liderança religiosa, especialmente à figura do pastor, aparece de modo heterogêneo entre os entrevistados. Para alguns, a autoridade pastoral é legitimada por sua suposta investidura espiritual ou por sua posição de mediação da vontade divina. Para outros, o discurso pastoral passa por um crivo mais rigoroso, em que sua legitimidade é testada pela própria Bíblia, pela experiência individual ou pela percepção de possíveis vieses ideológicos. O fragmento a seguir refere-se a um homem pardo, na faixa dos 60 anos, morador da Zona Oeste do Rio de Janeiro, com ensino fundamental incompleto e evangélico de origem. Aposentado, atuou anteriormente no setor de transporte urbano e frequenta uma igreja pentecostal.

Apresentação do fragmento

- **Fragmento Perfil 1 (P1):** *"O pastor é o anjo da igreja. Ele tá ali porque Deus permitiu, porque Deus colocou".*

Na dimensão textual, o fragmento constrói a autoridade pastoral por meio de uma metáfora religiosa: “o pastor é o anjo da igreja”. A metáfora desloca a figura do pastor do plano meramente humano e institucional para o plano espiritual, conferindo-lhe uma posição sacralizada diante da comunidade. Ao nomeá-lo como “anjo”, o entrevistado não o representa apenas como dirigente, pregador ou administrador eclesiástico, mas como mediador espiritual, investido de autoridade por Deus. Assim, a metáfora opera como recurso discursivo de legitimação, pois associa a liderança pastoral a uma origem divina e, consequentemente, dificulta sua contestação no interior da comunidade religiosa.

Do ponto de vista gramatical, a frase “ele tá ali porque Deus permitiu, porque Deus colocou” atribui a Deus a agência principal da posição pastoral. O pastor não aparece como alguém que chegou à liderança por formação teológica, trajetória institucional, escolha comunitária ou decisão denominacional, mas como sujeito colocado por Deus. A repetição da estrutura causal “porque Deus permitiu, porque Deus colocou” reforça a origem divina da autoridade pastoral e reduz a possibilidade de questionamento humano dessa posição. A coesão do enunciado se organiza justamente pela relação causal entre presença pastoral e vontade divina: o pastor ocupa aquele lugar porque Deus assim determinou.

Na dimensão da prática discursiva, essa metáfora mobiliza uma intertextualidade religiosa, pois remete a repertórios bíblicos e eclesiais nos quais figuras espirituais são associadas à guarda, à condução e à mediação entre Deus e seu povo. Ainda que o entrevistado não cite diretamente uma passagem bíblica, a imagem do “anjo da igreja” aciona uma memória discursiva cristã que reforça a autoridade espiritual do pastor. Trata-se, portanto, de uma intertextualidade constitutiva, ou interdiscursividade, na qual o discurso pastoral, o discurso bíblico e o discurso de obediência espiritual se articulam.

Na dimensão da prática social, a fala revela uma forma de delegação intensa de autoridade à liderança religiosa. Ao definir o pastor como “anjo da igreja” e afirmar que ele está naquela posição porque Deus o colocou, o entrevistado constrói uma hierarquia de legitimidade em que a autoridade pastoral se torna difícil de contestar. Questionar o pastor pode, nesse enquadramento, aproximar-se simbolicamente de questionar a própria vontade divina. Essa forma de legitimação fortalece a posição do líder religioso como mediador privilegiado da verdade, da orientação moral e, potencialmente, da interpretação política.

Essa formulação também se conecta à noção de regime de informação, pois indica que a autoridade informacional, nesse caso, não se organiza apenas em torno da Bíblia como texto sagrado, mas também em torno de sujeitos autorizados a interpretá-la e comunicá-la. O pastor aparece como agente de mediação da verdade religiosa, ocupando uma posição estratégica na circulação, seleção e legitimação de sentidos. Nesse regime, a informação considerada válida pode depender não apenas do conteúdo enunciado, mas do lugar de autoridade ocupado por quem enuncia. Assim, a liderança pastoral funciona como dispositivo de ordenação simbólica e informacional, capaz de orientar percepções sobre fé, moralidade, comportamento e vida pública.

4. A autoridade pastoral submetida ao crivo da Bíblia e do discernimento individual

Os fragmentos a seguir referem-se a três entrevistados com perfis distintos, mas que convergem na construção de uma postura crítica em relação à autoridade pastoral. O primeiro perfil corresponde a um homem preto, na faixa dos 40 anos, morador da Baixada Fluminense, com ensino fundamental incompleto e trajetória de conversão ao evangelicalismo. Atua em função operacional no setor de serviços, complementando sua renda com trabalhos autônomos, e frequenta uma igreja pentecostal. O segundo corresponde a uma mulher branca, na faixa dos 20 anos, moradora da Baixada Fluminense, com ensino médio completo e ensino superior em andamento. Evangélica de origem, atua como vendedora no setor comercial e frequenta uma igreja neopentecostal. O terceiro corresponde a um homem branco, na faixa dos 60 anos, morador da Zona Sul do Rio de Janeiro, com formação superior em mais de uma área. Evangélico de origem, é vinculado a uma igreja evangélica histórica/missionária. Apesar das diferenças de gênero, raça/cor, geração, escolaridade, território, ocupação e pertencimento denominacional, os três entrevistados recusam a obediência automática à liderança religiosa e afirmam a necessidade de submeter o discurso pastoral a algum tipo de verificação.

Apresentação dos fragmentos

- **Fragmento Perfil 1 (P1):** *"Ele [o fiel] não só escuta o líder e sai fazendo, ele tem a Bíblia também como norma de regra de fé de conduta. Ele não só faz aquilo que o líder fala, ele pode pesquisar se o líder tá falando algo que é coerente, não".*
- **Fragmento Perfil 2 (P2):** *"Nem sempre são pessoas que estão adeptas [na verdade quis dizer preparadas] a estarem nos lugares que estão, aí acabam falando coisas que são completamente incoerentes e só por serem líderes, todo mundo quer seguir aquilo e às vezes a gente vê que é uma coisa errada".*
- **Fragmento Perfil 3 (P3):** *"O meu parâmetro não é a igreja. O meu parâmetro é Jesus... o pastor falou... você tem a minha autorização para desobedecer... quando eu estiver falando alguma coisa que esteja fora da palavra".*

Na dimensão textual, os três fragmentos constroem uma crítica à autoridade pastoral quando esta se apresenta de forma descolada de critérios de coerência bíblica, ética ou interpretativa. Em P1, o vocabulário empregado — “Bíblia”, “norma”, “regra de fé”, “conduta”, “pesquisar” e “coerente” — organiza uma relação entre autoridade religiosa e verificação. O fiel não é representado como sujeito passivo diante da liderança, mas como alguém que “pode pesquisar” e avaliar se o líder fala algo coerente. A expressão “não só

escuta o líder e sai fazendo” recusa uma prática de obediência automática e introduz uma mediação crítica entre a palavra pastoral e a ação do fiel.

Em P2, a crítica se desloca para a competência e legitimidade dos próprios líderes religiosos. A entrevistada afirma que “nem sempre são pessoas que estão preparadas” para ocupar os lugares em que estão. O vocabulário “preparadas”, “incoerentes”, “líderes”, “seguir” e “errada” constrói uma oposição entre posição de autoridade e legitimidade efetiva. O fato de alguém ocupar uma posição de liderança não garante, por si só, a verdade ou a correção do que é dito. A construção “só por serem líderes, todo mundo quer seguir aquilo” denuncia o risco de adesão acrítica à palavra pastoral, especialmente quando a autoridade institucional se sobrepõe ao discernimento individual.

Em P3, a oposição é ainda mais explícita: “O meu parâmetro não é a igreja. O meu parâmetro é Jesus”. O termo “parâmetro” é central porque desloca a fonte de validação da instituição eclesial para a figura de Jesus e para a “palavra”. A fala citada do pastor — “você tem a minha autorização para desobedecer” — introduz uma formulação paradoxal: a própria liderança reconhece a legitimidade da desobediência quando sua fala se afasta da palavra bíblica. Assim, a autoridade pastoral é relativizada por um critério superior, que não é a instituição, mas a fidelidade à palavra e ao ensinamento de Jesus.

Do ponto de vista gramatical, os fragmentos apresentam sujeitos fiéis dotados de agência interpretativa. Em P1, o fiel “pode pesquisar”; em P2, “a gente vê” quando algo está errado; em P3, o entrevistado afirma “o meu parâmetro”, assumindo a posição de sujeito capaz de avaliar a autoridade religiosa. Essa construção gramatical é relevante porque desloca o fiel da posição de receptor passivo para a posição de intérprete ativo. A coesão dos enunciados se organiza em torno de uma lógica condicional: o líder pode orientar, mas sua fala precisa ser coerente; o pastor pode ensinar, mas pode ser desobedecido se estiver fora da palavra; a liderança pode ocupar um lugar de autoridade, mas isso não elimina a necessidade de discernimento.

Na dimensão da prática discursiva, os fragmentos mobilizam uma interdiscursividade entre discurso religioso, discurso bíblico, discurso da autonomia individual e discurso crítico sobre autoridade. A Bíblia aparece em P1 e P3 como instância de controle do discurso pastoral. Não se trata de negar a liderança religiosa, mas de submetê-la a um critério superior de validação. A intertextualidade bíblica se manifesta de modo indireto, pela referência à Bíblia como “regra de fé e conduta” e à “palavra” como limite da obediência. Em P3, há ainda intertextualidade manifesta, pois o entrevistado incorpora a fala de um pastor que autoriza a

desobediência em caso de afastamento da palavra. Essa voz pastoral, citada pelo entrevistado, funciona paradoxalmente como legitimação da crítica à própria autoridade pastoral.

A presença de perfis distintos reforça a relevância analítica desse núcleo discursivo. A crítica à autoridade pastoral não aparece apenas entre sujeitos com escolaridade mais elevada ou pertencentes a igrejas históricas/missionárias, como poderia sugerir o perfil de P3. Ela também aparece em P1, homem pentecostal, com ensino fundamental incompleto, e em P2, jovem neopentecostal, com ensino superior em andamento. Isso indica que a submissão do discurso pastoral ao crivo da Bíblia e do discernimento individual atravessa diferentes posições sociais, geracionais, educacionais e denominacionais. Ao mesmo tempo, os perfis modulam o modo como a crítica é formulada: P1 recorre à Bíblia como “norma” e à possibilidade de “pesquisar”; P2 enfatiza a falta de preparo e a incoerência de algumas lideranças; P3 articula a crítica a uma hierarquia teológica em que Jesus e a palavra se sobrepõem à igreja e ao pastor.

Na dimensão da prática social, os fragmentos indicam uma tensão interna nas formas de autoridade religiosa. Diferentemente da delegação total de autoridade ao pastor, aqui a liderança é reconhecida, mas não absolutizada. Essa tensão é importante porque revela que a autoridade pastoral, no campo evangélico, não opera de modo homogêneo nem necessariamente incontestável. Os entrevistados constroem limites para a obediência religiosa, especialmente quando a fala do líder é percebida como incoerente, despreparada ou em desacordo com a Bíblia. Isso permite observar disputas em torno de quem tem legitimidade para interpretar a verdade religiosa e orientar a conduta dos fiéis.

Essa regularidade se conecta ao referencial teórico da tese, especialmente à noção de regime de informação. Os fragmentos mostram que a autoridade informacional no campo evangélico não se organiza apenas pela figura do pastor como mediador autorizado, mas também por mecanismos internos de validação, contestação e controle. A Bíblia aparece como instância normativa capaz de limitar a palavra pastoral, enquanto o indivíduo aparece como sujeito que interpreta, compara, pesquisa e avalia. Assim, o regime de informação evangélico é atravessado por relações de poder, mas também por disputas sobre legitimidade, competência e verdade.

Essa análise também permite tensionar a ideia de uma adesão automática dos fiéis à liderança religiosa. Embora o pastor possa ocupar posição de autoridade espiritual, os fragmentos revelam que essa autoridade pode ser negociada e submetida a critérios de discernimento. Tal dinâmica é relevante para compreender os modos pelos quais os entrevistados reconhecem, validam e hierarquizam autoridades produtoras de verdade no

interior do regime de informação religioso. Assim, a circulação da verdade religiosa não depende apenas da hierarquia institucional, mas também de processos de recepção ativa, comparação com a Bíblia e julgamento individual. Nesse sentido, os fragmentos evidenciam uma forma de agência interpretativa que tensiona leituras mais rígidas ou verticalizadas da autoridade pastoral.

5. Desconfiança generalizada e retração do compartilhamento de informações

A forma como os entrevistados consomem, validam e compartilham informações evidencia como os regime de informação se expressam nas práticas cotidianas de acesso, circulação e legitimação da verdade. Neste núcleo discursivo, são analisados três tópicos distintos relacionados aos fluxos informacionais contemporâneos e às diferentes maneiras pelas quais os sujeitos interpretam, filtram e atribuem credibilidade às informações que circulam em mídias jornalísticas, plataformas digitais abertas e aplicativos de mensagens.

O fragmento refere-se a uma mulher parda, na faixa dos 80 anos, moradora da Baixada Fluminense, com ensino fundamental completo. Aposentada e com trajetória de conversão ao evangelicalismo, é vinculada a uma igreja evangélica histórica/missionária. O perfil contextual contribui para a análise na medida em que permite considerar a posição geracional da entrevistada diante de um ambiente informacional marcado pela circulação intensa de conteúdos em mídias sociais e aplicativos de mensagens. Sua fala não expressa adesão acrítica aos conteúdos digitais, mas uma postura de desconfiança e retração diante da dificuldade de distinguir informações verdadeiras e falsas.

Apresentação do fragmento

- **Fragmento Perfil 1 (P1):** *"Eu não passo para ninguém [informação] não. A maioria acho que são falsas... eu acho verdadeiras [sic] hoje em dia é difícil porque tá tudo tão difícil da gente acreditar... eu não confio de jeito nenhum".* [contexto em que a entrevistada não compartilha de jeito nenhum as informações que vê nas mídias sociais, pois tem dificuldade em saber o que é verdade].

Na dimensão textual, o fragmento é marcado por expressões de negação, dúvida e desconfiança. A repetição de formas negativas — “não passo”, “não confio de jeito nenhum” — constrói uma posição discursiva de recusa ao compartilhamento. A expressão “a maioria acho que são falsas” indica uma percepção generalizada de falsidade no ambiente informacional, ainda que formulada com marcas de hesitação, como “acho”. A entrevistada

não afirma ter critérios seguros para distinguir o verdadeiro do falso; ao contrário, ela evidencia a dificuldade desse processo ao dizer que “hoje em dia é difícil” e que “tá tudo tão difícil da gente acreditar”.

A expressão “hoje em dia” funciona como marcador temporal importante, pois sugere uma comparação implícita entre o presente informacional, marcado pela circulação intensa de conteúdos digitais, e um passado percebido como menos instável ou menos saturado por informações duvidosas. Considerando o perfil geracional da entrevistada, na faixa dos 80 anos, essa formulação pode indicar a experiência de transição entre formas analógicas e digitais de acesso à informação, nas quais os critérios de confiança, autoridade e validação se reorganizam. Assim, a dificuldade de acreditar não se refere apenas ao conteúdo específico recebido, mas à própria transformação do ambiente informacional contemporâneo.

Do ponto de vista gramatical, a fala se organiza em torno da primeira pessoa — “eu não passo”, “eu acho”, “eu não confio” —, o que reforça uma tomada de posição individual diante dos fluxos informacionais. A entrevistada não se apresenta como avaliadora especializada da informação, mas como sujeito que, diante da incerteza, opta pela suspensão da circulação. A coesão do enunciado se constrói pela sequência entre percepção de falsidade, dificuldade de acreditar e recusa do compartilhamento. Assim, a desconfiança não resulta em engajamento crítico ativo, como checagem sistemática ou comparação entre fontes, mas em retração: diante da dúvida, a entrevistada prefere não repassar informações.

Na dimensão da prática discursiva, o fragmento evidencia uma relação de consumo informacional marcada pela desconfiança. A entrevistada refere-se a informações que circulam nas mídias sociais, mas se coloca fora da cadeia de redistribuição desses conteúdos. Sua fala sugere que o excesso de informações e a percepção da presença recorrente de *fake news* produzem um efeito de saturação e insegurança interpretativa. Nesse sentido, a circulação informacional não aparece como espaço de ampliação da confiança, mas como ambiente no qual a verdade se torna difícil de reconhecer. A prática discursiva aqui observada é menos a do compartilhamento militante ou da adesão a conteúdos falsos e mais a de bloqueio preventivo da circulação.

A ausência de referência explícita a fontes de verificação também é significativa. A entrevistada não menciona checadores, veículos jornalísticos, lideranças religiosas, familiares ou especialistas como instâncias capazes de resolver a dúvida. Em vez disso, constrói uma postura de desconfiança generalizada: “eu não confio de jeito nenhum”. Essa formulação indica que a crise de confiança não se dirige apenas a uma fonte específica, mas ao próprio ambiente informacional contemporâneo, percebido como instável e pouco confiável.

Na dimensão da prática social, o fragmento revela efeitos mais amplos dos regime de informação na era digital. A circulação ampliada de conteúdos não produz necessariamente maior confiança ou maior capacidade de participação informada; ao contrário, pode gerar uma percepção de instabilidade diante da dificuldade de reconhecer fontes, critérios e autoridades legítimas de validação. Nesse sentido, a fala da entrevistada tensiona a ideia de que os sujeitos religiosos atuam apenas como vetores passivos de circulação de fake news. O que se observa é uma posição de cautela diante de um ambiente informacional percebido como incerto, no qual a abundância de conteúdos não garante segurança interpretativa.

Essa análise se conecta ao referencial teórico da tese, especialmente à noção de regime de informação, porque mostra como a verdade é disputada e percebida em um ambiente de circulação digital fragmentada. A fala da entrevistada indica que os regime de informação contemporâneos não operam apenas por adesão, persuasão ou manipulação, mas também por desconfiança, suspensão e retração. Nesse caso, a crise de autoridade informacional não leva à substituição de uma fonte por outra, mas a uma deslegitimação generalizada dos conteúdos que circulam nas mídias sociais. Assim, a entrevistada constrói uma forma defensiva de lidar com a informação: diante da impossibilidade percebida de validar a verdade, opta por não participar da sua redistribuição.

Esse movimento também dialoga com a reflexão de Habermas (2023) sobre a nova configuração da esfera pública. Na esfera pública mediada pelos veículos tradicionais de comunicação, jornalistas, editores e outros profissionais exerciam a função de *gatekeepers*, atuando na seleção, hierarquização e validação das informações que alcançavam o debate público. Ainda que esse modelo também estivesse sujeito a disputas, interesses e assimetrias de poder e mesmo desinformação, havia mecanismos institucionais de filtragem, responsabilização e controle de qualidade.

Na configuração digital contemporânea, ocorre uma desintermediação parcial desses filtros tradicionais, de modo que usuários comuns passam a assumir simultaneamente os papéis de receptores, produtores e disseminadores de informação. O fragmento evidencia um dos efeitos dessa transformação: diante da ampliação dos fluxos informacionais e da ausência de critérios compartilhados de validação, a entrevistada não se sente capaz de distinguir com segurança o verdadeiro do falso. Sua recusa ao compartilhamento expressa, portanto, não apenas uma posição individual de cautela, mas um sintoma das dificuldades contemporâneas de produção da confiança na esfera pública digital (Habermas, 2023).

6. Confiança por afinidade ideológica e mediação algorítmica

O fragmento refere-se a um homem branco, na faixa dos 50 anos, morador da Baixada Fluminense, com ensino fundamental incompleto e trajetória de conversão ao evangelicalismo. Atua em função operacional no setor de serviços e frequenta uma igreja neopentecostal. No contexto da entrevista, o sujeito afirmou informar-se por veículos e comunicadores identificados com o campo da direita, como *Revista Oeste* e Alexandre Garcia¹⁰⁶. Esse dado contextual é relevante porque permite compreender que a confiança informacional expressa no fragmento não se constitui de modo abstrato, mas no interior de um circuito de consumo midiático politicamente orientado.

Apresentação do fragmento

- **Fragmento Perfil 1 (P1):** (que se informa por veículos de direita, como *Revista Oeste* e Alexandre Garcia): [Verifica se a informação é verdadeira?] *“Não, não vejo isso não, porque geralmente o YouTube é... eu só recebo quando tem inscrito, eu sou inscrito... eles mandam para mim, eu vejo... eu confio”*.

Na dimensão textual, o fragmento é marcado pela negação explícita da prática de verificação: “Não, não vejo isso não”. A repetição do “não” constrói uma recusa direta à checagem da veracidade da informação. Em seguida, a justificativa se organiza em torno da relação do entrevistado com o YouTube e com os canais nos quais está inscrito: “eu só recebo quando tem inscrito, eu sou inscrito”. O vocabulário da inscrição, do recebimento e da confiança — “inscrito”, “mandam para mim”, “vejo”, “confio” — constrói uma cadeia discursiva em que a familiaridade com a fonte substitui a verificação externa.

Do ponto de vista gramatical, chama atenção a centralidade da primeira pessoa: “eu recebo”, “eu sou inscrito”, “eu vejo”, “eu confio”. O entrevistado descreve um circuito informacional personalizado, no qual a informação chega até ele por meio de canais previamente escolhidos. A coesão do enunciado se organiza por uma sequência de ações simples e naturalizadas: estar inscrito, receber, assistir e confiar. Não há, na fala, referência à comparação entre fontes, consulta a veículos distintos, checagem jornalística ou avaliação de evidências. A inscrição no canal aparece como critério suficiente de credibilidade.

¹⁰⁶ O porta-voz do último presidente da ditadura militar, general João Batista Figueiredo, atuou como jornalista em diferentes veículos jornalísticos, como *Jornal do Brasil*, *Manchete*, TV Globo e TV Jovem Pan News. Além de colunista nos veículos *Gazeta do Povo*, *Correio do Povo* e *Revista Oeste*, tem um canal no Youtube, desde 11/12/2018, com 3,15 milhões de seguidores e 3.530 vídeos publicados, tendo somado 566,4 milhões de visualizações (Acesso em: 02 jun. 2026).

Na dimensão da prática discursiva, o fragmento revela uma forma de consumo informacional mediada por plataformas digitais abertas, especialmente o *YouTube*. O entrevistado não se apresenta como alguém que busca ativamente informações em diferentes fontes, mas como receptor de conteúdos enviados a partir de sua inscrição em determinados canais. Essa dinâmica evidencia a importância das plataformas na organização dos fluxos informacionais: a informação chega ao sujeito por meio de mecanismos de recomendação, assinatura e notificação, reforçando circuitos de familiaridade e confiança. Nesse sentido, a credibilidade não é construída apenas pelo conteúdo da notícia, mas pela relação prévia com a fonte e pelo pertencimento a um repertório midiático e ideológico específico.

O contexto de consumo de veículos e comunicadores identificados com a direita também contribui para interpretar o fragmento. A confiança declarada pelo entrevistado não se dirige genericamente ao *YouTube* como plataforma, mas aos canais e vozes que compõem seu ambiente informacional. Desse modo, a fala permite observar uma forma de credibilidade ideológica: o conteúdo é recebido como confiável porque provém de fontes previamente reconhecidas como alinhadas às suas referências políticas e, possivelmente, morais e religiosas. Essa dinâmica se aproxima do que pode ser compreendido como filtro bolha (Pariser, 2012), na qual a confiança se estrutura menos pela verificação pública da informação e mais pela afinidade com determinados emissores.

Na dimensão da prática social, o fragmento aponta para os efeitos da desintermediação parcial dos filtros tradicionais da informação. Na configuração digital contemporânea, o sujeito não depende necessariamente de jornalistas, editores ou instituições jornalísticas tradicionais para acessar conteúdos sobre política e sociedade. Ele compõe seu próprio circuito de informação a partir de canais, inscrições e recomendações algorítmicas. No entanto, essa autonomia aparente não significa ampliação automática da crítica ou da pluralidade informacional. Ao contrário, pode favorecer circuitos fechados de confirmação, nos quais a informação circula entre fontes reconhecidas como confiáveis justamente porque reforçam expectativas, valores e posições previamente assumidas.

A análise também permite compreender que o perfil contextual do entrevistado não deve ser usado de modo determinista, mas ajuda a situar sua fala. Trata-se de um homem de meia-idade, morador da Baixada Fluminense, vinculado a uma igreja neopentecostal e consumidor de veículos de direita. Esses marcadores não explicam isoladamente sua confiança nos canais digitais, mas ajudam a compreender o lugar social, religioso e político a partir do qual ele organiza seus critérios de credibilidade. O fragmento revela que a validação da informação não ocorre apenas por critérios técnicos ou jornalísticos, mas também por

vínculos de confiança, identificação ideológica e familiaridade com determinados mediadores digitais.

Essa análise se conecta ao referencial teórico da tese por articular regime de informação e nova configuração da esfera pública. Do ponto de vista dos regime de informação, o fragmento mostra que a verdade é validada no interior de circuitos de autoridade e confiança previamente constituídos. A fonte é considerada crível não porque tenha sido submetida a processos externos de verificação, mas porque pertence ao repertório informacional reconhecido pelo sujeito. A confiança, nesse caso, é menos resultado de checagem e mais efeito de uma relação estabilizada com determinados canais, comunicadores e plataformas.

Em diálogo com Habermas (2023), a escolha dos próprios circuitos informacionais é atravessada pela lógica das plataformas, que organizam visibilidade, recomendação e recorrência dos conteúdos. Assim, o entrevistado atua simultaneamente como receptor e curador de sua própria dieta informacional, mas essa curadoria ocorre em um ambiente marcado por segmentação ideológica e ausência de critérios compartilhados de validação. O resultado é uma confiança fortemente ancorada na familiaridade e no alinhamento com as fontes, mais do que na verificação pública da informação.

7. Verificação ativa e disputa pela credibilidade da informação

Neste último núcleo discursivo da categoria analítica, são analisados fragmentos de três entrevistados que convergem quanto à importância de conferir as informações antes de aceitá-las ou compartilhá-las. O primeiro perfil corresponde a um homem branco, na faixa dos 60 anos, morador da Zona Sul do Rio de Janeiro, com formação superior em mais de uma área. Evangélico de origem, é vinculado a uma igreja evangélica histórica/missionária. O segundo perfil corresponde a um homem preto, na faixa dos 50 anos, morador do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, com ensino superior completo e trajetória de conversão ao evangelicalismo. Atua como bibliotecário e é vinculado a uma denominação evangélica independente. O terceiro perfil corresponde a um homem pardo, na faixa dos 30 anos, morador da Baixada Fluminense, com ensino médio completo e evangélico de origem. Atua no setor de transporte por aplicativo e em atividade complementar ligada à segurança privada, sendo vinculado a uma comunidade evangélica de perfil pós-denominacional. Embora tenham trajetórias sociais, profissionais, territoriais e denominacionais distintas, os três entrevistados mobilizam algum tipo de procedimento de filtragem, pesquisa ou checagem diante dos fluxos informacionais contemporâneos.

Apresentações dos fragmentos

- **Fragmento Perfil 1 (P1):** *"É por isso a necessidade de você saber de quem você está recebendo a informação... as pessoas estão pegando as suas verdades dali sem um filtro. Vai e joga ali como se fosse a maior verdade".* [contexto das pessoas não filtrarem as informações que consomem nas plataformas digitais]
- **Fragmento Perfil 2 (P2):** (Bibliotecário, que busca confrontar desinformação nos grupos da igreja): *"Eu aprendi a buscar as fontes de informação... consigo reconhecer conteúdo falso... consulto o Fato ou Fake... Às vezes as pessoas simplesmente desacreditam e automaticamente também já te vinculam a um viés de esquerda".*
- **Fragmento Perfil 3 (P3):** *"Aparece a notícia e se me interessar eu vou pesquisando mais a fundo para saber o conteúdo total da história".*

Na dimensão textual, os três fragmentos se organizam em torno de vocabulários associados à verificação, filtragem e aprofundamento da informação. Em P1, destacam-se as expressões “saber de quem você está recebendo a informação”, “sem um filtro” e “como se fosse a maior verdade”. A fala constrói uma crítica à circulação acrítica de conteúdos nas plataformas digitais, em que informações são apropriadas como “verdades” sem avaliação prévia da fonte. A expressão “vai e joga ali” sugere uma prática de compartilhamento impulsivo, marcada pela ausência de mediação reflexiva.

Em P2, o vocabulário é mais técnico e diretamente relacionado à competência informacional: “buscar as fontes de informação”, “reconhecer conteúdo falso” e “consulto o Fato ou Fake”. A fala do entrevistado apresenta a verificação como aprendizado e como prática adquirida. Diferentemente de P1, que formula uma crítica geral à ausência de filtro, P2 descreve procedimentos concretos de checagem e explicita o uso de uma agência jornalística de verificação. No entanto, o enunciado também introduz um conflito: ao confrontar conteúdos falsos, o sujeito afirma ser associado a um “viés de esquerda”. Assim, a verificação da informação deixa de ser percebida apenas como prática técnica e passa a ser interpretada, por alguns interlocutores, como posicionamento político.

Em P3, a verificação aparece por meio de uma postura de aprofundamento seletivo: “se me interessar eu vou pesquisando mais a fundo”. O entrevistado não descreve necessariamente o uso de checadores ou fontes especializadas, mas apresenta uma disposição para buscar o “conteúdo total da história”. O vocabulário “mais a fundo” e “conteúdo total” sugere uma percepção de que a notícia inicial pode ser incompleta, fragmentada ou

insuficiente para a formação de juízo. A informação, nesse caso, não é tomada como evidente em sua primeira aparição; ela precisa ser ampliada e contextualizada.

Do ponto de vista gramatical, os três fragmentos atribuem agência ao sujeito diante da informação. Em P1, há uma formulação normativa: “a necessidade de você saber”. Em P2, o entrevistado afirma “eu aprendi”, “consulto” e “consigo reconhecer”, construindo-se como sujeito ativo na identificação de conteúdos falsos. Em P3, a sequência “aparece a notícia” e “eu vou pesquisando” opõe a chegada passiva da informação ao movimento ativo de investigação. A coesão dos enunciados se organiza, portanto, em torno da passagem entre receber informação e submetê-la a algum tipo de mediação: identificar a fonte, filtrar, consultar, reconhecer, pesquisar e aprofundar.

Na dimensão da prática discursiva, os fragmentos evidenciam diferentes modos de validação da informação. P1 mobiliza uma crítica ao compartilhamento sem filtro, apontando para a necessidade de avaliar a origem da informação. O P2 aciona práticas de checagem formal, por meio da consulta a fontes e a serviços jornalísticos de verificação. P3 expressa uma prática de pesquisa individual, orientada pelo interesse e pela busca de maior contextualização. Embora distintos, os três movimentos indicam que a circulação da informação nas plataformas digitais não é recebida de forma necessariamente passiva pelos entrevistados. Há, nesses casos, formas de recepção ativa, ainda que com diferentes graus de sistematização.

O perfil contextual dos entrevistados contribui para a análise, especialmente em P2. O fato de o entrevistado atuar como bibliotecário e ter formação superior ajuda a compreender a ênfase em “fontes de informação”, reconhecimento de conteúdo falso e consulta a serviços de checagem. Sua posição profissional no campo da informação/documentação parece fornecer recursos simbólicos e práticos para lidar com a desinformação. No entanto, a presença de P1 e P3 mostra que a preocupação com a validação da informação não se restringe a esse perfil profissional. P1, com formação superior e vinculado a uma igreja histórica/missionária, enfatiza a necessidade de filtro e responsabilidade diante do que circula. P3, mais jovem, morador da Baixada Fluminense e inserido em atividades de transporte e segurança privada, apresenta uma forma menos institucionalizada, mas ainda ativa, de aprofundamento informacional. Isso indica que a verificação pode assumir formas diversas, variando entre filtro crítico, checagem formal e pesquisa individual.

Na dimensão da prática social, os fragmentos revelam uma disputa em torno da credibilidade no ambiente informacional contemporâneo. A abundância de conteúdos disponíveis nas plataformas digitais não elimina a necessidade de mediação; ao contrário,

torna mais urgente a construção de critérios de validação. As falas analisadas indicam que os entrevistados reconhecem a instabilidade dos fluxos informacionais e a possibilidade de manipulação, falsidade ou incompletude das informações. Ao mesmo tempo, mostram que a verificação não ocorre em um espaço neutro. Em P2, a checagem de informações falsas pode ser lida por outros sujeitos como alinhamento político à esquerda, revelando que a própria prática de validação da verdade é capturada por disputas ideológicas.

Essa análise se conecta ao referencial teórico da tese, especialmente à noção de regime de informação. Os fragmentos mostram que a verdade não é simplesmente recebida pelos sujeitos, mas construída em meio a práticas de validação, hierarquização e disputa entre fontes. Diferentemente dos núcleos em que predominam a desconfiança generalizada ou a confiança por afinidade ideológica, aqui os entrevistados mobilizam procedimentos de filtragem que buscam restabelecer algum critério de credibilidade diante da circulação intensa de conteúdos nas plataformas digitais.

A análise também dialoga com Habermas (2023) e sua reflexão sobre a nova configuração da esfera pública, mas aqui o foco recai menos sobre a desintermediação em si e mais sobre seus efeitos nas práticas de validação da informação. Os fragmentos evidenciam que, diante da fragilização dos critérios compartilhados de credibilidade, alguns sujeitos buscam recompor formas de mediação por meio da avaliação da fonte, da consulta a serviços de checagem e da pesquisa complementar. Essa tentativa de validação, contudo, ocorre em um ambiente marcado pela fragmentação da autoridade informacional e pela politização da própria checagem. Assim, a verificação ativa aparece como uma resposta possível à crise de confiança na esfera pública digital, mas não elimina as disputas ideológicas que atravessam o reconhecimento social do que pode ser aceito como verdadeiro.

6.3.2 Mediação religiosa da interpretação política

Eixo privilegiado: político-religioso

Questão orientadora: Como referências religiosas, valores cristãos e pertencimentos de fé orientam a interpretação dos entrevistados sobre política, voto, Estado, partidos e lideranças?

Possibilidades de análise: se a religião interfere na escolha política; como o entrevistado relaciona fé e voto; como interpreta candidatos, partidos e governos; se usa expressões como “valores cristãos”, “família”, “Deus”, “perseguição religiosa”, “bem contra o mal”; se associa esquerda/direita a categorias morais ou espirituais; se compreende a política como campo de defesa da fé; se líderes religiosos aparecem como mediadores da opinião política.

Núcleos Discursivos

1. A equivalência entre direita/conservadorismo e proteção da fé e da família

Neste núcleo de análise, o discurso religioso é mobilizado para construir uma fronteira moral entre direita e esquerda. A esquerda é interpretada como ameaça à instituição familiar, à igreja e aos valores cristãos, enquanto a direita é associada à proteção da família, da fé e da moral religiosa. Os fragmentos a seguir foram produzidos por quatro entrevistados com perfis distintos, mas que convergem na articulação entre identidade cristã, conservadorismo moral e posicionamento político à direita.

O primeiro perfil corresponde a um homem pardo, na faixa dos 60 anos, morador da Zona Oeste do Rio de Janeiro, com ensino fundamental incompleto e evangélico de origem. Aposentado, atuou anteriormente no setor de transporte urbano e frequenta uma igreja pentecostal. O segundo perfil corresponde a um homem pardo, na faixa dos 40 anos, morador da Baixada Fluminense, com ensino médio completo e evangélico de origem. Atua em função operacional no setor de serviços e frequenta uma igreja pentecostal. O terceiro perfil corresponde a uma mulher preta, evangélica de origem, na faixa dos 30 anos, moradora da Zona Norte do Rio de Janeiro, com ensino médio completo e ensino superior em andamento. Atua na área administrativa/documental e frequenta uma igreja neopentecostal de grande presença nacional. O quarto perfil corresponde a uma mulher parda, na faixa dos 80 anos, moradora da Baixada Fluminense, com ensino fundamental completo. Aposentada e com trajetória de conversão ao evangelicalismo, é vinculada a uma igreja evangélica histórica/missionária.

Apresentações dos fragmentos

- **Fragmento Perfil 1 (P1):** Justifica sua posição de extrema-direita por considerar que este é o espectro que defende a sua religião: *"Sou extrema-direita, porque a extrema-direita é a que está mais preocupada a proteger a igreja"*. Ele afirma categoricamente que não votaria na esquerda porque *"o intuito da esquerda é acabar com a família, acabar com a igreja"*.
- **Fragmento Perfil 2 (P2):** Relata que deixou de apoiar a esquerda a partir do momento em que sentiu que a autoridade da família estava sob ataque do Estado (citando a Lei da Palmada¹⁰⁷): *"Quando o partido de esquerda assumiu e eu comecei a ver algumas*

¹⁰⁷ Conhecida como Lei Menino Bernardo - criança de 11 anos assassinada por superdosagem de medicamentos em abril de 2014, na cidade de Três Passos (RS) -, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da

coisas que me desagradaram, a primeira coisa que me desagradou foi quando a esquerda assumiu, quando botaram a Lei da Palmada. Lógico, a gente via que muitos pais agrediam filhos até a morte. [...] só que acabou ferindo o outro lado da correção, os pais que corrigiam os filhos passaram agora também a ser alvo de outras pessoas. O pai não poderia mais dar uma palmadinha, não poderia mais corrigir. Então, eu comecei a voltar minha atenção para um partido que dê um apoio mais a moral, a família... que um pai possa ser pai, uma mãe possa ser mãe. [...] Eu não vejo [esquerda] apoiando a família em si.”

- **Fragmento Perfil 3 (P3):** Seu interesse por política despertou a partir da percepção de uma guerra moral: *"Quando eu vi que a conservação da família hoje em dia já não está sendo mais prioridade. [...] há coisas da direita que me atraí. A conservação da família, conservação de valores".*
- **Fragmento Perfil 4 (P4):** Baseia a rejeição a candidatos de esquerda na suspeita de ausência de fé cristã, afirmando sobre Lula: *"Eu acho que não [segue preceitos]. Deve ser ateu. Ele não acredita em Deus... O Bolsonaro, sim... Bolsonaro, a esposa, a família".*

Na dimensão textual, os fragmentos são organizados por um vocabulário religioso e moral que associa a política à defesa ou à ameaça da fé e da família. Termos como “proteger a igreja”, “acabar com a família”, “acabar com a igreja”, “moral”, “família”, “valores”, “Deus”, “esposa” e “família” constroem uma rede semântica em que o campo político é interpretado a partir de critérios religiosos e familiares. A direita aparece associada à proteção, conservação e defesa, enquanto a esquerda é representada como ameaça à família, à igreja e à autoridade parental.

Em P1, a formulação é direta e polarizada. A extrema-direita é definida como o campo “mais preocupado” em proteger a igreja, enquanto a esquerda é descrita por meio de uma intenção destrutiva: “acabar com a família, acabar com a igreja”. O verbo “acabar” intensifica a representação da ameaça e transforma a divergência política em antagonismo moral. A esquerda não aparece apenas como adversária político-partidária, mas como força que colocaria em risco instituições consideradas centrais para a identidade religiosa do entrevistado.

Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Em P2, a política é interpretada a partir da autoridade familiar e da relação entre Estado e educação dos filhos. A referência à Lei da Palmada funciona como marco de deslocamento político: o entrevistado relata ter se afastado da esquerda quando passou a perceber que a autoridade dos pais estaria sendo enfraquecida. Embora reconheça a existência de violência grave contra crianças, ao mencionar que “muitos pais agrediam filhos até a morte”, ele desloca o foco para o temor de que a correção parental seja criminalizada ou deslegitimada. A coesão do enunciado constrói uma sequência causal: a esquerda assumiu, interferiu na forma de correção dos filhos, atingiu a autoridade familiar e, por isso, o entrevistado passou a buscar um partido que desse apoio “à moral” e “à família”.

Em P3, o interesse político é narrado como resposta à percepção de perda da centralidade da família. A expressão “conservação da família” aparece associada à “conservação de valores”, aproximando ao *slogan* “Deus, Pátria, Família e Liberdade” (Salles; Mattos Martins; Santini, 2024). A política é compreendida menos como disputa entre programas administrativos ou econômicos e mais como campo de preservação de uma ordem moral percebida como ameaçada. A entrevistada mobiliza uma estrutura discursiva de defesa: se a família deixa de ser prioridade, a direita se torna atraente por se apresentar como campo de conservação dos valores.

Em P4, a interpretação política é mediada pela atribuição ou negação de fé cristã aos candidatos. A afirmação “deve ser ateu” opera como desqualificação moral e religiosa de Lula, enquanto Bolsonaro é associado positivamente à esposa e à família. A oposição entre os dois candidatos não se constrói a partir de programas de governo, mas por meio de marcadores de religiosidade, crença em Deus e imagem familiar. A família, nesse fragmento, funciona como signo de legitimidade moral e como critério para avaliar a confiabilidade política.

Do ponto de vista gramatical, os fragmentos constroem sujeitos políticos por meio de oposições fortemente marcadas. A esquerda aparece como agente de ameaça ou intervenção: “quer acabar”, “botaram a Lei da Palmada”, “não vejo apoiando a família”. A direita, por sua vez, aparece associada à proteção, conservação e apoio à família. Essa distribuição de agência é relevante porque organiza a política como uma narrativa de conflito entre um campo ameaçador e outro protetor. Votar, nesse enquadramento, não se apresenta apenas como escolha entre projetos políticos, mas como defesa de uma ordem religiosa e familiar.

Na dimensão da prática discursiva, observa-se a articulação entre discurso religioso, discurso político-conservador e discurso moral-familiar. Os fragmentos mobilizam repertórios recorrentes no debate público contemporâneo, nos quais família, igreja, autoridade parental,

valores cristãos e crença em Deus aparecem como elementos centrais da disputa política. Há uma interdiscursividade evidente entre religião e política: categorias religiosas são usadas para interpretar partidos, candidatos e leis; ao mesmo tempo, categorias políticas são reinterpretadas como ameaças ou defesas da fé.

Essa interdiscursividade também se expressa na construção de fronteiras entre “nós” e “eles”. O “nós” é associado aos cristãos, à família, à igreja, à moral e aos valores. O “eles” aparece como a esquerda, o Estado que interfere na autoridade familiar ou o candidato percebido como distante da fé cristã. Dessa forma, a mediação religiosa transforma diferenças políticas em diferenças morais e espirituais. O campo político deixa de ser apenas espaço de divergência democrática e passa a ser lido como disputa entre proteção e destruição, fé e ameaça, família e desordem.

O perfil contextual dos entrevistados contribui para a análise ao indicar que essa associação entre direita, família e fé atravessa sujeitos de diferentes gerações, territórios, escolaridades e denominações. Entre os homens pentecostais P1 e P2, ambos evangélicos de origem e pertencentes a camadas populares urbanas, a defesa da igreja e da autoridade familiar aparece fortemente vinculada à rejeição da esquerda. Entre as mulheres P3 e P4, a família, os valores e a fé também funcionam como critérios de avaliação política, ainda que formulados de maneiras distintas: em P3, como conservação de valores; em P4, como atribuição de religiosidade ao candidato. Essa diversidade de perfis sugere que a equivalência entre direita/conservadorismo e proteção da fé e da família não se restringe a um único segmento denominacional ou geracional da amostra.

Na dimensão da prática social, os fragmentos revelam a força da moralização religiosa da política. A política é interpretada a partir de uma matriz de proteção da família, da igreja e dos valores cristãos, o que favorece a associação entre identidade evangélica e conservadorismo moral. Essa interpretação tende a reduzir a complexidade do campo político ao organizá-lo em termos de ameaça e defesa. A esquerda é representada não apenas como adversária política, mas como força que colocaria em risco valores considerados inegociáveis. A direita, por sua vez, é legitimada como campo capaz de proteger esses valores.

Essa construção discursiva evidencia como a mediação religiosa opera na interpretação política. Os entrevistados não avaliam partidos e candidatos apenas por critérios institucionais, econômicos ou administrativos, mas por sua suposta proximidade ou distância em relação à fé, à família e à moral cristã. Nesse processo, a religião funciona como filtro interpretativo que organiza sentidos sobre voto, pertencimento político, confiança em

candidatos e percepção de ameaça. A fronteira política é, assim, também uma fronteira moral e religiosa.

Essa análise conecta-se ao referencial teórico da tese, especialmente à subseção 3.3, na qual se discute a ascensão da extrema direita brasileira no século XXI e a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018. Conforme discutido naquele capítulo, esse processo não ocorreu de forma isolada no Brasil, mas integra uma convergência global mais ampla que favoreceu a emergência de lideranças e movimentos de extrema direita em diferentes contextos nacionais (Mulhall, 2022; Mudde, 2022).

Além disso, os fragmentos dialogam com a subseção 3.3.2, dedicada aos aspectos ideológicos do bolsonarismo e à guerra cultural. As falas dos entrevistados aproximam-se da perspectiva de Teixeira de Melo e Vaz (2021), ao evidenciarem como conflitos morais são mobilizados politicamente e convertidos em critérios de identificação, adesão e rejeição. Nesse sentido, figuras como a esquerda, o PT e o comunismo são discursivamente construídas como inimigos a serem combatidos, funcionando como motores de mobilização político-religiosa no campo bolsonarista. Essa dinâmica reforça a lógica do “nós contra eles”, na qual a direita/conservadorismo é associada à proteção da fé e da família, enquanto a esquerda é representada como ameaça moral, religiosa e política.

2. Jesus Cristo e a Bíblia como parâmetros de interpretação política

Neste núcleo discursivo, a figura de Jesus Cristo e o texto bíblico são mobilizados como parâmetros de validação moral e política. Diferentemente do núcleo anterior, no qual predominava a associação entre direita/conservadorismo e proteção da fé e da família, aqui a referência religiosa não produz uma única direção político-ideológica. A mesma matriz cristã é mobilizada tanto para justificar a aproximação entre evangelho e política quanto para sustentar leituras distintas sobre direita, esquerda, ação social, conduta moral e escolha de candidatos.

Os fragmentos foram produzidos por quatro entrevistados com perfis distintos. O primeiro perfil corresponde a uma mulher preta, na faixa dos 40 anos, moradora da Zona Sul do Rio de Janeiro, com ensino médio completo e trajetória de conversão ao evangelicalismo. Atua como trabalhadora autônoma no setor de estética/cuidados pessoais e frequenta uma igreja neopentecostal. O segundo perfil corresponde a um homem branco, na faixa dos 60 anos, morador da Zona Sul do Rio de Janeiro, com formação superior em mais de uma área. Evangélico de origem, é vinculado a uma igreja evangélica histórica/missionária. O terceiro

perfil corresponde a uma mulher parda, na faixa dos 30 anos, moradora da Baixada Fluminense, com ensino superior completo e evangélica de origem. Atua como profissional autônoma na área de informação/documentação e é vinculada a uma igreja evangélica histórica/missionária. O quarto perfil corresponde a uma mulher branca, na faixa dos 20 anos, moradora da Baixada Fluminense, com ensino médio completo e ensino superior em andamento. Evangélica de origem, atua como vendedora no setor comercial e frequenta uma igreja neopentecostal.

Apresentações dos fragmentos

- **Fragmento Perfil 1 (P1):** (Justificando a mistura de religião e política): *"maior político que teve no mundo foi Jesus. Ele foi morto exatamente por defender algo que ele acreditava... Então não tem como eu como evangélico dizer que política e o evangelho não se mistura [sic]"*.
- **Fragmento Perfil 2 (P2):** (Justificando sua posição de esquerda através de Cristo): *"Se você olhar a vida de Jesus, você vai chegar à conclusão que a pauta, as pautas dele são mais de esquerda, mais pelo social do que outra coisa"*. Ele afirma que a pergunta principal de sua vida é: *"no meu lugar, como que Jesus agiria?"*.
- **Fragmento Perfil 3 (P3):** (A Bíblia como crivo moral de candidatos): *"não adianta o candidato falar para mim que ele é de esquerda... mas os princípios dele... é totalmente ao contrário daquilo que eu prego... tudo que eu faço é baseado na Bíblia"*.
- **Fragmento Perfil 4 (P4):** Argumenta que a orientação cívica deve estar submetida ao texto sagrado: *"eu acho que a gente sempre tem que tomar as decisões à luz da palavra ou pelo menos tentar"*.

Na dimensão textual, os fragmentos são organizados por um vocabulário religioso que desloca a política para o campo da orientação moral e espiritual. Termos como “Jesus”, “evangelho”, “Bíblia”, “palavra”, “princípios”, “pauta”, “social” e “decisões” indicam que a política é interpretada a partir de referências religiosas. No entanto, essas referências não produzem o mesmo efeito em todos os enunciados. Em P1, Jesus é apresentado como figura política exemplar; em P2, como referência para uma sensibilidade social associada à esquerda; em P3, a Bíblia aparece como crivo moral para avaliar candidatos; em P4, a “palavra” funciona como orientação geral para a tomada de decisões.

Em P1, a expressão “o maior político que teve no mundo foi Jesus” constrói uma equivalência direta entre a figura de Cristo e a ação política. A entrevistada ressignifica Jesus como modelo de engajamento público, afirmando que ele foi morto por defender aquilo em

que acreditava. Essa formulação desloca a política do campo partidário estrito para o campo do testemunho, da convicção e da defesa pública de valores. A conclusão — “não tem como eu, como evangélico, dizer que política e o evangelho não se misturam” — estabelece uma relação de consequência entre identidade religiosa e participação política. Ser evangélica, nesse enquadramento, implica reconhecer que fé e política se articulam.

Em P2, a referência a Jesus produz outro efeito discursivo. O entrevistado interpreta a vida de Cristo como próxima de pautas “mais de esquerda” e “mais pelo social”. A escolha lexical de “pautas” aproxima a narrativa bíblica do vocabulário político contemporâneo, enquanto a expressão “mais pelo social” associa Jesus à defesa dos vulneráveis, da justiça social ou da atenção aos pobres. A pergunta “no meu lugar, como que Jesus agiria?” funciona como princípio de orientação ética, deslocando a decisão política para um exercício de imitação moral de Cristo. Nesse fragmento, a mediação religiosa não conduz ao conservadorismo moral, mas a uma leitura cristã da política como compromisso social.

Em P3, a Bíblia aparece como critério de avaliação de candidatos e princípios. A entrevistada afirma que não basta o candidato se declarar de esquerda se seus princípios forem contrários àquilo que ela prega. O termo “princípios” é central porque desloca a escolha política da identificação partidária para a coerência moral entre candidato e crença religiosa. A frase “tudo que eu faço é baseado na Bíblia” amplia a autoridade do texto sagrado para além da vida privada, funcionando como matriz de orientação da conduta e da escolha política. Aqui, a Bíblia não necessariamente define um partido específico, mas estabelece limites morais para a adesão política.

Em P4, a formulação “tomar as decisões à luz da palavra” mobiliza uma metáfora religiosa importante. A “palavra” aparece como luz, isto é, como aquilo que ilumina, orienta e torna possível discernir o caminho correto. A expressão “ou pelo menos tentar” introduz uma nuance de moderação: a entrevistada reconhece a centralidade do texto sagrado, mas também admite a dimensão processual e imperfeita da decisão humana. Diferentemente de formulações mais absolutas, essa fala preserva a Bíblia como referência normativa sem apagar completamente a dificuldade de aplicar seus princípios às escolhas concretas.

Do ponto de vista gramatical, os fragmentos apresentam a religião como agente de orientação da ação política. Em P1, Jesus é sujeito exemplar da ação política; em P2, sua vida é tomada como parâmetro de leitura das pautas sociais; em P3, a Bíblia aparece como base de todas as ações; em P4, a palavra orienta as decisões. A coesão dos enunciados se organiza por relações de consequência: porque Jesus agiu publicamente, evangelho e política se misturam; porque a vida de Jesus expressaria compromisso social, sua figura pode ser aproximada da

esquerda; porque a Bíblia orienta a vida, ela também orienta a avaliação de candidatos; porque a palavra ilumina, as decisões devem ser tomadas à sua luz.

Na dimensão da prática discursiva, os fragmentos evidenciam uma forte intertextualidade bíblica e cristológica (ver Glossário), ainda que não haja citação direta de versículos. Jesus e a Bíblia funcionam como textos-fonte e matrizes de sentido para interpretar a política. Há também interdiscursividade entre discurso religioso, discurso político, discurso moral e discurso cívico. A linguagem da fé é usada para interpretar categorias políticas contemporâneas, como direita, esquerda, candidato, pauta social e decisão pública. Ao mesmo tempo, a política é traduzida para dentro de uma gramática religiosa, na qual o voto e o posicionamento político precisam ser avaliados por critérios de fidelidade, coerência, testemunho e princípio.

A diversidade dos perfis contribui para a análise porque mostra que a mediação religiosa da política atravessa sujeitos com diferentes trajetórias sociais, raciais, educacionais, territoriais e denominacionais, mas não de forma uniforme. P1, mulher convertida e vinculada a uma igreja neopentecostal, constrói Jesus como modelo de ação pública e legitima a mistura entre evangelho e política. P2, homem branco, de maior escolaridade e vinculado a uma igreja histórica/missionária, mobiliza Jesus para justificar uma sensibilidade política de esquerda e social. P3, mulher parda, profissional da área de informação/documentação e também vinculada a uma igreja histórica/missionária, aciona a Bíblia como crivo moral para avaliar candidatos. P4, jovem evangélica de origem e neopentecostal, formula uma orientação mais geral, segundo a qual as decisões devem ser tomadas “à luz da palavra”. Esses perfis indicam que o uso político da referência religiosa não é exclusivo de um segmento específico, mas varia conforme trajetórias, repertórios e modos de interpretar a fé.

Na dimensão da prática social, os fragmentos revelam que a religião funciona como matriz de interpretação política, mas não determina automaticamente uma posição única. A figura de Jesus e a Bíblia são mobilizadas como autoridades morais capazes de legitimar diferentes projetos, escolhas e sensibilidades políticas. Essa ambivalência é relevante porque impede reduzir a mediação religiosa da política a uma adesão automática à direita ou ao conservadorismo. Embora essa associação apareça fortemente em outros núcleos discursivos, os fragmentos aqui analisados mostram que a referência cristã também pode fundamentar uma leitura social da política ou uma avaliação crítica de candidatos independentemente do rótulo partidário.

Essa análise conecta-se ao referencial teórico da tese, especialmente às subseções 4.1 e 4.2, que apresentam alguns eventos e movimentos centrais dos evangélicos no Brasil e o

desenvolvimento de sua participação política como segmento religioso. Os fragmentos analisados evidenciam a heterogeneidade das formas de mediação religiosa da política, indicando que diferentes denominações, trajetórias e tradições teológicas produzem modos distintos de interpretar a relação entre fé, voto, candidatos e projetos políticos.

O referencial teórico mostra que, entre os primeiros missionários protestantes no Brasil, havia certa resistência ao envolvimento direto com questões políticas, frequentemente percebidas como impuras ou indignas da vida religiosa (Campos, 2002). Com o passar do tempo, essa compreensão foi se alterando, e a Constituição de 1988 tornou-se um marco emblemático da inserção mais organizada dos evangélicos na política institucional, sintetizada no slogan “irmão vota em irmão” (Rocha, 2024).

Dito de outro modo, a política, antes associada por parte do campo evangélico à ideia de “coisa do Diabo”, passou progressivamente a ser compreendida como uma dimensão necessária da atuação pública e da identidade religiosa evangélica. Nesse contexto, a esquerda também passa a ser construída como ameaça a ser combatida, especialmente em torno de pautas morais. Como observa Rocha (2024, p. 69-70), diante da discussão de uma nova Constituição, setores evangélicos temiam que, com o fim da ditadura militar, a esquerda conseguisse emplacar agendas como o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

3. A tensão entre Estado laico e Estado orientado por princípios cristãos

Neste núcleo discursivo, observa-se uma negociação das fronteiras entre religião e Estado. Parte dos entrevistados afirma que a política, a Constituição ou a atuação estatal deveriam estar subordinadas, em alguma medida, aos princípios cristãos ou à palavra de Deus. Outros, embora afirmem sua fé cristã, defendem a laicidade como garantia de liberdade religiosa e proteção contra imposições ou radicalismos. Os fragmentos a seguir são compostos por cinco perfis distintos de entrevistados, sendo três associados à sobreposição da fé ao Estado e dois à defesa do Estado laico.

O primeiro perfil corresponde a uma mulher parda, na faixa dos 80 anos, moradora da Baixada Fluminense, com ensino fundamental completo. Aposentada e com trajetória de conversão ao evangelicalismo, é vinculada a uma igreja evangélica histórica/missionária. O segundo perfil corresponde a um homem pardo, na faixa dos 60 anos, morador da Zona Oeste do Rio de Janeiro, com ensino fundamental incompleto e evangélico de origem. Aposentado, atuou anteriormente no setor de transporte urbano e frequenta uma igreja pentecostal. O terceiro perfil corresponde a um homem pardo, na faixa dos 40 anos, morador da Baixada

Fluminense, com ensino médio completo e evangélico de origem. Atua em função operacional no setor de serviços e frequenta uma igreja pentecostal. O quarto perfil corresponde a um homem preto, na faixa dos 40 anos, morador da Baixada Fluminense, com ensino fundamental incompleto e trajetória de conversão ao evangelicalismo. Atua em função operacional no setor de serviços, complementando sua renda com trabalhos autônomos, e frequenta uma igreja pentecostal. O quinto perfil corresponde a uma mulher parda, na faixa dos 30 anos, moradora da Baixada Fluminense, com ensino superior completo e evangélica de origem. Atua como profissional autônoma na área de informação/documentação e é vinculada a uma igreja evangélica histórica/missionária.

Apresentações dos fragmentos

- **Fragmento Perfil 1 (P1):** Argumenta contra a neutralidade do Estado: *"Eu acho que deveria seguir as religiões... Porque tem muitos que não quer [sic] saber de Deus, não acredita [sic] que Deus existe. E Deus existe, ele é vivo".*
- **Fragmento Perfil 2 (P2):** Rejeita abertamente a laicidade pura ao afirmar que *"Os mandamentos podem e devem se relacionar com a política".*
- **Fragmento Perfil 3 (P3):** Tenta fundir os dois conceitos, afirmando que *"O estado tem que ser laico, mas... a constituição é embasada em cima da palavra de Deus".*
- **Fragmento Perfil 4 (P4):** Prefere o Estado Laico para evitar exageros, pois ele *"garante direito para todos", mas se não houvesse radicalismo, preferiria viver num "contexto cristão".*
- **Fragmento Perfil 5 (P5):** *"Mesmo eu seguindo, tendo plena convicção na fé cristã... eu acredito que o estado tem que ser laico, porque a gente aprende na fé cristã que ninguém vem obrigado".*

Na dimensão textual, os fragmentos constroem sentidos distintos para a relação entre fé, política e Estado. Nos três primeiros, predominam expressões que aproximam a autoridade religiosa da ordem institucional: “seguir as religiões”, “Deus existe”, “os mandamentos podem e devem se relacionar com a política” e “a Constituição é embasada em cima da palavra de Deus”. Nesses casos, a fé cristã aparece como fundamento moral ou normativo para orientar a vida pública. Nos dois últimos fragmentos, por sua vez, aparecem termos associados à garantia de direitos, proteção coletiva e liberdade: “garante direito para todos”, “Estado laico” e “ninguém vem obrigado”. A laicidade é representada menos como afastamento da religião e mais como condição para impedir imposições religiosas.

Em P1, a crítica à neutralidade do Estado é construída a partir da afirmação da existência de Deus. A entrevistada argumenta que o Estado deveria “seguir as religiões” porque há pessoas que “não querem saber de Deus” ou “não acreditam que Deus existe”. A frase “Deus existe, ele é vivo” funciona como afirmação de verdade religiosa e como fundamento para recusar uma separação plena entre fé e política. A questão pública é deslocada para o campo da crença: se Deus existe, a ordem social deveria reconhecer essa existência. O discurso, nesse caso, aproxima a legitimidade estatal do reconhecimento de uma verdade religiosa.

Em P2, a formulação é mais direta: “os mandamentos podem e devem se relacionar com a política”. A expressão “podem e devem” tem força normativa, pois não apenas autoriza a aproximação entre religião e política, mas a apresenta como necessária. Os “mandamentos” aparecem como referência moral capaz de orientar a atuação política. A política, nesse enquadramento, não é compreendida como esfera autônoma de deliberação plural, mas como espaço que deve dialogar com uma moral religiosa previamente legitimada.

Em P3, há uma tentativa de conciliação entre Estado laico e fundamento cristão: “o Estado tem que ser laico, mas... a Constituição é embasada em cima da palavra de Deus”. O conector “mas” é central, pois introduz uma tensão entre a aceitação formal da laicidade e a afirmação de uma base religiosa para a Constituição. O entrevistado não rejeita explicitamente o Estado laico, mas redefine seus limites ao supor que a ordem constitucional estaria fundada na palavra de Deus. Essa formulação revela uma forma de laicidade ambivalente, na qual a separação entre religião e Estado é reconhecida em termos institucionais, mas subordinada simbolicamente a uma matriz cristã.

Nos fragmentos P4 e P5, a defesa da laicidade aparece de modo distinto. Em P4, o entrevistado afirma que o Estado laico “garante direito para todos”, mas admite que preferiria viver em um “contexto cristão” se não houvesse radicalismo. A fala é ambivalente: valoriza a laicidade como mecanismo de contenção de abusos e proteção da pluralidade, mas mantém uma preferência normativa por uma sociedade orientada por valores cristãos. O termo “radicalismo” funciona como limite: o problema não seria necessariamente a presença pública do cristianismo, mas sua possível transformação em imposição ou extremismo.

Em P5, a defesa da laicidade é justificada a partir da própria fé cristã. A entrevistada afirma ter “plena convicção na fé cristã”, mas sustenta que o Estado deve ser laico porque, na fé cristã, “ninguém vem obrigado”. Aqui, a laicidade não é apresentada como oposição ao cristianismo, mas como coerente com uma compreensão da fé baseada na liberdade de adesão. O argumento desloca a defesa do Estado laico do campo secular para o interior da própria

gramática religiosa: justamente por ser cristã, a entrevistada reconhece que a fé não pode ser imposta pelo Estado.

Do ponto de vista gramatical, os fragmentos revelam diferentes formas de modalização. Em P1, aparece uma formulação opinativa — “eu acho” —, mas sustentada por uma afirmação categórica de verdade: “Deus existe, ele é vivo”. Em P2, a modalidade de obrigação é explícita: os mandamentos “devem” se relacionar com a política. Em P3, a estrutura concessiva “tem que ser laico, mas...” produz uma tensão entre reconhecimento e restrição da laicidade. Em P4, a fala combina defesa institucional e preferência religiosa. Em P5, a estrutura “mesmo eu seguindo...” introduz uma concessão importante: a convicção cristã não elimina a defesa da laicidade; ao contrário, fundamenta-a.

Na dimensão da prática discursiva, os fragmentos evidenciam a interdiscursividade entre discurso religioso, discurso constitucional, discurso político e discurso dos direitos. A laicidade não aparece como conceito estável ou consensual, mas como objeto de disputa interpretativa. Para alguns entrevistados, a política deve ser atravessada pelos mandamentos, pela palavra de Deus ou pelo reconhecimento da existência divina. Para outros, a laicidade é necessária para garantir direitos, evitar radicalismos e preservar a liberdade da própria fé. Assim, os mesmos repertórios religiosos podem sustentar tanto a defesa de uma orientação cristã do Estado quanto a defesa da separação institucional entre fé e política.

A prática discursiva também revela a presença de uma tensão entre universalização e pluralidade. Nos fragmentos que defendem a sobreposição da fé ao Estado, valores cristãos tendem a ser representados como fundamentos universais da ordem social. Já nos fragmentos que defendem o Estado laico, a pluralidade aparece como problema institucional a ser protegido: há diferentes sujeitos, crenças e formas de vida, e por isso o Estado não deve impor uma orientação religiosa única. Essa diferença é central para compreender como os entrevistados negociam os limites entre convicção religiosa pessoal e norma pública.

O perfil contextual contribui de maneira seletiva para a análise. Entre P1, P2 e P3, que tendem a aproximar fé e Estado, há sujeitos de gerações mais velhas e/ou vinculados a igrejas pentecostais, mas também há variações importantes, o que impede qualquer leitura determinista. Entre P4 e P5, a defesa da laicidade aparece em perfis distintos: um homem pentecostal, de camada popular, e uma mulher com ensino superior, vinculada a uma igreja histórica/missionária. Essa diversidade indica que a defesa ou a relativização da laicidade não pode ser explicada apenas por escolaridade, denominação ou trajetória religiosa. O dado mais relevante é que a própria fé cristã pode ser mobilizada em sentidos opostos: ora para reivindicar maior presença da religião no Estado, ora para defender que a fé não seja imposta.

Na dimensão da prática social, os fragmentos revelam uma disputa sobre o lugar público da religião na democracia. A laicidade é negociada entre dois polos: de um lado, a ideia de que o Estado deve reconhecer ou incorporar princípios cristãos; de outro, a compreensão de que o Estado laico protege a liberdade religiosa e impede imposições. Essa tensão é especialmente relevante porque mostra que a mediação religiosa na interpretação política não se limita ao voto ou à preferência partidária, mas alcança a própria compreensão da ordem institucional, da Constituição, dos direitos e da legitimidade do pluralismo religioso.

A análise relaciona-se ao referencial teórico da subseção 4.3, que discute a convergência de segmentos evangélicos conservadores com o projeto de poder bolsonarista e o avanço do fundamentalismo religioso em determinados contextos eclesiais (Anéas, 2024a, 2024b; Cunha, 2024; Dusilek, 2024; De Maria, 2024). Para Anéas (2024b, p. 9), não é exagero afirmar que “a engrenagem evangelical dentro do sistema democrático brasileiro é uma, senão a principal, responsável pelos desajustes do sistema democrático”. Contudo, o próprio autor não sugere que todos os evangélicos sejam igualmente responsáveis pelo cenário que colocou em xeque a sustentação do Estado Democrático de Direito.

Os fragmentos analisados mostram que, entre os entrevistados que tendem a aproximar fé e Estado, há presença significativa de sujeitos vinculados a denominações pentecostais. No entanto, esse dado deve ser interpretado com cautela, sem reduzir o pentecostalismo a uma adesão automática ao fundamentalismo ou ao autoritarismo político. Nesse ponto, a perspectiva de Anéas (2024b) é relevante justamente por problematizar leituras que rotulam os pentecostais como “ignorantes” ou “fundamentalistas” a partir de um criticismo marcado por percepções preconceituosas. Para o autor, esse tipo de leitura pode obscurecer o fato de que igrejas históricas, como batistas e presbiterianas, também podem abrigar tradições, disputas e formulações teológicas de caráter conservador, fundamentalista ou antidemocrático.

Nesse sentido, a análise dos fragmentos reforça a necessidade de evitar explicações denominacionais simplificadoras. A tensão entre Estado laico e Estado orientado por princípios cristãos não pode ser atribuída exclusivamente a uma matriz pentecostal, nem compreendida como característica homogênea de todos os evangélicos. Ao contrário, os dados indicam que a mediação religiosa da política se distribui de forma heterogênea, atravessando diferentes tradições, trajetórias e níveis de adesão à laicidade. Assim, a aproximação entre fé e Estado deve ser compreendida como parte de uma disputa mais ampla sobre democracia, pluralismo religioso, fundamentalismo e presença pública do cristianismo no Brasil contemporâneo.

4. O contradiscurso: a crítica à instrumentalização política da fé

Neste núcleo discursivo, observa-se a emergência de um contradiscurso em relação à instrumentalização política da fé cristã. Diferentemente dos fragmentos em que a religião funciona como fundamento de adesão à direita, à defesa da família ou à aproximação entre fé e Estado, aqui os entrevistados denunciam criticamente o uso eleitoral dos valores cristãos por lideranças religiosas e políticas. Os fragmentos a seguir foram produzidos por três entrevistados com perfis distintos, mas que convergem na crítica à apropriação da fé como recurso de mobilização política.

O primeiro perfil corresponde a um homem preto, na faixa dos 50 anos, morador do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, com ensino superior completo e trajetória de conversão ao evangelicalismo. Atua como bibliotecário e é vinculado a uma denominação evangélica independente. O segundo perfil corresponde a um homem branco, na faixa dos 60 anos, morador da Zona Sul do Rio de Janeiro, com formação superior em mais de uma área. Evangélico de origem, é vinculado a uma igreja evangélica histórica/missionária. O terceiro perfil corresponde a uma mulher preta, na faixa dos 30 anos, moradora da Zona Oeste do Rio de Janeiro, com ensino médio completo e ensino superior em andamento. Com trajetória de conversão ao evangelicalismo, atua na área da saúde/assistência ao público e frequenta uma comunidade evangélica independente de perfil pós-denominacional.

Apresentações dos fragmentos

- **Fragmento Perfil 1 (P1):** Identifica uma estratégia deliberada de dominação discursiva: *"boa parte da bancada evangélica faz uso da fé cristã para uso político... Eles apresentam para a igreja um problema que não existe... elegem um inimigo e fazem do adversário um inimigo, demonizam ele e para ganhar voto... E claro, a família Bolsonaro".* Ele lamenta que lideranças *"começa a naturalizar a ideia de que o cristão evangélico é sempre de direita".*
- **Fragmento Perfil 2 (P2):** Desconstrói criticamente o vocabulário bolsonarista adotado por evangélicos: *"empurrar de guela [sic] abaixo a pauta cristã. Deus, pátria e a família em primeiro lugar... Aliás, não é nem original a ideia dele, porque Deus, Pátria e Família é lá de Mussolini. É lá no fascismo".*
- **Fragmento Perfil 3 (P3):** Denuncia o sequestro da laicidade pelo discurso de campanha: *"O Bolsonaro também teve essa questão de anexar, né, a política com a*

fé... o slogan da campanha dele, Deus, Pátria, família... e a gente trazendo na Constituição de que o Estado é laico, né? Eles estão, isso não deveria acontecer".

Na dimensão textual, os fragmentos constroem uma crítica ao uso político da fé cristã por meio de vocabulários distintos, mas convergentes. Em P1, predominam expressões associadas à manipulação, à fabricação de inimigos e à captura da identidade evangélica por uma orientação política específica: “faz uso da fé cristã”, “apresentam para a igreja um problema que não existe”, “elegem um inimigo”, “demonizam” e “naturalizar a ideia de que o cristão evangélico é sempre de direita”. Em P2, a crítica se concentra na imposição de uma pauta cristã apropriada politicamente, marcada pela expressão coloquial “empurrar de guela abaixo” e pela associação do lema “Deus, Pátria e Família” ao fascismo. Em P3, a crítica é formulada a partir da oposição entre o slogan religioso-político da campanha bolsonarista e o princípio constitucional da laicidade do Estado.

Em P1, a instrumentalização da fé é nomeada diretamente. Ao afirmar que “boa parte da bancada evangélica faz uso da fé cristã para uso político”, o entrevistado estabelece uma distinção entre a fé como experiência religiosa e sua apropriação como ferramenta de disputa eleitoral. A repetição da palavra “uso” reforça a percepção de funcionalização da religião, isto é, de deslocamento da fé de sua dimensão espiritual para uma finalidade política. A crítica não se dirige à fé cristã em si, mas à forma como ela é mobilizada por determinados atores para produzir adesão, medo e identificação política.

Ainda no fragmento de P1, a sequência “apresentam para a igreja um problema que não existe”, “elegem um inimigo” e “fazem do adversário um inimigo” evidencia a percepção de uma estratégia discursiva baseada na construção artificial da ameaça. A distinção entre “adversário” e “inimigo” é central: o adversário pertence ao campo da disputa política legítima, enquanto o inimigo é deslocado para o campo da ameaça moral. O verbo “demonizar” aprofunda esse deslocamento, pois aciona uma gramática religiosa para descrever a transformação do opositor político em figura perigosa, moralmente condenável e simbolicamente associada ao mal.

A menção à “família Bolsonaro” insere a crítica em um contexto político específico, no qual a articulação entre fé cristã, bancada evangélica e bolsonarismo é percebida como parte de uma mesma dinâmica de mobilização. Quando o entrevistado afirma que se “começa a naturalizar a ideia de que o cristão evangélico é sempre de direita”, ele denuncia a produção de uma equivalência entre identidade religiosa e posição política. Textualmente, o verbo

“naturalizar” indica que essa associação não é espontânea ou inevitável, mas produzida discursivamente até parecer evidente.

Em P2, a crítica assume outra forma. A expressão “empurrar de guela abaixo a pauta cristã” possui forte carga avaliativa e sugere imposição, coerção simbólica e ausência de abertura ao dissenso. O entrevistado não rejeita necessariamente a existência de valores cristãos no debate público, mas critica sua imposição como se houvesse uma única forma legítima de ser cristão ou de se posicionar politicamente. A expressão coloquial confere intensidade à fala e revela desconforto com a forma como determinados discursos religiosos são incorporados à política de maneira autoritária.

A referência ao lema “Deus, pátria e família” é reinterpretada pelo entrevistado a partir de uma memória política autoritária. Ao afirmar que a ideia “não é nem original” e vinculá-la a Mussolini e ao fascismo, P2 desloca o slogan do campo da moralidade cristã para o campo da tradição autoritária. Essa operação discursiva desnaturaliza o lema: aquilo que poderia ser apresentado como defesa de valores religiosos, familiares ou nacionais é reinterpretado como reaproveitamento de uma fórmula política associada ao fascismo. A crítica, portanto, não se limita ao conteúdo do *slogan*, mas alcança sua genealogia simbólica e seus efeitos de legitimação política.

Em P3, a crítica à instrumentalização da fé é construída pela oposição entre campanha política e laicidade constitucional. Ao afirmar que Bolsonaro “teve essa questão de anexar [...] a política com a fé”, a entrevistada utiliza o verbo “anexar”, que sugere junção, incorporação ou acoplamento indevido entre esferas que deveriam permanecer diferenciadas. A escolha lexical é significativa porque não indica apenas aproximação entre religião e política, mas uma forma de incorporação da fé ao discurso político-eleitoral.

A fala de P3 ganha força quando a entrevistada contrapõe o slogan “Deus, Pátria, família” ao princípio de que “o Estado é laico”. Nesse fragmento, a crítica à instrumentalização religiosa é sustentada por uma referência institucional e constitucional. A entrevistada não fala apenas em nome de uma preferência pessoal, mas aciona a laicidade como norma pública que deveria limitar a fusão entre fé e política de campanha. A expressão “isso não deveria acontecer” funciona como avaliação normativa e indica a percepção de uma inadequação democrática na apropriação eleitoral da fé.

Do ponto de vista gramatical, os fragmentos apresentam diferentes formas de modalização e avaliação. Em P1, há predominância de verbos de ação atribuídos a agentes políticos e religiosos: “fazem uso”, “apresentam”, “elegem”, “fazem”, “demonizam” e “naturalizam”. Essa sequência verbal constrói a instrumentalização da fé como prática ativa e

deliberada, não como simples consequência acidental da presença religiosa na política. Em P2, a crítica se organiza por meio de uma expressão de imposição — “empurrar de guela abaixo” — e de uma negação enfática da originalidade do lema bolsonarista: “não é nem original”. Em P3, a modalização aparece na forma de avaliação normativa: “isso não deveria acontecer”, indicando um juízo sobre os limites adequados entre política, fé e Estado.

Na dimensão da prática discursiva, os três fragmentos produzem um contradiscurso interno ao campo evangélico. Os entrevistados não falam a partir de uma posição externa à religião, nem rejeitam a fé cristã como referência moral ou identitária. Ao contrário, formulam suas críticas como sujeitos evangélicos que recusam a captura da fé por projetos de poder, campanhas eleitorais ou identidades partidárias. Trata-se, portanto, de uma disputa pelo sentido público do cristianismo e da identidade evangélica.

A prática discursiva de P1 revela uma crítica à produção de inimigos e à naturalização da associação entre evangélicos e direita. Sua fala disputa o sentido de pertencimento religioso ao afirmar, ainda que indiretamente, que ser cristão evangélico não implica necessariamente aderir à direita ou ao bolsonarismo. Em P2, a prática discursiva opera pela desnaturalização histórica do vocabulário político-religioso, ao associar o lema “Deus, Pátria e Família” a tradições autoritárias. Em P3, a crítica se ancora na laicidade, produzindo um discurso em que a defesa da fé não autoriza sua transformação em fundamento de campanha ou em orientação estatal.

Esses fragmentos indicam que a mediação religiosa da interpretação política não se dá apenas pela adesão a discursos conservadores ou bolsonaristas. Ela também pode produzir resistência, crítica e distanciamento. A fé, nesses casos, não desaparece como referência; ela é reposicionada. Em vez de funcionar como justificativa para a fusão entre religião e política, torna-se base para questionar manipulações, denunciar imposições e preservar a autonomia do sujeito religioso diante de lideranças políticas e eclesásticas.

O perfil contextual dos entrevistados contribui para complexificar a análise, especialmente no que se refere ao nível de escolaridade. Nos três fragmentos, a crítica à instrumentalização política da fé aparece entre sujeitos com maior escolarização: dois possuem ensino superior completo e uma entrevistada está em fase de conclusão da graduação. Esse dado não permite estabelecer uma relação causal entre escolaridade e postura crítica, mas sugere que o maior contato com repertórios históricos, jurídicos, políticos e institucionais pode favorecer a elaboração de leituras mais reflexivas sobre os usos políticos da religião. Ainda assim, a crítica formulada pelos participantes não deve ser compreendida apenas como efeito da escolaridade, mas como resultado da articulação entre trajetórias

religiosas, experiências sociais, formação educacional e modos distintos de vivenciar a fé no espaço público.

Na dimensão da prática social, os fragmentos revelam disputas mais amplas em torno da presença pública da religião no Brasil contemporâneo. A politização de segmentos evangélicos, a atuação de lideranças religiosas no campo eleitoral, a força simbólica do bolsonarismo e a centralidade da guerra cultural criaram condições para que valores cristãos fossem mobilizados como marcadores de identidade política. No entanto, os enunciados analisados mostram que esse processo não ocorre sem contestação. Há, no interior do próprio campo evangélico, vozes que percebem e denunciam a transformação da fé em instrumento de campanha, de produção de inimigos e de legitimação de projetos políticos específicos.

A crítica à instrumentalização política da fé revela, portanto, uma disputa sobre quem pode falar em nome do cristianismo e quais usos da religião são considerados legítimos no espaço público. Para os entrevistados, o problema não está necessariamente na relação entre fé e política, mas na redução da fé a uma identidade partidária, na imposição de pautas religiosas como se fossem consensuais entre todos os cristãos e na utilização de símbolos religiosos para produzir medo, antagonismo e adesão eleitoral.

Assim, este núcleo discursivo evidencia que a religião possui centralidade na interpretação política dos entrevistados, mas essa centralidade não opera de forma homogênea ou linear. A mesma gramática cristã que pode ser acionada para sustentar discursos conservadores também pode ser mobilizada para criticá-los. Ao denunciarem a fabricação de inimigos, a imposição da “pauta cristã”, a associação entre evangélicos e direita e a anexação da fé ao discurso de campanha, os entrevistados produzem um contradiscurso que tensiona a instrumentalização política da religião e amplia a compreensão sobre as disputas internas do campo evangélico.

Essa análise pode ser conectada ao referencial teórico da tese em três direções principais. Primeiro, dialoga com a discussão sobre guerra cultural e bolsonarismo, pois os entrevistados identificam a produção de inimigos — esquerda, adversário político, ameaça à família ou à fé — como mecanismo de mobilização político-religiosa. Nesse sentido, os fragmentos evidenciam como determinadas lideranças e atores políticos constroem fronteiras morais entre “nós” e “eles”, transformando a diferença política em ameaça espiritual, moral ou civilizatória.

Segundo, articula-se à discussão sobre a participação evangélica na política, ao tensionar a naturalização do vínculo entre identidade evangélica e direita. Quando os entrevistados criticam a ideia de que “o cristão evangélico é sempre de direita”, eles recusam

a captura da identidade religiosa por um campo político específico. Esse movimento é relevante porque mostra que a mediação religiosa da política não produz apenas adesão ao conservadorismo ou ao bolsonarismo, mas também formas internas de crítica, dissenso e resistência discursiva.

Terceiro, a análise também se relaciona à subseção 3.3.1, que discute o pós-fascismo e o bolsonarismo como nova face da extrema-direita. Os fragmentos, especialmente aqueles que mencionam o lema “Deus, Pátria e Família” e sua associação com tradições autoritárias, permitem aproximar a crítica dos entrevistados dos debates sobre permanências, reconfigurações e atualizações de repertórios fascistas na política contemporânea.

Nesse ponto, o diálogo com autores como Umberto Eco (2018), George Orwell (2021), Robert Paxton (2023) e Enzo Traverso (2021) contribui para compreender como símbolos nacionais, religiosos e familiares podem ser mobilizados na construção de uma identidade política autoritária, moralizante e antagonica. A referência ao pós-fascismo permite, ainda, evitar uma equivalência simplista entre fascismo histórico e a nova configuração dos movimentos de extrema direita na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que possibilita analisar continuidades discursivas, afetivas e simbólicas que reaparecem sob novas formas no século XXI.

6.3.3 Moralização da política e fronteiras político-religiosas

Eixo privilegiado: costumes

Questão orientadora: Esta categoria analítica busca compreender como os entrevistados transformam temas de costumes em fronteiras morais, religiosas e políticas, distinguindo grupos, valores, ameaças e formas consideradas legítimas ou ilegítimas de vida social.

Possibilidades de análise: busca compreender como os entrevistados atribuem sentidos morais e religiosos a questões como aborto, casamento homoafetivo, adoção por casais homoafetivos, família, gênero, sexualidade, drogas, segurança pública, punição, educação, vacinas e cotas. A análise procura observar como esses temas são convertidos em fronteiras simbólicas que separam valores, grupos, ameaças e formas consideradas legítimas ou ilegítimas de vida social.

Núcleos Discursivos

1. Família, casamento homoafetivo e adoção: entre moralidade religiosa e direito civil

Neste núcleo discursivo, os temas do casamento homoafetivo e da adoção por casais homoafetivos evidenciam como a categoria “família” é disputada entre a moralidade religiosa, o modelo heteronormativo e o direito civil. Os fragmentos analisados não expressam uma posição homogênea entre os entrevistados. Ao contrário, revelam uma tensão entre, de um lado, a definição da família como instituição fundada na complementaridade entre pai e mãe e, de outro, a possibilidade de reconhecimento civil, afetivo e jurídico de arranjos familiares homoafetivos.

Assim, o primeiro perfil é um homem pardo, na faixa dos 60 anos, morador da Zona Oeste do Rio de Janeiro, com ensino fundamental incompleto e evangélico de origem. Aposentado, atuou anteriormente no setor de transporte urbano e frequenta uma igreja pentecostal. O segundo perfil é uma mulher parda, convertida ao evangelicalismo, na faixa dos 60 anos, moradora da Zona Oeste do Rio de Janeiro, com ensino fundamental incompleto. Atua no setor de serviços gerais e é vinculada a uma denominação evangélica independente. O terceiro perfil é uma mulher preta, evangélica de origem, na faixa dos 30 anos, moradora da Zona Norte do Rio de Janeiro, com ensino médio completo e ensino superior em andamento. Atua na área administrativa/documental e frequenta uma igreja neopentecostal de grande presença nacional.

O quarto perfil é um homem pardo, na faixa dos 40 anos, morador da Baixada Fluminense, com ensino médio completo e evangélico de origem. Atua em função operacional no setor de serviços e frequenta uma igreja pentecostal. O quinto perfil é uma mulher branca, na faixa dos 40 anos, moradora da Baixada Fluminense, com ensino médio completo e trajetória de conversão ao evangelicalismo. Atua no setor comercial/atendimento ao público e frequenta uma igreja neopentecostal.

O sexto perfil é um homem pardo, na faixa dos 30 anos, morador da Baixada Fluminense, com ensino médio completo e evangélico de origem. Atua no setor de transporte por aplicativo e em atividade complementar ligada à segurança privada, sendo vinculado a uma comunidade evangélica de perfil pós-denominacional. O último e sétimo perfil é uma mulher branca, na faixa dos 40 anos, moradora do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, com ensino superior completo e evangélica de origem. Atua como profissional da educação e é vinculada a uma igreja evangélica histórica/missionária.

Apresentações dos fragmentos

- **Fragmento Perfil 1 (P1):** Repudia fortemente tanto o casamento quanto a adoção: *"Se eu sou contra o casamento, não existe família. Que educação que essas pessoas vão dar?"*.
- **Fragmento Perfil 2 (P2):** Limita o conceito de família à heteronormatividade: *"A família ali é uma família. Duas pessoas com mais uma criança forma-se uma família... Duas pessoas do mesmo sexo, não é uma família. A família tem pai e tem mãe"*.
- **Fragmento Perfil 3 (P3):** *"O perfil que Deus criou de família para mim, eu acho o ideal"*.
- **Fragmento Perfil 4 (P4):** É contra o casamento religioso, mas a favor do civil para garantir direitos básicos: *"Poxa, construir algo junto... se um veio a óbito, a falecer, é justo que o outro herde aquilo que ficou. Então, no caso, se um casamento civil vem amparar, eu sou a favor. Agora, no religioso, não"*.
- **Fragmento Perfil 5 (P5):** Rompe a barreira do preconceito ao separar pecado teológico de dignidade humana: *"Eu sei que na Bíblia está escrito que isso não condiz com a lei de Deus, mas eu acho que o ser humano não diminui por causa disso". Em relação à adoção: "Às vezes a criança não tem uma família, né, e aquele casal pode dar um amor que ela precisa"*.
- **Fragmento Perfil 6 (P6):** Mobiliza sua experiência empírica para validar a adoção homoafetiva, desconstruindo a ameaça moral: *"Eles educam a criança. Ponto. Mas não forcem nenhuma coisa que eu veja que seja estranha. Eles não se metem em orientação sexual e tratam muito bem as crianças"*.
- **Fragmento Perfil 7 (P7):** Mostra como a moralidade é disputada dentro de casa contra a própria igreja: *"Minha filha já chegou da igreja falando: 'Mãe, a tia da salinha disse que ser gay é pecado'. Eu falei: 'É, minha filha, a igreja fala isso mesmo, mas aqui em casa a gente não acredita nisso'"*.

Na dimensão textual, os fragmentos P1, P2 e P3 constroem a família por meio de uma gramática da negação, da exclusão e da idealização do modelo bíblico-heteronormativo. No fragmento P1, a afirmação “se eu sou contra o casamento, não existe família” estabelece uma relação direta entre casamento heterossexual e existência familiar. A pergunta “que educação que essas pessoas vão dar?” desloca a discussão do direito conjugal para a formação moral da criança, sugerindo suspeita sobre a capacidade educativa de casais homoafetivos.

No fragmento P2, a definição de família é apresentada de forma categórica: “duas pessoas do mesmo sexo, não é uma família”. O enunciado opera por exclusão, delimitando o que pode ou não ser reconhecido como família legítima. A frase “a família tem pai e tem mãe” funciona como fechamento normativo, no qual a legitimidade familiar depende da presença de figuras parentais de sexos diferentes. Em P3, por sua vez, o fundamento da família é deslocado para a criação divina: “o perfil que Deus criou de família para mim, eu acho o ideal”. A referência a Deus confere autoridade religiosa ao modelo defendido, fazendo com que a família heteronormativa apareça não apenas como preferência pessoal, mas como ideal sustentado por uma ordem transcendente.

Em contraste, os fragmentos P4, P5, P6 e P7 introduzem operadores discursivos de mediação, como “mas”, “agora”, “no civil” e “no religioso”. Esses marcadores são importantes porque mostram que alguns entrevistados não abandonam necessariamente sua referência religiosa, mas distinguem diferentes esferas normativas. No fragmento P4, o entrevistado afirma ser contrário ao casamento religioso, mas favorável ao casamento civil quando este garante direitos patrimoniais: “se um casamento civil vem amparar, eu sou a favor. Agora, no religioso, não”. A oposição entre “civil” e “religioso” demarca duas ordens distintas: a da igreja e a do Estado.

No fragmento P5, a estrutura “eu sei que... mas...” é central. A entrevistada reconhece a norma religiosa — “na Bíblia está escrito que isso não condiz com a lei de Deus” —, mas introduz uma contraposição ética: “o ser humano não diminui por causa disso”. O “mas” abre espaço para uma mediação entre doutrina e dignidade humana. Em relação à adoção, a mesma entrevistada desloca o foco da moral sexual para a necessidade da criança: “às vezes a criança não tem uma família” e “aquele casal pode dar um amor que ela precisa”. Assim, a criança deixa de ser apenas vítima potencial de ameaça moral e passa a ser sujeito de cuidado, afeto e proteção.

No fragmento P6, a experiência empírica é mobilizada para desconstruir a suspeita moral em torno da adoção homoafetiva. Ao afirmar que “eles educam a criança. Ponto”, o entrevistado atribui à prática concreta do cuidado maior peso do que à suspeita abstrata sobre casais homoafetivos. Em seguida, ao dizer que “não forçam nenhuma coisa”, “não se metem em orientação sexual” e “tratam muito bem as crianças”, ele responde diretamente à ideia de que a família homoafetiva produziria desvio, imposição ou ameaça à criança. A gramática da negação é usada, nesse caso, para desativar a acusação moral.

No fragmento P7, a disputa moral aparece no interior da própria socialização religiosa. A fala da criança — “a tia da salinha disse que ser gay é pecado” — incorpora uma voz

institucional da igreja, configurando uma forma de intertextualidade manifesta. A entrevistada, entretanto, responde estabelecendo uma fronteira entre a moral da igreja e a moral doméstica: “a igreja fala isso mesmo, mas aqui em casa a gente não acredita nisso”. O “mas” novamente funciona como operador discursivo de resistência. A casa aparece como espaço de reinterpretação moral, no qual a autoridade da igreja é relativizada pela orientação ética da mãe.

Na dimensão da prática discursiva, os fragmentos articulam discursos religiosos, jurídicos, familiares, morais e de direitos. Em P1, P2 e P3, a família é definida a partir de repertórios bíblicos e heteronormativos que estabilizam a diferença sexual entre pai e mãe como condição de legitimidade. Em P4, P5, P6 e P7, emergem repertórios civis e éticos que mobilizam noções de direito, herança, dignidade, cuidado, amor, experiência e liberdade de consciência. Essa interdiscursividade é central para compreender a ambivalência dos entrevistados: a mesma fé que pode fundamentar a rejeição à família homoafetiva também pode ser reinterpretada ou limitada quando confrontada com princípios de justiça cível, dignidade humana e experiência concreta.

Ainda na dimensão da prática discursiva, observa-se que os significantes “família”, “criança”, “educação” e “modelo criado por Deus” não operam apenas como referências religiosas privadas. Eles também podem ser lidos como repertórios moral-políticos que, no contexto brasileiro recente, foram fortemente rearticulados pela gramática bolsonarista da guerra cultural. Isso não significa afirmar que os entrevistados reproduzam automaticamente o bolsonarismo, nem que tais concepções tenham sido criadas por ele. A defesa da família heteronormativa, a suspeita sobre a adoção homoafetiva e a centralidade da criança como sujeito a ser protegido antecedem o bolsonarismo e circulam há muito tempo em repertórios religiosos conservadores. Contudo, no debate público recente, esses elementos foram amplificados e politizados pelo discurso bolsonarista como marcadores de fronteira entre família legítima e ameaça moral, valores cristãos e diversidade sexual, proteção da infância e suposta corrupção dos costumes.

Na dimensão da prática social, o núcleo revela como temas de costumes são transformados em fronteiras político-religiosas. O casamento e a adoção homoafetiva deixam de ser apenas questões de direito civil e passam a funcionar como marcadores de pertencimento moral: definem quem pode ser reconhecido como família, que formas de cuidado são consideradas legítimas e quais sujeitos são percebidos como ameaça ou como portadores de direitos. Ao mesmo tempo, a análise mostra que essas fronteiras não são totalmente fixas. Os fragmentos P1, P2 e P3 reproduzem uma norma religiosa de forma mais

excludente, enquanto P4, P5, P6 e P7 negociam seus limites, separando igreja e Estado civil, pecado e dignidade, orientação sexual e capacidade de cuidado.

O perfil contextual contribui de modo seletivo para a análise ao mostrar que tanto a rejeição quanto a negociação atravessam diferentes posições sociais, denominações, gerações e escolaridades. A postura de mediação não aparece apenas entre entrevistados com maior escolaridade ou pertencentes a igrejas históricas; também surge entre sujeitos de camadas populares e vinculados a denominações pentecostais ou pós-denominacionais. Isso impede uma explicação simplificadora segundo a qual a abertura ao direito civil dependeria exclusivamente de escolaridade, classe ou tipo de igreja. O que os fragmentos revelam é uma disputa discursiva mais ampla, na qual os sujeitos mobilizam repertórios religiosos, experiências pessoais e noções civis de justiça para definir os limites do reconhecimento familiar.

Em termos teóricos, a aproximação com Cohen (2011) e Machado (2004) é especialmente produtiva nos fragmentos em que o casamento e, sobretudo, a adoção homoafetiva são sugeridos como ameaça à educação das crianças, à família ou à ordem moral. Isso aparece de modo mais claro em P1, quando o entrevistado questiona “que educação” casais homoafetivos dariam, e em P2, quando a família é definida exclusivamente pela presença de pai e mãe. Nesses casos, a pauta homoafetiva é deslocada do campo dos direitos civis para o campo da ameaça moral, aproximando-se da lógica do pânico moral, na qual determinados sujeitos, práticas ou formas de vida são construídos como riscos à ordem social, familiar e religiosa.

Além disso, os fragmentos dialogam com a discussão de Cas Mudde (2022) sobre gênero e extrema direita. Para o autor, a extrema direita é atravessada por uma dinâmica de gênero complexa e multifacetada, frequentemente marcada por formas de sexismo ambivalente, que alternam entre sexismo benevolente e sexismo hostil. Essa dinâmica se expressa, entre outros aspectos, na valorização das mulheres quando associadas à maternidade, à reprodutividade e à preservação da comunidade. Nesse sentido, muitos grupos de extrema direita aderem ao familismo, isto é, a uma visão que atribui à família heteronormativa e à maternidade papel central na preservação da nação, da cultura ou da ordem moral. Essa chave interpretativa contribui para compreender os fragmentos P1, P2 e P3, nos quais a família legítima é associada ao modelo pai-mãe-filhos e à ordem criada por Deus.

A análise também pode ser articulada à discussão sobre fundamentalismo religioso, especialmente a partir do tipo ideal formulado por Anéas (2024). Nos fragmentos P1, P2 e P3,

a heteronormatividade é mobilizada como norma religiosa e moral, associada a um modelo de família entendido como criação ou mandamento divino. Quando P2 afirma que “a família tem pai e tem mãe” e P3 sustenta que “o perfil que Deus criou de família” é o ideal, a definição de família deixa de ser apresentada como construção histórica, jurídica ou socialmente plural e passa a ser legitimada por uma ordem transcendente.

Nesse sentido, tais enunciados se aproximam de uma lógica teológico-fundamentalista na medida em que reduzem a possibilidade de interpretação da sexualidade, da família e do parentesco a uma leitura rígida da norma bíblica. A heteronormatividade aparece, assim, como critério de verdade moral, delimitando quais arranjos familiares podem ser reconhecidos como legítimos. Contudo, essa aproximação deve ser compreendida como análise de traços discursivos, e não como classificação direta dos entrevistados como fundamentalistas. Trata-se de observar como determinadas falas acionam uma estrutura de sentido marcada pela rigidez normativa, pela autoridade bíblica e pela exclusão de formas familiares que não correspondem ao modelo pai-mãe-filhos.

Por fim, os fragmentos também permitem observar como repertórios religiosos e político-conservadores anteriores ao bolsonarismo podem ser atualizados em uma lógica bolsonarista de guerra cultural. A família heteronormativa, a infância e a educação aparecem como significantes morais que, no discurso bolsonarista, foram mobilizados para produzir fronteiras entre sujeitos legítimos e ilegítimos, valores cristãos e ameaças à ordem social. Essa articulação entre religião, família e política não surge apenas no bolsonarismo. Ela possui antecedentes em movimentos conservadores brasileiros, como o integralismo liderado por Plínio Salgado na década de 1930, que mobilizou uma gramática política fundada na defesa da ordem, da nação, da família e dos valores cristãos (Barbosa, 2015; Gonçalves; Caldeira Neto, 2020; Doria, 2020).

Além disso, observa-se, na contemporaneidade, uma reelaboração do integralismo por meio dos chamados neointegralistas. Embora reivindiquem elementos da tradição integralista original, esses grupos assumem novas formas de organização e atuação, manifestando-se sobretudo por meio de organizações de extrema direita voltadas à formação de militantes, à produção de conteúdos ideológicos e à disputa da guerra cultural nas mídias sociais (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020).

Nesse sentido, o bolsonarismo pode ser compreendido não como criação inaugural desses repertórios, mas como uma reatualização contemporânea de significantes morais e religiosos que já circularam em outras formações políticas da direita brasileira. Essa atualização não transforma automaticamente os entrevistados em porta-vozes do bolsonarismo

ou do integralismo, mas indica que suas falas circulam em um campo discursivo no qual moral religiosa, familismo, defesa da infância e oposição à diversidade sexual foram intensamente politizados no Brasil recente.

2. O corpo, a vida e o aborto: entre o sagrado, a punição e a desigualdade social

Neste núcleo discursivo, o aborto aparece como um dos temas em que a fronteira moral se mostra mais rígida entre parte dos entrevistados. A vida é frequentemente sacralizada como valor absoluto, de modo que a condenação ao aborto tende a se sobrepor, inclusive, a situações-limite, como a gravidez decorrente de violência sexual. Ao mesmo tempo, alguns fragmentos introduzem contrapontos baseados na empatia, na saúde pública, na desigualdade social e na impossibilidade de aplicar o dogma religioso de forma abstrata e indiferente às condições concretas das mulheres.

Os fragmentos analisados foram produzidos por cinco entrevistados com perfis distintos. O primeiro corresponde a um homem branco, na faixa dos 50 anos, morador da Baixada Fluminense, com ensino fundamental incompleto e trajetória de conversão ao evangelicalismo. Atua em função operacional no setor de serviços e frequenta uma igreja neopentecostal. O segundo corresponde a uma mulher preta, na faixa dos 40 anos, moradora da Zona Sul do Rio de Janeiro, com ensino médio completo e trajetória de conversão ao evangelicalismo. Atua como trabalhadora autônoma no setor de estética/cuidados pessoais e frequenta uma igreja neopentecostal.

O terceiro corresponde a uma mulher preta, na faixa dos 30 anos, moradora da Zona Norte do Rio de Janeiro, com ensino médio completo e evangélica de origem. Exerce trabalho doméstico não remunerado no âmbito familiar e é vinculada a uma comunidade evangélica de perfil pós-denominacional. O quarto corresponde a um homem preto, na faixa dos 50 anos, morador do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, com ensino superior completo e trajetória de conversão ao evangelicalismo. Atua como bibliotecário e é vinculado a uma denominação evangélica independente. O quinto corresponde a uma mulher branca, na faixa dos 40 anos, moradora do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, com ensino superior completo e evangélica de origem. Atua como profissional da educação e é vinculada a uma igreja evangélica histórica/missionária.

Apresentação dos fragmentos

- **Fragmento Perfil 1 (P1):** Prefere que a vítima gere a criança e foca a punição no agressor: *"A violência sexual geralmente acontece mesmo. Eu não concordo, eu prefiro que viva e castra-se o cara para ele nunca mais fazer com ninguém. Eu só aceito o aborto em caso de anencefalia, pois a criança já nasce morta"*.
- **Fragmento Perfil 2 (P2):** Traz a questão para o lado espiritual e das religiões (interdiscursividade com matriz africana): *"Marca no psicológico, marca fisicamente, marca espiritualmente e até o pessoal que é da matriz africana também diz que traz uma carga energética para você muito pesada"*.
- **Fragmento Perfil 3 (P3):** Resume a oposição de forma direta: *"Vai contra os princípios. Vai contra a vida"*.
- **Fragmento Perfil 4 (P4):** Recusa-se a aplicar o dogma de forma cega: *"Não posso desconsiderar as condições que uma menina teve que fazer o aborto, não consigo pegar os valores da minha igreja, da minha fé e fazer uma aplicação nua e crua"*.
- **Fragmento Perfil 5 (P5):** *"A menina rica vai à clínica em Ipanema e a menina pobre tenta no quintal de casa"*.

Na dimensão textual, os fragmentos P1, P2 e P3 constroem o aborto a partir de uma linguagem de condenação moral, sacralização da vida e dano espiritual. Em P1, a frase “eu prefiro que viva” desloca o foco da situação da mulher violentada para a preservação da vida fetal. O sofrimento decorrente da violência sexual é reconhecido de forma indireta, mas não se torna critério suficiente para legitimar a interrupção da gestação. A punição é deslocada para o agressor, por meio da formulação “castra-se o cara”, que introduz uma resposta punitiva extrema à violência sexual. Assim, o entrevistado tenta resolver a tensão moral preservando a vida do feto e radicalizando a punição ao agressor.

No mesmo fragmento, a aceitação do aborto apenas em caso de anencefalia revela que a fronteira moral não é totalmente absoluta, mas é extremamente restrita. A justificativa de que a criança “já nasce morta” indica que a interrupção só se torna aceitável quando a vida fetal é representada como inviável. Desse modo, a exceção não se apoia prioritariamente na autonomia da mulher ou nas condições de sofrimento da gestante, mas na impossibilidade de continuidade da vida do feto.

Em P2, o aborto é representado como experiência de marcação múltipla: “marca no psicológico, marca fisicamente, marca espiritualmente”. A repetição do verbo “marca” produz um efeito de intensidade e permanência, sugerindo que o aborto deixa vestígios profundos no corpo, na mente e na espiritualidade da mulher. O fragmento também mobiliza uma

interdiscursividade religiosa ao mencionar “o pessoal que é da matriz africana” e a ideia de “carga energética”. Essa referência amplia o argumento para além do repertório evangélico, evocando outra tradição religiosa como confirmação de que o aborto produziria efeitos espirituais negativos. O risco, nesse caso, é a construção do aborto como dano não apenas físico ou psicológico, mas também espiritual, energético e moral.

Em P3, a oposição é formulada de maneira sintética e categórica: “vai contra os princípios. Vai contra a vida”. A repetição da estrutura “vai contra” constrói o aborto como transgressão. O termo “princípios” remete a valores morais e religiosos, enquanto “vida” funciona como significante absoluto. A fala não apresenta mediações, exceções ou condicionantes; a condenação se organiza a partir de uma equivalência direta entre aborto, violação de princípios e negação da vida.

Em contraste, os fragmentos P4 e P5 deslocam a discussão para as condições concretas em que o aborto ocorre. Em P4, a frase “não posso desconsiderar as condições” introduz uma ética da contextualização. O entrevistado não nega seus “valores da igreja” ou “da fé”, mas recusa aplicá-los de forma “nua e crua”. Essa expressão é central, pois critica a aplicação literal, abstrata e descontextualizada do dogma religioso. O aborto deixa de ser tratado apenas como questão de princípio e passa a ser interpretado a partir das circunstâncias vividas pela mulher, especialmente quando aparece a figura de “uma menina”, termo que intensifica a dimensão de vulnerabilidade.

Em P5, a oposição entre “menina rica” e “menina pobre” desloca o debate para a desigualdade social. A frase “a menina rica vai à clínica em Ipanema e a menina pobre tenta no quintal de casa” constrói uma crítica à desigualdade de acesso a condições seguras de cuidado. A escolha dos espaços é significativa: “clínica em Ipanema” funciona como signo de privilégio, segurança e acesso privado; “quintal de casa” funciona como signo de precariedade, imprevisto e risco. A fala transforma o aborto de uma questão exclusivamente moral em problema de classe, saúde pública e desigualdade de gênero.

Do ponto de vista gramatical, os fragmentos revelam diferentes formas de agência. Em P1, a mulher vítima de violência sexual aparece pouco como sujeito de decisão; a ação principal recai sobre a preservação da vida fetal e sobre a punição do agressor. Em P2, o aborto aparece como agente de marcas psicológicas, físicas e espirituais. Em P3, o aborto é construído como ação que “vai contra” princípios e vida. Já em P4 e P5, a agência é redistribuída: aparecem as condições sociais, a vulnerabilidade da “menina”, a desigualdade entre ricos e pobres e os efeitos concretos da criminalização ou da restrição do acesso. Essa

diferença gramatical é importante porque mostra como a mesma questão pode ser construída ora como transgressão moral, ora como problema social situado.

Na dimensão da prática discursiva, os fragmentos articulam discursos religiosos, morais, punitivos, espirituais, jurídicos, de saúde pública e de desigualdade social. Em P1, a condenação ao aborto se articula a um discurso punitivista dirigido ao agressor sexual. Em P2, a interdiscursividade envolve espiritualidade evangélica, psicologia, corporalidade e referência a religiões de matriz africana. Em P3, predomina um discurso moral-religioso baseado na defesa da vida como valor absoluto. Em P4 e P5, emergem discursos de empatia social, contextualização, saúde pública e desigualdade de classe.

Essa interdiscursividade revela que o aborto não é debatido apenas como prática médica, questão jurídica ou tema religioso. Ele se torna um significante moral condensador, no qual se cruzam vida, corpo, sexualidade, violência, punição, sofrimento, classe social e autoridade religiosa. Nos fragmentos de condenação, a vida fetal tende a ocupar o centro da argumentação; nos fragmentos de contraponto, o foco se desloca para a mulher concreta, suas condições de vida, sua vulnerabilidade e os riscos impostos pela desigualdade.

Na dimensão da prática social, o núcleo evidencia como o aborto é convertido em fronteira político-religiosa. Para parte dos entrevistados, ele aparece como limite moral quase intransponível, porque toca diretamente a sacralização da vida e os princípios cristãos. Nessa chave, mesmo situações extremas, como a violência sexual, podem não alterar a condenação moral. O corpo da mulher, a violência sofrida e as condições sociais da gestação tendem a ser subordinados à defesa da vida fetal como valor superior.

Ao mesmo tempo, os fragmentos P4 e P5 mostram que essa fronteira pode ser tensionada por repertórios de empatia, saúde pública e justiça social. Neles, a moral religiosa não desaparece, mas perde sua pretensão de aplicação automática. A interrupção da gestação passa a ser pensada a partir de contextos concretos, marcados por violência, vulnerabilidade, desigualdade e risco. Essa diferença revela que a moralização da política não opera de forma homogênea entre os entrevistados: alguns absolutizam o princípio religioso; outros reconhecem que sua aplicação exige mediação social e ética.

O perfil contextual contribui seletivamente para a análise. A condenação inegociável aparece em sujeitos de diferentes gênero, raça/cor, escolaridade e denominação, o que impede reduzi-la a um único perfil social. No entanto, os contrapontos P4 e P5 são formulados por entrevistados com ensino superior e repertórios profissionais ligados à informação e à educação, o que pode contribuir para a presença de argumentos mais contextualizados, voltados à desigualdade, à interpretação social e à recusa da aplicação dogmática direta. Essa

observação não deve ser tomada de forma determinista, mas ajuda a compreender os repertórios acionados por esses sujeitos.

Em termos teóricos, a aproximação com Cohen (2011) e Machado (2004) é possível nos fragmentos em que o aborto é construído como ameaça extrema à vida, aos princípios e à ordem moral. Em P3, por exemplo, a formulação “vai contra os princípios”. Vai contra a vida” transforma o aborto em transgressão moral absoluta. Em P2, a referência às marcas psicológicas, físicas e espirituais amplia a percepção de dano, conferindo ao aborto uma dimensão de contaminação moral e espiritual. Contudo, é importante notar que nem todo discurso contrário ao aborto configura, por si só, pânico moral. A aproximação com Cohen e Machado torna-se mais pertinente quando a fala amplifica o aborto como ameaça social, espiritual ou moral que ultrapassa a situação concreta da mulher.

A análise também pode ser articulada à discussão sobre fundamentalismo religioso em Anéas (2024), especialmente quando a defesa da vida é formulada como princípio absoluto, pouco aberto à mediação contextual. Nos fragmentos P1 e P3, observa-se uma lógica próxima à rigidez normativa, na qual a vida fetal é elevada a valor inegociável e a experiência concreta da mulher aparece em segundo plano. Essa aproximação, contudo, deve ser lida como identificação de traços discursivos de uma lógica teológico-fundamentalista, e não como classificação direta dos entrevistados como fundamentalistas.

Além disso, o núcleo dialoga com repertórios moral-conservadores que foram intensamente rearticulados na lógica bolsonarista da guerra cultural. A defesa da vida, a oposição ao aborto e a crítica às permissões legais compõem um repertório religioso anterior ao bolsonarismo, mas que, no Brasil recente, foi politizado como marcador de identidade conservadora e cristã. Nesse enquadramento, o aborto funciona como fronteira moral entre “defensores da vida” e sujeitos associados à ameaça à família, à infância ou à ordem cristã.

3. Educação, religiosidade afro-brasileira e ameaça à autoridade familiar cristã

Neste núcleo discursivo, a escola aparece como espaço de disputa moral e religiosa. A fala da entrevistada evidencia como conteúdos associados à cultura afro-brasileira podem ser reinterpretados, a partir de uma gramática evangélica, como ameaça espiritual à fé cristã e à autoridade familiar. O fragmento pertence a uma mulher preta, na faixa dos 40 anos, moradora da Zona Sul do Rio de Janeiro, com ensino médio completo e trajetória de conversão ao evangelicalismo. Atua como trabalhadora autônoma no setor de estética/cuidados pessoais e frequenta uma igreja neopentecostal.

Apresentação do fragmento

- **Fragmento Perfil 1 (P1):** Relata repulsa ao ensino de cultura afro-brasileira nas escolas (A boneca Abayomi), enquadrando isso como invasão moral e feitiçaria: *"Em religião de matriz africana é usada para vodu. Fere a minha religião. Será que eu como evangélica, como cristã, é o que eu quero para os meus filhos?"*.

Na dimensão textual, o fragmento constrói a boneca Abayomi não como objeto pedagógico, cultural e identitário, mas como signo de ameaça religiosa. A expressão “em religião de matriz africana” desloca o objeto do campo escolar e cultural para o campo religioso. Em seguida, a associação com “vodu” produz uma intensificação negativa, aproximando a atividade pedagógica de uma prática espiritual percebida como incompatível com a fé evangélica. O verbo “fere”, em “fere a minha religião”, é central, pois transforma o contato escolar com a cultura afro-brasileira em agressão simbólica à identidade cristã da entrevistada.

A pergunta “será que eu como evangélica, como cristã, é o que eu quero para os meus filhos?” desloca a discussão para a autoridade familiar. A entrevistada se posiciona simultaneamente como mãe, evangélica e cristã, articulando identidade religiosa e responsabilidade parental. A escola aparece, nesse enquadramento, como instância que pode interferir na formação moral e espiritual dos filhos. A formulação interrogativa não busca apenas resposta; ela produz uma fronteira entre aquilo que a escola oferece e aquilo que a mãe considera aceitável para sua família.

Do ponto de vista gramatical, há uma cadeia de atribuição de ameaça: a boneca é vinculada à religião de matriz africana; a religião de matriz africana é vinculada ao vodu; o vodu é percebido como algo que fere a religião da entrevistada; e essa ameaça alcança os filhos. Essa sequência constrói uma progressão discursiva que transforma uma prática escolar de cultura afro-brasileira em risco espiritual e familiar. A gramática da ameaça se organiza, portanto, pela passagem do objeto cultural para a invasão religiosa.

Na dimensão da prática discursiva, o fragmento mobiliza uma interdiscursividade entre discurso religioso evangélico, discurso escolar, discurso sobre cultura afro-brasileira e discurso de proteção da infância. A escola, que poderia ser interpretada como espaço de pluralidade cultural e cumprimento de políticas de valorização da história e cultura afro-brasileira, é ressignificada como lugar de exposição dos filhos a uma religiosidade considerada incompatível com a fé cristã. Essa ressignificação revela uma disputa sobre o que conta como cultura, religião, doutrinação ou ameaça espiritual.

Há também uma intertextualidade indireta com repertórios religiosos evangélicos que historicamente demonizam práticas de matriz africana, associando-as a feitiçaria, vodu ou forças espirituais negativas. A fala da entrevistada não apenas expressa desconforto individual; ela aciona uma memória discursiva cristã marcada pela oposição entre fé evangélica e religiões afro-brasileiras. Nesse sentido, o fragmento revela uma fronteira religiosa que se projeta sobre o espaço escolar.

Na dimensão da prática social, o fragmento evidencia como a moralização da política dos costumes alcança a educação. A presença de conteúdos afro-brasileiros na escola é interpretada como ameaça à liberdade religiosa e à autoridade dos pais sobre a formação dos filhos. A criança aparece como sujeito a ser protegido, a escola como espaço de risco e a cultura afro-brasileira como elemento suspeito. Essa configuração aproxima o fragmento da lógica do pânico moral, conforme Cohen (2011) e Machado (2004), na medida em que uma prática pedagógica é amplificada como ameaça à fé, à infância e à ordem familiar cristã.

Ao mesmo tempo, é importante observar que esse repertório não deve ser atribuído automaticamente ao bolsonarismo, pois a demonização das religiões de matriz africana antecede o bolsonarismo e atravessa longas tradições de intolerância religiosa no Brasil. No entanto, no contexto político recente, a gramática bolsonarista da guerra cultural amplificou a ideia de que a escola seria espaço de doutrinação, ameaça à família e imposição de valores contrários ao cristianismo. Assim, o fragmento mobiliza repertórios religiosos anteriores, mas que podem ser atualizados em uma lógica bolsonarista quando a escola é representada como lugar de invasão moral e espiritual sobre os filhos.

O perfil contextual da entrevistada contribui de modo relevante para a análise, mas deve ser lido sem determinismo. Trata-se de uma mulher preta e evangélica convertida, o que torna o fragmento particularmente complexo: uma prática pedagógica voltada à valorização da cultura afro-brasileira é rejeitada por ser percebida como ameaça à sua fé cristã. Essa tensão evidencia que raça, religião e identidade cultural não se articulam de modo automático. A identidade racial da entrevistada não implica adesão a repertórios afro-brasileiros quando estes são reinterpretados a partir de uma matriz religiosa neopentecostal que os associa à ameaça espiritual.

4. Segurança pública, punição e saudosismo militar

Neste núcleo discursivo, a moralização da política desloca-se para o campo da segurança pública, da punição e da ordem. A ditadura militar, os militares, o armamento civil e o endurecimento penal aparecem, em parte dos fragmentos, como respostas desejáveis à

insegurança, à criminalidade e à percepção de desordem social. Ao mesmo tempo, há um contradiscurso que recusa a militarização como solução e interpreta a violência como problema social, educacional e de saúde pública. Os fragmentos revelam, assim, uma disputa entre a ordem entendida como contenção pela força e a segurança compreendida como fenômeno social complexo.

Os fragmentos foram produzidos por quatro entrevistados com perfis distintos. O primeiro corresponde a um homem pardo, na faixa dos 40 anos, morador da Baixada Fluminense, com ensino médio completo e evangélico de origem. Atua em função operacional no setor de serviços e frequenta uma igreja pentecostal. O segundo corresponde a uma mulher parda, na faixa dos 80 anos, moradora da Baixada Fluminense, com ensino fundamental completo. Aposentada e com trajetória de conversão ao evangelicalismo, é vinculada a uma igreja evangélica histórica/missionária. O terceiro corresponde a um homem pardo, na faixa dos 30 anos, morador da Baixada Fluminense, com ensino médio completo e evangélico de origem. Atua no setor de transporte por aplicativo e em atividade complementar ligada à segurança privada, sendo vinculado a uma comunidade evangélica de perfil pós-denominacional. O quarto corresponde a um homem preto, na faixa dos 50 anos, morador do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, com ensino superior completo e trajetória de conversão ao evangelicalismo. Atua como bibliotecário e é vinculado a uma denominação evangélica independente.

Apresentação dos fragmentos

- **Fragmento Perfil 1 (P1):** Associa à liberdade e à insegurança criminal: *"No período dos militares o trabalhador tinha hora para sair de casa, tinha hora para chegar. Você não tinha aquele medo de encontrar um bandido"*.
- **Fragmento Perfil 2 (P2):** Sobre a volta dos militares: *"Seria muito bom, consertaria mais o Brasil"*.
- **Fragmento Perfil 3 (P3):** Rejeita os militares no poder, mas defende uma linha dura punitivista e bélica: *"Libera o porte de arma". "Um vagabundo vai pensar duas vezes antes de querer roubar. Prende o cara lá 50 anos, bota ele para trabalhar para pagar comida"*.
- **Fragmento Perfil 4 (P4):** Aponta falhas do militarismo na segurança: *"O problema da violência no país perpassa pela educação. Militar não tem essa expertise"*. Defende que o Estado trate *"o comércio do vício como uma questão de saúde como um problema mais estritamente social"*.

Na dimensão textual, os fragmentos P1 e P2 constroem os militares como signo de ordem, segurança e correção nacional. Em P1, o período militar é associado à previsibilidade da vida cotidiana: “o trabalhador tinha hora para sair de casa, tinha hora para chegar”. A figura do “trabalhador” é central, pois produz uma oposição moral entre o cidadão honesto, que deseja circular sem medo, e o “bandido”, representado como ameaça à ordem. A memória da ditadura não aparece associada à censura, tortura ou repressão política, mas à segurança do trabalhador. O passado militar é, assim, ressignificado como tempo de proteção.

No fragmento P2, a formulação “seria muito bom, consertaria mais o Brasil” constrói os militares como agentes de restauração. O verbo “consertar” sugere que o país estaria quebrado, desorganizado ou moralmente desviado, demandando uma força corretiva. A volta dos militares é imaginada como solução para uma crise nacional, mas sem nomear explicitamente os custos democráticos dessa solução. O discurso opera pela idealização da ordem militar e pelo apagamento dos elementos autoritários associados à ditadura.

Em P3, há uma inflexão importante. O entrevistado rejeita os militares no poder, mas mobiliza um repertório punitivista e armamentista. A frase “libera o porte de arma” funciona como enunciado curto, imperativo e programático. A defesa do armamento aparece associada à ideia de dissuasão: “um vagabundo vai pensar duas vezes antes de querer roubar”. O termo “vagabundo” é relevante porque desumaniza o sujeito criminoso e o coloca em uma posição moralmente inferior. A criminalidade deixa de ser compreendida como fenômeno social complexo e passa a ser representada como escolha individual de sujeitos desviantes que devem ser contidos pela força ou pelo medo.

Ainda em P3, a proposta de prender “50 anos” e obrigar o preso a trabalhar para “pagar comida” intensifica a lógica punitiva. O encarceramento prolongado e o trabalho compulsório aparecem como formas de correção moral e retribuição. A punição não é apresentada como ressocialização, garantia de direitos ou política pública, mas como resposta dura a um sujeito construído como indigno. Nesse enunciado, segurança pública, punição e moralidade se articulam em uma gramática de endurecimento penal.

Em contraste, P4 desloca o problema da violência para outra matriz interpretativa. Ao afirmar que “o problema da violência no país perpassa pela educação”, o entrevistado recusa a solução militar como resposta suficiente. A frase “militar não tem essa expertise” rompe com a ideia de que os militares seriam naturalmente aptos a resolver a segurança pública. O termo “expertise” introduz uma linguagem técnica e institucional, sugerindo que a violência exige conhecimento específico, políticas educacionais, sociais e de saúde, e não apenas disciplina ou força.

No mesmo fragmento, a expressão “comércio do vício” desloca a questão das drogas do campo exclusivamente criminal para o campo da saúde e da vida social. Ao defender que o Estado trate esse comércio como “questão de saúde” e “problema mais estritamente social”, P4 produz um contradiscurso ao punitivismo. A violência e as drogas deixam de ser interpretadas prioritariamente como falha moral individual e passam a ser vistas como fenômenos atravessados por vulnerabilidade, dependência, mercado ilegal, educação e condições sociais.

Do ponto de vista gramatical, os fragmentos distribuem a agência de formas distintas. Em P1 e P2, os militares aparecem como agentes capazes de garantir segurança ou “consertar” o Brasil. Em P3, o sujeito armado e o Estado punitivo aparecem como agentes de contenção do criminoso. Já em P4, a agência é deslocada para políticas públicas e saberes especializados: educação, saúde e intervenção social. Essa diferença é central, pois revela concepções distintas de segurança: segurança como imposição da ordem, segurança como autodefesa e punição, ou segurança como construção social mediada por políticas públicas.

Na dimensão da prática discursiva, os fragmentos articulam discursos securitários, punitivistas, militaristas, moralizantes e sociais. Em P1 e P2, há uma memória discursiva saudosista do período militar, na qual a ditadura é reinterpretada a partir da segurança cotidiana e não da repressão política. Em P3, o discurso da autodefesa armada se combina com o discurso do endurecimento penal e da desumanização do criminoso. Em P4, por sua vez, emerge uma interdiscursividade entre segurança pública, educação, saúde e questão social.

O perfil contextual contribui seletivamente para a análise. Os três primeiros entrevistados são moradores da Baixada Fluminense ou de áreas marcadas por experiências de insegurança urbana e circulação cotidiana em espaços vulneráveis à violência. Esse dado não explica automaticamente suas posições, mas ajuda a compreender por que segurança, medo e proteção aparecem como temas sensíveis. No caso de P3, sua inserção em atividade complementar ligada à segurança privada torna especialmente relevante sua defesa do porte de armas e de punições severas, pois sua experiência profissional pode aproximá-lo de repertórios de autodefesa, risco e enfrentamento. Já o P4, com formação superior e atuação na área de informação/documentação, mobiliza um repertório mais técnico e social, deslocando a violência para educação, saúde e políticas públicas. Essa diferença de perfis não deve ser lida de forma determinista, mas ajuda a compreender os recursos discursivos acionados por cada sujeito.

Na dimensão da prática social, o núcleo revela como a segurança pública é moralizada. A criminalidade é construída, em alguns fragmentos, como ameaça à vida do trabalhador, à ordem cotidiana e à estabilidade do país. O criminoso é nomeado como “bandido” ou “vagabundo”, enquanto o trabalhador aparece como vítima moralmente legítima. Essa oposição cria uma fronteira entre sujeitos dignos de proteção e sujeitos passíveis de punição severa. A política de segurança, nesse enquadramento, deixa de ser apenas questão administrativa e passa a ser disputa moral entre ordem e desordem, honestidade e criminalidade, cidadão de bem e inimigo social.

Ao mesmo tempo, o contradiscurso de P4 tensiona essa fronteira ao recusar a redução da violência à falha moral individual. Ao falar em educação, saúde e problema social, o entrevistado desloca o debate da punição para as condições estruturais da violência. Essa fala rompe com a lógica de que mais militares, mais armas ou mais prisão seriam respostas suficientes. Assim, o núcleo evidencia uma disputa entre uma gramática punitivo-militarizada da segurança e uma gramática social da prevenção, do cuidado e da política pública.

Em termos teóricos, este núcleo dialoga diretamente com a subseção da tese dedicada aos aspectos ideológicos do bolsonarismo, especialmente no que se refere às agendas de segurança pública, militarismo, punitivismo e defesa do armamento civil. Os fragmentos P1, P2 e P3 mobilizam repertórios que antecedem o bolsonarismo, como o saudosismo da ditadura militar, a valorização da ordem, a defesa da punição severa e a crença na força como resposta à criminalidade. No entanto, no Brasil recente, esses elementos foram fortemente rearticulados pela gramática bolsonarista, que os transformou em marcadores de identidade política, moral e ideológica.

5. O papel do Estado na regulação da vida social: cotas, liberdade e desigualdade

Neste núcleo discursivo, a moralização da política aparece na forma como os entrevistados interpretam a atuação do Estado sobre a vida social. As falas articulam temas como liberdade de expressão, regulação das mídias sociais, taxações, cotas raciais, desigualdade de classe e reparação histórica. De um lado, há uma percepção do Estado como instância de controle, censura ou imposição; de outro, aparece a possibilidade de ressignificar a ação estatal como instrumento de reparação e enfrentamento de desigualdades históricas.

Os fragmentos foram produzidos por três entrevistados com perfis distintos. O primeiro corresponde a um homem branco, na faixa dos 50 anos, morador da Baixada Fluminense, com ensino fundamental incompleto e trajetória de conversão ao evangelicalismo. Atua em função operacional no setor de serviços e frequenta uma igreja

neopentecostal. O segundo corresponde a uma mulher preta, na faixa dos 30 anos, moradora da Zona Oeste do Rio de Janeiro, com ensino médio completo e ensino superior em andamento. Com trajetória de conversão ao evangelicalismo, atua na área da saúde/assistência ao público e frequenta uma comunidade evangélica independente de perfil pós-denominacional. O terceiro corresponde a um homem preto, na faixa dos 50 anos, morador do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, com ensino superior completo e trajetória de conversão ao evangelicalismo. Atua como bibliotecário e é vinculado a uma denominação evangélica independente.

Apresentação dos fragmentos

- **Fragmento Perfil 1 (P1):** Enquadra o controle de ódio nas redes e tachações como censura estatal: *"Não temos liberdade de expressão. Hoje eu sou de direita. O que eu falar hoje, se eu botar numa rede social, eu posso estar preso"*.
- **Fragmento Perfil 2 (P2):** Sobre cotas raciais, deslegitima a política pública por uma visão de classe em vez de raça: *"Tem branco na periferia que também precisa e aí eu não sou a favor"*. Ela também diz que *"a sociedade impõe uma ditadura onde a mulher preta tem que provar seu valor muito mais que uma mulher branca"*.
- **Fragmento Perfil 3 (P3):** Relata a quebra de sua própria fronteira moral em relação às cotas: *"Eu era contra. Só depois de entrar na faculdade e entender essa ideia de reparação histórica e da real função das cotas que eu mudei minha posição"*.

Na dimensão textual, o fragmento P1 constrói o Estado como ameaça à liberdade individual, especialmente à liberdade de expressão no ambiente digital. A afirmação “não temos liberdade de expressão” é categórica e produz um sentido de perda generalizada de direitos. Em seguida, a fala “hoje eu sou de direita” posiciona o sujeito politicamente e vincula sua identidade ideológica à percepção de perseguição ou risco. A hipótese “se eu botar numa rede social, eu posso estar preso” constrói a regulação do discurso público como criminalização da opinião política. O medo da punição estatal organiza a fala e transforma a esfera digital em espaço de vigilância.

Esse fragmento mobiliza um repertório muito recorrente no campo da direita contemporânea, especialmente no discurso bolsonarista, em que medidas de regulação das plataformas, combate à desinformação ou responsabilização por discurso de ódio são frequentemente reinterpretadas como censura. A questão central, portanto, não é apenas jurídica, mas discursiva: a liberdade é construída como ausência de controle estatal, enquanto a regulação é significada como ameaça autoritária. Assim, a linguagem da liberdade opera

como fronteira moral entre o sujeito que deseja se expressar e o Estado percebido como censor.

No fragmento P2, a discussão sobre cotas raciais é deslocada para uma leitura de classe: “tem branco na periferia que também precisa”. A entrevistada não nega a existência da desigualdade, mas questiona o critério racial da política afirmativa ao enfatizar a pobreza como marcador de necessidade. A frase “eu não sou a favor” encerra a posição de discordância, sustentada pela ideia de que a política deveria contemplar vulnerabilidades econômicas independentemente da raça. Nesse caso, a cota racial é vista como insuficiente ou injusta por não abarcar todos os pobres.

Entretanto, a mesma entrevistada afirma que a mulher preta precisa provar seu valor “muito mais que uma mulher branca”. Essa formulação introduz uma tensão importante no próprio enunciado. Embora ela deslegitime as cotas raciais a partir de uma leitura de classe, reconhece a existência de uma desigualdade racial e de gênero que atinge especificamente mulheres pretas. A palavra “ditadura”, usada para descrever essa exigência social, indica uma percepção de imposição, pressão e cobrança permanente. Desse modo, P2 produz uma fala ambivalente: recusa a política afirmativa racial, mas reconhece a sobrecarga racializada imposta à mulher preta.

No fragmento P3, a fala é estruturada como narrativa de mudança: “eu era contra” e “mudei minha posição”. A mudança ocorre a partir da entrada na faculdade e do contato com a ideia de “reparação histórica” e com a “real função das cotas”. O vocabulário empregado desloca a política afirmativa do campo do privilégio ou da injustiça para o campo da reparação. Diferentemente de P2, que lê as cotas a partir da necessidade social imediata, P3 incorpora uma leitura histórica e estrutural da desigualdade racial. A universidade aparece como espaço de reinterpretação, aprendizado e transformação do julgamento político-moral.

Do ponto de vista gramatical, os fragmentos constroem diferentes relações entre indivíduo, Estado e direito. Em P1, o sujeito individual aparece ameaçado pela ação estatal: “eu posso estar preso”. Em P2, o Estado é questionado por supostamente escolher um critério de justiça considerado insuficiente pela entrevistada. Em P3, a política pública é reinterpretada como instrumento de reparação, e o sujeito assume a mudança de posição como resultado de aprendizado. Essas diferenças mostram que o Estado pode ser significado como censor, como agente de política contestável ou como instrumento legítimo de correção histórica.

Na dimensão da prática discursiva, os fragmentos articulam discursos sobre liberdade, Estado, mídias sociais, desigualdade, raça, classe e reparação. P1 mobiliza uma gramática de

liberdade ameaçada, muito presente em repertórios conservadores e bolsonaristas, especialmente quando a regulação do discurso digital é interpretada como censura à direita. P2 mobiliza uma interdiscursividade entre discurso de classe e discurso racial, mas hierarquiza a classe como critério mais legítimo de justiça. P3 aciona um repertório antirracista e histórico, no qual as cotas são compreendidas como resposta a desigualdades produzidas socialmente ao longo do tempo.

A comparação entre P2 e P3 é especialmente produtiva. Ambos são sujeitos negros, mas constroem sentidos diferentes sobre a política de cotas. P2 reconhece a desigualdade racial vivida pela mulher preta, mas não traduz esse reconhecimento em apoio à política afirmativa racial. P3, por sua vez, relata ter superado uma posição contrária às cotas a partir do contato com a noção de reparação histórica. Essa diferença impede uma leitura essencialista da identidade racial: ser negro não determina automaticamente uma posição favorável às cotas, assim como a defesa das cotas depende de processos de interpretação, circulação de repertórios e aprendizagem política.

O perfil contextual contribui de modo seletivo para a análise. Em P1, a autodeclaração política à direita é relevante para compreender a forma como a regulação estatal é imediatamente associada à ameaça à liberdade de expressão. Em P2, o fato de ser uma mulher preta torna particularmente significativa a tensão entre a recusa às cotas raciais e o reconhecimento de que mulheres pretas precisam provar mais seu valor. Em P3, a formação superior e a atuação na área de informação/documentação ajudam a compreender a centralidade atribuída ao conhecimento, à universidade e à ideia de reparação histórica como elementos que transformaram sua posição.

Na dimensão da prática social, o núcleo revela que a atuação do Estado é moralizada de formas distintas. No discurso de P1, o Estado regulador é percebido como ameaça à liberdade individual e à expressão política. Em P2, o Estado que implementa políticas afirmativas é questionado por produzir uma forma de diferenciação considerada injusta quando confrontada com a pobreza branca periférica. Em P3, o Estado aparece como agente possível de reparação histórica. Desse modo, a disputa não se dá apenas sobre políticas específicas, mas sobre o que o Estado deve ou não fazer diante da liberdade, da desigualdade e da cidadania.

Em termos teóricos, este núcleo dialoga com a discussão da tese sobre os aspectos ideológicos do bolsonarismo, especialmente no que se refere à defesa de uma noção negativa de liberdade, entendida como proteção do indivíduo contra a intervenção estatal. No fragmento P1, a regulação do discurso nas redes é reinterpretada como censura e ameaça à

direita, o que converge com repertórios bolsonaristas que apresentam o Estado, o Judiciário, a mídia ou as instituições reguladoras como forças de perseguição política. Essa gramática não deve ser lida como criação exclusiva do bolsonarismo, mas como repertório liberal-conservador e antirregulatório que foi intensamente apropriado e amplificado em sua lógica política.

Essa interpretação também articula a seção da tese sobre regime de informação: fundamentos teóricos e dinâmicas de poder. A fala de P1 revela uma tensão própria dos regimes informacionais contemporâneos: o sujeito se percebe como livre para produzir, opinar e circular conteúdos nas redes, mas interpreta qualquer tentativa de regulação como censura ou ameaça à sua autonomia. Nesse ponto, a análise dialoga com Byung-Chul Han (2022), para quem o regime de informação se organiza por formas de dominação associadas à circulação, ao processamento e à gestão algorítmica dos dados, afetando processos sociais, econômicos e políticos.

A contribuição de Shoshana Zuboff (2021), por sua vez, permite compreender como essa liberdade percebida é atravessada pelo capitalismo de vigilância. Nas plataformas digitais, os indivíduos não apenas consomem informação, mas também produzem dados, engajamento, rastros comportamentais e valor econômico. Assim, a disputa sobre liberdade de expressão nas redes não ocorre em um espaço neutro: ela se dá em ambientes mediados por plataformas, algoritmos, interesses econômicos e formas assimétricas de poder. A fala de P1, ao afirmar que “não temos liberdade de expressão” e que poderia ser preso por publicar algo nas redes, expressa menos uma reflexão sobre a infraestrutura algorítmica dessas plataformas e mais uma percepção política de cerceamento. Ainda assim, o fragmento é relevante porque mostra como, nos regimes informacionais contemporâneos, liberdade, vigilância, regulação e censura tornam-se significantes em disputa.

Ao final, os fragmentos mostram que “liberdade”, “igualdade”, “cidadania” e “reparação” são significantes em disputa. Para alguns, a ação estatal aparece como intromissão, censura ou injustiça; para outros, pode funcionar como instrumento de correção histórica e ampliação de direitos. Essa disputa encerra a categoria ao demonstrar que as fronteiras político-religiosas e morais não se restringem aos temas clássicos de costumes, como sexualidade, família e aborto, mas também atravessam políticas públicas, regulação digital, raça, classe e formas de pertencimento cidadão.

6.3.4 Síntese Geral das Análises Discursivas

A Análise Crítica do Discurso realizada a partir das três categorias analíticas — **autoridade informacional e regimes de verdade, mediação religiosa da interpretação política e moralização da política e fronteiras político-religiosas** — evidenciou que os fragmentos não expressam apenas opiniões individuais dos entrevistados, mas formas socialmente situadas de interpretar a verdade, a política, a fé, a família, o Estado e os conflitos morais contemporâneos. Em diálogo com Fairclough (2016), observou-se que os sentidos produzidos nas falas articulam escolhas textuais, práticas discursivas e práticas sociais mais amplas, atravessadas por repertórios religiosos, midiáticos, políticos e morais que circulam em igrejas, plataformas digitais, relações familiares, experiências cotidianas e debates públicos.

Na categoria **autoridade informacional e regimes de verdade**, a Bíblia, a liderança pastoral, as mídias digitais, os veículos jornalísticos, os serviços de checagem e a experiência individual apareceram como instâncias disputadas de validação da verdade. A Bíblia foi mobilizada ora como fonte absoluta, superior à palavra humana, ora como texto que exige interpretação, discernimento e mediação ética. De modo semelhante, a autoridade pastoral apareceu de forma ambivalente: em alguns casos, sacralizada; em outros, submetida ao crivo da Bíblia, da coerência e da avaliação individual. No campo midiático e digital, os entrevistados oscilaram entre desconfiança generalizada, confiança por afinidade ideológica e práticas ativas de verificação, revelando a complexidade dos regimes de verdade em um ambiente marcado por plataformas digitais, desinformação e crise dos filtros tradicionais de validação.

Na categoria **mediação religiosa da interpretação política**, a fé cristã mostrou-se um filtro decisivo para a leitura da política. A Bíblia, Jesus, a família, a igreja e os valores cristãos foram acionados como critérios de avaliação de partidos, candidatos, Estado laico e participação pública. Em alguns fragmentos, a direita/conservadorismo foi associada à proteção da fé e da família, enquanto a esquerda foi construída como ameaça moral, religiosa ou política. Em outros, a própria fé serviu como base para defender a laicidade, criticar a instrumentalização político-eleitoral da religião ou recusar a naturalização da identidade evangélica como necessariamente vinculada à direita. Assim, a mediação religiosa não apareceu de forma homogênea, mas como campo de adesão, disputa, negociação e contradiscurso.

Na categoria **moralização da política e fronteiras político-religiosas**, temas de costumes foram convertidos em marcadores de pertencimento moral, religioso e político. Questões como família, casamento homoafetivo, adoção, aborto, educação, segurança pública, punição, liberdade de expressão, cotas e regulação estatal deixaram de aparecer apenas como temas jurídicos, sociais ou administrativos e passaram a funcionar como fronteiras simbólicas entre valores considerados legítimos e práticas percebidas como ameaça, desvio ou imposição. Embora alguns fragmentos expressem posições rígidas, fundamentadas na autoridade bíblica, na sacralização da vida, no modelo tradicional de família ou em repertórios punitivos e antirregulatórios, outros introduzem mediações importantes, como dignidade humana, direito civil, cuidado, experiência concreta, saúde pública, desigualdade social, reparação histórica e crítica à violência estatal.

No conjunto, os fragmentos indicam que parte significativa dos repertórios mobilizados pelos entrevistados atravessa uma lógica discursiva bolsonarista, especialmente quando fé, família, infância, liberdade, ordem, segurança, esquerda e Estado são organizados em termos de ameaça e proteção. No entanto, essa articulação não deve ser compreendida como reprodução automática do bolsonarismo. Muitos desses repertórios são anteriores a ele, enraizados em tradições religiosas, conservadoras, punitivistas, anticomunistas e moralizantes já presentes na sociedade brasileira. O bolsonarismo, contudo, rearticula, amplifica e politiza esses significantes no interior de uma gramática de guerra cultural, produzindo fronteiras entre “nós” e “eles”, cristãos e inimigos da fé, família e ameaça moral, liberdade e censura, cidadão de bem e desordem social.

Desse modo, a análise sustenta a hipótese central da tese: entre os diferentes alicerces ideológicos da extrema direita bolsonarista — militarismo, anticomunismo, conservadorismo religioso, libertarianismo e negacionismo científico —, a dimensão religiosa aparece como elemento de forte mobilização, adesão e articulação simbólica. Ela não atua isoladamente, mas funciona como eixo capaz de conectar moralidade familiar, medo da esquerda, defesa da ordem, crítica ao Estado, rejeição a pautas progressistas, desconfiança informacional e identificação com projetos políticos conservadores. Ao mesmo tempo, os contradiscursos presentes na amostra mostram que o campo evangélico não é homogêneo: há sujeitos que aderem, negociam, tensionam ou recusam a captura da fé pelo bolsonarismo. Essa ambivalência reforça a importância de compreender os evangélicos não como bloco monolítico, mas como campo atravessado por disputas discursivas em torno da verdade, da política, da moral e da presença pública da religião.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese partiu da inquietação acerca dos modos pelos quais a fé cristã foi instrumentalizada pelo bolsonarismo como estratégia de mobilização política e moral, em um contexto informacional previamente marcado pela centralidade das plataformas digitais, pela desintermediação e pela fragmentação da esfera pública. Embora o bolsonarismo não tenha encontrado adesão exclusivamente entre evangélicos, esse segmento religioso assumiu papel preponderante em sua sustentação simbólica, moral e eleitoral, especialmente entre parcelas mais conservadoras.

Nesse processo, não se trata apenas de uma apropriação unilateral da religião pela política, mas de uma articulação recíproca, na qual o discurso bolsonarista encontrou ressonância em segmentos evangélicos conservadores, ao mesmo tempo que esses segmentos passaram a aderir, legitimar e difundir elementos da agenda da extrema direita.

Ao final do percurso analítico, foi possível observar que o repertório discursivo bolsonarista atravessou, de diferentes modos, as percepções dos fiéis evangélicos entrevistados sobre política, religião, informação e costumes. Embora esse atravessamento não tenha ocorrido de forma homogênea ou automática, a análise indicou que a dimensão religiosa assumiu papel especialmente relevante entre os elementos ideológicos associados ao bolsonarismo e à extrema direita. Mais do que o anticomunismo, o militarismo, o libertarianismo ou o negacionismo científico, a gramática religiosa e moral mostrou-se central para organizar afetos, medos, antagonismos e justificativas políticas formuladas em nome da fé.

Os principais achados teóricos da tese demonstram que a ascensão da extrema direita em escala internacional impactou diferentes dimensões da ordem política global, especialmente ao tensionar instituições democráticas, reconfigurar disputas públicas e fortalecer discursos autoritários e populistas. Nesse contexto, lideranças extremistas passaram a mobilizar narrativas baseadas na oposição entre “nós” e “eles”, nas quais a construção de inimigos e bodes expiatórios ocupa lugar central. Esses inimigos, internos ou externos, são apresentados como responsáveis por crises sociais, econômicas, culturais e morais, funcionando como recurso de mobilização política e afetiva.

Outro aspecto fundamental analisado foi o enfraquecimento das instituições democráticas, compreendido a partir do conceito de erosão democrática. A tese mostrou que muitas lideranças da extrema direita contemporânea ascenderam ao poder pela via eleitoral e, uma vez inseridas nas estruturas institucionais, passaram a tensionar os limites do Estado

democrático de direito, seja por meio da deslegitimação das instituições, do ataque à imprensa, da contestação dos sistemas eleitorais ou da normalização de práticas autoritárias.

No Brasil, esse processo encontrou expressão no bolsonarismo, cuja vitória em 2018 consolidou a extrema direita como força política nacional. Mesmo após a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro em 2022, o movimento não desapareceu; ao contrário, manteve capilaridade política por meio de seus representantes no Congresso Nacional, nos estados, nos municípios e em diferentes esferas da sociedade civil.

Para compreender a ascensão do bolsonarismo ao Poder Executivo, a tese analisou acontecimentos políticos e sociais que marcaram a conjuntura brasileira na década anterior, como as Jornadas de Junho, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, a Operação Lava Jato e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esses eventos, articulados entre si, contribuíram para o aprofundamento da crise de representatividade política no país e abriram espaço para a reorganização de forças conservadoras, reacionárias e antidemocráticas que, embora já presentes na sociedade brasileira, ganharam nova visibilidade, legitimidade e capacidade de mobilização no período recente.

No que se refere ao campo evangélico, a tese evidenciou a necessidade de compreender esse segmento em sua pluralidade interna, evitando generalizações que o reduzam a uma identidade política homogênea ou a uma adesão automática ao bolsonarismo. Ao mesmo tempo, demonstrou-se que a participação evangélica na política brasileira passou por uma reconfiguração significativa, deixando de ser compreendida, no interior do próprio segmento, como uma esfera imprópria ou incompatível com a vida cristã, para se tornar um espaço estratégico de disputa por representação, influência e poder. A Assembleia Nacional Constituinte de 1988 marcou uma inflexão importante nesse processo, simbolizada pelo slogan “irmão vota em irmão”, a partir do qual se fortaleceu a organização política de lideranças e grupos evangélicos na esfera pública.

Nas décadas seguintes, especialmente a partir dos anos 2000 e com maior intensidade após 2010, essa presença política se consolidou por meio do crescimento numérico do segmento, da expansão midiática de lideranças religiosas, da atuação parlamentar organizada e da centralidade crescente das pautas morais no debate público. Nesse contexto, temas como aborto, direitos LGBT+, “família tradicional”, anticomunismo e combate ao feminismo passaram a compor um repertório político-religioso mobilizado por setores evangélicos conservadores, frequentemente articulado à ideia de guerra espiritual. Assim, a tese mostrou que o fortalecimento do apoio evangélico ao bolsonarismo não resultou de uma adesão homogênea do campo evangélico, mas da atuação de parcelas conservadoras que

encontraram, no discurso bolsonarista, uma gramática compatível com suas disputas morais, religiosas e políticas.

No campo da Ciência da Informação, a tese demonstrou que o conceito de regime de informação é fundamental para compreender as condições contemporâneas de produção, circulação, mediação e legitimação da informação. A análise partiu do reconhecimento de que os regimes informacionais são historicamente situados e assumem diferentes configurações conforme as relações de poder, as infraestruturas tecnológicas, as práticas sociais e os critérios de visibilidade e validação predominantes em cada contexto.

Sem propor uma reconstrução histórica ampla desses regimes, a tese enfatizou a passagem de um ambiente informacional predominantemente organizado pelos meios de comunicação de massa para outro estruturado pelas plataformas digitais. Nesse novo arranjo, a informação passa a circular sob condições marcadas pela platformização, pela mediação algorítmica, pela captura da atenção, pela exploração de dados e pela circulação acelerada de conteúdos.

Essa compreensão permitiu articular o debate sobre o regime de informação à reconfiguração da esfera pública contemporânea. A partir das contribuições de Jürgen Habermas, especialmente em sua reflexão mais recente sobre a mudança estrutural da esfera pública no ambiente digital, a tese evidenciou que a esfera pública não desaparece, mas é profundamente tensionada por novas formas de mediação, fragmentação e disputa simbólica. Nesse cenário, as condições do debate democrático passam a ser atravessadas por fluxos informacionais nos quais informação, crença, afeto e performatividade se entrelaçam, favorecendo a intensificação de conflitos, a fragilização de horizontes comuns de sentido e a ampliação da desinformação como recurso político.

Assim, o achado teórico central dessa seção consiste em compreender que o bolsonarismo não criou esse regime informacional, mas soube explorar estrategicamente suas condições - em consonância com uso que a extrema direita mundial já fazia. A comunicação bolsonarista se apropriou de um ambiente já marcado pela fragmentação da esfera pública, pela crise das mediações tradicionais e pela centralidade das plataformas digitais, utilizando essas condições para ampliar a circulação de seu repertório político-religioso, moralizar o debate público e fortalecer formas de adesão baseadas em afetos, crenças e antagonismos.

No plano empírico, o mapeamento do perfil dos entrevistados permitiu identificar uma amostra majoritariamente marcada por um conservadorismo moral-religioso, informacionalmente mediado e atravessado por ambivalências político-democráticas. Esse conservadorismo tornou-se visível, sobretudo, na centralidade atribuída aos valores cristãos,

na rejeição majoritária ao aborto, na predominância do voto em Jair Bolsonaro e na presença de discursos anticomunistas, antiestatais e moralizantes. Contudo, os dados também evidenciaram que tal perfil não pode ser compreendido como homogêneo ou linear, uma vez que essas posições convivem com a aceitação parcial de direitos LGBTQ+, a defesa da laicidade do Estado, o reconhecimento da liberdade religiosa, a autonomia eleitoral declarada e a rejeição majoritária ao retorno dos militares ao poder.

A análise descritiva também demonstrou que as percepções dos participantes sobre política, religião, informação e costumes são atravessadas por diferentes circuitos informacionais, como redes familiares, vínculos religiosos, plataformas digitais, mídias tradicionais, grupos de sociabilidade e influenciadores alinhados a repertórios morais e políticos específicos. Em alguns casos, esses fluxos reforçam valores conservadores e visões de mundo já consolidadas; em outros, produzem ambiguidades, dúvidas conceituais e interpretações seletivas sobre temas como *fake news*, comunismo, censura, Estado laico e regulação das mídias sociais. Desse modo, religião, política e informação aparecem articuladas como dimensões que se reforçam, se tensionam e se atualizam nas experiências dos entrevistados.

A construção das categorias analíticas, inspirada na noção weberiana de tipo ideal, permitiu organizar essas recorrências sem transformar os participantes em tipos fixos ou identidades fechadas. Categorias como conservadorismo moral-religioso, ambivalência moral, conservadorismo securitário e ambivalência informacional funcionaram como ferramentas interpretativas para apreender padrões de sentido presentes nas entrevistas, preservando as nuances, contradições e deslocamentos das falas. Assim, o mapeamento não reduziu a amostra a rótulos como “conservadora”, “progressista” ou “ambivalente”, mas evidenciou combinações situadas entre fé, valores morais, experiências pessoais, práticas informacionais e contexto político.

Ainda no plano empírico, a Análise Crítica do Discurso permitiu avançar além do mapeamento descritivo da amostra, evidenciando os modos pelos quais religião, política, informação e moralidade se articulam na produção de sentidos dos entrevistados. As falas analisadas demonstraram que o repertório discursivo bolsonarista atravessa a amostra como uma matriz de interpretação da realidade social e política, especialmente quando mobiliza temas como família, aborto, comunismo, liberdade religiosa, Estado, mídia e autoridade. Contudo, esse atravessamento não ocorre de forma homogênea, automática ou totalizante. Ao contrário, aparece marcado por adesões, negociações, ambivalências e contradições, revelando que os entrevistados não apenas reproduzem discursos disponíveis no ambiente

político-religioso, mas também os reinterpretam a partir de suas experiências pessoais, vínculos religiosos, circuitos informacionais e posições morais.

Desse modo, a análise discursiva mostrou que o bolsonarismo opera menos como uma identidade política fechada e mais como um repertório de sentidos que circula, é apropriado e tensionado em diferentes graus. A Bíblia, a liderança pastoral, as mídias digitais, a imprensa, a família e as redes de sociabilidade aparecem como instâncias disputadas de autoridade e validação da verdade, compondo formas distintas de interpretação da realidade. Assim, a principal contribuição da análise empírica consistiu em evidenciar que a relação entre evangélicos e bolsonarismo não pode ser compreendida por generalizações lineares, pois envolve diferentes modos de adesão, recusa, negociação e ambivalência nas falas dos sujeitos. Diante do percurso desenvolvido, considera-se que os objetivos propostos foram alcançados. O objetivo geral da tese foi contemplado por meio da análise do objeto empírico, constituído pelas entrevistas realizadas com fiéis evangélicos residentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A articulação entre o mapeamento descritivo da amostra e a Análise Crítica do Discurso permitiu compreender de que modo o repertório discursivo bolsonarista atravessa as percepções dos entrevistados sobre política, religião, informação e costumes.

Esse alcance deve ser compreendido nos termos próprios de uma pesquisa qualitativa. A investigação não teve como finalidade medir estatisticamente as posições eleitorais dos evangélicos brasileiros, nem comprovar uma associação automática entre identidade evangélica e adesão ao bolsonarismo. Seu objetivo foi compreender, a partir dos discursos dos sujeitos entrevistados, como determinados elementos do repertório bolsonarista são incorporados, negociados, recusados ou tensionados em suas formas de interpretar a realidade política, religiosa, moral e informacional, especialmente quando temas como liberdade de expressão, censura, mídia, desinformação e regulação das plataformas digitais aparecem associados a disputas políticas e morais.

Os objetivos específicos, por sua vez, foram atendidos ao longo dos capítulos teóricos e empíricos, ao situarem o bolsonarismo no contexto da ascensão da extrema direita contemporânea, examinarem seus alicerces ideológicos, caracterizarem o segmento evangélico em sua diversidade interna e força política, analisarem o contexto informacional contemporâneo à luz do conceito de regime de informação e interpretarem as formas de adesão, negociação, ambivalência e tensionamento presentes nas falas dos participantes.

Entre os limites da pesquisa, é necessário reconhecer, em primeiro lugar, aqueles relacionados ao uso da entrevista como instrumento de produção dos dados. Embora as entrevistas permitam acessar percepções, memórias, justificativas e formas de elaboração

discursiva dos sujeitos, elas não captam de modo direto, transparente ou integral o pensamento dos entrevistados. As respostas são produzidas em uma situação interacional específica, atravessada pela presença da pesquisadora, pelas condições da entrevista e pelas expectativas que os próprios participantes podem construir acerca do que deve ou não ser dito.

Nesse sentido, considera-se que os depoimentos podem ser atravessados por diferentes formas de autocontrole discursivo, desejo de aceitação social ou tentativa de apresentar respostas consideradas mais adequadas, legítimas ou socialmente aceitáveis. Esse aspecto é especialmente relevante em pesquisas que tratam de temas politicamente sensíveis, como religião, voto, bolsonarismo, aborto, sexualidade, desinformação, comunismo e Estado laico. Assim, algumas respostas podem não expressar apenas opiniões espontâneas, mas também modos de autorrepresentação dos sujeitos diante da pesquisadora e do próprio contexto social no qual estão inseridos.

Outro limite diz respeito à memória dos entrevistados. Ao longo da pesquisa, observou-se que alguns participantes apresentaram dificuldades para recordar determinados acontecimentos, como o voto em eleições anteriores, informações falsas recebidas ou exemplos concretos de desinformação. Essa limitação não invalida os dados produzidos, mas indica que as falas devem ser compreendidas como reconstruções discursivas situadas, marcadas por lembranças, esquecimentos, hesitações e reelaborações posteriores dos acontecimentos vividos.

Também é importante considerar o limite decorrente da própria complexidade do fenômeno investigado. A relação entre bolsonarismo e segmentos evangélicos conservadores não pode ser explicada por uma única variável, pois envolve processos multifatoriais que articulam religião, política, mídia, informação, afetos, moralidade, trajetórias institucionais, disputas eleitorais e transformações socioculturais mais amplas. Nesse sentido, embora a tese tenha privilegiado a análise da dimensão religiosa, discursiva e informacional dessa relação, reconhece-se que outros fatores também concorrem para a compreensão da adesão de parte do eleitorado evangélico ao bolsonarismo. A delimitação adotada, portanto, não pretende esgotar o fenômeno, mas oferecer uma leitura situada sobre os modos pelos quais o repertório discursivo bolsonarista encontra ressonância, é negociado ou tensionado nas falas dos sujeitos entrevistados.

Por fim, reconhece-se também o limite inerente à própria interpretação da pesquisadora. A análise qualitativa, especialmente quando articulada à Análise de Conteúdo e à Análise Crítica do Discurso, envolve escolhas teóricas, metodológicas e interpretativas. Ainda que a pesquisa tenha buscado rigor na codificação, na sistematização dos dados e na

construção das categorias analíticas, não se trata de uma leitura neutra ou definitiva do material empírico. As interpretações apresentadas resultam de um percurso analítico situado, orientado pelo problema de pesquisa, pela hipótese, pelo referencial teórico adotado e pelas decisões metodológicas tomadas ao longo da investigação.

Assim, a tese buscou contribuir para a Ciência da Informação ao reafirmar a potência interdisciplinar do campo na análise de fenômenos sociais complexos, especialmente aqueles situados na interseção entre informação, religião e política. Ao mobilizar o conceito de regime de informação em diálogo com referenciais sobre esfera pública, religião, discurso, extrema direita, guerra cultural e desinformação, a pesquisa evidenciou que os processos informacionais não se restringem à circulação de conteúdos, mas envolvem disputas por autoridade, legitimidade, visibilidade e produção de sentidos em contextos atravessados por relações de poder.

No plano metodológico e empírico, a tese também contribui para o campo ao compreender os fiéis evangélicos entrevistados como sujeitos informacionais, isto é, como sujeitos que recebem, interpretam, selecionam, validam, recusam e reelaboram informações a partir de seus vínculos religiosos, morais, familiares, midiáticos e políticos. A escolha pelas entrevistas possibilitou compreender não apenas os conteúdos que circulam em torno do bolsonarismo, da religião e da política, mas também os modos pelos quais os sentidos produzidos resultam da interpretação, apropriação e tensionamento operados por sujeitos concretos, evitando reduzir os entrevistados a uma adesão uniforme ou automática ao repertório bolsonarista.

Dessa forma, a pesquisa contribui para os estudos sobre bolsonarismo, religião e informação ao demonstrar que a disputa política contemporânea também se realiza no campo da crença, da moralidade e da validação da verdade. Ao aproximar esses eixos, a tese reforça a importância de investigar os fenômenos informacionais em sua complexidade social, discursiva e histórica, especialmente quando a circulação da informação se articula a disputas religiosas, morais e políticas, como ocorre no contexto do bolsonarismo e de sua relação com segmentos evangélicos conservadores.

8 REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988. Disponível em: <https://politica3unifesp.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizao-sergio-abranches.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2024.
- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. E-book.
- ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- AGÊNCIA ANSA. WhatsApp admite envio ilegal de mensagens nas eleições 2018. **Época Negócios**, 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/10/whatsapp-admite-envio-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-2018.html>. Acesso em: 8 dez. 2024.
- ALESSI, Gil. Secretário da Cultura de Bolsonaro imita fala de nazista Goebbels e é demitido. **El País Brasil**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html>. Acesso em: 28 dez. 2024.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. **Mediação da informação e da leitura**. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277769128_Mediacao_da_Informacao_e_da_Leitura. Acesso em: 10 abr. 2026.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. Intenção de voto de católicos e evangélicos nas eleições presidenciais de 2018 a 2026. **EcoDebate**, 25 maio 2026. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2026/05/25/intencao-de-voto-de-catolicos-e-evangelicos-nas-eleicoes-presidenciais-de-2018-a-2026/>. Acesso em: 3 jun. 2026.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. **EcoDebate**, 31 out. 2018. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 3 jun. 2026.
- ALVES, Thiara dos Santos; BEZERRA, Arthur Coelho. INFORMAÇÃO, POLÍTICA E PODER: 20 anos do conceito de “regime de informação” em Maria Nélida González de Gómez. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 12, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/484>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- ANÉAS, André. Testemunho de um pastor em agonia. In: BARROS II, João; SPYER, Tereza; VALLE, Vinicius do. (org.). **Cruzadas contemporâneas**: política e guerra cultural evangélica no Brasil. São Paulo: Editora Pluralidades, 2024a. p. 29-46.

ANÉAS, André. **Manual do comportamento político dos evangélicos**: quem são os político-fundamentalistas e os político-protestantes? São Paulo: Editora Recriar, 2024b.

ANÉAS, André; TIROEL, Lorena Cristina de Oliveira. Hipersensibilidade e radicalismo entre evangélicos bolsonaristas. **Off.Lattes**, 25 set. 2023. Disponível em: <https://offlattes.com/archives/14387>. Acesso em: 3 jun. 2026.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARTIGO 19. **Protestos no Brasil 2013**. 2014. Disponível em: <https://artigo19.org/2014/06/23/relatorio-protestos-no-brasil-2013/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

ARTIGO em Veja e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980. **Veja**, 15 maio. 2017, atualizado 30 jul. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980>. Acesso em: 25 jan. 2025.

AURORA Dourada. Grécia declara partido de extrema-direita como grupo criminoso. **CNN Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/aurora-dourada-grecia-declara-partido-de-extrema-direita-como-grupo-criminoso/>. Acesso em: 23 dez. 2024.

AVELAR, Idelber. **Eles em nós**: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2021. E-book.

AZEVEDO, Rita. Setembro de 2015: Bolsonaro chama refugiados de “escória do mundo”. **Exame**, 2015, atualizado em 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-do-mundo/>. Acesso em: 21 dez. 2024.

BALLOUSSIER, Anna Virgínia. Lula não é demônio, diz pastor chamado de ‘vergonha’ por defender petista. **Folha de S. Paulo**, 19 set. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/lula-nao-e-demonio-diz-pastor-chamado-de-vergonha-por-defender-petista.shtml>. Aceito em: 13 jan. 2025.

BALLOUSSIER, Anna Virgínia. **O púlpito**: fé, poder e o Brasil dos evangélicos. São Paulo: Todavia, 2024.

BARBOSA, F. DE H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 51–60, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BD4Nt6NXVr9y4v8tqZLJnDt/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Chauvinismo e extrema direita**: crítica aos herdeiros do sigma. São Paulo: Editora UNESP, 2015. E-book.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Fernanda. **Nas garras da mentira**: fake news e as eleições presidenciais no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 2024.

BARROS, Thomás Zicman de; LAGO, Miguel. **Do que falamos quando falamos de populismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. E-book.

BASILIO, Ana Luiza. SC: Professor é demitido após trabalhar texto sobre tortura na ditadura militar. **CartaCapital**, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/sc-professor-e-demitido-apos-trabalhar-texto-sobre-tortura-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

BELLO, André. A lógica social do voto correto no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 2, ago, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/7wzxJHsWGZXNPzqSHNTsxxb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BENKLER, Yochai. **The wealth of networks**: How social production transforms markets and freedom. New Haven: Yale University Press, 2006.

BERTRAN, Maria Paula; VILAÇA, Luiz; RODELLO, Ildeberto; MORILAS, Luciana; RIBEIRO, Evandro Marcos Saidel. Neutralidade e viés judicial: Filiação partidária e os réus da Operação Lava Jato. **SciELO Preprints**, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4689. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4689>. Acesso em: 15 jun. 2026.

BIANCHI, Alvaro. Olavo de Carvalho e a guerra cultural das novas direitas: entrevista com Alvaro Bianchi. Entrevista concedida a Aline Vanessa Zambello, Ivan Henrique de Mattos e Silva e Josnei di Carlo. **Em Tese**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 67-79, set./dez, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/83706/47347>. Acesso em: 27 dez. 2024.

BÍBLIA ONLINE. **Efésios 6:13-18**. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/ef/6/13-18>. Acesso em: 23 jan. 2025.

BÍBLIA ONLINE. **Gênesis 1:26-28**. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/1/26-28>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BOGHOSSIAN, Bruno. Reprovação aumenta e torna Temer o presidente mais impopular da história. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/reprovacao-aumenta-e-torna-temer-o-presidente-e-mais-impopular-da-historia.shtml>. Acesso em: 6 dez. 2024.

BOLDRINI, Angela. Cinco anos após Covid, Brasil não tem plano para lidar com futuras pandemias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/12/cinco-anos-apos-covid-brasil-nao-tem-plano-para-lidar-com-futuras-pandemias.shtml>. Acesso em: 30 dez. 2024.

BOLSONARO diz em encontro com a imprensa que país não deve ser destino gay. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/bolsonaro-diz-que-levou-multa-apos-andar-de-moto-no-guaruja.shtml>. Acesso em: 21 dez. 2024.

BOLSONARO diz não acreditar que desigualdade salarial exista. **Exame**, 2016. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-diz-nao-acreditar-que-desigualdade-salarial-ocorra/>. Acesso em: 21 dez. 2024.

BOLSONARO diz que vai governar o Brasil com a Bíblia e a Constituição. **Correio do Povo**, 28 out. 2018, atualizado 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/bolsonaro-diz-que-vai-governar-o-brasil-com-a-b%C3%ADblia-e-a-constitui%C3%A7%C3%A3o-1.280482>. Acesso em: 23 jan. 2025.

BOLSONARO é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica. **Veja**, 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica>. Acesso em: 21 dez. 2024.

BOLSONARO em 25 frases polêmicas. **CartaCapital**, 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 9 dez. 2024.

BOLSONARO vai ao culto de Malafaia e diz que será capacitado por Deus. **Exame**, 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-nao-sou-o-mais-capacitado-mas-deus-capacita-os-escolhidos/>. Acesso em: 9 dez. 2024.

BRAGON, Ranier. Em dois anos, Bolsonaro esvaziou órgãos que cuidam de questões ambientais, indígenas e agrárias. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/12/em-dois-anos-bolsonaro-promove-desmonte-no-meio-ambiente-funai-e-reforma-agraria.shtml>. Acesso em: 29 dez. 2024.

BRAMAN, Sandra. **Change of state**: Information, policy, and power. Cambridge, MA: The Mit Press, 2006.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. In: BRAMAN, S. (ed.). **The emergent global information policy regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004. p.12-37.

BRASIL, Felipe Moura. Conheça o Foro de São Paulo, o maior inimigo do Brasil. **Veja**, 2014, atualizado em 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/felipe-moura-brasil/conheca-o-foro-de-sao-paulo-o-maior-inimigo-do-brasil>. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Marcha para Jesus**. Camboriú(SC), 25 jun. 2022. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-marcha-para-jesus-2>. Acesso em: 23 jan. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Câmara rejeita proposta que tornava obrigatório o voto impresso**. 2021. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/792343-camara-rejeita-proposta-que-tornava-obrigatorio-o-voto-impresso/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

Brasil. Câmara dos Deputados. **Juristas e deputados apontam erros e acertos da Operação Lava Jato, que completou dez anos**. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1064913-juristas-e-deputados-apontam-erros-e-acertos-da-operacao-lava-jato-que-completou-dez-anos>. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Rádio Câmara. **Presidente da Câmara parabeniza Lula pela vitória e defende reconhecimento do resultado**. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/916435-presidente-da-camara-parabeniza-lula-pela-vitoria-e-defende-reconhecimento-do-resultado/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. Senado Notícias. **Fim da prisão disciplinar para bombeiros e policiais militares passa a valer**. Brasília (DF), 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/27/fim-da-prisao-disciplinar-para-bombeiros-e-policiais-militares-passa-a-valer>. Acesso em: 29 dez. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Organismos internacionais e nacionais atestam a confiabilidade das eleições brasileiras**. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/organismos-internacionais-e-nacionais-atestam-a-confiabilidade-das-eleicoes-brasileiras>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BUENO, Dayana. Professor do Paraná é investigado por apologia ao nazismo, racismo e xenofobia. **G1**, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2024/04/18/colegio-afasta-professor-de-historia-investigado-por-apologia-ao-nazismo-racismo-e-xenofobia.ghtml>. Acesso em: 30 dez. 2024.

CALDAS, Ana Carolina. Gestão da cultura do governo Bolsonaro é considerada a pior das últimas décadas, dizem artistas. **Brasil de Fato**, Curitiba (PR), 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/30/gestao-da-cultura-do-governo-bolsonaro-e-considerada-a-pior-das-ultimas-decadas-dizem-artistas>. Acesso em: 28 dez. 2024.

CAMBRIDGE Analytica se declara culpada em caso de uso de dados do Facebook. **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/01/09/cambridge-analytica-se-declara-culpada-por-uso-de-dados-do-facebook.ghtml>. Acesso em: 8 dez. 2024.

CAMPOS, João Pedroso de. 2017, o ano em que a reação política à Lava Jato ganhou corpo. **Veja**, 23 dez. 2017, atualizado em 4 jun. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/2017-o-ano-em-que-a-reacao-politica-a-lava-jato-ganhou-corpo>. Acesso em: 25 jan. 2025.

CAMPOS, João Pedroso de. Quem são os treze candidatos à Presidência da República em 2018. **Veja**, 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/quem-sao-os-13-candidatos-a-presidencia-da-republica-em-2018>. Acesso em: 8 dez. 2024.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os “políticos de Cristo”: uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 26., 2002, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2002.

CARLUCCI, Manoela. Bolsonaro indiciado: veja quem decretaria eventual prisão do ex-presidente. **CNN Brasil**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-indiciado-veja-quem-decretaria-eventual-prisao-do-ex-presidente/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

CARTA EXPRESSA. ‘Não me arrependo’, diz pastor atacado por afirmar que a igreja tem de ‘pedir perdão’ a Lula, **CartaCapital**, 19 set. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/nao-me-arrependo-diz-pastor-atacado-por-afirmar-que-a-igreja-tem-de-pedir-perdao-a-lula/>. Acesso em: 9 fev. 2025.

CARVALHO, Olavo. Notas das mídias sociais reunidas. 2015. Disponível em: <https://olavodecarvalhofb.wordpress.com/2015/12/11/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

CARVALHO, Priscila Ramos; SOUSA, Paulo Cesar Castro de; SCHNEIDER, Marco André Feldman. Desinformação na pandemia de COVID-19: similitudes informacionais entre Trump e Bolsonaro. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 15–41, 2021. DOI: 10.19132/1808-5245273.15-41. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/106529/61423>. Acesso em: 29 dez. 2024.

CARVALHO, Rone. O que explica multiplicação de templos evangélicos no Brasil. **BBC News Brasil**, São José do Rio Preto(SP), 12 jul. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo>. Acesso em: 23 jan. 2025.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTRO, Elaine de; OLIVEIRA, Ulisses Tadeu Vaz de. A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. **Entretextos**, Londrina, v. 22, n. 3, p. 25–45, 2022. DOI: 10.5433/1519-5392.2022v22n3p25-45. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/46089>. Acesso em: 7 fev. 2025.

CHALHOUB, Sidney. A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades, diz Sidney Chalhoub. Entrevista concedida a Manuel Alves Filho. **Jornal Unicamp**, Campinas(SP), 2017. Disponível: https://www.geledes.org.br/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-as-desigualdades-diz-sidney-chalhoub/?gad_source=1&gclid=CjwKCAiA-ty8BhA_EiwAkya361apidYRRMVbT0iq-L5NnyDAWAQzpl5aFu7RG1n0xa-SmOKCkh8rhoCB6wQAvD_BwE. Acesso em: 27 jan. 2025.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. 4. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2022.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: the creation of the mods and the rockers**. New York: Routledge Classics, 2011. E-book.

CONVENÇÃO BATISTA CARIOCA (CBC). **Nota pública**: renúncia do PR. Sérgio R. G. Dusilek. 14 set. 2022. Disponível em: <https://batistacarioca.com.br/nota-publica-renuncia-do-pr-sergio-r-g-dusilek/>. Acesso em: 9 fev. 2025.

COSTA, Gilberto. Relembre o passo a passo da tentativa de golpe no 8/1. **Agência Brasil**, Brasília, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-01/relembre-o-passo-passo-da-tentativa-de-golpe-no-81>. Acesso em: 25 nov. 2024.

COSTA, J. F. A. Quem é o “cidadão de bem”? **Psicologia USP**, v. 32, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/wZ8DHtsYrgSc7tTZKJZSszS/>. Acesso em: 29 dez. 2024.

COSTA, Viviane. **Traficantes evangélicos**: quem são e a quem servem os novos bandidos de Deus. Rio de Janeiro: GodBooks, 2023.

CRUZ, Ruleandson do Carmo; ARAUJO, Carlos Alberto Ávila de. Sujeito informacional, conceito em emergência: uma revisão teórico-conceitual de periódicos ibero-americanos. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 1, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/147890>. Acesso em: 1 jun. 2026.

CUNHA, Magali do Nascimento. “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” populismo de extrema direita e fundamentalismo político-religioso nas mídias digitais no Brasil. In: DUSILEK, Sérgio; DE MARIA, Tayná Louise. (org.). **A noiva sob o véu**: novos olhares sobre a participação das igrejas evangélicas nas eleições de 2022. Rio de Janeiro: Mennochio, 2024. p. 91-106.

CUNHA, Magali do Nascimento. Religião e política no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000: o protagonismo dos evangélicos. **Fronteiras - Revista de Teologia da Unicap**, Recife(PE), v. 3, n. 1, p. 40–65, 2020. DOI: 10.25247/2595-3788. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/fronteiras/article/view/1622>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CUNHA, Magali. **MyNews explica**: evangélicos na política brasileira. São Paulo: Edições 70, 2022. E-book.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. E-book.

DATAFOLHA. Preso, Lula mantém liderança em disputa pela Presidência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/04/1965039-presos-lula-mantem-lideranca-em-disputa-pela-presidencia.shtml>. Acesso em: 8 dez. 2024.

DE MARIA, Tayná Louise. Nova fase do movimento fundamentalista cristão? Breves apontamentos. In: DUSILEK, Sérgio; DE MARIA, Tayná Louise. (org.). **A noiva sob o véu: novos olhares sobre a participação das igrejas evangélicas nas eleições de 2022**. Rio de Janeiro: Mennochio, 2024. p. 143-153.

DE MARIA, Tayná Louise; CHEVITARESE, André Leonardo. Fundamentalismo religioso cristão: em busca de um conceito. In: CHEVITARESE, André Leonardo *et al.*

Fundamentalismo religioso cristão: olhares transdisciplinares. Rio de Janeiro: Kliné, 2021. E-book.

DILMA Rousseff é reeleita com 54,5 milhões de votos no segundo turno. **G1**, 2014.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-com-545-milhoes-de-votos-no-segundo-turno.html>. Acesso em: 2 dez. 2024.

DORIA, Pedro. **Fascismo à brasileira**: como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo. São Paulo: Editora Planeta, 2020. E-book.

DUSILEK, Sérgio. Tempestade perfeita: a emergência do bolsonarismo e o movimento evangélico no Brasil. In: BARROS II, João; SPYER, Tereza; VALLE, Vinicius do. (org.).

Cruzadas contemporâneas: política e guerra cultural evangélica no Brasil. São Paulo: Editora Pluralidades, 2024. p. 57-85.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

EKBIA, Hamid R. **Information in action**: a situated view. **The Information Society**, v. 25, p. 328-343, 2009. (Proceedings of the Association Policy).

EKBIA, Hamid R.; EVANS, Tom P. **Regimes of Information**: land use, management, and for information science and technology, v. 46, n. 1, p.1-11, 2009.

ELEIÇÕES: Aécio Neves afirma não acreditar em ‘fraudes nas urnas em 2014’. **Estado de Minas**, 2021. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/07/09/interna_politica,1284983/eleicoes-aecio-neves-afirma-nao-acreditar-em-fraudes-nas-urnas-em-2014.shtml. Acesso em: 2 dez. 2024.

ESCOSTEGUY, Diego. Joesley Batista: “Temer é o chefe da quadrilha mais perigosa do Brasil”. **Época**, 2017. Disponível:

<https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/06/joesley-batista-temer-e-o-chefe-da-quadrilha-mais-perigosa-do-brasil.html>. Acesso em: 6 dez. 2024.

EXCLUDENTE de ilicitude: entenda projeto de Bolsonaro que pode isentar agentes de segurança e militares de punição em operações de GLO. **G1**, 2019. Disponível em:

https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/22/excludente-de-ilicitude-entenda-projeto-de-bolsonaro-que-pode-isentar-agentes-de-seguranca-e-militares-de-punicao-em-operacoes-de-glo_gh.html. Acesso em: 29 dez. 2024.

EXECUTIVE INTELLIGENCE REVIEW (EIR). [Site]. Disponível em: <https://larouchepub.com/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2016.

FERRAZ, Ricardo. Presença de militares em cargos civis dispara sob Bolsonaro, revela estudo. **Veja**, 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/presenca-de-militares-em-cargos-civis-dispara-sob-bolsonaro-revela-estudo>. Acesso em: 23 dez. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil**: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias. São Paulo: FBSP, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/8734acf0-90a1-4040-9892-22563b71b75f/full>. Acesso em: 21 dez. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRESTON, Paul. Da dignidade recomposta para a dignidade imposta? A trajetória demográfica e política da religião evangélica no Brasil. **Religião & Sociedade**, v. 46, n. 1, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-04382025e460101>. Acesso em: 5 jun. 2026.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília: Fundepe; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 19-34. DOI: <https://doi.org/10.36311/2008.978-85-98176-17-8.p19-34>. Acesso em: 6 jan. 2026.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: H. A. Olson; D. B. Ward (ed.). **Proceedings of the 23rd Annual conference of the Canadian Association for Information Science, 7-10 June 1995**. Edmonton, Alberta : [s. n.], 1995. Disponível em: http://www.caicsci.ca/proceedings.1995/frohmann_1995.pdf.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GEARINI, Victória. Plano Cohen: a fake news culminou na ditadura do Estado Novo. **Aventuras na História**, 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/historia-plano-cohen-farsa-que-levou-a-ditadura-do-estado-novo.phtml>. Acesso em: 6 jan. 2025.

GHERMAN, Michel. Bolsonarismo e a extrema direita no Brasil: uma reflexão sobre origens e destinos. In: CUNHA, Christina Vital da; PAULA, Marilene de. **Religião, democracia e a**

extrema direita. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2023. Disponível em: <https://iser.org.br/publicacao/webdossie-religiao-democracia-e-a-extrema-direi/>. Acesso em: 22 dez. 2024.

GIACOMINI, Gabriele. Disintermediation and/or Neintermediation? The “Fourth Power” of Small and Large Intermediaries in Digital Public Sphere. **Polish Sociological Review**, v. 222, n. 2, p. 249-262, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.26412/psr222.06>. Acesso em: 12 ago. 2026.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. E-book.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Reflexões sobre a genealogia dos regime de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 1, p. 137-158, jan./mar. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2023. E-book.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. E-book.

HELD, David. **Models of Democracy**. 3. ed. Stanford: Stanford University Press, 2006.

HOPE NO HATE. **Hope not hate**. [S. l.], c2026. Disponível em: <https://hopenothate.org.uk/>. Acesso em: 21 dez. 2024.

HUNGRIA. Primeiro-ministro (2010 - atual: Viktor Orbán). **Discurso no 25º Acampamento de Verão Bálványos para estudantes e universitários**. Tusnádfürdő (Băile Tuşnad), Romênia, 24 jul. 2014. Disponível em: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-speech-at-the-25th-balvanyos-summer-free-university-and-student-camp>. Acesso em: 18 nov. 2024.

HUNTER, James Davison. A guerra cultural contínua. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 22-62, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/48385/27344>. Acesso em: 27 dez. 2024.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022 Religiões**: resultados preliminares da amostra. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2025/06/censo-demografico-IBGE-2022-religioes.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2025.

IMPRENSA é seletiva, afirma ex-Procurador Geral da República sobre notícias da Lava Jato. **Portal da Imprensa**, 2016. Disponível em: <https://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/76507/imprensa+e+seletiva+afirma+ex+procurador+geral+da+republica+sobre+noticias+da+lava+jato>. Acesso em: 4 dez. 2024.

INSTITUT FÜR SOZIALFORSCHUNG. **História**. Frankfurt: Goethe-Universität Frankfurt am Main, 2026. Disponível em: https://www.ifs.uni-frankfurt.de/instituto/historia.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 4 dez. 2026.

IPSOS. **Professores e Médicos são os profissionais mais confiáveis, segundo brasileiros; Políticos e Influenciadores são os menos confiáveis**. 2024. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/confianca-nas-profissoes-2024>. Acesso em: 29 nov. 2024.

IPSOS. **Pulso Brasil: corrupção, PT e a Lava Jato**. 2016. Disponível: https://www.ipsos.com/sites/default/files/2017-05/Lava_Jato_Ipsos_Pulso_Brasil.pdf. Acesso em: 4 dez. 2024.

KARL, Marx; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LÈVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOPES, Marcus. Da prisão a popularidade: como foi o golpe fracassado de Hitler há 100 anos. **Aventuras na História**, 26 nov. 2023. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/desventuras/da-prisao-popularidade-como-foi-o-golpe-fracassado-de-hitler-ha-100-anos.phtml>. Acesso em: 15 jun. 2026.

LOPES, Raquel. Sob Bolsonaro, número de armas de cidadãos comuns mais que dobra. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/sob-bolsonaro-numero-de-armas-de-cidadaos-comuns-mais-que-dobra.shtml>. Acesso em: 29 dez. 2024.

LOPES, Reinaldo José. Evangélicos não são bloco único e caricatura do ‘crente careta’ é erro, diz jornalista. **Folha de S. Paulo**, 7 abr. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/04/evangelicos-nao-sao-bloco-unico-e-caricatura-do-crente-careta-e-erro-diz-jornalista.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2025.

LORRAN, Tácio. “Escolhido por Deus”, Adélio mantém ideia de matar Bolsonaro e Temer. **Metrópoles**, 2019. Disponível: <https://www.metropoles.com/brasil/escolhido-por-deus-adelio-mantem-ideia-de-matar-bolsonaro-e-temer>. Acesso em: 8 dez. 2024.

LULA eleito: líderes mundiais parabenizam petista por vitória na eleição. **BBC News Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63451626>. Acesso em: 25 nov. 2024.

LUHMANN, Niklas. O futuro da democracia. **Thesis Eleven**, v. 26, n. 1, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/072551369002600104>. Acesso em: 1 jun. 2026.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário**: ascensão e legado do bolsonarismo. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022. E-book.

MACHADO, Carla. Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, [s. l.], v. 4, n. 7, 2004. Disponível em: <https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/125>. Acesso em: 12 jun. 2026.

MANSO, Bruno Paes. **A fé e o fuzil**: crime e religião no Brasil do século XXI. São Paulo: Todavia, 2023.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MEC anuncia corte de 30% em repasses para todas as universidades federais. **Jornal Nacional, G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/30/mec-anuncia-corte-de-30percent-em-repasses-para-todas-as-universidades-federais.ghtml>. Acesso em: 28 dez. 2024.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo**: antigo e moderno. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. E-book.

MINICCINO, Michael. A nova idade das trevas: a Escola de Frankfurt e o “politicamente correto”. **Políticas Culturais em Revista**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 219–268, 2022. DOI: 10.9771/pcr.v15i1.48384. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/48384>. Acesso em: 26 dez. 2024.

MORENO, Ana Carolina. Desmatamento na Amazônia em junho é 88% maior do que no mesmo período de 2018. **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/07/03/desmatamento-na-amazonia-em-junho-e-88-percent-maior-do-que-no-mesmo-periodo-de-2018.ghtml>. Acesso em: 29 dez. 2024.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la? São Paulo: Companhia das Letras, 2019. E-book.

MUDDE, Cas. **A extrema direita hoje**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022. E-book.

MUDDE, Cas. A direita radical populista: uma normalidade patológica. **Em Tese**, Florianópolis, v. 19, n. 01, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/81320/47345>. Acesso em: 26 dez. 2024.

MULHALL, Joe. **Tambores à distância**: viagem ao centro da extrema direita mundial. São Paulo: LeYa Brasil, 2022.

NEM um centímetro a mais para terras indígenas, diz Bolsonaro. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/78-noticias/575956-nem-um-centimetro-a-mais-para-terras-indigenas-diz-bolsonaro>. Acesso em: 21 dez. 2024.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. E-book.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo**: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2024.

ORTELLADO, Pablo; MARTINS, Elisa. **Apocalipse Moral**: guerras culturais - uma batalha pela alma do Brasil. 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6yN23UibmEkc9ptvU8ciAm?si=3e3d19d14c15472a>.<>. Acesso em: 29 ago. 2024

ORWELL, George. **Fascismo e democracia**. [S. l.]: Montecristo Editora, 2021. E-book.

OUR WORLD IN DATA. **COVID-19 deaths**. [S. l.], c2026. <https://ourworldindata.org/covid-deaths>. Acesso em: 30 dez. 2024.

PADULA, A. J. A.; ALBUQUERQUE, P. H. M. Corrupção Governamental no Mercado de Capitais: um estudo acerca da Operação Lava Jato. **Revista de Administração de Empresas**, v. 58, n. 4, p. 405–417, jul. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/48ddWJmBNLh4tYVtjXc33Yn/?lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2025.

PALINKAS, L. A.; HORWITZ, S. M.; GREEN, C. A.; WISDOM, J. P.; DUAN, N.; HOAGWOOD, K. Purposeful sampling for qualitative data collection and analysis in mixed method implementation research. **Administration and policy in mental health**, v. 42, n. 5, p. 533-544, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10488-013-0528-y>. Acesso em: 12 ago. 2026.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PARLAMENTO Europeu: a Hungria já não pode ser considerada uma democracia plena.

Parlamento Europeu, set. 2022. Disponível em:

<https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20220909IPR40137/parlamento-europeu-a-hungria-ja-nao-pode-ser-considerada-uma-democracia-plena>. Acesso em: 25 jan. 2025.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

PEREIRA, Eliseu. **Caminhos para compreender a teologia do domínio**. São Paulo: Editora Recriar, 2025. E-book.

PEREIRA, Eliseu. Teologia do Domínio: Uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos**

Pós-Graduados de História, v. 76, p. 147-173, 2023. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/60331/42102>. Acesso em: 24 jan. 2025.

PETRÓ, Gustavo. Relembre a reunião de Bolsonaro com embaixadores que o tornou inelegível. **G1**, 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/30/relembre-a-reuniao-de-bolsonaro-com-embaixadores-que-o-tornou-inelegivel.ghtml>. Acesso em: 25 nov. 2024.

PIAIA, Victor; NUNES, Raul. O papel dos programas de auditório no “fenômeno” Bolsonaro. **Diário do Centro do Mundo**, 2018. Disponível em:

<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-papel-dos-programas-de-auditorio-no-fenomeno-bolsonaro/>. Acesso em: 9 dez. 2024.

PRESO pela PF, pastor Everaldo batizou Bolsonaro no Rio Jordão. **Correio Braziliense**, 28 ago. 2020. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/08/4871770-presos-pela-pf-pastor-everaldo-batizou-bolsonaro-no-rio-jordao.html>. Acesso em: 13 jan. 2025.

PREVIDELLI, Fábio. Incêndio no Reichstag: Há 90 anos, fogo no Parlamento alemão impulsionava consolidação nazista. **Aventuras na História**, 2023. Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/incendio-no-reichstag-ha-90-anos-fogo-no-parlamento-alemao-impulsionava-consolidacao-nazista.phtml>. Acesso em: 20 nov. 2024.

QUEM são os 18 militares bolsonaristas no coração do golpismo, segundo a PF. **Carta Capital**, 2024. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-sao-os-18-militares-bolsonaristas-no-coracao-do-golpismo-segundo-a-pf/>. Acesso em: 24 dez. 2024.

RAZÃO DE ESTADO. *In*: Dicionário de Filosofia Moral e Política. Disponível em:

<https://www.dicionariofmp-ifilnova.pt/razao-de-estado/#:~:text=A%20raz%C3%A3o%20de%20Estado%20%C2%ABindica,que%20um%20Estado%20%C2%ABvive%C2%BB>. Acesso em: 19 nov. 2024.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

REGO, A.; CUNHA, M. P. e; MEYER JR., V. Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de orientação. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 43–57, 2019. DOI:

10.12660/rgplp.v17n2.2018.78224. Disponível em:

<https://periodicos.fgv.br/rgplp/article/view/78224>. Acesso em: 7 fev. 2025.

RIBEIRO, Kelly. Professora é afastada por livro de Conceição Evaristo: ‘Silenciamento’.

Universa UOL, 2021. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/11/22/professora-e-afastada-apos-abordar-livro-de-conceicao-evaristo-em-aula.htm>. Acesso em: 30 dez. 2024.

RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar nº 184 de 27 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro, sua composição, organização e gestão, define as funções públicas e serviços de interesse comum, cria a autoridade executiva da região metropolitana do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, [2018]. Disponível em:

http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=52&url=L2NvbnRsZWkubnNmL2E5OWUzMThhOWNmZWZODmZmZlI1Njg2MjAwNzFmNWQyLzE4NjVIMmM1NjVIMWU1NDc4MzI1ODNkMTAwNWRhOTlmP09wZW5Eb2N1bWVudA==. Acesso em: 7 fev. 2025.

ROCHA, André Ítalo. **A bancada da Bíblia**: uma história de conversões políticas. São Paulo: Todavia, 2024.

ROSA, João; SOARES, Jussara. Braga Netto é o primeiro general de quatro estrelas preso no Brasil. **CNN Brasil**, Brasília, 2024. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/braga-netto-e-o-primeiro-general-de-quatro-estrelas-preso-no-brasil/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

SAIBA quais partidos definiram apoio no segundo turno da eleição presidencial. **G1**, Brasília, 2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/09/saiba-quais-partidos-ja-adotar-am-posicao-no-segundo-turno-das-eleicoes-presidenciais.ghtml>. Acesso em: 21 dez. 2024.

SALLES, D.; MATTOS MARTINS, B. M.; SANTINI, R. M. “Deus, Pátria, Família e Liberdade”: a radicalização política no ecossistema de mídia evangélica digital no Brasil.

Mídia e Cotidiano, v. 18, n. 1, p. 25-52, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/59933>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **Ética**. 39. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. E-book.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

7 DE SETEMBRO:Michelle Bolsonaro faz discurso religioso e diz que o ‘inimigo não vai vencer’. **Carta Capital**, 7 set, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/7-de-setembro-michelle-bolsonaro-faz-discurso-religioso-e-diz-que-o-inimigo-nao-vai-vencer/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SIEPIERSKI, Paulo Donizéti. Prefácio. In: DUSILEK, Sérgio; MARIA, Tayná Louise de (org.). **A noiva sob o véu**: novos olhares sobre a participação das igrejas evangélicas nas eleições de 2022. Rio de Janeiro: Menocchio, 2024.

SILVA, Maurício Ferreira da; BENEVIDES, Silvio César; PASSOS, Ana Quele da Silva. Impeachment ou golpe? Análise do processo de destituição de Dilma Rousseff e dos desdobramentos para a democracia brasileira. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLITICA, 9., 2017, Montevideu. **[Trabalhos apresentados]**. Montevideu: ALACIP, 2017. p. [1-22]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6919?show=full>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SILVA, Victor Augusto Araújo. Grupos suprapartidários no Congresso brasileiro: uma análise da Frente Parlamentar Evangélica. **Revista Três Pontos**, v. 9, n. 2, 2012. Publicado em 12 mar. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3171>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SILVA, Wellington Teodoro da; SUGAMOSTO, Alexandre; ARAÚJO, Uriel Irigaray. O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. **Revista Cultura & Religião**, v. 15, n. 1, p. 180-222, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/cultrelig/v15n1/0718-4727-cultrelig-15-01-180.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2024.

SOARES, Jussara; PRADO, Gabriela. Veja quem são os ex-comandantes das Forças Armadas que se posicionaram contra o golpe. **CNN Brasil**, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/veja-quem-sao-os-ex-comandantes-das-forcas-armadas-que-se-posicionaram-contr-o-golpe/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus**: quem são os evangélicos e porque eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2020. E-book.

SPYER, Juliano; DAMASCENO, Guilherme; KHALIL, Raphael. **Crentes**: pequeno manual sobre um grande fenômeno. Rio de Janeiro: Record, 2025.

SUNSTEIN, Cass. **Republic.com 2.0**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009.

TATEMOTO, Rafael. Um terço do alto escalão do governo Bolsonaro será ocupado por militares. **Brasil de Fato**, Brasília (DF), 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/08/um-terco-do-alto-escalao-do-governo-bolsonaro-sera-ocupado-por-militares>. Acesso em: 23 dez. 2024.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade**: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020. E-book.

TEIXEIRA VIEIRA DE MELO, Cristina; VAZ, Paulo. Guerras Culturais: conceito e trajetória. **Revista Eco-Pós**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 6–40, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27791/15215. Acesso em: 26 dez. 2024.

TELLES, Pedro. **Há uma demanda no Brasil por extremismos de direita que é maior que o bolsonarismo**. Entrevista concedida a IHU e Baleia Comunicação. 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/645918-ha-uma-demanda-no-brasil-por-extremismos-de-direita-que-e-maior-que-o-bolsonarismo-entrevista-especial-com-pedro-telles>. Acesso em: 30 dez. 2024.

TEMPO de TV dos candidatos a presidente. **Gazeta do Povo**, 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/graficos/tempo-de-tv-dos-candidatos-presidente/>. Acesso em: 21 dez. 2024.

THE INTERNATIONAL SCHILLER INSTITUTE. The International Schiller Institute. [S. l.], c2026. Disponível em: <https://schillerinstitute.com/es/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

TORRES, Sergio; MAGALHÃES, Mário. Internet revela livro secreto do Exército. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0511200017.htm>. Acesso em: 26 dez. 2024.

TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do fascismo**: populismo e a extrema direita. Belo Horizonte: Âyné, 2021. E-book.

UNGER, R. J. G.; FREIRE, I. M. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [s. l.], v. 6, n. 1, 2008.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Os protocolos dos sábios de Sião**. Holocaust Encyclopedia. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/protocols-of-the-elders-of-zion>. Acesso em: 6 jan. 2025.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society**. New York: Oxford University Press, 2018. E-book.

VARIETIES of democracy (V-Dem). V-Dem. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.v-dem.net/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

V-Dem Institute. **Relatório da democracia 2024**: a democracia a ganhar e a perder nas urnas. Gotemburgo, Suécia: Europress, 2024. Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/51/v-dem_dr_2024_portuguese_lowres_v2.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

VINCI, Christian F. R. Guimarães. **Comunismo**. São Paulo: Lafonte, 2020. E-book.

WASON, P. C. On the failure to eliminate hypotheses in a conceptual task. **Quarterly Journal of Experimental Psychology**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 129–140. 1960. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17470216008416717>. Acesso em: 5 jul. 2024.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2022. E-book.

ZAKARIA, Fareed. The rise of illiberal democracy. **Foreign Affairs**, v. 76, n. 6, p. 22-43, nov./dez. 1997. Disponível em: <https://msuweb.montclair.edu/~lebelp/fzakariailliberaldemocracy1997.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira de poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

9 GLOSSÁRIO

Autoridade Informacional: Designa os processos pelos quais determinadas fontes, atores e instituições são reconhecidos pelos entrevistados como legítimos para orientar a interpretação da realidade política, religiosa e moral. Essa autoridade pode ser atribuída à Bíblia, à liderança pastoral, à experiência pessoal, às redes familiares e religiosas, às mídias jornalísticas ou às plataformas digitais, especialmente em contextos de desinformação, polarização e disputa pela verdade.

Autoritarismo: Refere-se à valorização de práticas e discursos políticos baseados na ordem, na obediência, na hierarquia e no uso da força, frequentemente em detrimento da pluralidade, dos direitos e das instituições democráticas. Na tese, o conceito ajuda a analisar a tolerância a lideranças fortes e a medidas de exceção justificadas pela segurança, pela moralidade ou pela defesa da nação.

Bancada Evangélica: Refere-se ao conjunto de parlamentares vinculados, identificados ou apoiados por segmentos evangélicos que atuam de forma articulada no Legislativo. Sua atuação envolve pautas morais, religiosas e de costumes, mas também interesses institucionais, fiscais, midiáticos, educacionais e partidários relacionados à presença evangélica na esfera pública.

Batalha/Guerra Espiritual: Refere-se à compreensão religiosa de que a vida social, moral, familiar e política é atravessada por conflitos entre forças espirituais do bem e do mal. Na tese, o termo ajuda a analisar como determinados discursos evangélicos interpretam disputas políticas e morais como expressões de uma luta espiritual, na qual adversários, ideias ou agendas públicas podem ser associados à ameaça demoníaca, à corrupção moral ou ao afastamento de Deus.

Bolsonarismo: Refere-se a um fenômeno político, social, discursivo e informacional articulado em torno da liderança de Jair Bolsonaro, mas não restrito a sua trajetória partidária ou eleitoral. Na tese, o termo designa um repertório conservador, anticomunista, antipetista, moralizante e autoritário, que mobiliza afetos, identidades religiosas, práticas digitais, desconfiança em relação à imprensa e disputas em torno da verdade. Assim, o bolsonarismo é compreendido não apenas como movimento político, mas como uma forma de interpretação da realidade social, moral e política brasileira recente.

Bolsonarista: Sujeito que adere, apoia ou se identifica com o bolsonarismo, seja de forma explícita, militante, eleitoral, moral, religiosa ou discursiva. Na tese, o termo não designa apenas quem vota em Jair Bolsonaro, mas também quem compartilha repertórios associados ao bolsonarismo, como antipetismo, anticomunismo, conservadorismo moral, defesa da ordem, desconfiança da imprensa, crítica a instituições democráticas e oposição a pautas progressistas.

Conservador: Refere-se ao sujeito ou posicionamento que valoriza a preservação de tradições, normas, hierarquias, instituições e valores considerados fundamentais para a organização da vida social. Na tese, o termo aparece especialmente associado à defesa da família tradicional, da moral religiosa, da ordem social, da autoridade e da resistência a

mudanças percebidas como ameaças aos valores cristãos, à estabilidade social ou à identidade nacional.

Crente: Refere-se, no uso corrente brasileiro, à pessoa que professa a fé cristã, especialmente no contexto evangélico. Na tese, o termo pode aparecer como categoria nativa, isto é, como uma palavra usada pelos próprios sujeitos religiosos para nomear sua identidade de fé, seus pertencimentos comunitários e suas formas de distinção moral em relação ao “mundo” ou a outros grupos sociais.

Cristológica: Refere-se à cristologia, área da teologia dedicada à compreensão da pessoa, da natureza e da obra de Jesus Cristo. Na tese, o termo pode ser usado para indicar interpretações, doutrinas ou discursos centrados na figura de Cristo, em sua autoridade, missão, exemplo ético e significado para a fé cristã.

Desinformação: Na tese, o termo é utilizado em sentido amplo para se referir à produção, circulação ou compartilhamento de conteúdos falsos, enganosos, distorcidos ou manipulados. Essa circulação pode ocorrer de forma intencional, para prejudicar ou enganar, ou de forma desavisada, por pessoas que acreditam na veracidade da informação, não sabem identificar sua falsidade ou encontram dificuldade para reconhecer manipulações e distorções.

Escatologia: Refere-se ao campo da teologia dedicado às “últimas coisas”, como o fim dos tempos, a volta de Cristo, o juízo final, a salvação, a condenação e a consumação do Reino de Deus. Na tese, o termo pode ajudar a analisar discursos religiosos que interpretam acontecimentos políticos, sociais e morais como sinais de uma crise espiritual, de decadência do mundo ou de proximidade do fim dos tempos.

Evangelical: Adjetivação utilizada para caracterizar sujeitos, discursos, práticas ou movimentos vinculados ao universo evangélico. Na tese, o termo é empregado para qualificar formas de pertencimento, identidade e atuação associadas ao campo evangélico cristão.

Evangelicalismo: Refere-se à diversidade de expressões religiosas, teológicas, culturais e políticas vinculadas ao campo evangélico. O uso no plural indica que não há um evangelicalismo homogêneo, mas múltiplas formas de pertencimento, interpretação bíblica, prática comunitária, atuação pública e posicionamento político. Na tese, o termo contribui para evitar generalizações sobre os evangélicos e reconhecer as disputas internas desse campo religioso.

Evangélico: Termo utilizado para designar sujeitos, igrejas, discursos e práticas vinculados a grupos cristãos de origem protestante que, no contexto brasileiro, diferenciam-se do catolicismo. Na tese, o termo se refere aos pertencimentos religiosos dos entrevistados e às formas pelas quais esses sujeitos vivem, interpretam e expressam a fé cristã, considerando a diversidade de denominações, experiências, valores e posicionamentos presentes no campo evangélico brasileiro.

Extrema direita: No contexto brasileiro recente, refere-se a um campo político-ideológico marcado pelo conservadorismo moral radicalizado, anticomunismo, antipetismo, punitivismo, defesa da ordem, desconfiança das instituições democráticas e aproximação com pautas

econômicas neoliberais. Na tese, o termo ajuda a compreender a articulação entre bolsonarismo, religião, moralidade e disputas político-informacionais.

Fake News: Termo popularmente utilizado para designar conteúdos falsos, enganosos ou distorcidos que circulam como se fossem notícias verdadeiras. Na tese, a expressão é compreendida em articulação com o conceito de desinformação, especialmente para analisar a circulação de conteúdos falsos em contextos políticos, religiosos e eleitorais, nas mídias sociais e nas disputas em torno da verdade.

Frente Parlamentar Evangélica (FPE): Popularmente conhecida como “bancada evangélica”, é uma associação suprapartidária composta por deputados federais e senadores identificados com segmentos evangélicos. Esses parlamentares atuam na defesa de valores e princípios cristãos na esfera pública, especialmente na formulação de leis e políticas públicas.

Fundamentalismo Religioso: Forma de pensamento religioso marcada pela defesa de verdades absolutas, pela leitura rígida das Escrituras e pela rejeição de valores percebidos como ameaça à fé, à família e à moral cristã. Na tese, o termo ajuda a analisar discursos que interpretam disputas políticas e culturais como conflitos morais e espirituais.

Guerra Cultural: Refere-se a disputas simbólicas, morais, religiosas e políticas em torno dos valores, identidades e modos de vida considerados legítimos em uma sociedade. Na tese, o termo ajuda a compreender como temas como família, gênero, sexualidade, educação, religião, comunismo e identidade nacional são mobilizados por discursos da extrema direita e do bolsonarismo como campos de conflito moral, frequentemente apresentados como uma luta entre bem e mal, cristianismo e secularização, verdade e ameaça.

Ideologia de Gênero: Expressão mobilizada em discursos conservadores e religiosos para se referir, de forma crítica e acusatória, a debates sobre gênero, sexualidade, feminismo, diversidade sexual e educação sexual. Na tese, o termo é compreendido como uma categoria político-discursiva da guerra cultural, utilizada para produzir medo moral, associar pautas progressistas à ameaça contra a família e a infância e reforçar fronteiras entre valores cristãos, secularização e direitos sexuais e reprodutivos.

Marxismo Cultural: Expressão conspiratória mobilizada por discursos conservadores e de extrema direita para associar pautas progressistas a uma suposta infiltração marxista na cultura, na educação e nas instituições. Na tese, o termo ajuda a analisar a produção de ameaças morais e políticas no contexto da guerra cultural.

Nacionalismo: Valorização da nação como referência de identidade, pertencimento e defesa política. Na tese, o termo é usado para compreender discursos que articulam patriotismo, ordem, soberania, moral cristã e oposição a ameaças percebidas, como comunismo, globalismo e pautas progressistas.

Pânico Moral: Processo discursivo pelo qual determinadas pautas, grupos ou comportamentos são representados como ameaças à família, à moral cristã, à infância, à ordem social ou à nação. Na tese, o conceito é usado para compreender como discursos político-religiosos e bolsonaristas mobilizam medo e indignação em torno de temas como “ideologia de gênero”, comunismo, feminismo, sexualidade e educação.

Populismo: Forma de construção política baseada na oposição entre “o povo” e elites ou inimigos apresentados como corruptos, ameaçadores ou ilegítimos. Na tese, o termo ajuda a analisar discursos que reivindicam falar em nome do “cidadão de bem”, da família, da nação ou dos cristãos, deslegitimando adversários políticos, instituições, imprensa e movimentos progressistas.

Populista: Sujeito, liderança ou discurso político que afirma representar “o povo” contra elites ou inimigos considerados corruptos, ilegítimos ou ameaçadores.

Protestante: Termo utilizado para designar sujeitos, igrejas ou tradições cristãs originadas da Reforma Protestante, em distinção ao catolicismo romano.

Protestantismo: Conjunto histórico, teológico e religioso formado pelas tradições cristãs originárias da Reforma Protestante, marcado por diferentes igrejas, doutrinas e práticas.

Radicalismo: Adoção de posições rígidas e pouco abertas ao diálogo, frequentemente marcadas pela oposição intensa a grupos, ideias ou valores divergentes. Na tese, o termo ajuda a compreender discursos político-religiosos que transformam adversários em inimigos morais, espirituais ou políticos.

Soteriologia: Campo da teologia que trata da salvação, da graça, da fé, da conversão e da redenção humana em Cristo. Na tese, o termo ajuda a compreender discursos evangélicos sobre salvação, transformação moral e pertencimento cristão.

Teologia da Prosperidade: Corrente teológica que associa fé, prosperidade material, saúde, sucesso e bênçãos divinas. Na tese, o termo ajuda a analisar discursos religiosos que relacionam vida espiritual, mérito, mercado, empreendedorismo e ascensão social.

Teologia do Domínio: Vertente teológico-política, de origem associada ao evangelicalismo norte-americano, que defende a influência ou o domínio cristão sobre diferentes esferas da vida social, política, cultural, educacional, econômica e institucional. Na tese, o termo ajuda a compreender discursos que interpretam a atuação pública dos cristãos como mandato espiritual para ocupar espaços de poder, disputar valores sociais e submeter a sociedade a princípios considerados bíblicos.

10 APÊNDICE 1

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

As entrevistas seguiram quatro eixos temáticos: (1) identificação socioeconômica; (2) consumo de conteúdos noticiosos; (3) identificação política e religiosa; e (4) pauta dos costumes. A seguir, são apresentadas as perguntas que compuseram os eixos temáticos e o roteiro prévio a partir do qual as entrevistas foram conduzidas:

IDENTIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA

1. Idade:

2. Gênero: *[Deixar aberto para que a pessoa se sinta à vontade para ir além de "Masculino" e "Feminino"]*

3. Orientação Sexual:

- ☐ Heterossexual
- ☐ Homossexual
- ☐ Bissexual
- ☐ Assexual

4. Escolaridade: *[Perguntar se a instituição foi ou é pública ou privada]*

- ☐ Analfabeto/a
- ☐ Ensino Fundamental incompleto
- ☐ Ensino Fundamental completo
- ☐ Ensino Médio incompleto
- ☐ Ensino Médio completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior completo
- ☐ Pós-graduação

5. Faixa de Renda:

- ☐ Até 1 salário mínimo (SM)
- ☐ De 1 a 2 SM
- ☐ De 2 a 5 SM
- ☐ De 5 a 8 SM
- ☐ Mais de 8 SM

6. Seus recursos econômicos são oriundos de benefício social governamental? *[Se*

sim, qual?]

7. Qual a sua ocupação profissional? *[Se tiver, é com carteira assinada, autônomo/a, trabalha para plataformas ou é aposentado(a)?]*

8. Em relação à sua cor/raça, como você se declara?

- ☐ Branco/a
- ☐ Preto/a
- ☐ Pardo/a
- ☐ Indígena
- ☐ Amarelo/a

CONSUMO DE CONTEÚDOS INFORMACIONAIS E MÍDIAS SOCIAIS

1. Quando você busca se informar sobre política, quais veículos de comunicação você usa? *[Solicitar que informe pelo menos um dos principais veículos/mídias sociais que acessam]*

- ☐ Jornais e revistas impressos
- ☐ TV e rádio
- ☐ Sites de internet
- ☐ mídias sociais
- ☐ Grupos de WhatsApp
- ☐ Outros

2. De quem mais você recebe conteúdo político pelo WhatsApp e/ou visualiza pelas mídias sociais?

- ☐ Familiares
- ☐ Amigos
- ☐ Colegas de trabalho
- ☐ Irmãos da igreja
- ☐ Pessoas que não conhece

3. Você compartilha conteúdos políticos nas mídias sociais ou no WhatsApp, seus ou de terceiros? *[Se sim, preocupa-se, antes de compartilhar, em verificar se o conteúdo é verdadeiro?]*

4. Das informações políticas que chegaram até você, qual delas considera que foi a mais mentirosa?

IDENTIFICAÇÃO RELIGIOSA E POLÍTICA

1. A qual denominação religiosa você está vinculado/a? Há quanto tempo? *[Caso não seja desde o nascimento, a qual religião ou igreja pertencia antes?]*

2. Como você define o seu interesse por política? *[Grau de 0 a 10] [Se a partir de 4, desde quando passou a se interessar pelo tema?]*

3. Em termos políticos, como você define a sua posição?

- ☐ Extrema direita
- ☐ Direita
- ☐ Centro-direita
- ☐ Centro
- ☐ Centro-esquerda
- ☐ Esquerda
- ☐ Extrema esquerda
- ☐ Não tenho posição

4. Qual a probabilidade de você votar em um candidato de partido diferente da sua posição política? *[Grau de 0 a 10, mas aberto para manifestação sobre as razões da resposta]*

5. Quão importantes são os ensinamentos da Bíblia para as decisões da sua vida, inclusive as políticas? *[Grau de 0 a 10, mas aberto para manifestação sobre as razões da resposta]*

6. Qual a importância dos conselhos do líder da sua igreja em como você orienta sua vida, inclusive suas escolhas políticas? *[Grau de 0 a 10, mas aberto para manifestação sobre as razões da resposta]*

7. Como você percebe o envolvimento de líderes religiosos em discussões políticas durante as eleições? Já presenciou alguma recomendação explícita de voto em um candidato?

8. Você já presenciou situações em que a fé cristã foi usada para apoiar candidatos ou propostas políticas? Como foi isso?

9. Você acredita que a participação da igreja na política pode trazer benefícios ou riscos para a comunidade religiosa? Por quê?

10. O quão importante é que o seu representante político (inclusive presidente, governador, prefeito) tenha vínculos com a sua igreja ou defenda os valores da sua religião? *[Grau de 0 a 10, mas aberto para manifestação sobre as razões da resposta]*

- 11. Na sua opinião, qual é o papel da igreja na formação de opiniões políticas dos fiéis?**
- 12. Na sua opinião, o Estado tem que ser laico conforme a Constituição ordena, ou os mandamentos da fé cristã podem se relacionar com a política?**
- 13. Em quem votou para presidente nas eleições de 2018 e 2022?**
- 14. Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre esse tema?**

TEMAS DE COSTUMES

1. Você votaria em um candidato que defende o aborto, mesmo nas circunstâncias previstas em lei?
2. Você votaria em um candidato que defende o casamento entre pessoas do mesmo sexo? E que é a favor da adoção de crianças por parte de casais homoafetivos?
3. Você acha que o Brasil ficaria mais seguro se os militares voltassem a governar o país?
4. A ameaça comunista é um risco verdadeiro para o Brasil, ou apenas uma ameaça sem sentido? Se for um perigo real, quais riscos o Brasil correria se o presidente eleito implantasse o comunismo no país?
5. Você acha que o Estado se intromete muito na vida dos brasileiros, limitando as suas liberdades, com cobranças exageradas de impostos, regulando a atuação das empresas, obrigando o uso de vacinas, aplicação de cotas raciais, entre outras ações?

11 APÊNDICE 2

Formulário de Interesse para Entrevista – Pesquisa sobre Religião e Política no Brasil

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Religião e Política no Brasil: práticas, discursos e percepções**, desenvolvida por mim, **Fernanda de Barros da Silva**. O estudo faz parte de um **projeto de doutorado em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**, em parceria com o **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)**, e foi aprovado por Comitê de Ética (CAAE 90069625.6.0000.5286) da universidade. Os detalhes sobre a pesquisa podem ser localizados na **Plataforma Brasil** através de consulta pelo título do projeto ou pelo nome completo da pesquisadora em <https://plataformabrasil.saude.gov.br/> (clicar em Buscar Pesquisas Aprovadas). O principal objetivo é **analisar de que maneira evangélicos percebem e vivenciam a política em diálogo com suas crenças e práticas da fé cristã**.

Para participar, é necessário atender a alguns critérios:

- Autodeclarar-se evangélico(a);
- Ter participação ativa em igreja ou movimento religioso;
- Frequentar cultos pelo menos uma vez por semana;
- Ter interesse ou envolvimento em assuntos políticos, especialmente durante as eleições.
- Morador(a) da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A participação consiste em responder as perguntas deste formulário, com a garantia de que suas informações pessoais serão mantidas em **total sigilo**. Após a etapa de aplicação deste questionário, farei contato com algumas pessoas para solicitar uma **entrevista pessoal (presencialmente ou remotamente por vídeo)**, mas deixando, quem for contactado/a, totalmente à vontade para aceitar ou não. Não haverá custos para os entrevistados e, mais uma vez, a identidade será resguardada.

Agradeço antecipadamente pela sua colaboração com a pesquisa!

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. Nome * _____

2. Sobrenome * _____

3. Gênero * _____

Marcar apenas um oval.

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Prefiro não dizer
- ☐ Outro:

4. Faixa Etária *

Marcar apenas um oval.

- ☐ 16 a 17 anos
- ☐ 18 a 24 anos
- ☐ 25 a 34 anos
- ☐ 35 a 44 anos
- ☐ 45 a 54 anos
- ☐ 65 anos ou mais

5. Qual a sua escolaridade? *

Marcar apenas um oval.

- ☐ Fundamental incompleto
- ☐ Fundamental completo
- ☐ Ensino Médio incompleto
- ☐ Ensino Médio completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior completo

E-mail para contato * _____

6. Telefone/WhatsApp

Obs: Caso seja necessário estabelecer contato, a pesquisadora se identificará previamente, e o contato será realizado exclusivamente por meio do WhatsApp.

7. Local da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) em que mora *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Belford Roxo
- ☐ Duque de Caxias
- ☐ Guapimirim
- ☐ Itaguaí
- ☐ Japeri
- ☐ Magé
- ☐ Mesquita
- ☐ Nilópolis
- ☐ Nova Iguaçu
- ☐ Paracambi
- ☐ Queimados
- ☐ São João de Meriti
- ☐ Seropédica
- ☐ Niterói
- ☐ São Gonçalo
- ☐ Itaboraí
- ☐ Maricá
- ☐ Rio Bonito
- ☐ Tanguá
- ☐ Cachoeiras de Macacu
- ☐ Capital - Zona Norte
- ☐ Capital - Zona Sul
- ☐ Capital - Zona Oeste
- ☐ Capital - Zona Central

EVANGÉLICO

Conte um pouco sobre você, no aspecto religioso, e em relação a alguns temas.

9. Você sempre foi evangélico(a)? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Sim, sempre fui evangélico(a).
- ☐ Não, mudei de outra religião para a evangélica.

10. Qual a Igreja que frequenta? * *Marcar apenas um oval.*

- ☐ Igreja Evangélica Luterana
- ☐ Igreja Evangélica Presbiteriana
- ☐ Igreja Evangélica Metodista
- ☐ Igreja Evangélica Batista
- ☐ Igreja Evangélica Congregacional
- ☐ Igreja Evangélica Adventista
- ☐ Igreja Assembleia de Deus
- ☐ Igreja Congregação Cristã do Brasil
- ☐ Igreja o Brasil para Cristo
- ☐ Igreja Evangelho Quadrangular
- ☐ Igreja Universal do Reino de Deus
- ☐ Igreja Casa da Benção
- ☐ Igreja Deus é Amor
- ☐ Igreja Maranata
- ☐ Igreja Nova Vida
- ☐ Evangélica renovada não determinada
- ☐ Comunidade Evangélica
- ☐ Igrejas evangélicas indígenas
- ☐ Outro:

11. Você já presenciou situações na sua igreja em que a fé cristã foi usada para * apoiar candidatos políticos ou propostas políticas?

Marcar apenas um oval.

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐

Não sabe responder

12. Você é a favor do Estado laico conforme a Constituição? *

Marcar apenas um oval.

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ Não sabe responder

13. Na sua opinião, os mandamentos da fé cristã podem se relacionar com a política?

Marcar apenas um oval.

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ Não sabe responder

14. Na sua opinião, a mistura entre política e religião prejudica a imagem da igreja?

Marcar apenas um oval.

- ☐ SIM
- ☐ NÃO
- ☐ Não sabe responder

ACEITA CONCEDER UMA ENTREVISTA PESSOAL?

Caso aceite participar da entrevista, esta poderá ser realizada de forma presencial ou remotamente, por meio de vídeo. No entanto, o convite não é garantido caso o número máximo de participantes já tenha sido atingido.

Aceita ser entrevistado(a)? *

Marcar apenas um oval.

- ☐ SIM
- ☐

NÃO

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários